
Consulta Pública sobre as Prioridades do PNRH para 2016-2020

Relatório Preliminar de Sistematização dos Resultados

GPP/DRH/SRHU/MMA

Brasília, julho de 2016.

Lista de Figuras

Gráfico 01. Colegiado de recursos hídricos de que fazem parte.

Gráfico 02. Segmento da política que representam.

Gráfico 03. Representação que exercem nos colegiados.

Gráfico 04. Hierarquização da importância das Prioridades do PNRH.

Gráfico 06. Percentual do número de respostas por Região.

Gráfico 07. Número de respostas ao questionário da sociedade por Unidade da Federação.

Gráfico 08. Nível de escolaridade dos respondentes.

Gráfico 09. Área de formação dos respondentes.

Gráfico 10. Hierarquização dos Temas Prioritários para 2016-2020.

Quadro 01. Números gerais da consulta pública sobre as Prioridades do PNRH para 2016-2020.

Tabela 01. Municípios dos respondentes ao questionário.

Tabela 02. Prioridades do Plano Nacional de Recursos Hídricos.

Tabela 03. Quantitativo de reposta por município.

Tabela 04. Temas Prioritários para 2016-2020.

Tabela 05. Correlação entre o questionário verde e o questionário azul.

Sumário

Introdução.....	04
I. Metodologia da Consulta Pública.....	06
II. Resultados da consulta aos atores do SINGREH.....	07
III. Resultados da consulta à sociedade em geral.....	98
IV. Enquete sobre a situação da qualidade e da quantidade de água disponível para os diversos usos nas cidades.....	179
V. Próximos Passos.....	181
Anexos.....	182
Anexo I – Tabela com a correlação entre o questionário verde e o questionário azul.....	183
Anexo II – Gráficos com o nível de importância das Prioridades do PNRH (Questionário SINGREH – Verde).....	185
Anexo III – Gráficos do nível de Importância dos Temas Prioritários para 2016-2020. (Questionário Sociedade – Azul).....	190
Anexo IV – Questionário aplicado aos membros do SINGREH ..(a incluir).....	193
Anexo V – Questionário aplicado à sociedade em geral..(a incluir).....	194
Anexo VI – Manual Orientador da Revisão das Prioridades do Plano Nacional de Recursos Hídricos para 2016-2020..(a incluir).....	195

Introdução

O Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) é o documento orientador da implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e da atuação dos entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH). Portanto é um instrumento essencial para coordenar as ações nas três escalas de gestão das águas: nacional, estadual e das bacias hidrográficas.

O PNRH foi aprovado em 2006 pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, com horizonte temporal até 2020, definido a partir de cenários de planejamento. Portanto, a revisão em curso orientará as ações para o último ciclo de implementação do PNRH, no período 2016-2020. Esse período será dedicado também à concepção e construção do PNRH que passará a vigorar a partir de 2021.

Objetivo Geral

Estabelecer um **pacto nacional** para a definição de **diretrizes e políticas públicas voltadas para a melhoria da oferta de água**, em qualidade e quantidade, gerenciando as demandas e considerando a água como elemento estruturante para implementação das políticas



Figura 1 – Volumes do Plano Nacional de Recursos Hídricos.

Objetivos Estratégicos

1. A **melhoria das disponibilidades** hídricas, superficiais e subterrâneas, em qualidade e em quantidade;
2. A **redução dos conflitos** reais e potenciais de uso da água, **bem como dos eventos hidrológicos críticos**;
3. Percepção da **conservação da água** como valor socioambiental relevante.

Esta revisão do PNRH está focada na atualização das diretrizes e ações prioritárias para 2016-2020, as quais deverão gerar compromissos de órgãos do Governo Federal e dos Órgãos Gestores Estaduais de Recursos Hídricos, Setores Usuários de Recursos Hídricos e Sociedade Civil, no âmbito do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

A consulta pública para revisão do PNRH teve como objetivo ampliar a participação da sociedade com relação à definição das Prioridades para 2016-2020.

Este relatório reúne os resultados da consulta pública para os colegiados de recursos hídricos do SINGREH – CNRH, CERHs, CBHs da União e dos Estados – e para a sociedade sobre as Prioridades do PNRH para 2016-2020. A consulta foi realizada por meio de dois questionários – sendo um para os membros de colegiados de recursos hídricos e o outro para pessoas da sociedade em geral - disponibilizados no site participa.br/recursosohidricos, no período de 1º de fevereiro a 1º de maio de 2016.

Também foram distribuídos questionários impressos durante alguns eventos ou reuniões técnicas da área de recursos hídricos.

A estratégia de divulgação e mobilização para resposta ao questionário envolveu além da comunicação oficial aos colegiados de recursos hídricos e aos órgãos gestores estaduais e federal de recursos hídricos, a hospedagem do link da consulta em outros sites, a mobilização via *facebook* e *twitter* do MMA e da ANA, a veiculação de matérias jornalísticas, dentre outros mecanismos. Cabe, portanto, um agradecimento especial às Assessorias de Comunicação do MMA e da ANA, à Coordenação de Juventude do Departamento de Educação Ambiental (DEA/SAIC/MMA), à equipe da plataforma digital Participa.br, da Presidência da República, pela cooperação no alcance dos resultados. O Quadro 01 apresenta os principais números da consulta pública.

✓ **1.485** respostas recebidas

✓ Sendo **303** respostas ao questionário verde (SINGREH), de cerca de **140** diferentes colegiados de recursos hídricos

✓ E **1.182** respostas ao questionário azul (SOCIEDADE)

✓ Dos respondentes da sociedade **602** são jovens, com 29 anos ou menos.

✓ Pessoas de todos das **27** Unidades Federativas e o DF responderam aos questionários

✓ Abrangendo, ao todo, **408** Municípios

✓ Em torno de **2.400** propostas ou recomendações sobre as

Quadro 01 – Números gerais da consulta pública sobre as Prioridades do PNRH para 2016-2020.

Este relatório tem como objetivo apresentar os resultados preliminares da consulta pública, a partir da sistematização das respostas aos dois questionários divulgados. A análise desses resultados será realizada no âmbito da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos no Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CTPNRH/PNRH).

Na sequência, apresentamos a metodologia adotada para a consulta pública, os principais resultados do questionário para os colegiados do SINGREH (verde) e do questionário aberto à sociedade (azul). Por fim, são realizadas algumas considerações iniciais em relação aos resultados e a indicação dos próximos passos no âmbito do processo de revisão das Prioridades do PNRH para 2016-2020.

Metodologia da Consulta Pública

A consulta pública foi realizada a partir da aplicação de dois questionários, sendo o primeiro dirigido aos membros dos Conselhos Nacional e Estaduais de Recursos Hídricos e dos Comitês de Bacias Hidrográficas Interestaduais e Estaduais, com o objetivo de propor uma hierarquização das Prioridades do PNRH para orientar as ações no período 2016-2020 ou novos temas que merecem atenção no próximo ciclo.



O segundo questionário, dirigido à sociedade em geral, teve como objetivo de coletar informações sobre temas importantes relacionados às ações prioritárias do PNRH, que deverão ser consideradas no próximo ciclo de implementação. Para isso, buscou-se a correlação entre os temas prioritários do questionário azul e as prioridades do PNRH elencadas no questionário verde, de forma que a base de dados pudesse contribuir para corroborar o resultado do questionário mais restrito, conforme Tabela 1, no Anexo I deste Relatório.

Por meio do questionário para a sociedade foi realizada também uma enquete sobre a percepção dos respondentes em relação à sua percepção em relação à qualidade e à quantidade da água disponível (em rios, lagos, córregos, aquíferos, etc.) para os diversos usos existentes em suas cidades.

No próximo item são apresentados, primeiramente, os resultados da consulta aos atores do SINGREH (membros dos colegiados de recursos hídricos) e, em seguida, os resultados da consulta aberta à sociedade em geral.



PRV RESULTADOS

Resultados da consulta aos atores do SINGREH

Neste item são apresentadas a seguintes informações coletadas a partir do questionário aplicado aos membros de colegiados de recursos hídricos: i – Identificação dos respondentes; ii – Percepção sobre o nível de importância das Prioridades do PNRH; iii – Desafios relacionadas às Prioridades do PNRH; e v – Sugestões de Novas Prioridades. A seguir, apresentamos uma síntese das informações coletadas.

Identificação dos respondentes

Após a identificação do nome e e-mail, os respondentes informaram o tipo de colegiado de recursos hídricos do qual fazem parte, a partir das seguintes alternativas: de i – Comitê de Bacia Hidrográfica da União (CBH União); ii – Comitê de Bacia Hidrográfica Estadual (CBH Estadual); iii – Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH); Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) - Plenário ou Câmaras Técnicas; e iv = Não Informou.

O Gráfico 01 apresenta a distribuição numérica dos respondentes segundo os colegiados do qual fazem parte. Alguns respondentes informaram integrar mais de um colegiado. Nestes casos, registramos o colegiado que representa, segundo a escala, na seguinte ordem: CNRH, CERH, CBH União e CBH Estadual.

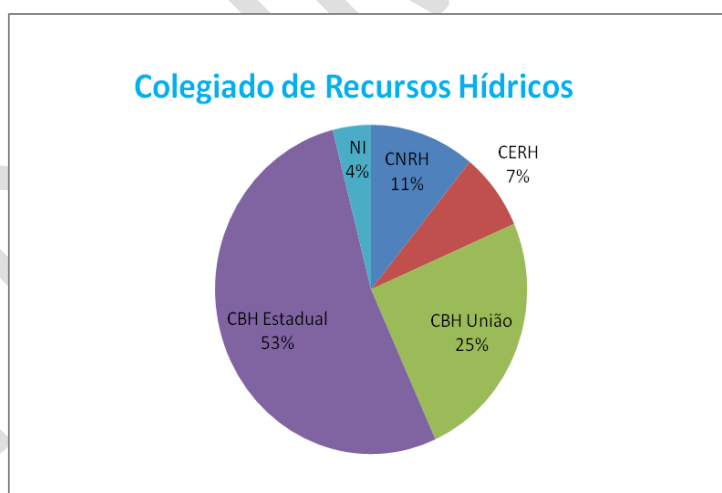


Gráfico 01. Colegiado de recursos hídricos de que fazem parte.

Em relação aos segmentos da Política, os respondentes puderam se identificar como pertencendo a uma das seguintes opções: i – Poder Público – Federal, Estadual ou Municipal; ii – Usuários de Recursos Hídricos; ou iii - Organizações Cíveis de Recursos Hídricos. O Gráfico 2 apresenta a distribuição quantitativa dos respondentes segundo o segmento que representam nos colegiados de recursos hídricos.

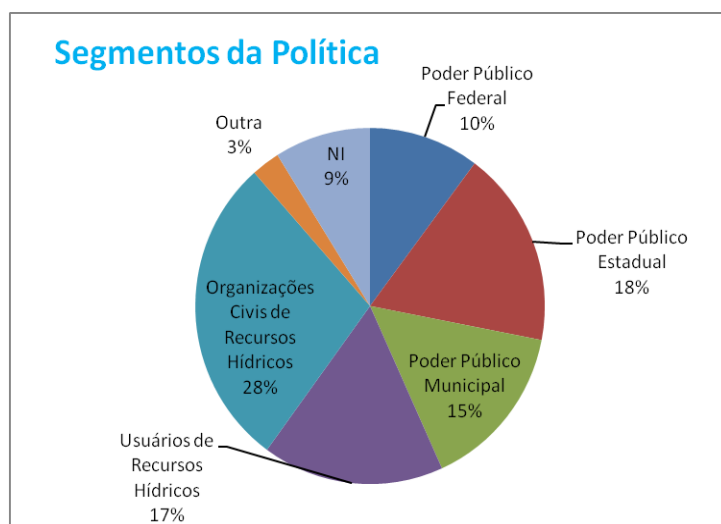


Gráfico 02. Segmento da política que representam.

No Gráfico 3 é possível notar que a maioria dos respondentes ao questionário são membros titulares nos colegiados de recursos hídricos. Por outro lado, também foi alto o número de respondentes que Não Identificaram sua representação.

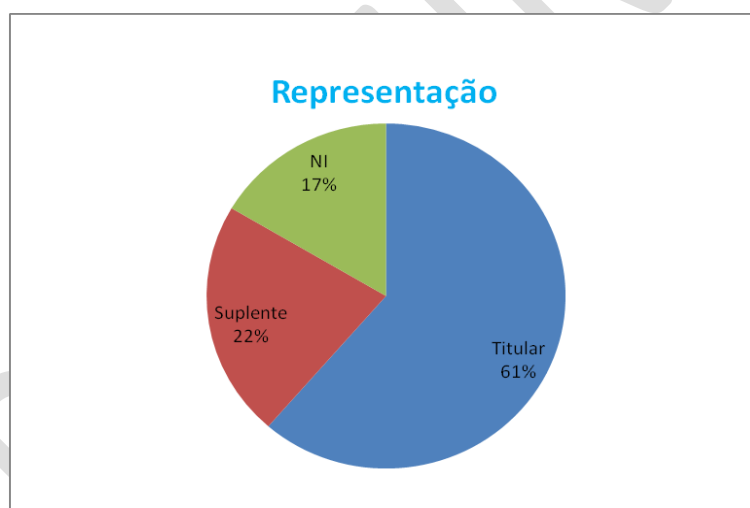


Gráfico 03 – Representação que exercem nos colegiados.

A Tabela 2, a seguir, apresenta a relação de colegiados de recursos hídricos de que fazem parte os respondentes.

Tabela 01 – Municípios dos respondentes ao questionário.

UF/UNIÃO	Bacia ou Sub-bacia hidrográfica
AC	CEMARH/AC.
AM	CERH/AM.
BA	Itapicuru, Paraguaçu.
CE	Acaraú (2), Baixo Jaguaribe (2), CERH/CE (2), Litoral, Litoral Itapipoca (2), Região Metropolitana de Fortaleza (3), Médio Jaguaribe, Serra da Ibiapaba.

DF	Paranoá.
ES	Barra Seca, Benevente, CERH/ES, Santa Maria da Vitória (2), Santa Maria do Doce.
GO	Afluentes Goianos do Baixo Paranaíba (2), CERH/GO (2), Corumbá (2), São Marcos (2), Veríssimo (2).
MA	CERH/MA (2), Munim.
MG	Afluentes do Alto Paranaíba (2), Afluentes Mineiros Rios Pomba e Muriaé (2), Baixo Grande, CERH/MG, Entorno da Represa de Três Marias, Entorno do Reservatório de Furnas, Paracatu, Paraibuna, Paraopeba (2), Piranga, Araguari (3), Sapucaí, Serra da Mantiqueira, Urucuia, Verde, Vertentes Rio Grande.
MT	Cabaçal, Covapé, São Lourenço.
PA	CERH/PA, Tapazonas.
PB	Itaboana, Litoral Norte.
PE	Capibaribe, CERH/PE, Ipojuca, Pajeú.
PR	Alto Iguaçu, CERH/PR (2), Pirapó, Pirapopanema, Afluentes do Alto Ribeira, Branco (3), Conselho Estadual de Diretores - CED Paraná.
RJ	Baía da Guanabara (2), Baía da Ilha Grande, Baixo Paraíba do Sul (4), CERH/RJ (7), Dois Rios (2), Jacarepaguá, Lagos São João, Macaé, Macaé/Ostras, Médio Paraíba do Sul (3), Piabanha, R2R (2), Sistema Lagunares de Marica e Jacarepaguá.
RO	CERH/RO (3), Colorado, RBC-RO
RS	Alto Jacuí, Baixo Jacuí (3), Butuí-Icamaquã, Camaquã (2), Alto Jacuí, Sinos (5), Ibicui, Mampituba, Passo Fundo, Santa Rosa, Santo Cristo, Jacuí.
SC	Antas, Camboriú (6), Canoas, Canoinhas, CERH/SC, Cubatão (2), Itajaí, Itapocu (2), Jacutinga e Contíguos, Urussanga
SE	CERH/SE
SP	Aguapeí-Peixe (5), Alto Tietê, Baixada Santista (4), Baixo Pardo, Billings-Tamanduateí, Capivari, CERH/SP, Cotia-Guarapiranga, Jundiaí, Litoral Norte (3), Médio Paranapanema (2), Médio Tietê, Mogi Guaçu (2), Pardo (8), Pinheiros-Pirapora, Piracicaba (10), Mogi, Sapucaí Mirim (3), Sorocaba (5), Tietê Batalha (9), Tietê Jacaré, Tietê Jacaú, UGRH 17, Paranapanema 3, Paranapanema 4, Pontal do Paranapanema (3), Turvo (6), UGRH 10, Alto Paranapanema (2).
TO	CERH/TO, Formoso (2), Manuel Alves, Entorno do Lago da UHE Lajeado.
União	Paranapanema (9), Doce (2), Grande (6), Paraíba do Sul (16), Paranaíba, Piancó-Piranhas-Açu, Piracicaba-Capivari-Jundiaí, São Francisco (2), Verde Grande (2).
CNRH	Câmaras Técnicas (6), Plenário (3).

Ao todo, pessoas de em torno de 140 diferentes colegiados de recursos hídricos do SINGREH, dentre Comitês Estaduais e da União e Conselhos Nacional e Estaduais, responderam ao questionário.

Percepção dos atores sobre o nível de importância das prioridades do PNRH

A questão sobre qual o nível de importância das Prioridades do PNRH para orientar o período 2016-2020, envolveu as seguintes opções de resposta: 0 – Não sei informar; 1 – Nada importante; 2 – Pouco Importante; 3 – Importante; e 4 – Muito importante. Em seguida, foram relacionadas às 22 Prioridades do PNRH e respectivos objetivos, para que o respondente marcasse na frente o nível de importância.

Tabela 2 – Prioridades do Plano Nacional de Recursos Hídricos.

Implementação da Política	
1.	Apoio à criação de Comitês de Bacia e ao fortalecimento dos Comitês já existentes.
2.	Ampliação do Cadastro de Usos e Usuários de Recursos Hídricos.
3.	Estruturação, ampliação e manutenção da rede hidrometeorológica e da rede hidrogeológica nacional.
4.	Desenvolvimento do SNIRH e implantação dos Sistemas Estaduais de Informação de Recursos Hídricos, integrados ao SNIRH.
5.	Elaboração de Planos de Recursos Hídricos.
6.	Apoio ao enquadramento dos corpos d'água.
7.	Definição de critérios de outorga para diferentes situações.
8.	Implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas bacias onde o instrumento for aprovado pelo Comitê de Bacia.
9.	Fiscalização do uso dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas.
Desenvolvimento Institucional	
10.	Implementação dos Fundos de Recursos Hídricos e identificação de mecanismos que permitam a maior efetividade na aplicação dos recursos financeiros disponíveis no SINGREH.
11.	Desenvolvimento de processos de suporte à decisão visando à resolução de conflitos pelo uso da água.
12.	Definição de diretrizes para a introdução do tema das mudanças climáticas nos Planos de Recursos Hídricos.
13.	Apoio ao desenvolvimento e difusão de tecnologia, incluindo a tecnologia social, para a gestão de recursos hídricos.
14.	Desenvolvimento de um plano de comunicação social e de difusão de informações para o SINGREH.
15.	Desenvolvimento de processos formativos continuados para os atores do SINGREH e para a sociedade.
16.	Desenvolvimento da gestão compartilhada de rios fronteirizos e transfronteirizos.
Articulação Institucional	
17.	Mapeamento e avaliação de áreas vulneráveis a eventos extremos.
18.	Desenvolvimento dos mecanismos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), com foco na conservação de águas de bacias hidrográficas.
19.	Recuperação e conservação de bacias hidrográficas em áreas urbanas e rurais.
20.	Avaliação integrada das demandas de recursos hídricos, considerando os planos e programas governamentais e os projetos dos setores público e privado.
21.	Articulação da Política Nacional de Recursos Hídricos, com as políticas, planos e programas governamentais que orientam os setores usuários de recursos hídricos.
Gerenciamento da Implementação do PNRH	
22.	Implantação do Sistema de Gerenciamento do PNRH (SIGEOR/PNRH).

Para a hierarquização das Prioridades foi realizada a somatória da pontuação para cada uma das Prioridades. O Gráfico 04 apresenta a hierarquização das Prioridades do PNRH na percepção dos respondentes.

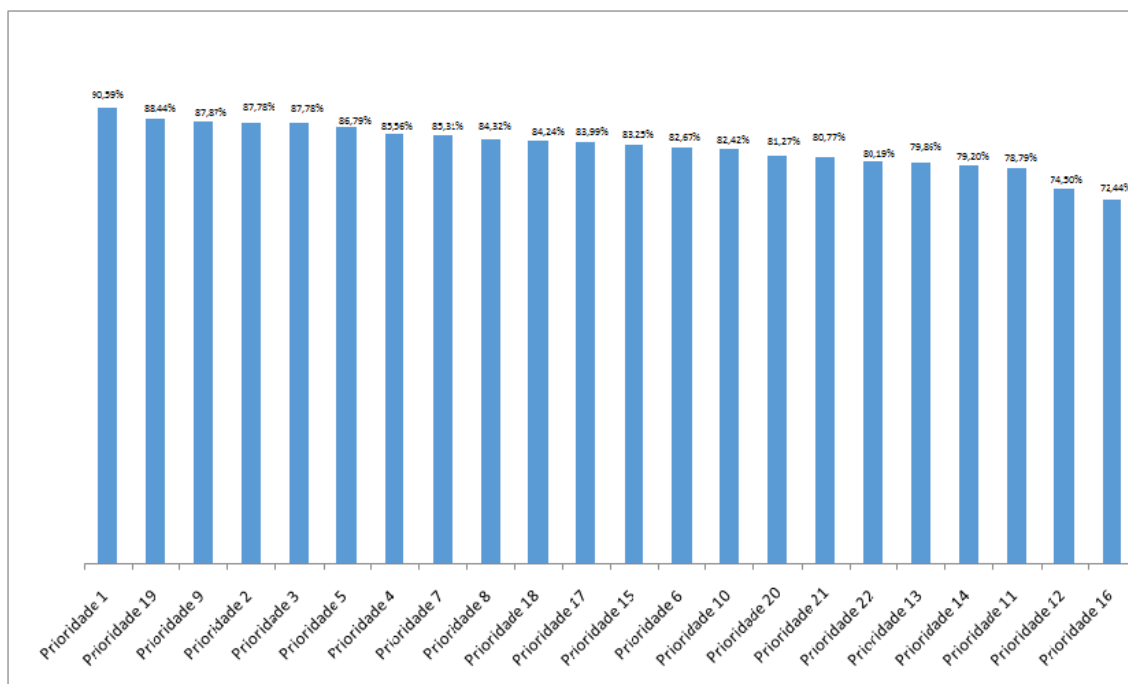


Gráfico 04 – Hierarquização da importância das Prioridades do PNRH.

De acordo com o Gráfico, as três Prioridades com mais alto nível de importância são a Prioridade 01 – Apoio à criação dos novos Comitês de Bacia Hidrográfica e ao fortalecimento dos Comitês já existentes; a Prioridade 19 - Recuperação e conservação de bacias hidrográficas em áreas urbanas e rurais; e a Prioridade 09 – Fiscalização do uso dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas.

No Anexo II deste Relatório são apresentados os Gráficos por Prioridade, identificando o nível de importância de cada uma, na percepção dos respondentes.

Percepção dos atores quanto aos desafios relacionados às Prioridades do PNRH.

No questionário, depois de relacionada cada uma das Prioridades para a identificação do seu nível de importância, foi deixado um campo aberto para os respondentes informarem possíveis desafios para a sua implementação. A seguir, relacionamos cada prioridade, o nível de importância atribuído pelos respondentes e compilamos os desafios elencados pelos respondentes para cada uma das Prioridades do PNRH. No decorrer da enumeração dos desafios ou propostas pelos respondentes, ressaltando em caixa alta e cores toda vez que é mencionado um nome de região, estado, bacia hidrográfica, rio ou instituição (pública ou privada).

Prioridade 1 - Apoio à criação de novos Comitês de Bacia Hidrográfica e ao fortalecimento dos Comitês já existentes.

No total, 95% dos respondentes consideraram esta prioridade como “importante ou muito importante” para orientar o próximo ciclo de implementação do PNRH. Os desafios ou propostas apontados pelos respondentes são:

- Tornar os comitês efetivos na execução dos planos de recursos hídricos em sua área de atuação e integrá-los aos planos estaduais e nacional.
- Sustentabilidade financeira e de Recursos Humanos. Envolvimento da sociedade civil.
- O estado de **SP** está muito além dos outros estados na questão citada. Criar e fortalecer os comitês nos outros estados Brasileiros para uma igualdade de ações.
- Fortalecer os atuais Comitês com maior autonomia operacional.
- REPRESENTAÇÃO EFETIVA DOS ATORES.
- Que os comitês sejam espaços efetivos na tomada de decisão sobre a gestão água na bacia hidrográfica.
- Estruturar projetos contínuos.
- Os Comitês têm ainda grande dificuldade em se apresentarem como entidades representativas da sociedade para gestão dos recursos hídricos. Muito pela existência de grandes áreas associadas às bacias hidrográficas, muito pela heterogeneidade de participação. Acima de tudo, pelo papel conflitante de órgãos e instituições que atuam como se tivessem a prerrogativa do comitê. O desafio é se apresentar à sociedade, com resultados e perspectivas reais de avanços.
- Maior autonomia, capacitação, garantia de empenho de recursos financeiros
- O fortalecimento dos Comitês já existente é prioritário, pois essa organização institucional é a garantia da participação efetiva da sociedade civil organizada no âmbito da gestão dos recursos hídricos
- Disponibilizar infraestrutura física, equipamentos e pessoal técnico para funcionamento mais efetivo das secretarias dos CBHs.
- Desburocratização da aplicação dos recursos no fortalecimento dos CBHs estaduais em Sistemas sem Agência de Bacia.
- Articular os participantes e gerar compromisso, frequência para a realização das ações.
- Autogestão dos comitês.
- Existem comitês com perspectiva de baixa arrecadação com recursos da cobrança e terão grandes dificuldades de operacionalização. Depender de recursos financeiros do estado para sua sobrevivência é praticamente impossível.
- DESCENTRALIZAR DO GOVERNO A GESTÃO DOS COMITÊS DE BACIA, QUE DEVEM SER DEMOCRÁTICOS E PARTICIPATIVOS.
- FALTA DE INVESTIMENTO FINANCEIRO (**CBH TAPAZONAS**).

- O sistema de gestão participativa dos recursos hídricos não parece ter sido feito para funcionar efetivamente. Ou pode ser que como foi uma experiência nova até agora, ainda precisa ter muitas melhorias. Com somente 7,5% da arrecadação para financiar a estrutura administrativa, nosso Comitê está tendo muito dificuldade manter uma Entidade Delegatária funcional (**AGEVAP**, que recebe de 7 CBHs e o **INEA** mas não consegue atender as demandas de todos). Acho necessário ou aumentar a % para administração, ou aumentar SIGNIFICATIVAMENTE o valor da água (atributo dos próprios CBHs, mas um assunto complicado), e fornecer a sustentabilidade financeira ao sistema de gestão.
- Recursos financeiros para serem aplicados nos Comitês.
- FALTA DE PESSOAS QUALIFICADOS E DE CONHECIMENTOS E RECURSOS A PROPOR COMPENSAÇÕES AMBIENTAIS...
- Fortalecimento institucional dos Comitês existentes.
- FALTA DE ARTICULAÇÃO E INVESTIMENTO AONDE TEM MUITA ÁGUA.
- CONJUNTAMENTE EXIGIR DE TODOS OS ESTADO O ZEE.
- Integração das políticas dos estados, pacto de gestão, agência de bacia e secretaria executiva.
- Definir os recursos oriundos do uso da água para serem aplicados dentro da Bacia.
- Atingir os atores mais importantes da bacia, usuários e poder público municipal.
- O fortalecimento institucional dos Comitês já existentes deve ser mais importante tarefa e a criação dos novos apenas em bacias em que ainda não foram criados.
- Primeiro fortalecer os existentes garantindo estrutura para o funcionamento.
- Conseguir que a direção maior do estado assuma as decisões do sistema de recursos hídricos.
- Fazer aqui no caso do **MARANHÃO** que os Comitês de Bacias sejam atuantes e que fossem criados todos os comitês no Estado.
- Participação da sociedade civil.
- Atender primeiramente os mais prioritários.
- Mobilizar e conscientizar os participantes.
- Que os comitês se fortaleçam enquanto controle social.
- Mobilizar a sociedade da importância da participação.
- Acredito que, atualmente, seja mais importante o fortalecimento dos Comitês já existentes.
- Tornar os existentes atuantes.
- Capacitação dos membros dos Comitês Estaduais.
- No âmbito do Estado do **AMAZONAS** não existe nenhum Comitê de Bacia Hidrográfica efetivamente funcionando, razão pela qual entendo que a implementação dos Comitês constitui uma exigência básica para a elaboração das políticas hídricas nas bacias.
- Estruturar melhor os comitês existentes, especialmente no seu papel político de articular a sociedade, especialmente os poderes públicos.
- Agregar e Motivar Participação.
- Motivar a participação comunitária.
- Motivação e sensibilização dos membros.
- ESCLARECER A SOCIEDADE DO PAPEL E DA IMPORTÂNCIA DOS COMITÊS.

- É muito importante o fortalecimento dos CBH, principalmente os estaduais, pois em muitos casos estão sendo usadas apenas para legitimar as ações dos governos estaduais, no âmbito da gestão dos recursos hídricos.
- Manutenção financeira dos comitês existentes.
- Sustentabilidade das agências delegatárias.
- Relutei um pouco em dar meu parecer porque creio que a minha visão seja um pouco distante da grande maioria e, talvez, seja tida como excêntrica por alguns. O fato é que a PNRH foi criada em 1997, quase vinte anos já se passaram, e muito pouco se avançou. Tenho uma grande admiração pela PNRH e por aqueles que a criaram, para mim, ela é perfeita, não precisa de revisão. Então, ficamos com a questão: Onde erramos? Pois bem, para mim, erramos na forma como a mesma foi conduzida até a sociedade, aqui está o grande erro! A aplicação da PNRH se fez e se faz de cima (autoridades, pesquisadores, especialistas) para baixo (sociedade), quando deveria ser exatamente o inverso. Os princípios básicos da Política, onde se encontram toda a riqueza da mesma, precisam fazer para da essência da nossa sociedade, que são eles: Descentralização; participação e transparência. Agora a questão é: Como conseguir isso? Não existe outro caminho que não seja o da educação. O sistema de gestão das escolas precisa mudar em caráter de urgência, dessa forma vamos mudar não só os alunos, mas, sobretudo, os pais dos alunos e, conseqüentemente, toda a nossa sociedade, creio que os princípios e valores de nossa sociedade serão rapidamente alterados. Impossível fazer gestão de meio ambiente e recursos hídricos sem princípios e valores arraigados em nossa sociedade. Precisa ser criada uma legislação que estabeleça, no mínimo, que: - Toda escola pública terá de ser gerida pelos princípios da descentralização, participação e transparência; - O processo de gestão se fará no Comitê de Gestão Escolar, que será tripartite, com participação do governo (diretores, secretários), usuários (pais e alunos) e sociedade civil (organização sem fins lucrativo atuantes nas áreas de educação e meio ambiente); - No Plano de gestão da Escola será obrigatória a inserção de práticas de sustentabilidade com participação ativa dos alunos e professores; - Os recursos financeiros da escola serão geridos pelo Comitê Escolar, controlados mediante conta bancária única da escola; (Este item é muito importante para que todos percebam o quando pode ser feito quando os recursos públicos são geridos com espírito de coletivo, parcimônia, transparência e ética). Sugiro que para tanto seja realizada uma parceria entre o **MMA** e o **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**. Não tenho dúvidas que teremos, em um curto intervalo de tempo (um ano), excelentes resultados, assim como, em médio prazo (cinco anos), estaremos diante de uma sociedade totalmente transformada, muito mais consciente e organizada, pronta e madura o suficiente para também trabalhar a favor da aplicação da PNRH. A sociedade é a mola propulsora de aplicação da PNRH, sem ela não adiantam modelos matemáticos e sistemas extremamente sofisticados, tudo será em vão.
- Mediar os conflitos e disponibilizar recursos financeiros.
- Tornar os Comitês Eficazes e Eficientes.
- Dar sustentabilidade econômica e técnica para o funcionamento dos comitês.
- O entendimento entre os que têm o poder de decisão.
- Não só criar novos Comitês, mas criar condições para os Comitês já criados funcionarem bem.

- O Estado do **CEARÁ** já dispõe de regulamentações das bacias hidrográficas implantadas. O desafio seria aumentar o fortalecimento dos comitês e elevar o nível de conhecimento, participação e comprometimento de cada representante dos diversos seguimentos, buscando um entendimento consciente e democrático na preservação e gestão dos recursos naturais.
- Dotar os Comitês de Orçamento.
- A criação de novos comitês deve priorizar as bacias onde existam conflitos. O fortalecimento dos comitês já existentes devem implementar as ações priorizadas nos seus planos de bacia.
- Fortalecer os comitês já existentes. Criar áreas especiais de proteção ambiental tipo **APA DO GAVIÃO EM CAMBORIU** onde 65 % das nascentes surgem nas partes mais elevadas e abastecem o **RIO CAMBORIU**.
- Apoio a criação de novos Comitês nas **REGIÕES NORTE e CENTRO OESTE**
- Prover os recursos necessários aos comitês.
- Recursos governamentais, incentivos governamentais e integração da sociedade.
- MATERIAL HUMANO COM DISPONIBILIDADE DE TEMPO E DEDICAÇÃO A CAUSA.
- Proteção dos recursos hídricos subterrâneos.
- Dotar os Comitês de real independência dos poderes públicos com autonomia administrativa e financeira. Ter recursos financeiros e capacitação constante dos membros. Além de uma grande campanha de informação e conscientização sobre a importância dos Comitês. O governo (em todos os níveis) deixar de enxergar os comitês como simplesmente braços administrativos da gestão pública.
- Mobilização.
- O fortalecimento dos Comitês existentes é mais importante do que a criação de novos, visto que os existentes já representam o estágio atual de conflitos e expectativas e garante aos novos que serão implantados, operacionalidade.
- Gestão eficiente dos Comitês e da execução das ações propostas.
- Fortalecimento dos CBHs existentes para que sejam mais efetivos no papel que lhes competem.
- Acredito que focar no fortalecimento dos comitês já existentes (principalmente na capacitação dos conselheiros) seja o ideal.
- Há a necessidade de fortalecer/criar Comitês em áreas que há a necessidade dessa criação, por exemplo, em áreas onde há conflito de uso. A criação indiscriminada de Comitês enfraquece o instrumento. Criar Comitê na Bacia **TOCANTINS-ARAGUAIA**.
- Nos comitês existe a participação de representantes da sociedade o qual é elemento principal na gestão e apoio na gestão dos recursos hídricos.
- Mobilização da sociedade civil organizada e principalmente, maior participação das entidades governamentais.
- Estruturação e descentralização do órgão gestor para a prestação do suporte administrativo, financeiro e técnico aos CBHs.
- Fortalecimento dos Comitês; implementação da cobrança pelo uso da água; e maior espaço para organizações com missão institucionais voltadas a conservação ambiental e agregar conceitos como soluções baseadas na natureza para resolução de problemas sociais, ambientais e econômicos complexos.

- O fortalecimento dos Comitês existentes é mais importante do que a criação de novos, visto que os existentes já representam o estágio atual de conflitos e expectativas e garante aos novos que serão implantados, operacionalidade.
- Criar e manter apenas Comitês auto-sustentáveis.
- O maior desafio é o Fortalecimento Institucional dos Comitês já existentes, em função do desinteresse de alguns membros e pela falta de participação de alguns segmentos importantes na efetiva participação da sociedade na gestão dos recursos hídricos.
- Sustentabilidade financeira e necessidade de viabilizar repasse de recursos do setor elétrico para apoio ao custeio dos comitês.
- Estrutura física e financeira para os Comitês.
- É muito importante, mas no **RS** os Comitês estão enfrentando dificuldades, pois a verba que deveria ser deles cai no caixa único do estado. Como o estado está falido, parcelando salários não repassa a verba que no final das contas é somente virtual.
- Promover e manter o grau participativo dos diversos atores que compõem os Comitês de Bacia e os Conselhos de Recursos Hídricos, especialmente vinculados ao Poder Público e Usuários.
- Garantir recursos para maior número de projetos de sustentabilidades dos mananciais.
- As instituições como prefeituras e secretarias de governo reconhecer o papel e representatividade dos Comitês.
- Penso que as ações têm urgência urgentíssima, pois as mudanças climáticas estão aceleradas e os impactos ambientais são avassaladores, requerendo orientações e decisões mais rápidas.
- Condições financeiras para deslocamento dos membros em reuniões distantes de seus municípios.
- Reconhecimento dos comitês e suas deliberações pelos órgãos governamentais.
- Financiamento para a participação dos membros nas reuniões do Comitê. Entre outros, Universidades, por exemplo, tem dificuldades para participar.
- Fazer acontecer na prática esse planejamento participativo e descentralizado com o fortalecimento dos CBHs.
- Encontrar pessoas interessadas e dispostas a trabalhar em prol da água.
- Implantação e Mobilização dos autores.
- Pesquisa e levantamento de dados de amplitude, para averiguação da necessidade.
- Como Motivar a sociedade civil para participar dos comitês?
- A palavra apoio deve estar relacionada a fomento financeiro.
- Criar os **CBHS DO PANTANAL (PARAGUAI), TOCANTINS- ARAGUAIA**
- Fazer com que todos participem de forma efetiva dos colegiados.
- Mobilizar os diferentes segmentos da sociedade.
- Fortalecimento dos segmentos dos comitês existentes.
- Conseguir mobilizar a sociedade.
- Mobilizar os diferentes segmentos da sociedade.
- Organizar essa criação com a participação tripartite.
- Penalizar estados omissos.

- Informação e formação para participantes
- Vencer os interesses pessoais.
- Recursos financeiros disponíveis.
- Fortalecer os já existentes, antes de formar novos.
- Mais importante que criar o comitê é ajudá-los na implementação dos instrumentos.
- Estruturar os comitês de bacias hidrográficas.
- Tamanho do país.
- Fomentar a participação do jovem nas instâncias do SINGREH.
- Que os comitês de fato se tornem um colegiado, descentralizado financeiramente.
- Mobilização social e capacitação de pessoas.
- Definição clara das atribuições de cada comitê e dos comitês de integração e articular as ações destes com as políticas dos governos federal, estadual e municipal.
- Fortalecimento dos comitês - estrutura e transferência de informações integradas.
- Fortalecer os CBHs estaduais com recursos financeiros.
- Ter a participação do poder público municipal.
- Principalmente na estruturação dos comitês dando-lhes condições plenas de funcionamento.
- Criar mecanismo de mobilização, participação e atuação no comitê.
- Comunicação com os três poderes constituídos.
- Melhorar eficácia de suas ações, personalidade jurídica.
- Investir claramente com recursos e infraestrutura nos comitês que já apresentaram seus planos de bacia.
- Disponibilização dos recursos/Apoiar a instituição de verdadeiras agências.
- Superar os desinteresses e resistências.
- Fortalecer os comitês já existentes com a presença do **MINISTÉRIO PÚBLICO**.
- Eficiência e eficácia das ações dos comitês
- Empoderamento dos comitês, ações **ANA**.
- Verba orçamentária para os CBH, dotar os CBHs de personalidade jurídica.
- Dar personalidade jurídica aos comitês.
- Tornar estes espaços verdadeiramente democráticos e participativos
- Organização, capacidade de ação, projeto executivo, plano de ação e monitoramento.
- Dar liberdade de atuação aos comitês sem interferência do estado.
- Infraestrutura para coleta e vazão de água para consumo humano
- Estruturar os comitês e viabilizar a participação efetiva dos membros.

Prioridade 2 - Ampliação do Cadastro de Usos e Usuários de Recursos Hídricos.

No total, 92% dos respondentes consideraram esta prioridade como “importante ou muito importante” para orientar o próximo ciclo de implementação do PNRH. Os

desafios ou propostas apontados pelos respondentes são:

- Um sistema integrado de informações que seja alimentado mais facilmente e de acesso menos restrito.
- Transparência e controle dos múltiplos usos e usuários.
- TECNOLOGIAS DE SUPORTE E FORMAÇÕES.
- Que o cadastro seja um requisito para o uso da água na bacia hidrográfica.
- Instalar Pagamento por Serviços Ambientais, sem esta ferramenta o cadastro mostra apenas dados.
- Forma de apresentação pública, rápida e fácil acesso dos dados.
- Priorizar os gestores.
- Envolver não só os órgãos estaduais, mas também os órgãos federais e os próprios usuários.
- Estabelecer parcerias com órgãos estaduais e/ou municipais que possam contribuir na realização do cadastro, a exemplo da atuação das **SECRETARIAS DE SAÚDE**, por meio dos agentes de saúde e ambientais, os quais têm acesso às residências. Além de parcerias com instituições como **INCRA**, **FUNASA**, entre outras.
- Garantir a execução dos serviços com equipes qualificadas, garantir orçamento para a manutenção do serviço.
- Ser representativo, com metas progressivas.
- Inoperância dos órgãos responsáveis para realizar esse cadastro.
- TODOS OS USUÁRIOS TÊM IMPORTÂNCIA E DEVEM TER CADASTRO ATUALIZADO, ASSIM COMO SEUS USOS CALCULADOS.
- FALTA DE ATENÇÃO DO **GOVERNO FEDERAL**.
- No momento, tem poucos usuários pagando a cobrança (alias, são os consumidores dos seus produtos e serviços que pagam), e a arrecadação é insuficiente para sustentar uma administração efetiva. Deve haver recomendações que, nesta crise hídrica, não existe uso insignificante (sei que cada Comitê decide sobre este ponto, mas uma recomendação federal ia ajudar os CBHs a tomar esta decisão difícil), para que todo mundo paga pelo uso da água.
- Convencer os usuários a importância do cadastro, eles tem preocupação com cobrança.
- PROPOR E IDENTIFICAR LOCAIS USUÁRIOS PROPRIETÁRIOS, E DIRECIONAR OS TEMAS ABRANGENTES E COORDENAÇÕES E CONSILIAÇÕES AÇÕES SUSTENTÁVEIS AMBIENTALMENTE CORRETAS...
- Promover o cadastramento dos produtores de água.
- FALTA DE DIRETRIZES UNIFICADAS FRAGILIZAM O PROCESSO EM NÍVEL DA UNIDADE FEDERADA.
- SER OBRIGATORIO ESTAS INFORMAÇÕES.
- O FHIDRO do estado de **MINAS GERAIS** é muito burocrático, gerando um entrave na aprovação de projeto de cadastramento de usos e usuários, além do constante CONTINGENCIAMENTO dos recursos pelo governo estadual... Ao contrário do **FEHIDRO** do estado de **SÃO PAULO**... Funciona muito bem.
- Os usuários devem ser identificados e as outorgas devem ser regularizadas.

- Recursos humanos e financeiros.
- Recursos financeiros e humanos; pouca transparência para o cidadão e sem continuidade dos programas.
- Não é problema para **SP**.
- Com o cadastro de todos os usos e usuários possamos fazer um planejamento de preservação dos recursos hídricos. Pois sabendo a demanda temos como ter uma real idéia da situação da água em nosso país.
- Regularização da outorga.
- Visar uniformidade em todo o território nacional.
- Falta de infraestrutura dos Colegiados.
- Realizar uma campanha de conscientização junto aos Estados.
- Falta de equipe nos órgãos estaduais.
- Atualmente, no município de **OLÍMPIA**, temos problemas e dúvidas de como proceder com poços particulares residenciais. Sabemos que a outorga tem que partir do **DAEE**, mas e a cobrança por esse uso? Como seria realizado? Nossa cidade possui dois tipos de abastecimento de água, o superficial e através de poços, ou seja, essa extração de água por particulares pode afetar o abastecimento público, e talvez com a cobrança possamos diminuir a perfuração de poços na cidade. Mas não sabemos como proceder nesses casos. Por isso a importância do levantamento de usos e usuários, seria um primeiro passo.
- Estruturar os órgãos gestores do **PARANÁ** por meio de contratação e capacitação técnica de novos colaboradores.
- Promover a fiscalização dos usos das águas pelos gestores públicos.
- Aspecto quantitativo. Estabelecer auto-declaração e em caso de omissão, multa pesada.
- Conhecendo viabiliza participação e interesse.
- Todos somos usuários e temos que ter consciência disso
- O preenchimento no site da **ANA** deverá ser simplificado. Cadastro possui algumas complexidades que podem não estar acessível para todos os níveis de usuários que necessitam do cadastro.
- **FALTA DE PESSOAL TÉCNICO.**
- Pois muitos usuários não estão regularizados, o que dificulta o planejamento da gestão através do instrumento de gestão outorga.
- Estratégia e orientação conjunta e articulada entre todos os usuários.
- Base cadastral muito defasada e incompleta, órgãos gestores por limitações financeiras, não fiscalizam adequadamente e priorizam apenas usuários com melhor retorno financeiro (saneamento e indústrias) em detrimento da irrigação, agropecuária e mineração.
- Sensibilizar os usuários a se cadastrarem.
- É importante para a gestão saber quem usa e quanto usa.
- Aumento do efetivo técnico.
- Alertar os usuários que a água é um bem mineral finito, e que a oferta de água de boa qualidade passa pela preservação dos mananciais e aquíferos, bem como tem um custo operacional e financeiro para atender às demandas.
- Temos que avançar para o cadastramento impositivo, uma vez que o

cadastramento voluntário não reflete a realidade.

- Engajamento de todos.
- Garantir recursos financeiros para ampliação do cadastro.
- Qualificar membros de **SECRETARIAS MUNICIPAIS** para fornecerem dados aos CBHs
- Condições técnicas e de estrutura para o atendimento.
- Promover ampla fiscalização e cadastrar o maior número possível de usuários.
- ATINGIR E CATALOGAR DE MANEIRA EFETIVA TODOS OS USUÁRIOS, PRINCIPALMENTE EM ÁREAS RURAIS.
- Tornar mais claro a qualidade e a quantidade utilizada destes recursos.
- Dotar os órgãos de recursos humanos e financeiros para a tarefa.
- Operacionalização.
- Integração das bases de dados existentes e incentivo a implantação onde não existe visando a integração.
- O maior desafio é convencer a população que esta é uma medida necessária e não uma forma de tirar o seu direito futuramente.
- Um dos principais desafios é a automação do procedimento de regularização, avançar no cadastramento de afluentes e integrar o cadastro nacional com os Estaduais.
- Importante para se conhecer os diferentes usuários da água e assim melhorar o planejamento dos recursos hídricos.
- Um modelo de cadastro simples e de fácil preenchimento, pois os usuários em sua maioria não são capazes de responder a maioria dos cadastros devido ao excesso de informações solicitadas e dificuldade de locais de entrega.
- Integração das bases de dados existentes e incentivo a implantação onde não existe visando a integração.
- Fazer o controle e gestão dos cadastros.
- É fundamental para o conhecimento do público alvo e para o empoderamento dos comitês.
- Infra-estrutura inadequada dos órgãos gestores e falta de integração das bases de dados.
- Conseguir mobilização para cadastro.
- No nosso comitê existe um grupo chamado de Tratamento de esgoto e coleta de resíduos. O que torna mito disputada esta vaga por ser pouca e tanto as empresas de saneamento querem quanto as **PREFEITURAS**.
- Superar as dificuldades relacionadas à autodeclaração e da importância da participação de todos os usuários, vez que muitos percebem o CNARH como um elemento, não de gestão, mas de controle e cobrança.
- Garantir o uso de forma racional.
- Quantificar e catalogar os usuários em seus múltiplos usos.
- Elencar voluntários que desejam compor um quadro técnico capaz de assumir posições e fazer cumprir legislações específicas para tomadas de decisões com eficiência e rapidez que o assunto requer. O envolvimento obrigatório de todos os órgãos públicos na formação de conselhos para o setor viabiliza ações importantes e imediatas.

- Como monitorar a qualidade e quantidade de água disponível.
- Motivar aos usuários, de modo mais amplo, a utilizarem a água como recurso limitado e dar-lhe a consciência de onde vem a sua fonte de abastecimento.
- Processo burocrático e pouco criativo para realização do cadastro.
- Integração dos cadastros de usuários dos estados com o cadastro nacional.
- Estruturação dos órgãos ambientais.
- Efetivo para realização.
- Equipe de Gestão especializada.
- Somente o diagnóstico fiel pode oferecer condições ao planejamento.
- Atender a população com informação.
- Fazer valer a legislação que esta frouxa.
- Falta de participação, falta de coordenação dos comitês.
- Garantir transparência para a população.
- Monitoramento da referida ação.
- Sim, pois esse cadastro já esta desatualizado.
- Disponibilização de banco de dados.
- Ações efetivas por bacia, município por município.
- Criar programas permanentes e equipes monitoramento.
- Manter continuamente o cadastro e a fiscalização dos usuários.
- Identificação e integração dos órgãos gestores com comitês e com municípios.
- Dar um tratamento igualitário para todos os usuários.
- Disponibilizar acesso e informações aos comitês e estado.
- Fazer o cadastro juntamente no formulário do CAR.
- Conhecer os usos da água via cadastro.
- Quem vai efetuar este cadastro? Quais os dados necessários?
- Acesso integral dos cadastros pelos CBH.
- Mapear e cadastrar todos os usuários.
- Tornar obrigatório e prever sanção para quem não fizer.
- É primordial ter este tipo de informações.
- Conhecer para gerir.
- Descentralizar esta demanda estruturando os comitês.

Prioridade 3 - Estruturação, ampliação e manutenção da rede hidrometeorológica e da rede hidrogeológica nacional.

No total, 92% dos respondentes consideraram esta prioridade como “importante ou muito importante” para orientar o próximo ciclo de implementação do PNRH. Os desafios ou propostas apontados pelos respondentes são:

- TECNOLOGIAS DE SUPORTE E CUSTOS ORÇAMENTÁRIOS.
- Que se amplie a base de dados sobre a água e que estes auxiliem na tomada de decisão e que sejam de acesso a toda sociedade.
- Capacitação institucional.
- Instalar estações metereológicas contínuas em bacias hidrográficas de

abastecimento.

- Continuidade e ampliação da rede hidrometeorológica.
- Maior investimento em novas tecnologias.
- Sem essas informações consolidadas e disponíveis para consulta fica impossível planejar com exatidão o uso dos recursos hídricos.
- Aumentar o aparelhamento da rede hidrometeorológica e pessoal técnico especializado. Em articulação com Instituições de Pesquisa.
- Fortalecer as ações dos comitês. Atualizar o Plano Nacional e Estaduais para adequar as necessidades locais.
- Treinamento, padronização, recursos financeiros e humanos.
- Baixo índice de investimento para o objeto e qualificação insuficiente de mão de obra específica.
- ARTICULAR COM OS ESTADOS/MUNICÍPIOS.
- Sem dados suficientes e atualizados, com históricos para comparações, é difícil escolher locais e projetos prioritários.
- Não podemos esquecer o monitoramento hidrossedimentológico, muito carente de informações.
- COMPENSAR AÇÕES AO POLUIDOR PAGADOR DEGRADADOR E RECUPERADOR AMBIENTAL, PROPONDO ATINGIR O CONSERVADOR DE ÁREAS DE RESERVAS LEGAIS EM SUAS PROPRIEDADES...
- Consolidar a rede e melhorar monitoramento das disponibilidades subterrâneas
- ADOPTAR PADRÕES UNIFICADOS DE QUALIDADE HÍDRICA EM ESTADOS COM BAIXO GRAU DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO.
- PREPARAR TÉCNICOS.
- Compatibilização dos modelos (base de dados) utilizados pelos órgãos gestores e elaboração ou revisão do cadastro de usos e usuários.
- Os dados utilizados são superficiais, e não são coletados conforme as recomendações científicas adequadas.
- Conseguir recursos para a implantação de laboratórios multiusuários que contribuam para as análises de parâmetros que poderiam estar relacionados ao monitoramento.
- Evitar a todo custo o desperdício de recursos hídricos que se constituem numa praga nos aglomerados populacionais de todos os tamanhos.
- Concordo, tem que ter o diagnóstico mais perfeito possível.
- Recursos financeiros, continuidade na implantação.
- Falta de conhecimento e de recursos financeiros.
- São grandes. Aqui no **MARANHÃO** temos a realidade de uma **SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE** que praticamente tem que atender mais de 200 municípios. Os recursos financeiros limitados e falta de técnicos capacitados que possam atender a demanda.
- Integração do banco de dados.
- Visar uniformidade em todo o território nacional.
- Falta de recursos das **SERH**.
- Fortalecer a rede de monitoramento.
- Faltam recursos para a implantação de um sistema amplo.
- Item importante para o planejamento em épocas de escassez hídrica.

- Instalação e manutenção dos novos medidores.
- Promover a distribuição das informações de forma organizada, pois muitas instituições dispõem de dados técnicos, no entanto, as mesmas não compartilham as informações.
- Com informações, confirma e norteia planejamento.
- Sem informação e indicadores, não há gestão.
- Melhorar a qualidade das informações para que as ações atinjam de maneira satisfatória, seus objetivos.
- CONCIÊNCIA DA SOCIEDADE E DAS INSTITUIÇÕES.
- Universalização em todas as bacias hidrográficas.
- Monitoramento permanente.
- Manutenção do fluxo de recursos de forma estável para a coleta de dados e manutenção da rede, visando evitar interrupção nas séries históricas.
- Disponibilidade de recursos financeiros para atender a demanda com a devida cobertura espacial que o território Brasileiro requer.
- Custos e operacionalização.
- Mas importante que saber quem usa é saber a disponibilidade real. A água como bem econômico e de grande importância para o desenvolvimento econômico das regiões deve ser usada como tal. Desta forma deve-se saber qual a disponibilidade real para que se possa usufruir desta disponibilidade.
- Melhor gestão dos recursos financeiros captados e já existentes. Tornar menos exaustivas as exigências quanto aos critérios e suas exigências na distribuição dos recursos.
- Recursos para a pesquisa e monitoramento no nosso país sempre foi um gargalo; o torna um desafio permanente para os gestores e tomadores de decisões, das instituições que lidam com esse segmento, na busca incessante por recursos de financiamentos de projetos de pesquisa, nesta área. Haja vista, que nosso país é imenso, com características bem diversificadas dos recursos naturais. E, neste sentido, o **SEMIÁRIDO NORDESTINO** é um exemplo típico. Este ano (2016) é o quinto ano seguido com precipitações pluviométrica abaixo da média da série histórica. Os recursos hídricos estão entrando em colapso em muitas cidades e comunidades, principalmente a população difusa. Portanto, é muito bem vindo ampliar o conhecimento e monitoramento em relação às disponibilidades hídricas (superficiais e subterrâneas) de nossas bacias hidrográficas. Isso facilitaria, em muito, a gestão adequada dos nossos recursos hídricos.
- Fundamental a instalação, manutenção e disponibilização dos dados.
- Recurso financeiro
- Recuperar áreas das matas ciliares dos rios em todo o País e proteger nas nascentes
- Equipar tecnológica e financeiramente.
- Estruturação e ampliação estratégica. (universidades, centros de pesquisas e outros).
- Mais pontos de monotomamente consorciados com os municípios
- Concatenar as ações de vários órgãos públicos, entidades, Universidades e iniciativa privada para elaboração de plano estratégico para planejamento da

instalação da Rede. Sem uma rede abrangente e representativa dos dados hidrometeorológicos fica impossível fazer estudos e propor soluções

- Operacionalização
- Definição de pontos de observação e parâmetros para cada situação em função do meio físico e do uso e ocupação do solo. Para a rede hidrogeológica especificamente é necessário a ampliação do conhecimento hidrológico das bacias hidrográficas para que os parâmetros obtidos colaborem com o entendimento das relações entre águas subterrâneas e superficiais.
- Aquisição de equipamentos e logística, capacitação de técnicos, evitar lacunas de dados, garantir financiamento dos monitoramentos em longo prazo.
- A deficiência da rede já existente, o tamanho do país e a dificuldade (financeira e de recursos humanos e materiais) para realizar a manutenção e a coleta e tratamento dos dados.
- Ampliar o monitoramento quali-quantitativo das bacias nas regiões priorizadas e promover a integração das redes existentes visando reduzir a sobreposição de pontos monitorados
- Importante para melhor conhecermos as dinâmicas da água superficial e subterrânea.
- Aumento dos postos de monitoramento, de modo que sejam representativos, e implantação de rede de monitoramento remoto.
- Definição de pontos de observação e parâmetros para cada situação em função do meio físico e do uso e ocupação do solo. Para a rede hidrogeológica especificamente é necessário a ampliação do conhecimento hidrológico das bacias hidrográficas para que os parâmetros obtidos colaborem com o entendimento das relações entre águas subterrâneas e superficiais.
- Fazer controle para instalação e manutenção adequadas dos postos.
- No Estado do **CEARÁ** esses monitoramentos são feitos de maneira adequada e eficaz, desde o início com a atuação do **DNOCS** há mais de cem anos. Entretanto, ainda temos muitos desafios, principalmente relativos à qualidade das águas superficiais e subterrâneas e na questão do enquadramento dos corpos hídricos.
- Infraestrutura adequada dos órgãos gestores e integração das bases de dados.
- Implantação
- E qual será a confiabilidades destes dados. Quem coletara? Quem irá gerir estes dados? Quem custeará? Se for para os Comitês assumirem com verbas repassadas para o Estado do **RS**, não vai dar certo, pois o estado está falido.
- Definir as bacias prioritárias, elaborar um mapa de implantação para as bacias, implantar e, principalmente, manter em operação a rede.
- Auxiliar o planejamento agrícola
- Extremamente importante, pois dados meteorológicos da micro-região são desconhecidos, sobretudo aqueles dados que sofrem transições de planaltos para planícies, cujos efeitos em impactos ambientais tornam difíceis de serem estimados.
- Minimizar os erros que existem nessa coleta de dados.
- Assim como tem o **PRODES**, poderia ter o **PROFLU**. Já falei isso pessoalmente na **ANA**, mas não surtiu efeito.

- Fazer essa integração das redes hidrometeorológica com a rede hidrogeológica tendo em vista que a gestão dos Recursos Hídricos passa obrigatoriamente pelo conhecimento dessas duas redes.
- Efetivo para implantação; Burocratização.
- Consolidar pelo fomento as ações junto às universidades sobre sensoriamento remoto: programas e ações.
- Iniciar por bacias com déficit hídrico.
- Manter pelo menos um ponto de monitoramento na área onde exista CBH.
- Recurso financeiro.
- Fazer uma radiografia da situação do país.
- Mapeamento de nascentes sem ações de revitalização e conscientização social. Coletividade nas propostas de ações.
- Investimentos em tecnologia e mão de obra.
- Manutenção adequada do sistema.
- Necessidade de máxima urgência conseguir recursos para isso.
- Investimentos em tecnologia e mão de obra.
- Estas informações devem estar disponíveis em tempo real.
- Implantar os sistemas estaduais com informação
- Estender para rios estaduais.
- Criação de aplicativo que monitore a água.
- Sistema informatizado online.
- Programas por nascentes e equipes treinadas, automação.
- Maior integração, por meio de um padrão único, de todas as bases de dados de monitoramento das diversas instituições.
- Pontos estratégicos de entrega.
- Ter informações mais precisas em tempo real.
- **ANA e MMA.**
- Conhecimento das crises de água.
- Consolidar o apoio técnico científico aos comitês.
- Disponibilizar acesso e informações aos comitês
- Funcionamento efetivo da rede para geração de abertas precoces.
- Acesso integral e permanente dos dados pelos CBHs
- Implantação imediata da rede hidrometeorológica.
- Tirar conclusões através de avaliações se o processo caminha positivamente.
- Investimento em tecnologia e produção científica.

Prioridade 4 - Desenvolvimento do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH) e implantação dos Sistemas Estaduais de Informação, integrados ao SNIRH.

No total, 91% dos respondentes consideraram esta prioridade como “importante ou muito importante” para orientar o próximo ciclo de implementação do PNRH. Os desafios ou propostas apontados pelos respondentes são:

- Integrar rede nacional de informações em recursos hídricos com base na criação e participação de sistemas estaduais de informação.
- O desafio já está proposto na própria prioridade.
- PARTICIPAÇÃO EFETIVA E TECNOLOGIAS DE SUPORTE.
- Maior transparência sobre a situação dos recursos hídricos e sua gestão.
- Dados sobre demanda e produção.
- O órgão estadual ainda dificulta muito o acesso à informação, sem apresentar sistemas de fácil acesso e obtenção da informação.
- Facilidade na comunicação e acesso a informação.
- Um banco de dados com todas as informações disponíveis e consolidadas é fundamental para um correto planejamento. O grande desafio é alimentar esse banco.
- Aumentar equipe com pessoal técnico especializado e promover atualização permanente.
- Desenvolver os sistemas, alimentar e fazer uso das informações para dinamizar as atividades, ações e preservação de recursos hídricos.
- Adequar/negociar os interesses dos estados com a união.
- HOJE TEMOS UMA LACUNA DE INFORMAÇÕES PRECISAS PARA TRABALHAR EM RECURSOS HÍDRICOS, ESSAS INFORMAÇÕES DEVEM SER BALIZADAS DE FORMA UNIFORME EM TODO O PAÍS.
- APLICATIVO DE GESTÃO INTEGRADA.
- Precisamos de dados precisos, não somente auto-declaratórios de saneamento municipal - precisam de verificação/validação.
- PROMOVENDO AÇÕES DE REGULARIZAÇÕES ENTRE OUTRAS.
- Consolidar o SNIRH.
- IMPLANTAR A GESTÃO EFETIVA, PARA ALÉM DO DEFICIENTE CONTROLE.
- PREPARAR TODOS OS CONSELHOS DOS ESTADOS PARA PARTICIPAREM.
- Os comitês de **MINAS GERAIS** foram abandonados (sem estrutura mínima para funcionamento) pelo Estado (**SEMAD** e **ÓRGÃO GESTOR (IGAM)**).
- As políticas devem ser descentralizadas, mas as informações devem ser coordenadas.
- Perfeito.
- Trabalhos integrados.
- As informações disponíveis ficam mais fáceis se saber a situação real.
- Compatibilidade dos dados, unidades de medida e frequência dos dados
- Descentralizar do poder estatal.
- Fortalecer a interlocução dos sistemas.
- Faltam recursos para implantação do sistema amplo.
- Superar as desigualdades entre os estados no âmbito da Tecnologia da Informação.
- No âmbito do Estado do **AMAZONAS** não existe um sistema de informações, pois as informações se restringem às instituições que as produziram, o que as tornam pulverizadas e de difícil acesso.
- A informação pretérita e presente permitem alimentação dinâmica dos sistemas.
- Idem acima.

- Capacitação de pessoal.
- INTEGRAÇÃO COM A SOCIEDADE E OS ORGÃOS EXISTENTES, FEDERAIS, ESTADUAIS, MUNICIPAIS E ONGS.
- Definição de uma plataforma única e uniformização de dados a serem divulgados.
- Disponibilizar de forma ágil, simples e atrativa, porém sem comprometer a profundidade do conteúdo disponibilizado.
- Articular, convencer e comprometer os órgãos e instituições envolvidas com o tema.
- Acredito que a prioridade seja a implementação de uma rede de monitoramento consistente e moderna. Após isso se devem priorizar os sistemas de informação.
- Desenvolver ferramentas de pesquisa utilizando tecnologia de ponta para tal, agilizando assim consultas e a elaboração de projetos, e que seja de livre consulta e fácil compreensão, tal qual os das bacias hidrográficas de **MINAS GERAIS**.
- É muito bem vindo. São, pelo menos, três os desafios. 1) evitar a superposição de informações e de dados; 2) O desafio maior: a elaboração de um banco de dados unificado (UNIÃO E ESTADO); 3) no caso de perfuração de poços tubulares profundos, fazer valer a fiscalização e exigência por parte dos órgãos outorgantes competentes, os dados construtivos dos poços (perfil litológico, vazões, níveis estáticos e dinâmicos, profundidades de entradas d'água, e outros).
- Criar um sistema único entendendo ser o mais lógico.
- Ter rede de monitoramento robusta e confiável.
- Encontrar uma plataforma computacional que permite acesso *on line* entre os usuários.
- Não esquecer os municípios.
- CRIAR UM BANCO DE DADOS QUE MOSTRE DE MANEIRA REAL A SITUAÇÃO ENFRENTADA POR CADA BACIA HIDROGRÁFICA.
- Facilitar acesso e comunicação com os comitês.
- Romper a inércia dos poderes públicos.
- Falta de pessoal habilitado.
- Plataformas compatíveis com as tecnologias atuais.
- Acesso a dados CONFIÁVEIS de quantidade e qualidade de água.
- Compatibilização dos sistemas.
- Integrar os Sistemas Estaduais com os Sistemas Nacionais de Informação.
- Importante para consolidarmos as parcerias com a União.
- Padronizar sistemas e unidades, e criar um software nacional que atenda a todas as bacias.
- Dotar o Estado de um SIRH dinâmico que funcione como um sistema de suporte à decisão ao órgão gestor e de divulgação de dados à sociedade
- Estaduais de Informação, integrados ao SNIRH. * Plataformas compatíveis com as tecnologias atuais.
- Aperfeiçoar o acesso ao SNIRH. Assegurar espaço físico e lógico para implementação da aquisição de novos dados.

- A interlocução entre os Órgãos Federais de Recursos Hídricos e Estaduais no **SEMIÁRIDO** ainda é um desafio permanente para coleta de dados consistentes para o SNIRH. No **CEARÁ** o **DNOCS** e os **ÓRGÃOS ESTADUAIS DE RECURSOS HÍDRICOS** tem uma parceria importante, entretanto em outros estados, temos dificuldades de interlocução para consolidação do Banco de Dados.
- Infraestrutura inadequada dos órgãos gestores e falta de integração das bases de dados.
- Estes sistemas estaduais quem fará a implantação?
- Criar um sistema de atualização participativo com os diversos organismos que compõem o Sistema Nacional e validar tais atualizações.
- Conscientização dos poderes públicos.
- Integração entre as instituições falando a mesma língua pra ações coletivas.
- Muito importante criação de canal direto entre os objetivos locais e centrais de tabulações de dados e resultados de observações meteorológicas locais. Para tanto se exige instalações de estações convenientemente localizadas para registros dos parâmetros climáticos exigíveis nas observações estudadas.
- Integrar todo o sistema em um único banco de dados para que se possa utilizar em benefício da gestão dos recursos hídricos.
- Fortalecer os Sistemas Estaduais de Informação sobre Recursos Hídricos como base fundamental para o fortalecimento do SNIRH.
- Há necessidade de democratização ambiental, com linguagem acessível a todos, com menos termos técnicos.
- Comunicação adequada, planejada para socializar as informações importantes para a população.
- Dar visibilidade à sociedade dos dados inseridos no sistema.
- Acessibilidade das informações, fomento da importância dessa implantação.
- Garantir coletas representativas das diferentes realidades do **BRASIL**.
- Consolidação e manutenção do sistema.
- Estender também para os municípios.
- Garantir coletas representativas das diferentes realidades.
- Principalmente dados entre órgãos instituições, sejam compatíveis.
- O SNIRH já é uma realidade hoje, mas ainda valem esforços para integrar as bases de dados estaduais e de bacias hidrográficas.
- Integrar as secretarias de ambiente dos municípios participantes dos comitês.
- CBHs com suporte para acessar os dados e ferramentas para inserir informações locais.
- Usar informações para a elaboração da gestão de Recursos Hídricos.
- Integrar o cadastro de usuários e o SNIRH/Estaduais.
- Criar bancos de dados que seja acessíveis e transparentes.
- Criação de banco de dados aberto a consulta pelos comitês. Transparência.
- Consolidar o SNIRH colocando os CBH como prioridade absoluta.
- Controle regional.
- Capacitar os comitês para alimentar o sistema com as demandas locais.

Prioridade 5 - Elaboração de Planos de Recursos Hídricos.

No total, 90% dos respondentes consideraram esta prioridade como “importante ou muito importante” para orientar o próximo ciclo de implementação do PNRH. Os desafios ou propostas apontados pelos respondentes são:

- Tornar os planos operacionalmente exeqüíveis.
- Precisamos monitorar sua utilização e verificar os resultados na prática.
- Os comitês do Estado de **SÃO PAULO** já estão revisando seus planos de bacias, assim como os rios de domínio da União estão em fase de fundamentação ou execução.
- CONFLITOS NA GESTÃO E PARTICIPAÇÃO EFETIVA.
- Que os planos de tão orientem a gestão e que reflitam os diversos interesses em relação a água, garantindo a sua conservação ambiental.
- Conseguir administrar demanda do uso d'água.
- Implementar os planos já existentes.
- Há muito consome recursos com plano o que importa é a sua concretude.
- Não deixar que plano vire enfeite de prateleira.
- Ampliar a elaboração dos Planos de Recursos Hídricos para todas as bacias hidrográficas e fazer revisão dos que já existem.
- Instrumento importantíssimo para nortear as ações dos CBHs e órgãos gestores para enfrentamento dos cenários futuros cada vez mais incertos ambiental, social e economicamente.
- Estabelecer as prioridades, cumprir metas e manter o quadro permanente para a execução das ações.
- Revisar os planos existentes.
- Falta de recursos financeiros.
- ARTICULAÇÕES POLÍTICAS (DIFUNDIR MELHOR AS INFORMAÇÕES FALTA CAPACITAÇÕES TÉCNICAS).
- Os Planos devem incluir TODAS as ações necessárias em cada bacia, não somente as ações que são possíveis no momento. Um modelo federal com esta abrangência ia ajudar os CBHs a definir a lista inteira de necessidades para sua região, para depois definir prioridades.
- Os comitês de bacias que não tem recursos financeiros a União e o Estado repassar verba para consolidação desses comitês.
- FALTA DE RECURSOS, E PESSOAS DE QUALIFICAÇÕES ESPECÍFICAS...
- Transposição de bacias (**SÃO FRANCISCO/PARAÍBA DO SUL**)
- CAPACITAR OS ENTES, OS ATORES, PARA QUE POSSAM NÃO SÓ ELABORAR, MAS TOMAR CONHECIMENTO DO REAL PODER DE FISCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES PARTICÍPES, PARA ALÉM DOS INTERESSES DE CADA REPRESENTAÇÃO.
- CONTRATAR PREPARAR E COBRAR TECNICOS ESPECIALISTAS
- Fazer a integração dos PERH.
- Aumentar a taxa de produção de resultados de pesquisas relacionadas aos recursos hídricos e uso da água e diluição de esgotos para incluir estes nos estudos prévios que contemplarão as bases dos planos de bacia.
- Antes de se elaborar planos é necessário estabelecer sobre quais dados de disponibilidade hídrica se está falando. A prioridade deve ser mensurações

específicas e não projeções globais a partir de indicadores gerais.

- Já realizado.
- Integração dos órgãos públicos e privados da união e dos estados.
- Novamente a preocupação de esses Planos sejam realmente elaborados por quem conhece a região e não ser mais um plano onde se fez o cola e copia.
- Compatibilização das diversas fontes de informação.
- Verificar atuação a nível estadual.
- Falta de recursos.
- Os planos têm que ser acompanhados sistematicamente.
- Unir conhecimentos e ter equipes multidisciplinares boas.
- Seria interessante a realização de Planos Municipais de recursos hídricos em cada cidade, pois cada uma tem suas peculiaridades.
- Envolver os colegiados.
- Engajamento de todos os membros do Comitê no processo de acompanhamento da elaboração do Plano de Bacias.
- Inserir a gestão das bacias transfronteiriças na pauta do Ministério das Relações Exteriores com o apoio de profissionais especializados nesta temática.
- Consolidar idéia de PLANOS COMO POLÍTICA DE ESTADO.
- O plano é o roteiro, decorrente.
- Urgência em implementá-los.
- Capacitação de pessoal – especialização.
- SEMINÁRIOS, ESTUDOS E DIVULGAÇÃO.
- Atualmente existe diversos planos de bacias, contemplando grande numero de folhas e pouca implementação e respeito dos órgãos públicos nas suas intervenções hídricas.
- Finalização das etapas dos planos iniciados e acompanhamento das ações de recuperação. Para isso é fundamental a implantação das Agências.
- Aportar recursos e contratar empresas de boa qualidade e que considerem levantamentos primários, secundários e cenarização com participação dos diversos atores que compõem o SINGRH. Considerar, prever e garantir parte da disponibilidade hídrica para futuras expansões do abastecimento público, a médio e longo prazo, pois as outorgas preventivas são de apenas 3 anos e não preenchem esta lacuna. Assim como outros usos existentes de diluição de efluentes outorgáveis ou não, em especial os difusos (irrigação, esgoto difuso, mineração, drenagem pluvial) independentemente de existir ou não uma solicitação formal de outorga. Estudar vazão de referencia diferenciada para diluição de fluentes ou aceitar maior freqüência e nível de violação da classe de enquadramento, desde que respeite os limites de toxidade do corpo hídrico.
- Recursos financeiros.
- Fazer com que os Planos de Recursos Hídricos e os demais planos que existem para os territórios (Planos diretores, planos de desenvolvimento regional, planos de saneamento básico, etc.) conversem entre si e sejam respeitados pelos formuladores de políticas públicas e pelos políticos.
- É de grande importância uma elaboração bem feita dos planos com a participação efetiva dos usuários e órgãos gestores.

- Reunir e decidir.
- Mais uma vez, o desafio principal é o recurso financeiro para tal, na atual conjuntura política e financeira por que passa o **BRASIL**. Particularmente, o Estado do **CEARÁ** já dispõe de Plano de Recursos Hídricos. Carece de uma atualização periódica das suas informações.
- Elaborar os PRHs, instrumento indispensável na gestão dos recursos hídricos.
- Sem eles difícil é a evolução e o futuro das populações.
- Apoiar os municipais para criar seus Planos Municipais de recursos Hídricos.
- Obter recursos para sua execução.
- Desenvolver pesquisas e não trabalhar somente com dados secundários.
- Implementar, primeiramente. Os planos já existentes que ainda estão na gaveta.
- Não esquecer os municípios que são carentes em técnicos com formação para poder fazer a diferença.
- Romper com a baixa participação das universidades e entidades capacitadas para colaborar e liderar a elaboração dos planos. Além de garantir recursos mínimos financeiros necessários para custear a elaboração.
- Falta de mão de obra e recursos nos municípios.
- Deve ser dada prioridade a implementação dos programas definidos nos planos de recursos hídricos.
- Implementação dos Planos de Recursos Hídricos.
- Em **MINAS GERAIS** quase todos os PDRHs já foram elaborados, nossa maior dificuldade hoje é a implementação desses planos. Seria bom auxiliar a resolução deste problema.
- Importante tarefa que deve ser uma das prioridades.
- Incorporar nos Planos de Bacias questões relacionadas à infraestrutura natural e priorizar ações de conservação das áreas naturais, já que garantem de forma mais efetiva o provimento dos serviços ecossistêmicos relacionados a manutenção da qualidade e quantidade da água, além de promover condições para o bem estar que a cidade não permite para a vida das pessoas. Esse conceito também é muito utilizado quando se fala em cinturões verdes ao redor de grandes cidades. Em nosso entendimento, ações de infraestrutura natural devem ser consideradas de forma complementar, já que ações de saneamento básico e construção de estruturas de engenharia convencional não garantem por si só a manutenção estabilidade dos fluxos hidrológicos, tanto na escala de bacia quanto no em escala mais ampla.
- Deve ser dada prioridade a implementação dos programas definidos nos planos de recursos hídricos.
- Os Planos Estaduais e de Bacias de Recursos Hídricos ainda são desafios no Sistema, vez que precisam ser atualizados e nem sempre se tem recursos financeiros para tal. Entretanto, no **CEARÁ**, foram revistos alguns Planos de Bacias de forma Participativa com os Comitês e **CONERH** num processo muito rico para o Sistema Estadual de Recursos Hídricos.
- Viabilizar a implementação dos planos existentes e garantir a participação de todos os atores, soc. civil e usuários, na elaboração de planos onde não existe comitê de bacia.
- Finalizar todos os planos e efetivar as ações previstas.

- Não adianta um plano de recursos hídricos sem data e metas e punições para quem não as cumprir. Um plano para ser bem efetivo tem que ter META e DATA.
- Inicialmente, consensuar os interesses dos três setores que compõem os Comitês. Posteriormente, integrar os Planos de Comitês de Bacias principais e de Comitês de Bacias contribuintes às principais.
- Elaborar bons planos.
- Aplicação real dos Planos de Bacia, que as proposições não fiquem só no papel
- Ao longo de um período com metodologia própria e equipamentos convenientemente instalados, podem-se alcançar resultados surpreendentes na consecução dos objetivos traçados. A ausência de estações meteorológicas conduz os resultados aproximados a erros grosseiros que podem significar prejuízos importantes as conclusões de impactos ambientais observados.
- Recursos para elaboração dos Planos de Bacias e muito mais os recursos para a implantação dos mesmos. Se não puder implantar não há necessidade de se fazer o plano.
- Atualmente em 90% dos casos são processo meramente burocráticos.
- O maior desafio não é elaborar os Planos de Recursos Hídricos e sim a implementação das ações desses Planos.
- Os estados devem dar condições para a realização dos trabalhos.
- Implantação e envolvimento dos colaboradores (poder público, usuários e sociedade civil).
- Equipe técnica e interlocução união/estados/municípios.
- Divulgar os programas e subprogramas.
- Cobrar a aplicação do PERH já existentes, cobrar os planos de bacias.
- Elaborar e desburocratizar os projetos de obtenção de recursos.
- Interesse governamental na elaboração e ação dos pontos levantados, sair do plano para ações efetivas.
- Divulgar os planos de bacia para a população em geral, pois as informações ficam restritas aos CBH
- Agir no local para transformar as demais escalas geográficas.
- Revisão periódica do referido plano.
- Necessidade extrema porque atualmente os rios da união estão abandonados.
- Agir no local para transformar as demais escalas geográficas.
- Revisão de prioridades a cada dois anos.
- Maior interlocução entre os planos, inclusive com outros planos e políticas dos governos federal, estaduais e municipais.
- Inclusive Municipais.
- Consolidar os diagnósticos dos planos estaduais para o federal.
- Comunidade local.
- Estimular esta elaboração dentro dos comitês.
- Estamos iniciando os trabalhos para o plano da **BACIA DO ITAPICURU**.
- Estimular os comitês.
- Planos em bacias de rios de domínio da união.
- Executar o que for solicitado no plano, conhecimento da comunidade existência do plano.

- Estimular os comitês a cobrarem e acompanharem a execução.
- Repasse de dinheiro para elaboração dos planos de bacias para CBH.
- Exigir dos estados sob pena de sanção à elaboração dos planos de recursos hídricos.
- Não favorecer apenas um grupo neste documento.
- Planejar para agir e otimizar recursos.
- Tornar aplicável todos os planos com diretrizes mais claras.

Prioridade 6 - Apoio ao enquadramento dos corpos d'água.

No total, 86% dos respondentes consideraram esta prioridade como “importante ou muito importante” para orientar o próximo ciclo de implementação do PNRH. Os desafios ou propostas apontados pelos respondentes são:

- É necessário o cadastro de usuários e a hierarquização dos usos por importância, sendo o abastecimento público e a proteção os mais prioritários.
- TECNOLOGIAS DE SUPORTE E FISCALIZAÇÃO EFETIVA.
- Estabelecer metas factíveis de qualidade da água na bacia.
- Enquadrar e mantê-lo em qualidades deste enquadramento. Não adianta enquadrar se providências não forem tomadas.
- As propostas de enquadramento precisam avançar, considerando a verdadeira necessidade de água de qualidade em diversos locais da bacia. O enquadramento automático em classe 2 flexibiliza por demais a tomada de decisão em favor da melhoria das condições de qualidade da água nas bacias.
- Estamos muito distante.
- Conseguir enquadrar as águas dos rios intermitentes.
- Melhorar infraestrutura física e de pessoal técnico especializado nos estados.
- O enquadramento casa com o monitoramento hidrológico, revisar os enquadramentos é fundamental.
- (DIFUNDIR MELHOR AS INFORMAÇÕES FALTA CAPACITAÇÕES TÉCNICAS).
- A classe de cada trecho de rio define os usos que vão ser permitidos lá, que vai influenciar nas outorgas e cobranças posteriores. Enquadramento deve ser uma das etapas iniciais do sistema de cobrança pelo uso das águas.
- TREINAMENTOS E ENTENDIMENTOS.
- Promover o adequado enquadramento de corpos de água em nível de micro bacias (locais).
- FALTA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NA FRONTEIRA HÍDRICA NORTE E NOROESTE DO PAÍS, ALÉM DAS PÉSSIMAS CONDIÇÕES DE LOGÍSTICA NESTES MESMOS LOCAIS PARA O TRANSPORTE DAS AMOSTRAS ATÉ OS CENTROS ANALÍTICOS.
- AMPLIAR PARA MUNICÍPIOS.
- Chegar a um consenso com os representantes dos usuários por que gera custos de adequação e cobrança pelo lançamento.
- As bacias no **PARANÁ** na sua maioria já determinaram o enquadramento.
- Esse nível de gestão deve ser descentralizado e as propostas dos entes federados devem obedecer à coordenação de políticas e não a uma competição ideológica

entre grupos políticos diferentes que ocupam cargos em entes da união.

- Compreensão da importância do indicador.
- Muito importante a meu ver, pois assim podemos exigir a qualidade da água conforme o seu enquadramento.
- Metas de enquadramento factíveis.
- Falta de recursos e diferenças de qualidades de água em um mesmo Rio.
- Acompanhar de maneira sistêmica as propostas.
- Debater os enquadramentos in loco.
- O enquadramento de ser uma meta a ser atingida em médio prazo.
- Elaborar o enquadramento dos corpos d'água na dimensão hidrográfica do Estado do **AMAZONAS** exige investimentos financeiros, razão pela qual entendo que a obtenção de recursos para tanto constitui um desafio.
- Isso traz informações e ajuda no planejamento.
- É a base sem a qual outras ações ficam prejudicadas
- Compromisso.
- SEMINÁRIOS, ESTUDOS E DIVULGAÇÃO.
- Como enquadra em rios intermitentes do **SEMIÁRIDO**.
- Fortalecer a relação com os órgãos fiscalizadores acompanhar a utilização do Enquadramento nos processos de licitação.
- Complexidade e necessidade de informações confiáveis e estruturadas obtidas das prioridades 2, 3, 4, e 5, bem como a aplicação de consistente metodologia para a cenarização realística. Considerando a participação dos atores do SINGREH e a pactuação para a efetivação das ações, considerando os limites orçamentários e impactos econômicos na sociedade da alternativa escolhida. Considerar, prever e garantir parte da disponibilidade hídrica para futuras expansões do abastecimento público, a médio e longo prazo, pois as outorgas preventivas são de apenas 3 anos e não preenchem esta lacuna. Assim como outros usos existentes de diluição de efluentes outorgáveis ou não, em especial os difusos (irrigação, esgoto difuso, mineração, drenagem pluvial) independentemente de existir ou não uma solicitação formal de outorga e romper a lógica de balcão que recebe a outorga. Quem vai custear estes estudos?
- Articular, convencer e comprometer os órgãos e instituições envolvidas com o tema.
- Utilizar os recursos existentes para tal.
- O desafio maior passa pelo fortalecimento das instituições federais e estaduais que lidam com recursos hídricos. A maioria delas está sucateada estruturalmente e/ou em relação a quadro de pessoal (cabeça pensante), necessitando urgentemente de renovação de pessoal através de concurso público. E, aí, mais uma vez, esbarramos nos recursos financeiros, haja vista que a UNIÃO e a maioria dos ESTADOS, estão no momento com dificuldades de pagar em dia os funcionários atuais, quanto mais realizar concursos para suprir às demandas necessárias.
- Desenvolver um método que seja fidedigno em apontar a qualidade dos cursos de água.

- A questão técnica é importante, mas os acordos e compromissos são políticos.
- Conciliar as diferentes opiniões entre técnicos e instituições.
- Encontrar rios limpos, como o **RIO GORUTUBA** que passa no centro da cidade de **JANAÚBA** (80.000 habitantes) e ter água limpa para beber.
- CRIAR PLANOS E DIVULGAR SUAS METAS E DESAFIOS A SEREM SUPERADOS, EVIDENCIANDO CADA PROBLEMA.
- Mais rapidez na adequação dos dados.
- Estabelecimento de metas progressivas compatíveis com sustentabilidade técnica e econômica de cada bacia. Sem deixar de considerar novas tecnologias.
- Metodologia para elaboração das propostas. Efetivação do enquadramento.
- É de extrema necessidade que os órgãos públicos estaduais sejam capacitados para elaborar e/ou acompanhar a elaboração dos enquadramentos. É necessário mais conhecimento e expertise sobre o tema.
- Até o momento poucos rios foram enquadrados, é necessário fazer a ampliação.
- O Enquadramento dos Corpos de Água carece de sua implantação na maior parte das Bacias de **MG** e de atualização naquelas já enquadradas.
- Estabelecimento de metas progressivas compatíveis com sustentabilidade técnica e econômica de cada bacia. Sem deixar de considerar novas tecnologias.
- Este, em minha opinião, é o maior desafio do Atual Sistema de RH do **CEARÁ**, pois fazer enquadramento de Rios Intermitentes é muito complicado e por isso o enquadramento não está, ainda, efetivado no **CEARÁ**, onde suas bacias são quase todas Estaduais.
- Inexistência/fragilidade dos Sistemas de informações tanto de monitoramento da qualidade e da disponibilidade hídrica, como de dados de outorgas de lançamento e de licenciamento, falta de conhecimento do instrumento, falta de capacitação dos entes envolvidos, etc.
- De novo quem ira custear? Sabemos que os corpos hídricos devem ser enquadrados, mas de que forma? Qual é o tempo mínimo de análises para enquadrar um corpo?
- Considerando a malha hidrográfica, talvez seja mais interessante trabalhar por bacias ou, talvez, definir as Classes mais elevadas para os corpos hídricos.
- Conscientização dos poderes políticos.
- Se os trabalhos realizados nas sub-bacias forem bem coordenados e adequadamente aplicados, certamente, haverá minimização dos impactos em caudais transestaduais. Importância maior deverá ser dada aos tributários que servem às sub-bacias.
- Ter o conhecimento real de toda a bacia.
- Simplificar o processo.
- Criar uma metodologia de enquadramento de corpos d'águas que seja replicado para os estados que estão órfãos nesse quesito.
- Condições de trabalho.
- Dá subsídios aos conselhos estaduais.
- Reconhecer que o enquadramento sugere demandas normativas.
- Deve-se cumprir a lei que protege nascente e rios.
- Fragilidade, punição branda demais aos que despejam ilegalmente substâncias nos rios ou provocam impactos ambientais.

- Reenquadrar os rios em função das variáveis DBO/DQO em pontos específicos. Monitoramento.
- Já ocorre, mas não são divulgados, urgência desse enquadramento.
- Elaboração de estudos.
- Capacitar os CBHs em relação a este tema e convocar a discutir com implementação.
- Prioritário.
- Diagnósticos prévios das bacias.
- Incluir as propostas de enquadramento já nos planos de recursos hídricos, conforme incisos IV e V da lei 9433/97.
- Identificação de áreas estratégicas de recarga e usos especiais.
- Aplicar um modelo piloto na BIG.
- Fazer enquadramento com base nas análises que mostram a qualidade.
- Governo federal, estadual e municipal.
- Enquadramento dos rios de dupla dominialidade.
- Os corpos d'água são responsabilidade de todos, estado, municípios, usuários, associações.
- Enquadramento com CBH.
- Apoiar os estados, diretamente os CBH.
- Descentralizar esta responsabilidade para os comitês após sua estruturação e apoio financeiro.

Prioridade 7 - Definição de critérios de outorga para diferentes situações.

No total, 90% dos respondentes consideraram esta prioridade como “importante ou muito importante” para orientar o próximo ciclo de implementação do PNRH. Os desafios ou propostas apontados pelos respondentes são:

- Padronização de normas e diretrizes para usos da água em território nacional.
- EFICIÊNCIA NO DIÁLOGO E TOMADA DE POSIÇÃO COLETIVA.
- Avançar na alocação negociada da água.
- Eventos extremos.
- A flexibilização de critérios de outorga, considerando a sazonalidade das vazões é urgente. Não há mais possibilidade de trabalharmos com um valor de referência igual para todo o ano hidrológico.
- Priorizar recursos e funcionários para esse fim.
- Para isso acontecer todo o enquadramento precisar está definir principalmente dos rios intermitentes.
- Ampliar a aplicação da outorga de água superficial e subterrânea em todos os Estados da federação.
- Identificar a atividade de cada outorga e estabelecer os critérios específicos nas atividades do outorgado.
- Colocar em prática, fazer funcionar em conjunto com o monitoramento e o enquadramento atualizado.
- Unificação da metodologia (consistência de critérios).
- (DIFUNDIR MELHOR AS INFORMAÇÕES FALTA CAPACITAÇÕES TÉCNICAS).

- A outorga influencia diretamente na cobrança, que é uma das chaves para estabelecer um sistema sustentável de gestão das águas.
- PLANEJAMENTOS E AÇÕES...
- Consolidar a cobrança em todos os Comitês.
- FALTA DE ESTUDOS COMPLETOS EM TODAS AS BACIAS, QUE POSSAM EMBASAR DE FORMA TÉCNICA A QUESTÃO DA OUTORGA.
- SABER QUANTITATIVOS A SEREM LIBERADOS E EFETIVAMENTE USADOS.
- Depende dos órgãos gestores estaduais.
- A coerência e a consistência entre os critérios nas unidades da federação e o emprego de metodologias de investigação in loco para revelar especificidades deve ser uma constante quando se fala de disponibilidade hídrica para além daquilo que é apenas hidrografia de superfície. A hidrodinâmica solo, relevo, clima e regimes de pluviosidade não podem ser resultado de projeções e sim de verificações e essas verificações devem ser incentivada como pesquisa de interesse nacional.
- Concordo.
- Há estados que ainda nem outorga possuem.
- Integrar os órgãos ambientais municipais no processo de concessão de outorgas, por estarem familiarizados com sua região e conhecedores das mazelas políticas e ambientais locais, os quais poderão fiscalizar o cumprimento de metas e penalizar os transgressores.
- Não podemos ter metodologia diferente se o recurso hídrico é igual. Só temos que ficar atento às particularidades dos Biomas onde se encontram esses recursos hídricos.
- Fiscalização.
- Falta de estrutura e pessoal qualificado.
- Conscientizar a sociedade civil.
- Dialogar com os órgãos estaduais.
- A uniformização dos critérios de outorga deve ser uma meta de médio prazo.
- O instrumento de outorga não existe no Estado do **AMAZONAS**. É importante investimento do Estado com recursos materiais e humanos para a outorga. O Estado tem poucos profissionais e o concurso público para a contratação de pessoal foi suspenso.
- Aqui cada situação aponta uma solução. Aqui é o uso, que dado nossa desinformação ocorre uso inadequado até de forma involuntária. Devemos contar com metodologia moderna e eficaz de forma permitir o uso dentro de demanda justa e necessária.
- Envolvimento da comunidade.
- Sensibilização e compromisso dos outorgantes.
- Processos de concessão e manutenção de outorgas são morosos.
- PLANEJAMENTO, CONCIETIZAÇÃO E VIGILÂNCIA.
- Mais importante que tudo isso e a devida fiscalização dando prioridade a quem tem o termo outorga e facilitando para que irrigantes possa obter seu documento.
- O uso desse instrumento no planejamento dos usos dos recursos hídricos.
- Utilizar os espaços dos Comitês de Bacias como instância para mediação de

conflitos.

- Aperfeiçoamento das ferramentas automatizadas de apoio a análise dos pleitos de outorgas integrando quantidade e qualidade (outorga quantitativa e de diluição de efluentes), bem como o livre acesso aos entes do SINGRH aos simuladores através do SNIRH. Avanço nas metodologias considerando a sazonalidade e estudar vazão de referencia diferenciada para diluição de efluentes, considerando maior grau de violação (maior que Q95 e Q7, 10), desde que respeite o limite de toxicidade. Considerar e prever e garantir parte da disponibilidade hídrica para futuras expansões do abastecimento público (a médio e longo prazo - algo similar a uma outorga preventiva de longo prazo) e outros usos existentes de diluição de efluentes outorgáveis ou não , em especial os difusos (irrigação, esgoto difuso, mineração, drenagem pluvial) independentemente de existir ou não uma solicitação formal de outorga e romper a lógica de balcão que recebe a outorga (e utiliza toda a disponibilidade hídrica) quem solicita primeiro.
- Envolver e comprometer os distintos atores responsáveis pelo tema.
- Fazer com que a outorga reflita de maneira mais adequada a oferta de água em situações de maior incerteza, com critérios consistentes considerando tanto os diferentes usos quanto as alterações ao longo do tempo.
- Iniciar, agir!
- Excetuando-se em casos de EMERGÊNCIA, o desafio maior é ter a credibilidade por parte do usuário em relação à necessidade da apresentação de documentações necessárias e pagamentos de taxas justas (diferenciadas) e compatíveis com o tipo de outorga e usuário/finalidade, em relação aos critérios uso da água. Ou seja, que consome mais paga mais. Mas, não só isso. Deverá ter uma garantia mínima para o pequeno consumidor e dependendo da faixa de consumo e poder aquisitivo, até isentá-lo da cobrança, se essa água for para consumo exclusivo humano. Deverá ser bem elaborada e de fácil compreensão, uma tabela progressiva de cobrança do custo da água, não só pela faixa de consumo.
- Tais critérios deverão ser exclusivamente objetivos. A subjetividade não pode interferir na outorga.
- Conhecer o que temos ter a rede de monitoramento implantada
- Cada bacia tem suas particularidades, deve-se evitar o avanço na direção de fórmulas gerais.
- Criar várias sistemáticas baseadas na qualificação e quantificação do volume do corpo hídrico numa relação direta com o uso a ser feito, dando uma média ponderada em relação ao usuário quanto a quantidade de água usada e a sua devolução qualificada em relação à captação e devolução ao corpo hídrico da água coletada.
- Fazer cumprir a legislação.
- Para garantir as especificidades de cada região.
- Não tem jeito sem uma fiscalização sistemática e eficiente.
- Fomentar os critérios de outorga, desconhecidos ou não aplicados em algumas regiões.
- Observar o clientelismo da cessão de outorga para seguimentos poluidores.
- ANALISAR CADA SITUAÇÃO E AVALIAR DE MANEIRA COERENTE SUA

COMPLEXIDADE.

- Maior rapidez nas análises e simplicidade para usuários domésticos.
- Romper com a inércia dos poderes públicos e combater as brechas para concessão de maneira pouco confiável e sem ouvir os comitês de Bacia.
- Valorizar o papel relevante dos comitês de bacia nestas definições, considerando os eventos críticos e a segurança hídrica.
- Burocracia excessiva e demora nas análises.
- Ênfase nessa definição para rios intermitentes e para aquíferos em que há compartilhamento de uso por diferentes Estados.
- Principalmente para uma avaliação técnica do estudo da outorga.
- Simplicidade no sistema.
- Apoiar o Estado na adoção da outorga do uso de recursos hídricos para lançamento de efluentes.
- Realizar análise e modelagem de tendências dos recursos hídricos, considerando aspectos ambientais, sociais e econômicos, e estabelecer cenários de demanda e disponibilidade mais refinadas; realizar análises de risco que incorporem essas informações para a tomada de decisão e desenhem critérios de outorga mais robustos.
- Valorizar o papel relevante dos comitês de bacia nestas definições, considerando os eventos críticos e a segurança hídrica.
- Assegurar uniformidade e consistência de critérios e metodologias.
- Importante Instrumento de Gestão para controle assegurando o acesso e direito de uso a todos os usuários das bacias hidrográficas. O desafio no caso do **DNOCS** é a outorga dos reservatórios construídos anteriormente à Lei de Recursos Hídricos, o que dificulta o levantamento de dados para solicitação de outorga pela **ANA**, em todo o **SEMIÁRIDO NORDESTINO** já que o **DNOCS** é o maior construtor de barragens, em número, do **BRASIL**, hoje com mais de 320 barragens administradas em 9(nove) Estados do **NORDESTE** Brasileiro.
- Falta de dados relativos e informações, monitoramento quali-quantitativo, integração das bases de dados, além da falta de estrutura dos órgãos gestores.
- Principalmente definir critérios e controle na outorga de águas subterrâneas.
- Devem ser consideradas as peculiaridades de cada local e não uma outorga generalizada.
- Considerando que esse é uma das questões mais conflituosas, o maior desafio torna-se exatamente consensuar os critérios de outorga que possam equacionar as demandas por abastecimento e dessedentação e desenvolvimento econômico.
- Fazer cumprir os critérios.
- Estudo importantíssimo e urgente. O maior desafio está na fixação de limites de responsabilidade para os usuários de recursos hídricos, estabelecendo custos pelo uso da água. Valor monetário é muito contestado, existe outro critério substituto que produza efeitos semelhantes?
- Com o plano de bacias se pode fazer a gestão dos recursos e distribuir as outorgas por micro bacia de forma justa.

- Atualmente são processos burocráticos. Os pesquisadores, em mais de 90%, desqualificam o uso da regionalização hidrológica para definir disponibilidades hídricas. Mas o maior problema são as vazões de referência - valores impossíveis de serem cumpridos na prática, por serem muito pequenos, tais como o Q95%, Q90%, q7, 10, etc. Parece que um Estado copiou a lei do outro. O problema é que o primeiro foi feito errado. Parece que foi um advogado que fez e o papel aceitou.
- Estruturar os CBHs para deliberar sobre os critérios de Outorga específicos para as bacias de suas jurisdições.
- Mapeamento de diversos usuários, de pequena expressão ou usos insignificantes.
- É preciso ser justo nos critérios de renovação de outorga, não admitindo disparidades, pois todos devem ter acesso à água.
- Criação de metodologia por local/região de forma customizada.
- Controlar o volume de outorgas conforme novas orientações de sentido dos sistemas aquíferos e monitorar os poços.
- Cabe aos órgãos gestores/ chamar o apoio dos CBH.
- Fragilidade, monopólio, manipulação para o mau uso dos recursos por poucos.
- Fiscalizar de forma efetiva e com punição.
- Monitoramento e fiscalização do processo pelos órgãos competentes.
- Deve ser criado este critério, elaborar divulgação.
- Contemplar pequenos produtores.
- A sociedade precisa ter acesso as grandes outorgas as que possam causar grandes impactos na bacia.
- Falta monitoramento, banco de dados melhora o controle.
- Vincular o sistema de outorga com os comitês de bacias e fortalecimento da agência.
- Sistemas de apoio a decisões bem estruturadas.
- Incluir definições dos critérios de outorga já nos planos de recursos hídricos, conforme inciso IX e VII da lei 9433/97.
- Outorga deve perguntar ao município.
- Consolidar dados de oferta e integrar CBHs no ato da outorga.
- De acordo com a disponibilidade e qualidade.
- Implantação de novos critérios com limite de área irrigada em função da série histórica de chuvas.
- É importante que este aspecto seja realmente consolidado através da fiscalização.
- Para toda outorga fazer cruzamento com a demanda hídrica principalmente à água subterrânea.
- Alinhamento da outorga a mecanismos de conservação dos recursos hídricos
- Melhorar o sistema de fiscalização para os usos irregulares aparelhando melhor com mais recursos humanos e materiais.
- Incluir os CBH na metodologia para outorga de uso juntamente com o estado.
- Tornar obrigatório e desburocratizar o processo de outorga.
- Revisar os sistema de outorga e conseguir balancear os interesses de uso e as contra partidas e condicionantes.

- Tratamento diferenciado para os diferentes.
- Descentralizar a responsabilidade com as secretarias municipais de meio ambiente e comitês de bacia.

Prioridade 8 - Implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas bacias onde o instrumento for aprovado pelo Comitê de Bacia Hidrográfica.

No total, 87% dos respondentes consideraram esta prioridade como “importante ou muito importante” para orientar o próximo ciclo de implementação do PNRH. Os desafios ou propostas apontados pelos respondentes são:

- Ampliar a cobrança e adequar os valores ao objetivo de que a água seja vista como um recurso dotado de valor econômico
- Adequação à realidade local e necessidades do comitê e seus segmentos.
- Para o Estado de **SÃO PAULO**, o foco agora é fomentar projetos de qualidade para recuperação e uso racional das águas com a arrecadação da Cobrança.
- PROCESSO DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO.
- Reconhecer o valor econômico da água sem dissociação do valor ambiental.
- Capacidade institucional.
- Colocar em prática a cobrança e usar este recurso de forma a melhorar as bacias em questão.
- Transformar recursos de cobrança em resultados de melhoria das condições da bacia.
- Estabelecer valor de cobrança e receber na crise que vivenciamos, não será nada simples.
- Conseguir que a cobrança seja mesmo instrumento de conscientização e não apenas mais uma taxa de arrecadação.
- Implementar a cobrança em todos os estados da federação.
- Gerar e executar as cobranças, sabendo-se que a não suspensão do uso da água possibilita a manutenção do débito, sendo obrigatório no ato da renovação da outorga.
- Colocar em prática.
- Inviabilidade financeira para manutenção de entidade delegatária ou agencia de bacia.
- (DIFUNDIR MELHOR AS INFORMAÇÕES FALTA CAPACITAÇÕES TÉCNICAS).
- Esclarecimentos a população e usuários importância da cobrança para gestão da bacia e reflexos na qualidade e quantidades dos recursos hídricos.
- PROPOR A DESTINAÇÃO DESTES RECURSOS AO PRESERVADOR, EM FORMA DE COMPENSAÇÕES AMBIENTAIS, E USOS DOS CRÉDITOS DE CARBONO... TAMBÉM O SISTEMA DAS COBRANÇAS DAS MULTAS E INVESTIDO NAS PRESERVAÇÕES AMBIENTAIS, POLUIDOR PAGADOR E RECUPERADOR AMBIENTAL.
- Montar uma metodologia de pagamento pela produção de água (incentivando quem tem APP devidamente protegida e medindo a água produzida).
- REFORÇA-SE A NECESSIDADE DE ESDUTOS PRÉVIOS.

- CONCIENTISAÇÃO DE TODOS OS USUÁRIOS.
- A bacia tem o bônus e o CBH tem o ônus... Cobrança não é imposto, mas os usuários impedem para não aumentar custos... E o desafio é implantar todos os instrumentos de gestão.
- Pagar pelo recurso utilizado é uma forma de preservá-lo.
- Já realizado.
- A intenção da cobrança está mais voltada para aumento da receita pública, do que para mudar o contexto atual dos recursos hídricos.
- Conseguir a implantação.
- Estamos todos acostumados a achar que a água é um bem que não precisamos pagar que com certeza resistência será encontrada. Mais temos que ter recursos para usar na preservação.
- Banco de dados de outorga atualizado.
- Falta de estrutura e a existência de muitos rios intermitentes dificulta a conscientização.
- Ampliar os estudos sobre os recursos hídricos.
- Agüentar as pressões políticas, principalmente das companhias de saneamento.
- Regulamentar a cobrança no caso de poços.
- A cobrança não deve ser encarada como a principal solução para a necessidade de recursos financeiros na gestão dos recursos hídricos, primeiro os usuários devem ser educados para fazer uso racional da água e a cobrança deve ser simbólica para mostrar que a mesma é dotada de valor.
- A cobrança é importante; todavia, antes de qualquer coisa, é preciso que algum Comitê funcione.
- Aumentar CUSTOS DA ÁGUA BRUTA, POIS É BAIXO.
- Um modelo único deve ser implantado de forma a receber ajustes em decorrência da criticidade dos corpos doadores.
- Ouvir a comunidade.
- Quebra de paradigmas - sensibilização, sobretudo dos agentes políticos.
- Tarifa pode inibir a busca pela outorga, pois é vista por parte do empresariado como custo fixo elevado.
- CONCIENTIZAÇÃO E MUITA VIGILÂNCIA.
- A cobrança tem que acontecer nos grandes centros não esqueça que lavar calçadas, piscinas e etc. não é tão importante quanto produzir alimentos para vocês mesmo consumir.
- O empoderamento dos CBHs na definição da aplicação dos valores arrecadados com esse instrumento, pois no **CEARÁ** os CBHs não tem o poder de definição de aprovação dos valores cobrados e nem a sua aplicação.
- Discussão importante, mas acredito que ainda estamos, no **RS**, ainda aquém de evoluir neste quesito.
- A maior parte das bacias hidrográficas do País não possui uma massa de usuários de água bruta pagantes em potencial, que permita a sustentabilidade das agências delegatárias e do próprio comitê com a única fonte de receita para seu custeio proveniente da cobrança condominial, necessitando prever e garantir recursos de outras fontes. A cobrança é um dos instrumentos previstos para conscientização, mas não é o único e nem o mais importante. A própria

escassez, a educação ambiental e a outorga são muito efetivas nesta conscientização.

- Utilização apropriada e eficaz dos recursos arrecadados.
- Fazer a implantação de a cobrança funcionar e implantar a fiscalização.
- Acredito que a cobrança é um dos instrumentos, mas não o único. E focar na cobrança não seja o mais importante.
- Educação para a conscientização da sua importância e necessidade.
- Conscientizar o usuário do custo da oferta d'água, bem como evitar o desperdício por parte dos usuários e por parte das companhias distribuidoras no percurso até chegar ao consumidor final, evitando vazamentos de tubulações, bem como fiscalizando ligações clandestinas do tipo gato, outros.
- A cobrança pelo uso da água é fundamental e vital para o SINGREH. O desafio mais importante é fazer com que o tema cobrança entre na agenda dos Estados.
- Ter a Agencia de Bacia.
- Ver a cobrança como instrumento de gestão e não como instrumento de arrecadação de recursos financeiros.
- Tendo pesos de cobrança diferenciados conforme prioridade 7 - Resposta do desafio.
- Não vejo como de extrema importância a não ser para grandes produtores rurais que utilizam irrigação, grandes indústrias e consumidores. Para Municípios estes terão que repassar aos pequenos consumidores. A não ser que se divida em categorias onde os pequenos usuários paguem pouco ou subsidiados. Campanhas de redução de perdas em geral nas tubulações, etc. é melhor caminho para aumentar receitas.
- Estrutura inicial para os Comitês terem condições para esta implantação.
- A cobrança deve ser feita realmente pelo valor que ela transmitir ao valor final da produção.
- Observar a situação social do público alvo.
- É ESSENCIAL IDENTIFICAR O AGENTE CONSUMIDOR E RESPONSABILIZA-LO MESMO DE FORMA FINANCIA COM A DEMANDA USUFRUÍDA PELO MESMO.
- A outorga leva a uma análise de uso o que facilitaria a cobrança.
- Garantir que os recursos arrecadados sejam aplicados na bacia originadora da arrecadação (cobrança). Limitar os usos desses recursos em outras bacias de maneira a incentivar o pagamento por parte dos usuários.
- Garantir a aplicação dos recursos arrecadados na bacia geradora de acordo com ações definidas em planos de recursos hídricos.
- Cumprir o objetivo da cobrança e efetividade na aplicação dos recursos na bacia de origem.
- Falta conhecimento sobre as formas de utilização dos recursos financeiros e auxílio para Comitês e Agências na forma de utilizar o recurso. Melhorar o processo.

- Estabelecer a cobrança para rios prioritários e difundir a metodologias para a implantação da cobrança.
- Primeiro deve ser realizado um trabalho de educação ambiental nas comunidades, antes da realização de cobranças.
- Padronização de metodologia e equipamentos para medição das vazões.
- Garantir a aplicação dos recursos arrecadados na bacia geradora de acordo com ações definidas em planos de recursos hídricos.
- Identificar as melhores diretrizes e mecanismos para a cobrança.
- A questão da cobrança é muita complexa no caso do **SEMIÁRIDO** em anos de escassez de água, como o período que estamos vivenciando, no quinto ano seguido de seca no **NORDESTE**. A cobrança, neste caso, servirá para inibir o desperdício e para o controle do uso abusivo dos recursos hídricos, principalmente nas grandes cidades.
- Objetivo necessita dos seguintes esclarecimentos: Quem empreenderá os estudos? Com quais recursos? Qual critério utilizado para selecionar as bacias prioritárias?
- Garantir a sustentabilidade do sistema.
- Caso seja implantado a cobrança, para onde vai este recurso? Para o caixa único do estado? Nunca irá chegar aos Comitês do **RS**, o estado está falido.
- Otimizar os processos de comando e controle na cobrança pelo uso dos recursos hídricos, mostrando que como um dos objetivos mais importantes está em criar um Sistema Nacional que garanta a perpetuidade do RH em quantidade e qualidade.
- Como cobrar adequadamente.
- Essa discussão sempre deve passar pelo crivo dos comitês e os recursos devem ser aplicados também nas demandas levantadas nos CBHs.
- O desafio maior é este que está exposto no item 07 deste questionário. Como praticar justiça na cobrança em valores monetários? É um desafio importante.
- A cobrança evita desperdícios, cabe evitar abusos nesta cobrança.
- Pouca autoridade dos comitês quando é o caso de rios federais.
- Falta ao poder público explicar de forma didática o objetivo principal da cobrança - em nível de sociedade.
- Estruturar os CBHs para que possam implementar essa cobrança e com isso investir esses recursos na melhoria da gestão da água na própria bacia.
- Dá subsídios aos comitês de bacias hidrográficas.
- Comunicação planejada e social.
- Sustentabilidade em áreas de plantio de subsistência.
- Instigar a cobrança na lei.
- Criação das deliberações.
- Fazer valer a lei aprovada pelos comitês.
- Aos menos abastados? E a exclusão? E o direito à água?
- Desde que seja bem fiscalizada a cobrança.
- Desde que se garanta o seu uso social.
- Falta de agências de bacia.
- Fiscalizar.
- Deve ser acelerado este processo.

- Implantar depois de grande debate.
- Trabalhar a cobrança do setor elétrico dos estados e municípios para gestão de recursos hídricos e CBHs.
- Fazer os usuários entenderem a importância da cobrança.
- Diagnostico da bacia e fortalecimento da agência, de grande importância.
- Convencer os usuários da importância da cobrança.
- Incluir as diretrizes e critérios para a cobrança nos planos de recursos hídricos, conforme inciso IX da lei 9433/97.
- Excelente para se dar mais valor à água.
- Esta é uma conquista que consolidará as políticas de uso dos recursos hídricos.
- CBH ter clareza sobre o sistema de cobrança e o preço para os diferentes usos.
- Garantir que todos os recursos sejam aplicados em ações efetivas.
- Aplicação efetiva dos recursos arrecadados.
- Imprescindível, pois esta cobrança esta com valor estacionado, ela precisa evoluir.
- Fortalecer os CBHs.
- Apoiar os estados na criação e fortalecimento das agências.
- Criação de agências por bacia. Não estaduais.
- Estender a cobrança para todas as bacias hidrográficas.
- Mediar a oneração ao consumidor final após esse processo.
- Implementar e garantir o repasse ao órgão/ instituição gestora.
- Evitar a apropriação dos governantes dos recursos oriundos da cobrança
- Conquistar o apoio do sistema produtivo indústria/agronegócio.

Prioridade 9 - Fiscalização do uso dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas.

No total, 91% dos respondentes consideraram esta prioridade como “importante ou muito importante” para orientar o próximo ciclo de implementação do PNRH. Os desafios ou propostas apontados pelos respondentes são:

- Política eficaz de fiscalização.
- MATERIAL HUMANO E RECURSOS FINANCEIROS.
- Maior controle do Estado em relação aos recursos hídricos.
- Fiscalizar efetivamente grandes usuários, que por vezes são negligenciados pelos órgãos ambientais. Também é importante dar atenção especial às bacias em situação crítica de abastecimento de água. Um olhar especial deveria ser dado à perfuração de poços e cadastros de uso insignificantes também.
- Maior fiscalização, melhor capacitação e aumento de pessoal.
- Sem a fiscalização a lei não é cumprida.
- Ampliar pessoal técnico, veículos e recursos financeiros necessários para a efetiva fiscalização em todos Estados.
- Equipe para executar a tarefa.
- Recursos humanos e financeiros.
- A FISCALIAÇÃO E AS AÇÕES DE CORREÇÃO APONTADAS POR ESTAS SÃO

MUITO IMPORTANTES E DEVEM SER MELHORADASE DE FORMA MAIS RÁPIDA E EFICAZ.

- (DIFUNDIR MELHOR AS INFORMAÇÕES FALTA CAPACITAÇÕES TÉCNICAS).
- Ter massa crítica para realizar essa ação.
- FALTA DE INTERESSES, E FINANCEIROS E PROMOVER AÇÕES DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL.
- Fiscalizar as técnicas conservacionistas de solo-água nas áreas de produção agrosilvopastoris.
- FALTA INSTITUIR ESTE FORO DE FORMA MAIS DISSEMINADA, APESAR DE JÁ HAVER PROBLEMAS RELACIONADOS AO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS EM MUITOS LOCAIS.
- ESTAREM TODOS SEMPRE ALERTA PARA QUALQUE EVENTUALIDADES.
- Dotar os órgãos fiscalizadores de estrutura física, pessoal e financeira (Em Minas Gerais a estrutura foi desmantelada sucateada).
- Estruturar os órgãos (OEMA ou Municipais) para contribuir com a fiscalização efetiva. Uma idéia seria a criação de órgãos ou estruturas específicas (nos órgãos existentes) para estas ações, ou disponibilizar melhor os recursos para estas ações serem exeqüíveis.
- Orientação com o nome de fiscalização é um eufemismo para uma coisa que vai fazer outra. Ou bem se orienta ou bem se fiscaliza.
- Deve-se trabalhar não a fiscalização repressiva, mas a preventiva por meio do monitoramento, se o SNIRH for efetivo.
- Definir o que fiscalizar.
- Integrar os órgãos ambientais municipais no processo de concessão de outorgas, por estarem familiarizados com sua região e conhecedores das mazelas políticas e ambientais locais, os quais poderão fiscalizar o cumprimento de metas e penalizar os transgressores.
- Fiscalizar de forma educadora e consciente.
- Falta de pessoal nos órgãos públicos para essa atividade.
- Escassez pessoal.
- Intensificar a fiscalização de maneira sistemática.
- Falta de equipe de fiscalização.
- Não sei como funcionaria no caso de propriedades que ficam às margens de córregos e rios, cujos proprietários deixam seus animais circularem livremente nas áreas de APP que, praticamente, nem existem mais, para a dessedentação dos seus animais, causando pisoteio em nascentes e assoreamento de rios e córregos.
- Primeiro é importante orientar os usuários antes de uma fiscalização punitiva.
- Efetivar a norma de planejamento hídrico, uma vez que não existe fiscalização.
- Inserir segmentos diversos nesta ação.
- Sem uma dinâmica na fiscalização e acompanhamento não funciona.
- Se houver participação comunitária, a mesma fiscaliza.
- Disponibilidade de pessoal.
- CONTRATAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO ESPECIALIZADO.
- Principalmente os grandes que é quem gasta mais água e menos é fiscalizado. Faz as coisas na tora e acontece e fica por isso.

- Implementação de ferramentas como o sensoriamento remoto, através de imagens para facilitar e agilizar a fiscalização dos diversos usos.
- Estruturar e fortalecer o **DRH** (órgão estadual) para executar esta tarefa.
- Prover recursos contínuos para esta atividade ainda muito precária, ou quase inexistente em no nosso País.
- Limitação de recursos financeiros suficientes para dispor de equipes treinadas para o papel.
- Aumento do efetivo técnico para tal.
- Esta deve ser uma ação perene. Para tanto, o desafio é dotar as instituições com infraestrutura (carros e equipamentos de medições), bem como de pessoal suficiente e qualificado para a realização do trabalho a contento.
- Dotar os comitês de bacia com poder fiscalizador e autuador. A fiscalização exercida pelos Estados e Municípios é precária e ineficiente.
- A concepção da fiscalização deve ser moderna, desenvolver um sistema de autofiscalização, com emissão de outorgas coletivas e outras medidas similares. Fugir do modelo de fiscalização tradicional do estado.
- Cadastramento e recadastramento de todos os usuários, e periodicidade de renovação de outorga de uso, com fiscalização a ser implementada diretamente pelo órgão ambiental responsável e prestando conta anualmente ao comitê gestor da bacia.
- Importantíssimo.
- Formar e qualificar os fiscais.
- Interlocução Comitês e órgãos fiscalizadores.
- Evitar reserva de água enquanto outros usuários têm limitações de uso.
- É o maior desafio de todo esse Plano. Se isso for implementado tudo estará salvo.
- Quadro de pessoal responsável pela fiscalização, problema vivenciado no país em várias esferas governamentais.
- NOMEAR AGENTES COM ESSA FUNÇÃO CAPACITA-LOS E FORNECER OS SUBSÍDIOS NECESSÁRIOS PARA QUE A AÇÃO ACONTEÇA DE FORMA REAL.
- Delegar poderes para que os municípios possam fiscalizar em conjunto com o **DAEE**.
- Os órgãos estaduais estão sucateados. Sem recursos humanos e orçamentários. Não é prioridade.
- Melhoria da estratégia e ampliação do contingente de pessoal e equipamento de fiscalização.
- Recursos financeiros e humanos para realização de fiscalização mais eficiente.
- Ampliar a capacidade institucional dos Estados para a fiscalização.
- Sem fiscalização os objetivos ficam prejudicados.
- Priorizar a fiscalização em empreendimentos sem outorga, e não em empreendimentos com outorga.
- Melhoria da estratégia e ampliação do contingente de pessoal e equipamento de fiscalização.
- Ter o conhecimento dos usos instalados na bacia, principais finalidades e situação de regularidade de usuários.

- Este é também um dos maiores desafios, já que os estados e Governo Federal não têm como fiscalizar o uso numa área de abrangência tão grande e complexa. Os Comitês de Bacia deverão ser um grande parceiro neste desafio, através do uso consciente da água. Campanhas educativas e fiscalização por entidades parceiras terão grandes resultados na fiscalização.
- Quem organizará e com quais recursos, considerando a infraestrutura inadequada dos órgãos gestores?
- Formas de fiscalização.
- Quem fará esta fiscalização? O órgão ambiental do estado do **RS** não tem funcionários suficientes além de terem o salário parcelado em 10 vezes, a patrulha ambiental não tem veículo, combustível e o salário também são parcelados em 10 vezes. Quem Fará?
- Mais importante que a organização de ações de fiscalização e sistemas de fiscalização é criar uma consciência coletiva da importância do bom uso dos RH. Criar uma responsabilização coletiva reduz o tamanho dos sistemas de comando e controle sobre os Recursos Hídricos. Esse é um dos grandes desafios.
- Como e quem fiscalizar.
- Aparelhar com equipamentos e recursos humanos os órgãos fiscalizadores.
- Extremamente necessário. O treinamento de monitores entre os próprios usuários seria muito interessante, uma vez que todos dependem daquele filete de água que está servindo às propriedades rurais.
- Falta de recursos para tal e pouca efetividade na real utilização das multas arrecadadas.
- Auto-monitoramento é a solução.
- Monitorar e fiscalizar os empreendimentos outorgados como forma de acompanhar a eficiência da aplicação desse instrumento de gestão.
- Orientação, mobilização dos usuários.
- Criação e/ou aumento de cargos de fiscais para equipe de fiscalização.
- A Fiscalização deve ser feita sem espaço para corrupção.
- Orientar in loco e fomentar estudos de projetos educacionais.
- Melhorar a integração Gestão X Fiscalização.
- Falta de equipe fiscalizadora.
- Institucional? Ou por parte da população impactada?
- Evitar/minimizar formas de corrupção.
- Monitoramento contínuo.
- Atingir um universo maior.
- Integrar ações.
- Incluir as prefeituras no processo.
- Equipes de fiscalização motivadas.
- Processo contínuo, mas cujos investimentos devem ser priorizados sempre.
- Inclusive limitando extração/pesquisa de ouro junto às redes dos municípios.
- Implementar um SNIRH efetivo no acompanhamento das mudanças e novos usos.
- Garantir que todos os recursos sejam aplicados em ações efetivas.

- Prioridade extrema, fiscalizar significa acompanhar o uso de direito do gasto público, o que não ocorre em todo o país.
- Realmente seja consolidado em virtude da crise hídrica.
- Definir quem fará a fiscalização.
- Comando e controle efetivo e ações de Educação Ambiental integrados para manutenção da qualidade e quantidade via ações preventivas.
- Ampliação de RH para o serviço de fiscalização.
- Ter pessoas e equipamentos para fiscalização. Nossa realidade é de poucas pessoas com recursos suficientes para as ações.
- Dotar os CBH de poder fiscalizatório.
- Fazer valer a proposta e fugir dos acordos paralelos.
- Os comitês organizados são capazes de fiscalizar.
- Descentralizar a responsabilidade com as secretarias municipais de meio ambiente.

Prioridade 10 - Implementação dos Fundos de Recursos Hídricos e identificação de mecanismos que permitam a maior efetividade na aplicação dos recursos financeiros disponíveis no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH).

No total, 87% dos respondentes consideraram esta prioridade como “importante ou muito importante” para orientar o próximo ciclo de implementação do PNRH. Os desafios ou propostas apontados pelos respondentes são:

- Dotar a política de recursos hídricos de financiamento perene, evitando descontinuidades.
- BUROCRACIA E POLITIZAÇÃO.
- Avançar na regulamentação desses fundos e maior eficiência nos usos dos seus recursos financeiros.
- Política.
- Criar projetos contínuos e não de dois anos.
- Associar os recursos do SINGREH à pesquisa relacionada aos programas prioritários constantes no PIRH de cada bacia hidrográfica, desde que a mesma já tenha mecanismos de cobrança implementados.
- Mecanismo de facilitar crédito e recursos para projetos.
- Fazer funcionar, pois todo embasamento jurídico já existe.
- Ampliar fontes de recursos para estimular maior número de projetos.
- Transparência na prestação de contas e aplicação nas prioridades.
- ESTAS FONTES DEVEM ESTAR MAIS ACESSÍVEIS, MENOS BUROCRÁTICAS E MAIS FISCALIZADAS.
- APOIO SEM MUITA BUROCRACIA (DIFUNDIR MELHOR AS INFORMAÇÕES FALTA CAPACITAÇÕES TÉCNICAS).
- Se o Conselho federal pode determinar que os governos dos estados não recebam parte do Fundo, e que os Fundos não podem ser vinculados às Contas Únicas dos estados, ia ser muito melhor.
- PROPOR OS CRÉDITOS DE CARBONO, COMPENSAÇÕES AMBIENTAIS, MULTAS E REPASSAR AO PRESERVADOR AMBIENTAL.

- Limitar o escopo de projetos das prefeituras para uso de recursos do **FEHIDRO**.
- COMO SEMPRE A FISCALIZAÇÃO DO USO EFETIVO PODERÁ SER UM PONTO IMPORTANTE, PRINCIPALMENTE SE A GESTÃO SOFRER DESCENTRALIZAÇÃO PARA AS UNIDADES FEDERADAS.
- DIFÍCIL SERÁ NÃO DEIXAR O PODER PÚBLICO SE APODERAR DESTES RECURSOS
- Facilitar a liberação de recursos (menos burocracia)... Parar de contingenciar/seqüestrar os recursos... O recurso deve ser carimbado... O recurso não pode vir somente da cobrança.
- Organizar programas a partir de políticas de estado e não políticas de governo. A aplicação de critérios de financiamento deve seguir critérios consolidados em nível científico e não em condicionantes políticos. Os critérios técnicos devem prevalecer sobre os interesses localizados.
- Conseguir a fonte para abastecer esse fundo.
- Integrar os órgãos ambientais municipais no processo de concessão de outorgas, por estarem familiarizados com sua região e conhecedores das mazelas políticas e ambientais locais, os quais poderão fiscalizar o cumprimento de metas e penalizar os transgressores.
- Evitar os desvios de dinheiro.
- Tomada dos recursos
- Descentraliza das contas Estaduais.
- Captar mais recursos.
- Planejamento adequado.
- Em nosso município iniciamos um Projeto de recuperação de nascentes, mas precisamos de subsídios financeiros para dar continuidade. Os recursos financeiros disponíveis no SINGREH nos auxiliariam?
- É importante que haja outras fontes financeiras para a gestão de recursos hídricos e o dinheiro não deve ser contingenciados ou usados em outras rubricas que não estejam ligados a efetiva melhoria da qualidade e quantidade de água.
- Diante da dimensão da bacia hidrográfica do Estado do **AMAZONAS** é preciso a obtenção de recursos financeiros de outras fontes, uma vez que o Estado não investe na gestão hídrica porque não tem dinheiro.
- Criar AGENCIA DE ÁGUA, NO ESPÍRITO DA LEGISLAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS.
- Isso deve decorrer uma função de planejamento dos Conselhos, alimentado por demandas de gestões estaduais.
- Desatar a burocracia.
- Racionalização.
- Garantir que a tarifa de outorga seja utilizada para a provisão da melhoria do acesso da população a água (poços, adutoras, etc..).
- AUTONOMIA DE GESTÃO FINANCEIRA.
- Definição da fonte ou percentual dos valores arrecadados com a cobrança pelo uso.
- Executar aplicação dos recursos financeiros na totalidade do que foi orçado. Definir metas regionais para aplicação dos recursos.

- Prover outras fontes de recursos para o custeio das agências delegatárias, além dos 7,5% da cobrança condominial, pois a baixa disponibilidade de recursos para o custeio destas agências impedem em alguns casos a contratação de um quadro compatível com as necessidades do comitê de bacia e que permita melhor suporte técnico e maior fluidez na aplicação dos recursos provenientes da cobrança condominial. Recursos da cobrança do setor elétrico e dos governos federal e estaduais, bem como outras possíveis fontes devem ser aportados para dar maior robustez a gestão de recursos hídricos.
- As amarras legais quanto ao uso de recursos públicos.
- Menor burocratização e suas exigências!
- O grande desafio é a implementação deste Fundo sem que acarrete mais tributos ao usuário final, bem como as instituições arrecadoras e responsáveis pela distribuição e cobrança pelo uso da água chegar a um consenso/acordo de repassarem X% a este Fundo, conforme a arrecadação (bruta ou líquida?).
- Munir os comitês de bacia com CNPJ, para o efetivo recebimento de recursos provenientes do **FHIDRO**.
- Ter a agencia de bacia.
- Não podemos burocratizar a aplicação de recursos financeiros. Os fundos para captar recursos são positivos, mas a experiência demonstra que a burocracia que se cria para acessar tais recursos é imensa, indo desde conselhos gestores, editais para projetos, etc., só burocracia. Efetividade muito baixa.
- O próprio comitê de a bacia definir juntamente com os municípios envolvidos o uso prioritário dos recursos arrecadados por uma ordem de importância mais representativa, observando os vários aspectos do corpo hídrico ou bacia.
- Importante.
- Desde que sejam aplicados na conservação e recuperação.
- Obedecer aos critérios de transparência nos gastos.
- Divulgação mais ampla e aberta aos editais de financiamento de projetos.
- Maior transparência e cobrança de resultados efetivos.
- Vencer a desconfiança da população na aplicação dos recursos pelo poder público. Sua destinação e prioridades.
- Incentivar a busca de recursos financeiros em instituições públicas e privadas federais e internacionais com o objetivo de viabilizar ações de melhorias das condições de gestão de recursos hídricos.
- Superar a morosidade de certos órgãos estaduais no repasse dos recursos.
- É necessário desenvolver melhor o processo de utilização do fundo.
- Importante para alcançar as metas determinadas.
- Destinação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso da água podem compor fundos específicos para ações locais e, idealmente, que sejam operados pelas agencias e geridos pelo comitê da bacia; Os fundos não podem ser contingenciados. A constituição destes fundos deve garantir a destinação dos recursos exclusivamente a ações de conservação das bacias, priorizando ações de conservação dos ambientes naturais das bacias hidrográficas, já que são estes ambientes que promovem qualidade e quantidade de água de forma duradoura.

- Incentivar a busca de recursos financeiros em instituições públicas e privadas federais e internacionais com o objetivo de viabilizar ações de melhorias das condições de gestão de recursos hídricos.
- Os Fundos de Recursos Hídricos quando efetivados poderão auxiliar na manutenção e recuperação de barragens do **DNOCS** que estão necessitando de recursos para garantir a Segurança de Barragens que se encontram em estado preocupante quanto à sua conservação.
- Quem realizará essa ação? A **ANA** criará um fundo nacional? Como a competência dos Estados será considerada nessa questão?
- De que forma será garantida que essas linhas de crédito não sejam corrompidas? No sentido de desvio destas verbas.
- Criar mecanismos que dificultem o contingenciamento ou desvio de finalidade por parte dos poderes públicos sobre esses Fundos.
- Primeiramente a conscientização.
- Eleger elementos capazes de gerir com seriedade, respeito e dignidade os recursos destinados a manutenção dos sistemas de controle de impactos ambientais oriundos de recursos hídricos. Conduta ilibada é *sine qua non*.
- O financeiro é sempre o maior gargalo.
- Identificar as prioridades.
- Muitas vezes leigos em nível de conselhos estaduais definem as prioridades.
- Mudar a legislação da CFURH, vinculando o uso desses recursos repassados aos estados somente para a melhoria da gestão dos Recursos Hídricos nos estados.
- Resgatar os fundos nos estados os quais foram extintos - ex: MT.
- Interesses particulares gerando problemas na coordenação dos recursos.
- Menos burocracia, mais fiscalização, mais formação.
- Priorizar pequenos agricultores familiares e comunidades tradicionais.
- Continuidade e efetividade inclusive o monitoramento da aplicação do recurso.
- Sim este recurso seja utilizado para recuperação destes recursos hídricos.
- Transparência nos processos.
- Definição do conselho estadual sobre os percentuais do repasse do fundo em 100 % para RHEMA.
- É um processo que deve ser implementado continuamente, principalmente por meio da articulação entre os planos de recursos hídricos.
- Priorizar locais para alocação de recursos. Alocar recursos de forma direcionada para resultados de aumento de oferta de água.
- Garantir o não contingenciamento dos recursos.
- Desburocratização na aplicação dos recursos financeiros.
- Não há prestação de contas na dominialidade estadual.
- Financiar os comitês de bacias hidrográficas.
- Apoio financeiro aos comitês.
- Garantir efetividade na aplicação dos recursos.
- Transparência dos valores e aplicação.
- Transparência dos valores e dos usos.
- A prioridade dos investimentos terem efetiva participação dos CBHs.
- Priorizar o repasse de recursos para os CBH.
- Organizar as fontes é de fundamental importância.

- Buscar parceiros e oferecer benefícios fiscais.

Prioridade 11 - Desenvolvimento de processos de suporte à decisão visando à resolução de conflitos pelo uso da água.

No total, 83% dos respondentes consideraram esta prioridade como “importante ou muito importante” para orientar o próximo ciclo de implementação do PNRH. Os desafios ou propostas apontados pelos respondentes são:

- RESPONSABILIDADE COLETIVA IGUALITÁRIA E PARITÁRIA.
- Melhorar a representatividade nos colegiados e disponibilizar informação clara e acessível.
- Diversidade de situações.
- Fazer chegar essas técnicas em todos os Comitês.
- Articulação e maior apoio com os CBHs.
- Com o fortalecimento de algumas prioridades anteriores é possível evitar boa parte dos conflitos.
- (DIFUNDIR MELHOR AS INFORMAÇÕES FALTA CAPACITAÇÕES TÉCNICAS).
- Vai ser cada vez mais importante - por exemplo, quando tem tantos usuários com seus usos outorgados e garantidos que não tem bastante água para garantir água para todos os usos.
- APLICAR AS LEIS AMBIENTAIS E SUAS PUNIÇÕES DEFINIR AÇÕES DE PLANEJAMENTOS AMBIENTAIS SUSTENTÁVEIS.
- Bacia do **PARAÍBA DO SUL** e **SÃO FRANCISCO**
- LIDAR COM OS COMPONENTES POLÍTICOS E A FALTA DE CLAREZA ONDE NÃO ESTIVEREM MADURAS AS INTÂNCIAS DE COMITÊ DE BACIA.
- REUNIR INTERESSADOS EM PARTICIPAREM DESTAS AÇÕES.
- A criação de instituições e formas de arbitragem de conflito e de resolução deles é uma demanda para o aperfeiçoamento das boas práticas e dos sistemas decisórios e não apenas os de assessoramento.
- Fazer o nivelamento dos conhecimentos.
- Conversa entre os órgãos envolvidos.
- Estruturar os colegiados.
- Aperfeiçoar os estudos técnicos na área de recursos hídricos.
- Valorar as necessidades reais que geram os conflitos.
- É importante ter processos estruturados de decisão principalmente em episódios atípicos por motivo climático extremo fora do padrão.
- Construir uma cultura de valor à água. Em razão da abundância de água no Estado, a água não representa motivo de conflitos pelo seu uso.
- Decorrentes de avaliações estaduais, seminários regionais e Encontros Nacionais.
- Conflitos se resolvem com mais diálogo.
- Capacitação de pessoal.
- SEMINÁRIOS LOCAIS COM A SOCIEDADE E USUÁRIOS E DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES.
- Maior participação e acompanhamento da ANA na Gestão das Bacias estaduais.

- Implementação da Agência.
- Minimamente todos os órgãos gestores devem possuir um cadastro confiável de usuários outorgáveis levantamento de fontes difusas e demandas não outorgáveis e sistema automatizado para o cálculo do balanço hídrico (considerando os aspectos quali-quantitativos), bem como regras de análise conforme o nível de comprometimento. Todas estas informações e inclusive a ferramenta de simulação do balanço hídrico precisam estar disponíveis (de forma fácil e intuitiva) a sociedade e usuários para efetuar um melhor planejamento e escolha dos mananciais para futuras expansões e instalação de novos empreendimentos onde exista maior disponibilidade hídrica. Esta caixa preta precisa urgentemente ser aberta.
- Numero de pessoas treinadas e capacitadas insuficientes.
- Agir, trabalhar em prol de!
- O grande desafio é viabilizar, a contento, a água para todos e para os diversos usos. No entanto, em casos de escassez hídrica, exaustivas reuniões e debates pelos que usufruem da respectiva bacia hidrográfica, deverão chegar a um entendimento que o gerenciamento participativo, consciente e democrático deverá imperar na tomada de decisão do colegiado, em relação a regulação da água a ser liberada, priorizando sempre o consumo humano e a dessedentação animal.
- Capacitar os membros titulares e suplentes dos comitês para a mediação de conflitos pelo uso da água.
- A solução de conflitos nem sempre está subordinada a decisões técnicas. Há que se ter cuidado nos investimentos para dar efeito a essa prioridade.
- Saber entender as partes, poder de negociação e diplomacia
- Importantíssimo o papel dos comitês nessa questão, ele saberá definir os critérios justos.
- Político
- Justiça lenta! E desconfiança dos usuários em relação ao viés ideológico dessas iniciativas.
- Necessidade de desenvolver base de dados confiáveis para sustentar tecnologias de modelagem
- Capacitar servidores e conselheiros.
- Implementar pilotos de procedimentos de resolução de conflitos para aprimoramento e validação da ferramenta.
- Necessidade de desenvolver base de dados confiáveis para sustentar tecnologias de modelagem.
- Em anos de escassez como estamos vivenciando há cinco anos no **NORDESTE SEMIÁRIDO**, a resolução de conflitos de uso dos recursos hídricos se torna preponderante, visando um planejamento e planejamento adequado e consensual.
- Quem executará a ação e com que recurso? O pré-requisito para tanto é ter um sistema de informações confiável e atualizado.
- É muito ampla esta parte. Desenvolver técnicas de suporte. Como assim? Quem fará esse desenvolvimento? Baseado em qual metodologia de análise para identificar qual a técnica mais adequada?

- A grande complexidade do tema é um fator que contribui fortemente na dificuldade de pré-estabelecer tais processos facilitadores ou de suporte às decisões.
- Conscientização pelo uso da água
- Eleição de subcomissões de responsabilidades com representantes das comunidades ribeirinhas, provavelmente torna um parâmetro interessante na solução local de conflito, desde que os representantes elencados sejam tirados democraticamente das comunidades.
- Credibilização dos comitês.
- Campo aberto ao proselitismo científico.
- Automatizar os sistemas de outorgas para racionalizar esse processo nos estados e bacias hidrográficas.
- Capacitação dos técnicos.
- Apoiar novos prefeitos na conscientização sobre recursos naturais versus outorga indiscriminada.
- Capacitar e informatizar os entes do sistema de gestão
- Implantar grupos fiscalizadores para acompanhar a aplicação do dinheiro
- Individualidade e interesses gerando fragilidade na tomada de decisões por vias não democráticas.
- Controle social e participação da população nas decisões de forma consciente.
- Priorizar o social em detrimento do capital.
- Principalmente como os municípios estão localmente.
- Desburocratizar o uso destes fundos para maior agilidade dos recursos.
- Unir os CBHs consultá-los e levar em consideração suas posições.
- Os comitês devem criar câmaras técnicas
- 1º ação para desengessar envolver comitês - Universidades
- Essas técnicas deveriam ser desenvolvidas já na construção dos planos de recursos hídricos.
- Dentro do município inclusive.
- Identificar conflitos
- Desde que passe pelos comitês.
- Técnicas de suporte à tomada de decisão, implementadores estados. Capacitação técnica.
- Disponibilizar informações com antecedência aos comitês p/ decisões fundamentadas.
- Disponibilizar informações com antecedência aos comitês p/ decisões fundamentadas.
- Capacitar os membros dos CBH para a resolução de conflitos.
- Capacitar todos os atores mobilizadores e gestores sociais.
- Investimento em tecnologia e capacitação.

Prioridade 12 - Definição de diretrizes para a introdução do tema das mudanças climáticas nos Planos de Recursos Hídricos.

No total, 74% dos respondentes consideraram esta prioridade como “importante ou muito importante” para orientar o próximo ciclo de implementação do PNRH. Os desafios ou propostas apontados pelos respondentes são:

- MOBILIZAÇÃO, FORMALIZAÇÃO E AÇÃO SISTÊMICA.
- Avançar na identificação dos fatores que afetam a disponibilidade hídrica e nas soluções de adaptação.
- O setor de saneamento é o que menos tem se movimentado para adequação às mudanças climáticas.
- Desenvolver estudos sobre mudanças climáticas nas bacias hidrográficas.
- Juntar as duas linhas de pensamento e trazer para a prática.
- CAPTAÇÃO DE RECURSOS COM MUITA EXIGÊNCIA NA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS (DIFUNDIR MELHOR AS INFORMAÇÕES FALTA CAPACITAÇÕES TÉCNICAS).
- PROMOVER AS PRESERVAÇÕES AMBIENTAIS, O FINANCEIRO A SUSTENTABILIDADE.
- Educação focada no REDUZIR e REUSAR; aumento de chuvas nos grandes centros implica em CAPTAR água de chuvas.
- REITERO A DISSONANTE E PARADOXAL SITUAÇÃO GEOGRÁFICA EM RELAÇÃO AO MAPA DE DESENVOLVIMENTO DO PAÍS, AONDE SE TÊM MUITA ÁGUA HÁ POUCA TECNOLOGIA, POR OUTRO LADO, AONDE HÁ MUITO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO HÁ PROBLEMAS RELACIONADOS À ESCASSEZ DE ÁGUA. OS PROBLEMAS DAS ENCHENTES É OUTRA VERTENTE QUE DEVE SER VISLUMBRADA.
- PREPARAR UMA CARTILHA SIMPLES E OBJETIVA PARA TODOS QUE SERAO ENVOLVIDOS.
- Criar um canal de comunicação constante falando da importância do tema.
- A mudança climática altera os padrões de medição dos recursos hídricos, as vazões e os estoques de uma forma aguda de modo que planejar com base em dados equivocados redundam em planos equivocados e ações de curto espectro em sua efetividade.
- A sociedade se apropriar do assunto.
- Conhecimento importante, pois temos muitas informações divergentes.
- Pessoal qualificado.
- Acompanhar o encaminhamento das propostas.
- Unir as ações dos conselhos e comitês de mudanças climáticas às ações dos CBH
- Apesar de importante, existem outros fóruns para discussão das mudanças climáticas.
- Reconhecer a teoria dos rios voadores como mecanismo para o pagamento de serviços ambientais pelo Estado do **AMAZONAS**.
- O estabelecimento de diretrizes deve ser otimista em relação informações pretéritas no sentido de garantir efeitos negativos de mudanças climáticas.

- Antes há que se dar prosseguimento ao processo em curso.
- Sensibilização, capacitação e afins.
- TRABALHOS COM AS ESCOLAS.
- Temos desafios mais urgentes.
- Incluir este item na Lei Federal e Estadual.
- Necessário inventariar (mapear) as áreas de maior risco, para priorizar ações.
- Abordagem e tratamento transversais desses temas ainda fragmentados.
- A questão das mudanças climáticas ainda é muito controversa e suas conseqüências são incertas.
- Ouvir a comunidade científica.
- Congressos, Simpósios, Seminários, Mesas Redondas, Reuniões..., nacionais e internacionais, estão sempre acontecendo, tendo na agenda central, este importante Tema. Muitas vezes, chega a ser polêmico, dado ao nível de discussão e pontos de vistas diferentes por parte dos cientistas entendidos no assunto. Não cabe aqui entrar no mérito da questão e nem teria competência para tanto. No entanto, é fato e notório que os fenômenos naturais (eventos extremos) estão cada vez mais freqüentes e com maiores intensidades. Isso não pode negar. Agora, o grande desafio é por em prática ações preventivas e/ou mitigadoras, com base nesses estudos, visando estarmos o minimamente preparado para lidar com esses fenômenos naturais, que vivenciamos em escala global, regional e/ou mesmo local.
- Conscientizar os integrantes do SINGREH dos reflexos diretos das mudanças climáticas sobre os recursos hídricos.
- Conscientização dos atores.
- Ter uma definição clara (até agora sem objetividade) no real desafio das mudanças climáticas.
- Incentivo a pesquisa e monitoramento hidrológico.
- FORNECER DADOS E CONDIÇÕES PARA QUE CADA RESPONSÁVEL E CADA MUNICÍPIO TENHA ACESSO AS INFORMAÇÕES E CONDIÇÕES PARA PLANEJAR AÇÕES SOBRE ELE.
- Faltam estudos.
- Temos alvos mais prementes quando elencamos prioridades. Vamos agir local e assim repercutiremos no global!
- Ampliar o conhecimento das interferências de mudanças climáticas no regime hídrico.
- Não é a hora disso ainda.
- A introdução do tema hoje é feita de forma vaga.
- Implementar estudos de cenários regionalizados de mudanças do clima, para a incorporação na elaboração de cenários de segurança dos recursos hídricos, visando adaptações às mudanças do clima.
- As mudanças climáticas devem ser discutidas e seus efeitos podem provocar sérios distúrbios ao sistema hídrico.
- Ampliar o conhecimento das interferências de mudanças climáticas no regime hídrico.

- É importante como planejamento a proposta do tema de mudanças climáticas na gestão de Recursos Hídricos dos Estados e dos Comitês de Bacias Hidrográficas e, principalmente, dos **ÓRGÃOS FEDERAIS**, como o **DNOCS**, cuja atuação abrange 09 (nove) estados do **SEMIÁRIDO NORDESTINO**.
- Inexistência de dados aceitáveis para permitir esta vinculação nos planos, e falta de capacidade técnica de relacionar os eventos críticos já registrados com uma abordagem sistemática de adaptação. Já existem demandas consolidadas a partir dos dados históricos disponíveis para fazer projeções adequadas, sem depender de modelagens climáticas incertas.
- Acho mais importante definir áreas de alagamentos dos corpos hídricos pertencentes à bacia, impedindo que os órgãos públicos construam moradias em áreas de alagamento.
- Quais seriam essas diretrizes.
- O maior desafio acredito ser a compreensão do complexo tema mudança climática, suas origens, seus efeitos e soluções, considerando recursos financeiros escassos.
- Longevidade das ações.
- Tirar da conta das mudanças climáticas - 99% dos problemas de qualidade e de quantidade dos recursos hídricos no **BRASIL**.
- Esse processo é muito global e de difícil compreensão em nível de bacia hidrográfica.
- Estimulo aos programas de recursos hídricos.
- Internalizar o tema recursos hídricos nas mudanças climáticas.
- Alertar a população de que ela é responsável por demandas.
- Metas que sejam realizáveis.
- Atingir todos por meio da educação formal e informal.
- Devem ser apresentadas propostas em forma de educação ambiental.
- Principalmente neste período de eventos extremos.
- Ações direcionadas às prefeituras para reflorestamento urbano.
- Desenvolver estas diretrizes de forma articulada com outros planos setoriais.
- Emergência e urgência.
- Há descasos.
- Compreensão por parte dos gestores de que as mudanças climáticas afetam a implementação de políticas públicas de recursos hídricos.
- Etapa ultrapassada.
- Mudança de comportamento na comunidade (Economia de água).
- Garantir flexibilidade no aporte de recurso quando necessário.
- Investir em publicidade junto aos comitês e população em geral.

Prioridade 13 - Apoio ao desenvolvimento e difusão de tecnologia, incluindo a tecnologia social, para a gestão de recursos hídricos.

No total, 83% dos respondentes consideraram esta prioridade como “importante ou muito importante” para orientar o próximo ciclo de implementação do PNRH. Os desafios ou propostas apontados pelos respondentes são:

- Sensibilizar os diversos atores sociais.

- FONTE DE RECURSOS E CUSTOS.
- O BRASIL precisa estar na vanguarda do desenvolvimento tecnológico em relação à água, considerando sua importância mundial em termos de disponibilidade.
- Incluir técnicas de redução de consumo em residências e indústrias.
- Criar Programa de Difusão tecnológica para Gestão Recursos Hídricos articulado com Instituições de Ensino e Comitês de Bacias Hidrográficas.
- Fazer com que a academia coloque em prática sua base teórica.
- (DIFUNDIR MELHOR AS INFORMAÇÕES FALTA CAPACITAÇÕES TÉCNICAS).
- Os SIGs têm que ser de uma forma que qualquer um pode obter a informação que precisa para diagnosticar sua situação.
- SISTEMA INFORMATIVO EM BANCOS DE DADOS INFORMATIVOS E DE FACIL IDENTIFICAÇÃO LOCAL REGIONAL E NACIONAL.
- Técnicas focadas em REDUZIR e REUSAR e captação local de CHUVAS.
- DESENVOLVIMENTO E FIXAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM ESTADOS QUE NÃO SOFREM COM A ESCASSEZ DE ÁGUA É IRRELEVANTE PARA GOVERNOS COM VISÃO IMEDIATISTA E FOCADOS NO EXTRATIVISMO, COMO É O CASO DOS ESTADOS COM BAIXO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO.
- DIFÍCIL DE ALOCAR RECURSOS, MAS IMPORTANTE.
- Os critérios técnicos devem se sobrepuser aos ideológicos e aos interesses, todavia, as tecnologias não devem ficar restritas às ligadas aos saberes das ciências da natureza, mas prioritariamente aos conhecimentos ligados às áreas de humanidades e às chamadas tecnologias sociais.
- Divulgação.
- Aproximar mais a academia da sociedade civil, usuários e poder público.
- Capacitação dos Colegiados.
- Ampliando para as categorias e a sociedade civil.
- Apoiar instituições capazes de executar tal atividade.
- Sensibilizar a importância do viés da Educação Ambiental.
- Cooptar as instituições de ensino públicas e privadas a participarem no processo de gestão dos recursos hídricos no Estado.
- Desenvolver e incorporar tecnologias inerentes ao uso racional, econômico e social dos recursos.
- Mais capacitação, mais comunicação.
- Capacitação.
- OLÍMPIADAS ESPECÍFICAS PARA O TEMA EM TODOS OS NÍVEIS DE FORMAÇÃO.
- Parceria com a Universidade e fomento a pesquisas nesta área.
- Capacitar os atores envolvidos no SINGREH.
- Capacitação de mão de obra insuficiente e limitação de recursos financeiros.
- Implantar os incentivos corretos para que os usuários adotem inovações no uso da água.

- O conhecimento é tão importante, que há quem diga que uma pessoa pode tirar tudo do ser humano, menos o conhecimento. E é verdade. O conhecimento é a base de tudo. E sem dúvida ele deve ser compartilhado. No entanto, temos que admitir que de vez em quando nos deparássemos com notícias de que determinado projeto ou pesquisa (mesmo concluídos), por diversos motivos, ficaram engavetados, não saíram do papel. E lá se foram milhares, milhões ou bilhões de cifras, em moedas diversas. O desafio é fazer com que todo este esforço na obtenção do conhecimento científico/tecnológico possa chegar à ponta, na base de quem vai gerar o desenvolvimento com eficiência e gestão racional.
- Criar um modelo de gestão e capacitar os membros do SINGREH.
- Colocar em prática os resultados das tecnologias já desenvolvidas.
- Instituições de difusão de tecnologia estaduais e municipais fortes e bem treinadas.
- Já existem tecnologias bem avançadas nessa questão. Basta implantá-las.
- CONSCIENTIZAÇÃO DO REAL PAPEL DE SOCIEDADE NA PRESERVAÇÃO E SUA CONTRIBUIÇÃO NAS CATÁSTROFES JA OBSERVADAS.
- APOIAR UNIVERSIDADES.
- Muito boa proposta, contudo dentro das prioridades temos outras mais prementes.
- Integração dos estudos acadêmicos com as necessidades dos órgãos gestores e Comitês de bacia.
- Falta de apoio para realização de pesquisas científicas e trabalhos técnicos.
- A difusão do conhecimento deve ser uma meta a ser alcançada. Devem ser consolidadas as parcerias com as instituições de pesquisa.
- Integração dos estudos acadêmicos com as necessidades dos órgãos gestores e Comitês de bacia.
- O desenvolvimento científico e tecnológico é um desafio urgente na gestão dos recursos hídricos do **SEMIÁRIDO NORDESTINO**. Pesquisas sobre vários aspectos como o processo de desertificação e acesso à água em longos períodos de estiagem, além da qualidade da água são desafios tecnológicos que necessitam de estudos aprofundados de tecnologias inovadoras para solução dos problemas que estão se intensificando a cada ano.
- O que é tecnologia social? Dados e instituições fragmentadas.
- Como será dado este apoio?
- Fomentar a pesquisa e desenvolvimento dessas tecnologias.
- Incentivo financeiro para isso.
- Há muito conhecimento produzido nas universidades e institutos que não são reconhecidos, desta forma não são aplicados nas bacias.
- A extensão rural praticada pelas instituições estaduais deve ser acionada integralmente.
- Falta de recursos para a pesquisa e estruturação dos comitês.
- Pouco alcance em nível de BH.
- Reduzir valores de produtos que auxiliem na economia de água e energia.
- Manutenção PIBIC, Incremento CNPQ/FAPESP.
- Massificar as informações nas bacias.

- Difusão, a informação nunca chega.
- Ser um projeto de política Pública, não pessoal, nem só de partidos.
- Popularizar essa tecnologia.
- Coletar e tabular dados para posterior disponibilização.
- Principalmente com as universidades que já realizam essas pesquisas.
- Divulgar novas tecnologias.
- Ações e estruturas das escolas- material didático.
- Articular com os processos formativos, incluir as prioridades 11 e 12 nesta prioridade.
- Com pontos de informações municipais.
- Realizar cursos locais e não só via web.
- Falta investimento do poder público e pouca visão do setor usuário.
- Fortalecer as tecnologias sociais no **NORDESTE**.
- Fortalecer a gestão nos estados.
- Levar conhecimento dos comitês, os projetos de pesquisas desenvolvidos e aplicados.
- Trazer o conhecimento das universidades e institutos de pesquisa para os comitês.
- Compartilhar efetivamente o conhecimento.
- Fomento aos CBHs para colocar em prática essa proposta com parcerias
- Programa de transferência de tecnologia como direito público.
- Captar recursos e fazer parcerias para viabilização.

Prioridade 14 - Desenvolvimento de um plano de comunicação social e de difusão de informações para o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH).

No total, 80% dos respondentes consideraram esta prioridade como “importante ou muito importante” para orientar o próximo ciclo de implementação do PNRH. Os desafios ou propostas apontados pelos respondentes são:

- Conhecimento é essencial para o sucesso do planejamento.
- POLITIZAÇÃO DA ESPECIFICIDADE E TECNOLOGIAS.
- A sociedade precisa de informação clara e acessível para influenciar nos espaços de decisão.
- Conscientizar a população.
- Desenvolver métodos de comunicação que atinjam a população da bacia hidrográfica.
- Criar um Canal de Comunicação de Difusão com informações veiculadas por rádio e/ou jornal e/ou TV e/ou nas Escolas e/ou Instituições Governamentais e Não Governamentais.
- Dentro da prioridade 4.
- (DIFUNDIR MELHOR AS INFORMAÇÕES FALTA CAPACITAÇÕES TÉCNICAS).
- BANCO DE DADOS COLETIVO NAS AÇÕES IDENTIFICADAS, MOTIVANDO A PRESERVAÇÃO.

- O BAIXO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DE ALGUMAS UNIDADES FEDERADAS PODEM FAZER ESTAS IMPORTANTES INFORMAÇÕES PASSAREM DESPERCEBIDAS OU SEREM DESVALORIZADAS FRENTE A UMA PROMESSA DE DESENVOLVIMENTO IMEDIATO, APESAR DE ENGANADORA.
- TORNAR ISTO COMO UM DOS PRINCIPAIS PONTOS, A EDUCAÇÃO.
- Promover ações globais e localizadas de conscientização sobre uso e empregos dos recursos hídricos, destinação e tratamento de águas servidas de modo a mobilizar as populações para possíveis desastres e riscos ambientais. Muitos deles sem respostas tecnológicas para as medidas mitigadoras.
- Recursos financeiros para o plano.
- Quanto mais pessoas tiverem o conhecimento sobre a importância das bacias hidrográficas melhor.
- Capacitação.
- Esclarecer a sociedade civil sobre a importância dos recursos hídricos.
- Sensibilização da população.
- Ter mecanismo de comunicação ágil e confiável.
- Obter recursos financeiros para a produção de informações e disseminá-las.
- Um plano de difusão, com informações simples de uso e domínio local.
- Ouvir antes a comunidade.
- Atingir ao público alvo mais interessado.
- CAPACITAÇÃO DOS COMITÊS.
- Utilizar os Comitês como apoio e referência.
- Planejar, priorizar e implementar.
- Limitação de recursos financeiros.
- Palestras, mídia, cartilhas, folders... São formas de se fazer chegar a informação à sociedade de modo geral. Um canal permanente, ágil e prático seria por quem de direito, fazer constar na pauta das reuniões dos comitês de bacias tais informes.
- Informar a sociedade da existência do SINGREH e qual a sua função.
- Financeiro, fiscalização.
- Também já temos bastante difusão de informações. Temos que procurá-las e implantá-las.
- GERENCIAR E ATUALIZAR ESSAS INFORMAÇÕES.
- Dificuldade no tocante a conflitos de interesse.
- Muito boa proposta, contudo dentro das prioridades temos outras mais prementes.
- Ampliação da participação da sociedade no processo de gestão dos recursos hídricos.
- Apoiar e capacitar sobre a gestão integrada.
- Reconhecimento do valor social, ecológico e econômico da água.
- Ampliação da participação da sociedade no processo de gestão dos recursos hídricos.

- A informação e comunicação são prioridades atuais e toda a sociedade. O Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos precisa ser difundido e atingir os usuários de água nos mais distantes distritos do **SEMIÁRIDO NORDESTINO**. Essa comunicação social e difusão só serão possíveis com a participação de todos os usuários, sejam através dos membros das Comissões Gestoras dos Açudes ou dos membros dos Comitês de Bacias, que por sua vez levarão seus questionamentos e soluções às instâncias máximas do Sistema, seja ele Estadual ou Nacional.
- A pulverização de recursos, sem estar associada às metas estabelecidas, aumenta a fragilidade do SINGREH, dos conselhos e demais entes do sistema.
- Não entendi o porquê desta prioridade. Plano de comunicação social? Via internet? E quem não tem acesso?
- Quanto maior a difusão e troca de informações e conhecimento se dá, maior a rapidez de geração de novas informações e conhecimento se gera. Um dos grandes desafios é, exatamente, criar redes que gerenciem essas trocas.
- Disciplina no ensino fundamental.
- FUNDAMENTAL. A população em geral precisa estar esclarecida da situação real da oferta quantitativa e qualitativa da água e as providências necessárias.
- Aproveitamento dos sistemas de comunicações locais e de alcance da população.
- Falta de conhecimento local para a compreensão do sistema.
- Falar a linguagem do povo. Procurem antropólogos para fazer esta interface.
- Difícil comunicação entre os entes do SINGREH.
- Criação de banco de dados para comunicação e difusão das informações.
- Atingir todas as classes sociais e segmentos.
- Diálogo, trazer a sociedade para discussão, envolvimento da comunidade.
- Priorizar TVs e Rádios educativos.
- Em diferentes contextos para que as informações sejam difundidas para grandes demandas.
- Falta de informação, a sociedade não se mobiliza.
- Atingir todas as camadas sociais
- Precisamos interagir com boas práticas e políticas.
- Muito importante, pois cada região possui sua especificidade.
- Fortalecer gestão hídrica.
- Empoderar os comitês de bacias de fato descentralizá-los.
- Isso deveria constar nos planos de recursos hídricos.
- Tornar sistema mais conhecido.
- Envolver as instituições de ensino superior.
- Inserir o tema na mídia nacional, novelas e séries que expressem a importância e a realidade sobre a situação dos recursos hídricos.
- Disseminar a informação e ampliar a visão social.
- Utilizar os canais televisivos, para informações efetivas.
- Espaços em prédios públicos e comerciais para as instituições de água como comitês e agências.

- Criar uma rede com capacidade de fazer fluir, chegar a informação.
- Captar recursos e fazer parcerias para viabilização.

Prioridade 15 - Desenvolvimento de processos formativos continuados para os atores do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) e para a sociedade.

No total, 87% dos respondentes consideraram esta prioridade como “importante ou muito importante” para orientar o próximo ciclo de implementação do PNRH. Os desafios ou propostas apontados pelos respondentes são:

- PRIORIDADE À PRÁTICA E EFETIVA AÇÃO DOS GESTORES PÚBLICOS NO PROCESSO.
- Profissionais e sociedade civil consciente em relação ao uso eficiente da água e da sua importância ambiental.
- Inserir essas pessoas formadas no campo de trabalho.
- Desenvolver programas para empoderar as comunidades ao redor da bacia.
- Ampliar oferta de cursos e que estes realmente sejam direcionados aos membros dos CBHs, por exemplo, e estes serem multiplicadores.
- A boa gestão só é feita com conhecimento.
- (DIFUNDIR MELHOR AS INFORMAÇÕES FALTA CAPACITAÇÕES TÉCNICAS).
- Precisamos melhorar nossos conhecimentos, e atrair mais jovens para esta luta.
- FALTA DE PESSOAS QUALIFICADAS, PARA ATRIBUIR AÇÕES SUSTENTÁVEIS AOS APLICATIVOS DIVERSOS DE PRESERVAÇÃO E RECURSOS FINANCEIROS....
- Favorecer os projetos educacionais com recursos do **FEHIDRO**.
- MANTER A UNIFORMIDADE E PERMEABILIDADE DESTAS AÇÕES DE MULTIPLICAÇÃO PODE ESBARRAR NO INTERESSES IMEDIATOS DE GRUPOS QUE DOMINAM O CENÁRIO POLÍTICO EM DETERMINADAS UF, GARANTIR E SUBSIDIAR AS AÇÕES DESTES MULTIPLICADORES PODE SER UM DESAFIO.
- PODE SE JUNTAR ESTE DESAFIO AO DE NUMERO 14.
- Formação continuada em recursos hídricos deve prever o empoderamento dos envolvidos de modo que as soluções não fiquem adstritas às chamadas autoridades constituídas.
- Não acredito que seja via educação ambiental.
- Integrar os órgãos ambientais municipais no processo de concessão de outorgas, por estarem familiarizados com sua região e conhecedores das mazelas políticas e ambientais locais, os quais poderão fiscalizar o cumprimento de metas e penalizar os transgressores.
- O conhecimento é muito importante, pois é só através dele o êxito será alcançado.
- Padronização dos dados, participação da sociedade civil.
- Melhorar a qualidade de participantes nos colegiados.
- Que as capacitações sejam um instrumento de esclarecimento e conscientização para a sociedade civil.

- Encontrar pessoas dispostas a essa finalidade e com real envolvimento da causa
- A Educação Ambiental focada em recursos hídricos.
- Capacitar os gestores públicos municipais nas longínquas cidades que constituem o Estado do **AMAZONAS**.
- A capacitação onde a prática seja (UDs) seja matéria prima da informação.
- Investir em formação de recursos humanos.
- Atingir ao publico alvo mais interessado.
- RECURSOS HUMANOS E DE CAPITAL.
- Desenvolver em todas as Bacias seja elas federais ou estaduais.
- Nivelamento de conceitos básicos e capacitações permanentes dos gestores de recursos hídricos.
- Planejar, priorizar e implementar.
- Limitação de recursos financeiros.
- Acho muito importante capacitar os usuários de recursos hídricos para participar do sistema. Não apenas a sociedade civil.
- Inserir a educação ambiental no currículo escolar e na pauta do Poder Público.
- Inclusive aos membros dos Conselhos Estaduais de Bacias hidrográficas, quanto os membros dos comitês de bacias.
- Plataformas descomplicadas.
- As ações de capacitação têm que ser mais bem aproveitadas.
- Ações de capacitação continuada, atendendo eventuais mudanças e critérios específicos.
- Já disse isso no **CTCT/CNRH**. Precisamos de um programa de Recursos Humanos promovidos pela **Agência Nacional de Águas**, assim como ocorre com o petróleo. Os avanços na área de Petróleo foram obtidos em grande parte por este Programa de Recursos Humanos da **ANP** (PRH-ANP). Acredito que consigamos atingir um nível de consciência ambiental e desenvolvimento de tecnologias (em todos os níveis) se tivermos um PRH-**ANA**. Inclui-se aí também a maior ação nos comitês de bacias, que hoje estão esvaziados e pouco consegue fazer a respeito da degradação ambiental. O desafio é, portanto criar este PRH.
- Excelente. Porém ter que vir combinada com a real intenção do poder público de dar poderes reais aos comitês. Os comitês não devem ser vistos como apenas braços administrativos auxiliares.
- Institucionalizar a realização bianual dos Encontros Formativos Nacionais de Educação Ambiental e Gestão de Águas no âmbito do **CNRH** (por meio de resolução específica), como processos formativos e continuados, com abordagem integrada de Educação Ambiental e Comunicação Social em Gestão Integrada de Recursos Hídricos.
- Universalizar a qualificação de representantes nos organismos colegiados.
- Em minha opinião este item seria nível maior que quatro. Existe um grande déficit de conhecimento e atualização de informações que poderia ser resolvido com intensa capacitação, levando-se em conta a necessidade de cada órgão. É preciso difundir o conhecimento já dominado em alguns

estados para os demais. Os servidores capacitados estão mais aptos a desenvolver os seus trabalhos e auxiliar os Comitês de Bacia Hidrográfica. Os conselheiros de CBH também precisam ser capacitados, visto que são responsáveis por deliberar matérias de grande importância.

- Desenvolver mapeamento de demandas de capacitação e Planos
- Realizar parceria com o sistema S (**SENAI, SENAR, SEBRAE, SENAT, SENAC**), e **ATERs**, entidades de pesquisa e extensão.
- Universalizar a qualificação de representantes nos organismos colegiados.
- Ouvir a sociedade ou capacitá-la será sempre um grande desafio! Entretanto, sem a ação de multiplicação do conhecimento e capilaridade não é possível capacitar ou mesmo conquistar parcerias na fiscalização do bom uso dos recursos hídricos. A difusão do conhecimento e a parceria com a sociedade devem ser incentivadas nas redes sociais e na educação formal para conscientização das melhores práticas relativas aos Recursos Hídricos. A comunicação é um grande aliado para atingirmos este alvo.
- Necessidade de estabelecer metas objetivas indicando quem, como, onde e por que.
- O maior desafio é que estes atores façam o curso de forma a aplicar na prática e não apenas constar que fez o curso. No **BRASIL** temos muitas pessoas que fazem por fazer cursos sem que seja cobrado delas a aplicação prática.
- Na minha visão é alcançar um percentual significativo dos atores e, principalmente, equilibrar os diversos níveis de conhecimento.
- Formar agentes multiplicadores.
- Compartilhar o conhecimento técnico e acadêmico.
- Didática e televisiva. Programas de alcance maciço.
- Atingir a grande massa multiplicadora dos conhecimentos.
- Caracterizar diferentes níveis para diferentes atores - desde o superficial até o mais detalhado.
- Conscientizar a sociedade civil organizada e usuários de Recursos Hídricos para a importância dessa capacitação.
- Melhorar a comunicação dos agentes multiplicadores.
- Logística adequada para o desenvolvimento de processos formativos.
- Ações que cheguem até as escolas.
- Adequar material informativo à realidade de cada região/estado (Leis).
- Capacitar de mamando a caducando toda a sociedade mergulhada na corrupção
- Mudança do currículo escolar, real engajamento dos docentes neste processo.
- Mobilizar a sociedade.
- Pensar/ repensarem como desenvolver esse processo formativo de maneira efetiva inclusiva e profícua.
- Engajamento nas escolas públicas.
- Seja divulgada, porque a maioria dos municípios já realiza esta educação de forma ambiental transversal.
- Criar mecanismos onde os CBHs das doze Regiões Hidrográficas possam

interagir.

- Prioridade para os gestores municipais.
- Priorizar gestão participativa.
- Que as ações não sejam pontuais.
- Dar continuidade sempre aos diversos processos formativos existentes, apoiando-se e articulando-se com os eventos promovidos pelos comitês, estados e municípios.
- Buscar maior número de pessoas engajadas na gestão dos recursos hídricos
- Não há recursos financeiros disponíveis.
- Levar para as escolas projetos de educação ambiental voltados para saneamento/ recursos hídricos.
- Adotar a disciplina de educação ambiental nas escolas de ed. infantil ao ensino médio.
- Formatar e implantar a disciplina de educação ambiental nas escolas do ensino infantil ao ensino médio.
- Capacitar e criar condições para que o multiplicador possa exteriorizar o conhecimento.
- Montar uma estrutura metodológica para tal ação.
- Garantir acesso interação e informação continuados.

Prioridade 16 - Desenvolvimento da gestão compartilhada de rios fronteiriços e transfronteiriços.

No total, 72% dos respondentes consideraram esta prioridade como “importante ou muito importante” para orientar o próximo ciclo de implementação do PNRH. Os desafios ou propostas apontados pelos respondentes são:

- PROBLEMATIZAÇÃO DAS NECESSIDADES E CONTEXTUALIZAÇÃO DAS CARÊNCIAS DOS PAÍSES ENVOLVIDOS.
- Avançar na gestão interna para influenciar a decisão nos outros países.
- Criar um observatório da Gestão de Recursos Hídricos em Bacias Hidrográficas fronteiriças e transfronteiriças.
- Primeiro cada parte tem que fazer seu dever de casa, para que unidos possam gerir com efetividade.
- (DIFUNDIR MELHOR AS INFORMAÇÕES FALTA CAPACITAÇÕES TÉCNICAS).
- IDENTIFICAÇÕES DOS RESÍDUOS SÓLIDOS E DEMAIS SITUAÇÕES DE POLUIÇÕES E CONTAMINAÇÕES QUE ATINGE O SISTEMA HIDRICO.
- O NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO DOS ESTADOS AMOZÔNICOS, BEM COMO DOS PAÍSES ANDINOS PODE SER UM ENTRAVE PARA ESTAS AÇÕES.
- PRIORIDADES IGUAIS COM PENSAMENTOS DIFERENTES, TORNALOS IGUAIS.
- Gestão compartilhada deve ser uma noção que transborde o problema de fronteiras geográficas e a fronteira a ser assimilada é a da ameaça constante que ocorre internamente e não decorrente de um suposto inimigo externo.
- Integração dos atores.
- Acomodar os vários interesses entre os países.
- Defender os interesses da população e não políticas locais.

- Identificar os Problemas e Mobilização.
- Mostrar de maneira clara os dados e informações sobre os recursos hídricos.
- Legislações divergentes dos países.
- Articulação entre comitês de bacias transfronteiriços. No **BRASIL**, o grande problema está centrado no tempo e na burocracia, uma vez que demanda a intervenção do **MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**, o qual não dispõe de profissionais qualificados acerca da temática de gestão hídrica transfronteiriça.
- De fundamenta importância estabelecimento de acordos e agendas mínimas de compromissos internacionais.
- Consenso mínimo.
- Capacitação específica.
- SEMINÁRIOS INTERNACIONAIS PARA TROCA DE INFORMAÇÕES E DE RESPONSABILIDADES.
- Priorizar metas.
- Planejar, priorizar e implementar.
- Estruturar um relacionamento diplomático eficaz entre os vizinhos à luz dos normativos internacionais aplicável ao tema.
- Construir parcerias com os países ligados ao **BRASIL** pelas águas.
- Enfrentar o desinteresse do Estado na implementação dos acordos já celebrados.
- Regulamentação.
- As reuniões internacionais quase nunca falam desse problema. É necessário aprofundá-lo.
- Importante para proteção e auxílio na política de conflitos.
- Muito boa proposta, contudo dentro das prioridades temos outras mais prementes. Além de termos problemas de cunho político ideológicos com alguns nossos vizinhos.
- Compatibilizar os interesses e os arcabouços legais dos diferentes atores.
- Diferenças de interesse.
- Compatibilizar os interesses e os arcabouços legais dos diferentes atores.
- É de grande importância cumprir compromissos com países vizinhos em respeito aos Recursos Hídricos relativos a rios e aquíferos fronteiriços e transfronteiriços.
- O objetivo precisa ser mais específico para ser mais bem avaliado.
- Garantir a soberania.
- Definir quais os dados que ambos os lados entendem como serem possíveis de afetar os recursos hídricos.
- Cada país faça o seu dever.
- Recursos financeiros demandados, fonte financiadora.
- Mudança nas gestões e nas prioridades dos países.
- Definir critérios uniformes para ambos os lados.
- Que as diferenças partidárias entre as prefeituras não seja fator de conflito.
- Articular a criação do comitê do rio **PARAGUAI**.
- Integrar para não entregar a luta pela água.
- Realizar parcerias com objetivos comuns.

- Transparências a estes processos.
- Integrar os países vizinhos.
- Integrar os **PAÍSES LATINO AMERICANOS**.
- Envolver os estados fronteiriços diretamente no fórum mundial da água.
- É um processo contínuo que deve ser priorizado nos planos de bacias compartilhadas.
- Precisamos ser mais atentos e eficientes.
- Dar mais importância a seca no **NORDESTE**.
- Efetivar a gestão em áreas de fronteira.
- Implantar o PSA.

Prioridade 17 - Mapeamento e avaliação de áreas vulneráveis a eventos extremos.

No total, 85% dos respondentes consideraram esta prioridade como “importante ou muito importante” para orientar o próximo ciclo de implementação do PNRH. Os desafios ou propostas apontados pelos respondentes são:

- TECNOLOGIAS DE SUPORTE E GERENCIAMENTO.
- Adotar essa informação para a decisão em relação ao uso e ocupação do solo.
- Sistema de alerta.
- Implementar ações efetivas nos locais onde já existem informações.
- Criar um observatório para mapeamento, avaliação e tomada de decisões de áreas vulneráveis e eventos extremos em articulação com Instituições de Ensinos e outras.
- Atualização.
- DAR SUPORTE RÁPIDO AOS MUNICIPIOS AFETADOS, E AVALIAR NOVOS PROJETOS PARA QUE NÃO HAJA MAIS ÁREAS VULNERÁVEIS, OU DIMINUA O RISCO DESTAS.
- (DIFUNDIR MELHOR AS INFORMAÇÕES FALTA CAPACITAÇÕES TÉCNICAS).
- Ajuda a definir prioridades.
- IDENTIFICAÇÕES DOS SISTEMAS E APLICAÇÕES.
- Desocupação das áreas vulneráveis residenciais.
- FALTA DE DADOS EFETIVOS E CONFIÁVEIS DA **BACIA AMAZÔNICA**, O QUE NÃO OCORRE NA MESMA ESCALA COM OS DADOS DISPONÍVEIS PARA A HIDROLOGIA DAS REGIÕES MAIS DESENVOLVIDAS. E A FALTA DE GESTÃO E ESTRATÉGIA ACABA INVESTINDO MAIS RECURSO AONDE HÁ MAIS ESTUDOS, RELEGANDO A REGIÕES NÃO DESENVOLVIDAS AO 'ESQUECIMENTO'.
- TORNAR URGENTE JUNTO AOS SETORES PUBLICOS O NORTE DESTA POLITICA EM TEMPO HABIL.
- A identificação das vulnerabilidades e o seu escalonamento devem ser acompanhados de medidas de tecnologia social mediante ações de gestão compartilhada de modo a reduzir a influência do poder econômico e do poder político sobre as decisões e sobre as formas de atacar situações de catástrofes ambientais.
- Órgão técnico para desenvolver o trabalho.

- Importante esse conhecimento para evitar catástrofes.
- Banco de dados.
- Estrutura e Mobilização.
- Realizar diagnóstico das áreas de vulnerabilidade social.
- Definir ações preventivas, e não remediadoras.
- Desenvolver um mapeamento dinâmico em função das mudanças climáticas.
- Viabilizar um sistema eficaz.
- MAIS IMPORTANTE E ARTICULAR NECESSIDADE DE PROMOVER SANEAMENTO NA BACIA E CONSERVAÇÃO DE NASCENTES.
- Aqui reside o convencimento pelo apanhado dinâmico das informações.
- Elaboração do plano de bacia.
- Outros segmentos.
- ESTUDOS ESPECÍFICOS E TRABALHAR POLITICAMENTE.
- Visão Integrada entre Planos de Bacias x Planos Diretores.
- Necessário inventariar (mapear) as áreas de maior risco, para priorizar ações preventivas, que são bem mais baratas e fáceis de implementar do que corretivas. Informar e desestimular, através de restrições de uso e ocupação do solo para não ocupar com construções permanentes áreas que certamente e em médio prazo e longo prazo serão impactadas, evitando as perdas econômicas dos investimentos e custos de remoção e perdas de vidas humanas.
- Vencer a limitação de recursos financeiros.
- É comum no **BRASIL** fechar a porta depois de roubado. Infelizmente, determinadas ações só são tomadas pelos gestores em caráter emergencial. Aí aparece dinheiro de tudo que é lado. Porém isso sai mais caro que um plano de trabalho pensado e bem planejado, seja de médio ou longo prazo. O desafio é exatamente por em prática estudos preventivos para implementações de ações que venham a mitigar possíveis ocorrências de eventos extremos.
- Mapear e buscar soluções para evitar eventos.
- Rede de monitoramento.
- Criar sistema de monitoramento automatizado onde for necessário e que dispare um alerta aos órgãos competentes visando tomada de decisão estratégica e no momento certo para mitigação de consequências de eventos extremos.
- Financiamentos para projetos universitários, principalmente, executar o proposto.
- Essa questão envolve um número enorme de variáveis. Depende de muitos setores de decisão.
- Importante para traçar projetos adequados.
- Muito boa proposta, contudo dentro das prioridades temos outras mais prementes.
- Ampliar o conhecimento das áreas críticas levando em consideração a vulnerabilidade da população local.
- Aquisição e disponibilização de dados ambientais CONFIÁVEIS.
- Falta capacitação específica para os tomadores de decisão sobre o tema.

- Realizar o zoneamento das áreas por meio da análise de vulnerabilidade das áreas e elaborar Planos Preventivos.
- Dotar o **SEMIÁRIDO MINEIRO** de políticas efetivas de segurança hídrica e convivência com a seca.
- Realizar análises de risco para priorização de ações estratégicas e incorporar o conceito de Adaptação baseada em Ecossistema na gestão dos recursos hídricos como medidas de adaptação das sociedades humanas em relação às mudanças climáticas e aumentar a resistência e resiliência de sistemas sócio-ecológicos em relação às mudanças globais e os eventos extremos.
- Ampliar o conhecimento das áreas críticas levando em consideração a vulnerabilidade da população local.
- Impedir a ocupação urbana das áreas vulneráveis a eventos extremos.
- Para o **SEMIÁRIDO NORDESTINO** é de grande importância o domínio do conhecimento de eventos extremos, como Secas, que são constantes em nossa Região. A escassez e a variabilidade climática tem se agravado a cada ano, dificultando a Convivência com o **SEMIÁRIDO NORDESTINO**.
- O objetivo precisa ser mais específico para ser mais bem avaliado.
- Como fazer esta identificação sem conotação política?
- O simples mapeamento e avaliação dessas áreas não garantem resultados específicos. A gestão do território, em termos de uso e ocupação é que podem impactar positivamente ou negativamente as áreas identificadas. Um dos desafios é exatamente fazer que a gestão integrada do território evite que tais áreas, naturalmente suscetíveis sejam ocupadas.
- Conscientização do poder público.
- Aqui no **NORDESTE** a impressão que fica dos gestores municipais é que está tudo bem, sem medidas efetivas de educação e sensibilização, o que demonstra desconhecimento ou negligência.
- Estabelecimento de regras e ações aplicáveis nas metodologias.
- Definir as reais dimensões dos eventos dada a grande diversidade climática brasileira.
- Tecnicamente é o mais fácil. No caso de cheias fazer convênio com o exército para registrar marcas de enchente e usá-las para previsão e planejamento.
- Dificuldade na conscientização dos municípios para sua participação nesse processo.
- Preservação das comunidades do ecossistema e povos que dependem deste ecossistema para manutenção da vida.
- Conhecer a problemática das áreas vulneráveis.
- Melhorar articulação **CETESB/CÂMARA TÉCNICA/CMMA**.
- Mapear e penalizar quem não obedecer à legislação ambiental.
- Seriedade na escolha das áreas onde as famílias serão realocadas, fiscalizar.
- Sem dúvidas, os processos preventivos são de extrema relevância.
- Integrar os discursos, ministérios com a política das águas.
- Criação de um plano de ação para esses eventos.
- Identificar por municípios as áreas vulneráveis.
- Essa ação já é prioritária de diversos órgãos. As bases de dados é que devem ser incorporadas no SNIRH.

- Emergência e Urgência.
- Maior controle dos usos: como combate a perdas e fiscalização.
- Com especial atenção para as bacias com maior ocorrência de eventos.
- Ampliar a capacidade de gestão frente à nova realidade climática.
- Envolver todos os entes do estado a priorizarem ações mitigadoras para a prevenção e controle dos impactos.
- Investimento em tecnologia e capacitação

Prioridade 18 - Desenvolvimento dos mecanismos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), com foco na conservação de águas de bacias hidrográficas.

No total, 85% dos respondentes consideraram esta prioridade como “importante ou muito importante” para orientar o próximo ciclo de implementação do PNRH. Os desafios ou propostas apontados pelos respondentes são:

- EFETIVA ARTICULAÇÃO E FINANCIAMENTO DOS ATORES ENVOLVIDOS.
- Trazer outros atores para ações de conservação das águas.
- Aplicação em projetos contínuos.
- É preciso criar um modelo de pagamento por serviços ambientais que não retire a capacidade de uso da terra do agricultor, evitando forçar êxodo rural ou perda no potencial da propriedade.
- Ampliar a aplicação do mecanismo PSA nas BHs. Inclusive contemplando projetos na linha de fomento para financiamento de projeto.
- Colocar em prática os programas.
- LEGISLAÇÃO CONFUSA COM MUITO CHOQUE DE LEIS ESTADUAIS (DIFUNDIR MELHOR AS INFORMAÇÕES FALTA CAPACITAÇÕES TÉCNICAS).
- Esta é a forma de reverter a situação, mas tem que arranjar fontes de verbas que permitem um valor de pagamento que compete com os outros usos econômicos das terras.
- CONSOLIDAR E PROPOR OS CRÉDITOS DE CARBONO, MULTAS, COMPENSAÇÕES, TAXAS AMBIENTAIS, PAGAS PELO PAGADOR POLUIDOR DEGRADADOR, EM FAVOR DO PRESERVADOR, PROPRIETÁRIO DE ÁREAS DE PRESERVAÇÕES RESERVAS LEGAIS APPS ENTRE OUTRAS, VISANDO AS COMPENSAÇÕES AMBIENTAIS, POLUIDOR PAGADOR, DEGRADADOR E RECUPERADOR DE ÁREAS DEGRADADAS...
- Desenvolver mecanismo de medir água produzida por quem mantém APP em alto nível de conservação.
- INICIALMENTE ESTRUTURAR OS COMITÊS DE BACIAS.
- ANTES DE INSTALAR O PSA, TERMINAR O DESIGUINOS E OS FINS DE CADA BACIA, MUITAS COBRANÇAS JUNTAS.
- Este item em caráter de URGÊNCIA, isto gera resultado direto na qualidade e quantidade de água na bacia... Estender a todas as bacias o modelo que deu certo como o caso de extrema em **MINAS GERAIS, CULTIVANDO ÁGUA BOA** no **PARANÁ - ITAIPU BINACIONAL** e outros.

- Esse é um conceito que deve ser profundamente avaliado, especialmente quando se trata de recursos hídricos decorrentes dos aquíferos. Nesses casos a preservação depende de uma sistemática de reposição cujo tempo é dilatado em relação ao uso, exploração ou lavra. Mormente quando a reposição depende de áreas de reposição que estão distantes das áreas de consumo. Quem consome deve remunerar quem preserva independentemente da localização física superficial e dependentemente do mapeamento profundo dos lençóis e aquíferos.
- Financiadores.
- Aceitação pelos atores.
- Integrar os órgãos ambientais municipais no processo de concessão de outorgas, por estarem familiarizados com sua região e conhecedores das mazelas políticas e ambientais locais, os quais poderão fiscalizar o cumprimento de metas e penalizar os transgressores.
- Uma medida muito importante. Temos que pagar aqueles que ajudam na recuperação e conservação dos recursos hídricos.
- Cadastramento e fiscalização.
- Áreas legalizadas ou Públicas.
- Observando e respeitando as fragilidades de cada região.
- Direcionar os projetos para os pequenos produtores de água.
- Acredito que essa prioridade seja a mais importante, incentivos para a conservação de nascentes, córregos e rios afluentes dos córregos e rios que abastecem os municípios seria uma ação em longo prazo que nos traria inúmeros benefícios, principalmente em épocas de escassez, como vivemos no ano de 2015.
- Critérios objetivos para o PSA e dotação orçamentária para o programa.
- Implementar o PSA no Estado do **AMAZONAS**. Importante destacar que o Estado é um produtor natural de água em estado de vapor, todavia, nada recebe por tal serviço.
- A consciência participativa, a importância é a principal ferramenta.
- Gestão do processo.
- Sensibilização e capacitação.
- Criação de mais taxas, tarifas ou impostos além do que já é cobrado, pode dificultar os processos de outorga. O ideal é que garantir que as taxas de outorgas cobradas sejam investidas também neste ponto.
- ESTUDOS DE CADA ÁREA E VIGILÂNCIA.
- Difundir programas de sucesso como o produtor de águas.
- IMPORTANTE PARA INCENTIVAR PRUDÊNCIA ÁGUA.
- Divulgar experiências piloto e fomentar implantação de projetos.

- É importante evoluir os conceitos e conhecer melhor o custo benefício e a sustentabilidade financeira em longo prazo destas ações. Tem sido tratado como uma panacéia e os resultados práticos tem sido pífios do ponto de vista de recursos hídricos, aparentemente existem outros investimentos igualmente importantes com melhores resultados efetivos e mensuráveis em relação a melhoria da quantidade (reservatórios) e qualidade (controle de poluição difusa e saneamento). Além disso, os recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos são escassez e devem ser aplicados levando em conta a eficiência e eficácia. Não deve ser uma exclusividade de recursos provenientes da gestão de recursos hídricos, é muito importante buscar recursos também do sistema de gestão de meio ambiente e de outras fontes, em face de melhoria e preservação da biodiversidade que esta ação promove.
- Dificuldade de implantar uma política diante dos vários fatores que intervêm
- Tornar esses mecanismos de uso generalizado.
- O desafio é fazer chegar ao homem do campo, e ele entender, principalmente os mais idosos, quebrando tradições no trato da terra, que a preservação das matas ciliares, dos topos dos morros é a solução para manter uma terra fértil, com potencial agrícola, com elevada biodiversidade e melhoria climatológica.
- Implementar o projeto, que deverá ser financiado pelos usuários dos recursos hídricos.
- Dispor de recursos financeiros para pagar tais mecanismos.
- Apoio aos municípios principalmente na criação do fundo do PSA e da captação de recursos, tanto para o estudo e projeto, quanto para o desenvolvimento dos trabalhos a campo na estrutura social, ambiental e da realização das ações estruturais a serem implantadas.
- Eliminar barreiras burocráticas que viabilizem a execução rápida dos PSA. Exemplo mais comum: Matrícula, **INCRA**, CAR x só contratos de compra e venda. E outras situações semelhantes.
- Prioridade.
- Interação dos setores de recuperação com a premissa de orientação de recuperação através das bacias hidrográficas.
- Falta dinheiro.
- Um dos pontos mais importantes da consulta. Apoiado, necessário, ferramenta que traz resultados positivos.
- IDENTIFICAR AS NORMAS E REGRAS PARA IMPLANTAÇÃO DO PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS.
- Importante para resolver desafios.
- Dificuldade orçamentária pública e privadas preocupantes e reais nos próximos anos, horizontes temporais do planejamento em consulta.
- Viabilizar fontes de recursos para garantir a continuidade e credibilidade das iniciativas.
- Cada caso é um caso, será difícil definir mecanismos gerais que sirvam em várias situações...
- Pouco avanço na implementação dos PDRHs.
- Regulamentação da temática no âmbito do **CONGRESSO NACIONAL**.

- Envolver empresas que se utilizam desses recursos, principalmente concessionárias de água e esgoto.
- Inclusão do tema PSA (conceitos, princípios, objetivos e diretrizes) nas pautas das reuniões dos Conselhos Estaduais e Comitês de bacias para capacitação e dos membros; Inclusão do tema PSA (conceitos, princípios, objetivos e diretrizes) nos planos de bacias; Garantia de linhas de financiamento (formalização de fundos) a ações de desenvolvimento e execução (diagnósticos, vistorias, monitoramento, etc) de projetos, e pagamento aos provedores de PSA com recursos oriundos da cobrança pelo uso da água; Formalização de arranjos institucionais no âmbito das agências de bacias, garantindo a estrutura necessária para implementação de projetos de PSA: Instituição Executora, Entidade Pagadora, entidades da sociedade civil e academia (referencial técnico, metodologias, etc).
- Viabilizar fontes de recursos para garantir a continuidade e credibilidade das iniciativas.
- Implantar sistema de controle da utilização dos recursos. Expandir a possibilidade de PSA para pessoas jurídicas.
- Embora ainda não seja uma prática muito difundida na região do **NORDESTE SEMIÁRIDO**, essa poderá ser muito benéfica para a conservação dos recursos hídricos, desde que bem aplicada e acompanhada pelos usuários de água e fiscalizadas pelos Comitês de Bacias Hidrográficas.
- A prioridade deveria ser a de promover boas práticas de uso e ocupação do solo, mediante incentivos aplicados ao instrumento de cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Pagar com recursos da cobrança, por exemplo, para que produtores rurais cumpram a lei (recuperação e manutenção de APPs e RLs), causa distorção de princípios básicos, como o da isonomia. Por que não pagar para que as empresas que tratam efluentes? Em ambos os casos há benefícios para os demais usuários da bacia, mas, são ações decorrentes do atendimento legal.
- Incentivar a preservação e sustentabilidade de pequenos agricultores.
- O problema quando envolve dinheiro é para onde vai ele? Se for para o caixa único do estado, esqueçam o Estado do RS está falido e todo dinheiro que entrar pra eles será para pagamento dos funcionários.
- Entendo que o PSA é um mecanismo provisório de fomento à recuperação e conservação de águas. Para mim um grande desafio é, justamente, mostrar a importância dessa conservação e recuperação para o aumento da disponibilidade hídrica.
- Como cobrar.
- Difusão e implantação deste mecanismo econômico para valorar os trabalhos realizados pela conservação e preservação de nossos recursos naturais.
- Enquadramento efetivo da legislação ambiental vigente. Fixação da conscientização para preservação de recursos hídricos é um desafio importante.
- Fiscalização do processo.
- Atingir as áreas de maior interesse para conservação de água e regularização de vazões e não priorizar outros usos.

- Deixar mais técnico o processo por meio da obrigatoriedade de fazer o monitoramento fluviométrico na bacia de interesse. Senão como vai provar que houve mais conservação em termos quantitativos.
- Fontes de recursos para financiar esses projetos.
- Conceitua a preservação, uso racional e investimento em melhores tecnologias dos recursos hídricos.
- Leis que façam com que sejam pagos os serviços.
- Fazer com que os nossos governantes contribuam para que isso aconteça.
- Nem sempre a outorga, mesmo que valorada reflete a saúde ambiental.
- Desenvolver e apoiar a implementação da cobrança nos estados.
- Quem usa mais, paga mais.
- Sair do papel o PSA e ser exigido por lei.
- Implementar estes programas em todas as bacias federais.
- Priorizar as UCs, proprietários rurais.
- Maiores investimentos especialmente por recuperação de nascente.
- Incluir principalmente nos planos de bacias, onde se darão os processos de PSA.
- Baía da ilha grande é a única RH do RS que não tem PSA. Desenvolver projeto piloto. Traçar linhas de base para avaliar a eficácia.
- Promover uma remuneração justa para bons projetos de produtores de água.
- Priorizar as áreas de recarga.
- Busca de recursos para ampliação de PSAs.
- Valorizar a água como serviço ambiental.
- Divulgar programas de produtores de água e conservação dos solos e ampliação de editais.
- Garantir a continuidade transparência, acesso, cidadania e responsabilidade.
- Buscar parceiros locais e oferecer benefícios fiscais.

Prioridade 19 - Recuperação e conservação de bacias hidrográficas em áreas urbanas e rurais.

No total, 91% dos respondentes consideraram esta prioridade como “importante ou muito importante” para orientar o próximo ciclo de implementação do PNRH. Os desafios ou propostas apontados pelos respondentes são:

- Vital para a manutenção da quantidade e qualidade dos recursos hídricos. Inclusive do aumento benéfico de vazão.
- FINANCIAMENTO E COBRANÇA DE RESULTADOS À MÉDIO E LONGO PRAZO
- Recuperar o passivo ambiental.
- Sem bacia equilibrada não há vida.
- Responsabilização, cobrança e ajustamento de condutas com autoridades responsáveis.
- Efetiva participação e mobilização social.
- Articular ações com o Fundo proveniente do instrumento de cobrança, garantindo a criação das Agências de Bacia.

- A conscientização dos usuários para a preservação, uso racional do recurso.
- Rios urbanos.
- TRABALHAR LOCALMENTE COM OS MUNCÍPIOS.
- (DIFUNDIR MELHOR AS INFORMAÇÕES FALTA CAPACITAÇÕES TÉCNICAS).
- Essencial para diminuir enchentes e deslizamentos.
- FALTA DOS RECURSOS DOS CRÉDITOS DE CARBONO, MULTAS E COMPENSAÇÕES ATIVOS AMBIENTAIS, PARA PROPOR RECUPERAR OS PASSIVOS AMBIENTAIS ANTRÓPICOS E PASSIVOS DIVERSOS AMBIENTAIS...
- Obrigar aplicar métodos conservacionistas de solo e água nas propriedades agrosilvopastoris; focar em conservação de microbacias hidrográficas; recuperar APP em áreas urbanas e aplicar conceito de RESERVA LEGAL às propriedades urbanas.
- ESTRUTURAR OS COMITÊS DE BACIAS.
- OBRIGAR OS MUNICIPIOS A CUMPRIREM METAS.
- Convencer os prefeitos a incluir no orçamento recursos para tal finalidade e ações nos Planos Municipal de Saneamento e Diretor dos municípios... A água vem da área rural e o PSA implantado para valorizar o produtor de água.
- Essas políticas têm sido implementadas na perspectiva do reflorestamento e da criação de áreas de preservação, mas carecem de maiores conceitos relacionados às ações que sistematicamente produzem água. Água boa é água estocada no subsolo.
- Implantação dos serviços de saneamento ambiental.
- Integrar os órgãos ambientais municipais no processo de concessão de outorgas, por estarem familiarizados com sua região e conhecedores das mazelas políticas e ambientais locais, os quais poderão fiscalizar o cumprimento de metas e penalizar os transgressores.
- Um trabalho grande já que usamos muitos corpos hídricos como local de despejo de esgotamento sanitário.
- Locar recursos.
- Principalmente envolvendo a mídia local, poder público, órgãos da justiça, movimentos sociais.
- Código Florestal atual gera conflitos e Leis uso e ocupação do solo nos municípios são falhas.
- Dotação orçamentária para a efetiva recuperação em médio prazo.
- Exigir dos gestores públicos medidas de fiscalização e coibição sobre o avanço demográfico sobre as águas. A cidade de Manaus, a exemplo do que ocorre na maioria do Estado do **AMAZONAS**, não tem um serviço de saneamento básico efetivo, o que está a comprometer as águas superficiais e subterrâneas.
- Devem-se estabelecer regras e normas condicionadas a licenciamento, acesso ao crédito rural, para recuperação de áreas marginais de corpos que compõem e formam a(s) bacias.
- Envolvimento da comunidade.
- Capacitação e sensibilização.
- CONCIETIZAÇÃO POLÍTICA E DA SOCIEDADE DOS ONUS E BONUS.
- Saneamento básico.
- Visão Integrada entre Planos Bacias x Planos Diretores.

- Mapear áreas e definir prioridades, como mananciais de abastecimento e áreas críticas com escassez ou alto valor ecológico. Integrar com o CAR (cadastro de atividades rurais).
- Implantação das ações necessárias diante da limitação de recursos financeiros e a limitada colaboração da sociedade.
- Criar mecanismos de financiamento, capacidade de execução nos atores responsáveis pelas medidas e incentivos para que os usuários trabalhem a favor da conservação.
- Articulação com diversas instituições que trabalham com o tema, evitando estudos paralelos e, conseqüentemente, desperdício de dinheiro.
- Recuperar a mata ciliar, com a retirada das construções e ocupações das margens.
- Esta ação deve ser prioritária, pois as cidades geralmente são as degradam os corpos hídricos e os maiores penalizados são sempre os produtores rurais com sérias restrições ou impossibilidade de uso da água de um corpo hídrico decorrente da poluição urbana, dos esgotos não tratadas, do lixo e da poluição difusa.
- Informação, educação e cultura das populações. Primeiro fazer os empreendedores imobiliários conhecer o que é uma mata ciliar verdadeiramente. Invasões de pessoas organizadas por entidades que ajudam os desprovidos de casa, sem terra, etc.
- Fundamental.
- Com responsabilidade dos proprietários.
- Muito subjetiva essa ação.
- Um dos pontos mais importantes da consulta. Apoiado, necessário, ferramenta que traz resultados positivos.
- DISPONIBILIZAR RECURSOS E FISCALIZAR SUA APLICAÇÃO.
- Existe muita evidência em municípios do interior.
- Dificuldade orçamentária pública e privadas preocupantes e reais nos próximos anos, horizontes temporais do planejamento em consulta. A cobrança da água, com pequenos impactos nos custos de produção dos usuários, pode ajudar.
- Retirada de ocupações irregulares.
- Mapear as fontes poluidoras pontuais e difusas.
- Grande dificuldade hoje de implementar as ações dos PDRHs.
- Importante ação, principalmente quando envolver as comunidades.
- Utilização do CAR (Cadastro Ambiental Rural), para monitoramento das áreas.
- Mapear as fontes poluidoras pontuais e difusas.
- Conscientizar a população, principalmente em áreas urbanas na conservação dos espelhos d'água.
- A recuperação e conservação de bacias em áreas urbanas e rurais é um desafio urgente quanto à qualidade dos recursos hídricos das bacias, o que precisa urgentemente ser gerenciado para conservação, com urgência em áreas urbanas.
- Interfaces com a competência municipal de legislar e gerir o uso e ocupação do solo, custos elevados.
- Conscientização da sociedade a contribuir.

- Impedir que novos empreendimentos sejam instalados em áreas de inundação.
- Demonstrar na área rural, principalmente, onde os custos de recuperação e conservação são menores, que a perda de área produtividade pode ser compensada com técnicas produtivas adequadas.
- Recursos financeiros.
- Aplicação do Código Florestal doa a quem doer, atendendo a legislação e não só interesses econômicos.
- Enquadramento de ações urbanas no contexto do que preceitua a lei do novo código floresta. Para as áreas urbanas, Planos diretores inconsistentes são comuns do ponto de vista que trata sobre águas servidas.
- Dificuldade na integração dessas áreas pela sua grande diversidade de problemas.
- Priorizar sistemas de resíduos sólidos e de esgotos mais eficientes.
- Enfrentar os problemas sociais gerados pela ocupação irregular em áreas de bacias urbanas.
- De suma importância, visa em termos qualitativo e quantitativo maior disponibilidade hídrica para gerações futuras.
- Sensoriamento remoto deveria ser mais ágil (não somente mostrar o ambiente alterado).
- Integração das políticas de resíduos sólidos e saneamento.
- Interesse dos ruralistas.
- Como promover as ações?
- Menos técnicos e mais geógrafos.
- Envolver as comunidades locais.
- Integrar ações.
- Áreas de cabeceiras.
- Descentralizar as ações dos comitês.
- Definição de conflitos e áreas degradadas.
- Definir claramente as instituições responsáveis por ações de recuperação e conservação.
- Tratamento dos esgotos sanitários.
- Priorizar as áreas degradadas.
- Mudar a visão e comportamento dos usuários.
- Saneamento básico como prioridade das ações do governo.
- Integrar compõe cidade a favor da recuperação hídrica.
- INTEGRALIZAÇÃO DO PROCESSO E DIÁLOGOS EFETIVOS E ACERTATIVOS
- Clareza das demandas de água.
- Aprimorar estrutura de gerenciamento das Secretarias de Recursos Hídricos para atender esta prioridade.
- Avaliar com precisão e a tempo
- FALTA UM BANCO DAS ÁGUAS QUE SEJA DIRETO NO INVESTIMENTO (DIFUNDIR MELHOR AS INFORMAÇÕES FALTA CAPACITAÇÕES TÉCNICAS)
- Não sei como mudar a tal natureza humana, mas precisamos integrar os interesses, pensando no TODO e no LONGO PRAZO, não somente no retorno para minha profissão ou meu departamento ou meu partido. Boa sorte.

- CRIAR METAS E PROGRAMAS, DIRECIONADOS AOS TEMAS DOS PLANOS E PROGRAMAS DIRECIONADOS ENTRE OUTRAS AÇÕES POLÍTICAS E AÇÕES SOCIAIS...
- Identificar e avaliar as demandas
- ESTRUTURAR OS COMITÊS DE BACIAS E SUAS COMISSÕES
- QUANDO OS OUTROS ESTIVEREM EM FUNCIONAMENTO ESTE SERA FACIL
- Avaliações baseadas em estudos profundos e densos, não estudos superficiais.
- Recuperar a importância dos estudos de impacto a partir de critérios válidos e não apenas em função de procedimentos burocráticos que contornem as dificuldades de acomodar os interesses em função dos impactos e conflitos resultantes da exploração. Mormente de uma exploração que ultrapasse no tempo a capacidade de reposição do recurso.
- Agregação dos dados
- Integrar os órgãos ambientais municipais no processo de concessão de outorgas, por estarem familiarizados com sua região e conhecedores das mazelas políticas e ambientais locais, os quais poderão fiscalizar o cumprimento de metas e penalizar os transgressores.
- Importante para quantificar o custo para os recursos hídricos desses investimentos.
- Conciliação dos diversos interesses
- Locar recursos e Pessoal qualificado
- A captação de recursos para investir nestas demandas
- Articulação entre as instituições (setores públicos e privados, instituições de ensino e as Forças Armadas).
- É bom compreender que investimentos imobiliários permitiram acumular danos irreparáveis, que afeta de extinção determinados recursos.
- Antes há que trabalhar o plano de bacia
- SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO ANUAL
- Ter foco nos objetivos que são comuns. Objetivos dos Milênios são uma alternativa para unificar agendas
- Integração e acesso a informação de diversos setores e atores e reunir esta informação de forma organizada e disponibilizar permitindo fácil acesso através do SNIRH.
- Articular os distintos atores e convencer da importância da integração das demandas
- Criar, na legislação, previsão para que os comitês tenham competência exclusiva para deferir, ou não, a implantação de empreendimentos geradores de impactos sobre o recurso hídricos.
- Convencer e trazer as partes à realidade dos projetos
- Isso quase não existe ainda.
- Criar um sistema de fácil compreensão do que se tem (quase que em tempo real) e a qualidade do que se tem e da demanda para fazer as correlações.
- Importante para uma boa gestão
- Fazer os 03 níveis de poder se comunicar e vencer as barreiras da burocracia e disputas partidárias.
- Planos falhos e ineficientes

- Implantar ações de segurança hídrica visando a garantia de usos múltiplos
- Promover articulação interinstitucional dos órgãos, a fim de estabelecer avaliação integrada das demandas de recursos hídricos.
- Implantar ações de segurança hídrica visando a garantia de usos múltiplos.
- A Gestão Integrada é uma premência na Lei das Águas, principalmente na Gestão da Demanda, em consonância com todos os Planos e Programas Governamentais que contemplam os usuários de Recursos Hídricos. Entretanto, nem sempre a Gestão de Recursos Hídricos Federal, Estadual e Municipal é contemplada, com a devida importância, nos Planos governamentais e nos projetos dos setores público e privado.
- Infraestrutura inadequada dos órgãos gestores e falta de integração das bases de dados, desarticulação das esferas técnicas com as ações políticas.
- A gestão integrada garante a sustentabilidade e uso coletivo.
- Todo corpo hídrico deve ter um balanço hídrico para identificar se é possível instalar novos empreendimentos nos locais.
- Essa questão é um dos princípios e razões da existência dos Comitês. Torná-los visíveis como o melhor espaço para dirimir os conflitos relacionados aos RH é um dia desafios, que uma vez vencido, se terá dado um grande passo para a boa gestão dos RH.
- Execução de bons projetos
- Integração entre os órgãos do sistema que regulam, monitoram, fiscalizam para uma mesma visão e ações conjuntas em sintonia
- Peculiaridades regionais e grau de escolaridade do usuário de recurso hídrico limitam bastante a avaliação integrada de demandas, sejam públicas ou privadas.
- Pequena capacidade de intervenção nesses programas por parte dos comitês.
- Falta de cultura dos nossos planejadores quanto ao uso dessas técnicas
- O estudo de impacto não deve apenas considerar o desenvolvimento urbano e a extração mineral indiscriminada.
- Integrar as ações e fazer o papel de gestor
- Resistência dos estados, corte de programas.
- Fiscalizar os rios.
- Seja realizada uma avaliação, pois muitos projetos destroem e causam grandes impactos ambientais.
- Integrar políticas nacionais estaduais, municipais.
- Tem que cobrar das CBHs implantações, ação.
- Os comitês fazerem parte dos conselhos e dos PPAS dos estados e municípios.
- Avaliação da disponibilidade água subterrânea + superficial.
- Essa avaliação deve sempre ser feita na construção dos planos de recursos hídricos.
- Considerar a água como indutora de políticas públicas.
- Projetos de demandas integradas a projetos de produção de água.
- Pesquisas junto aos comitês e usuários de cada município.

Prioridade 21 - Articulação da Política Nacional de Recursos Hídricos com as

políticas, planos e programas governamentais que orientam os setores usuários de recursos hídricos.

No total, 83% dos respondentes consideraram esta prioridade como “importante ou muito importante” para orientar o próximo ciclo de implementação do PNRH. Os desafios ou propostas apontados pelos respondentes são:

- INTERESSES ECONÔMICOS E VALORAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS ENQUANTO BEM DE VALOR ECONÔMICO ESSENCIAL
- Produzir indicadores comuns das políticas públicas que afetam a águas.
- Criar Comissão de Acompanhamento com membros nos níveis federal, estadual e CBHs.
- Integração
- (DIFUNDIR MELHOR AS INFORMAÇÕES FALTA CAPACITAÇÕES TÉCNICAS)
- DESCETALIZAÇÃO DAS AÇÕES, PARA A GESTÃO LOCAL, ONDE SE ORIGINA OS DESAFIOS HÍDRICOS, AMBIENTAIS, E DEMAIS AÇÕES PROMOVENTO O SISTEMA VALORIZADO EM AÇÕES DE FISCALIZAÇÕES ENTRE CONSELHOS E DE ATRIBUIÇÕES DIVERSAS.
- FALTA DE ESTRUTURA E CULTURA DOS COMITÊS DE BACIA E SUAS COMISSÕES.
- SE TIVER MUITA INTERVENÇÃO ONDE JÁ EXISTIR CONGLUÊNCIA, A INTERFERÊNCIA DO ESTADO PODE DIFICULTAR
- Pacto de Gestão
- Articulação das políticas deve obedecer ao trinômio articulação, coordenação e empoderamento.
- A finalidade do SNRH É EXATAMENTE ESSA
- Integrar os órgãos ambientais municipais no processo de concessão de outorgas, por estarem familiarizados com sua região e conhecedores das mazelas políticas e ambientais locais, os quais poderão fiscalizar o cumprimento de metas e penalizar os transgressores.
- Temos que fazer que as várias políticas se comuniquem. Não podemos ter programas sobre o mesmo recurso da natureza que não se complementem.
- Ter uma estrutura compartilhada entre os CERH e a ANA
- Fortalecer as parcerias institucionais
- Ingerência em outras pastas
- Articulação institucional
- De fundamental importância o estabelecimento de políticas de uso de corpos federais.
- Pacto federativo precário
- Descentralização do conhecimento
- INTEGRAÇÃO ENTRE OS ÓRGÃO RESPONSÁVEIS
- Discutir esse tema nas várias instâncias colegiadas
- Dar publicidade e promover a integração e participação na etapa de elaboração dos planos através de consultas públicas e desenvolvimento de ferramentas tecnológicas que facilitem esta integração. Eventos de divulgação presencial e de mailing encaminhando o link dos planos, bem como no Site do SNRH ter

todos os planos (ou links dos planos existentes) por região, sejam planos de bacia, diretores municipais, de saneamento, etc... Facilitando a busca, consulta e conhecimento, num mesmo local, seria bem integrador.

- Articular e envolver com eficácia os distintos atores envolvidos com o tema
- Tornar o sonho realidade.
- Políticas estaduais e municipais
- Depende de qual autoridade está à frente do problema no momento.
- Idem resposta 20.
- Dificuldades de coordenação
- Vencer a desconfiança dos usuários em relação aos poderes públicos. Vistos como ineficientes e tendenciosos.
- Estimular a efetiva participação dos diversos setores usuários nos ambientes colegiados
- Estabelecimento de um Comitê Interministerial para promover a articulação da PNRH com as demais políticas
- Importante para termos o apoio dos órgãos governamentais.
- Estimular a efetiva participação dos diversos setores usuários nos ambientes colegiados.
- Da mesma forma é recomendável envolver os setores usuários de recursos hídricos em planejamentos de forma proativa estimulando a participação atuante através dos Comitês de Bacias.
- Fragilidades do SRHU, dos órgãos gestores, agenda de água misturada em vários ministérios e departamentos, desarticulação das esferas técnicas com as ações políticas.
- Conseguir agir de forma proativa? O BRASIL tradicionalmente age de forma reativa.
- Fazer mostrar a importância dessa integração aos demais setores envolvidos.
- Execução de bons planos e programas
- A equalização de políticas multisetoriais para os reclames ambientais em recursos hídricos, exige esforços diplomáticos interessantes para a fluidez.
- Divergências político-partidárias.
- Definir o que significa articulação de forma clara e objetiva.
- Estrangulamento do sistema de planejamento de recursos hídricos com o planejamento de uso e ocupação do solo
- Os projetos setoriais devem incluir a educação na instância pública local.
- Tornar política pública e não de governo.
- Seja exigida do MEC para ser apresentado na educação nacional.
- Integração das políticas
- As decisões de governo e empresas de saneamento com a participação dos comitês.
- Sempre, na construção de qualquer plano, observar o conteúdo dos demais planos existentes.
- Viabilizar mais projetos voltados à recuperação dos recursos hídricos.
- Enfatizar o uso múltiplo dos recursos hídricos.

Prioridade 22 - Implantação do Sistema de Gerenciamento Orientado para Resultados do Plano Nacional de Recursos Hídricos (SIGEOR/PNRH).

No total, 84% dos respondentes consideraram esta prioridade como “importante ou muito importante” para orientar o próximo ciclo de implementação do PNRH. Os desafios ou propostas apontados pelos respondentes são:

- Apesar de não gostar de Sistemas... Pode ser uma ferramenta interessante.
- TECNOLOGIAS DE SUPORTE, EFETIVAÇÃO DOS INDICADORES E DOS RESULTADOS.
- Maior transparência em relação à ação pública na gestão da água.
- Estabelecer nos Planos Nacional de Recursos Hídricos e Planos Estaduais de Recursos Hídricos um modelo de auto-avaliação permanente, sendo alimentado mensalmente sobre a implementação das políticas, planos, programas e ações.
- Colocar em prática.
- (DIFUNDIR MELHOR AS INFORMAÇÕES FALTA CAPACITAÇÕES TÉCNICAS)
- ACOMPANHAR O SISTEMA DOS DIAGNÓSTICOS ATRIBUÍDO AOS-AS MAIS SUSTENTÁVEIS AO MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE.
- Já deveria estar implantado...
- AS DIFERENÇAS DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL EM MUITAS ÁREAS.
- REPETITIVO EM VÁRIAS AÇÕES DETERMINADAS ACIMA.
- Os sistemas de gerenciamento e as prioridades de um plano nacional não podem se assentar em indicadores que foram apurados em paradigmas científicos ultrapassados e modificados pela mudança climática. Os bons critérios científicos aplicados a situações específicas podem revelar que muitas ações tidas e havidas como benéficas se qualifiquem enquanto verdadeiros enganos.
- MUITO DIFÍCIL A OPERACIONALIZAÇÃO.
- É importante ter indicadores. Temos que ter parâmetros para saber se está realmente sendo aplicado e surtindo efeito as metas.
- Por em prática os instrumentos que já existem.
- Formular de maneira adequada os indicadores e instrumentos.
- Criar mecanismos que permitam esse acompanhamento com indicadores.
- Isso está tão distante da realidade da gestão hídrica no Estado que por si só constitui um desafio.
- O Plano Nacional concentra diretrizes. Mas sem o estabelecimento de critérios e disciplinamento com gestão atuante e dinâmica, compromete avanços.
- Depende do plano.
- FORTALECER A ANA.
- Utilizar os espaços colegiados para este acompanhamento. Os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos são uma possibilidade.
- Definir a métrica e indicadores e prover uma equipe para o acompanhamento e emissão de relatórios periódicos e disponibilização de resultados resumidos em destaque na página do SNIRH.
- Articular os atores, recursos financeiros que são limitados e implantar as ações concretas e com eficácia.

- Metodologia de monitoramento.
- Isso sim é o desafio maior.
- Carência de orientação a municípios.
- Vencer a inércia dos participantes da gestão das águas. Desconfiança entre os atores e falta de planejamento com ações definidas, metas quantificadas e prazos definidos são pilares da indiferença.
- Instrumentação adequada e homogênea em todas as bacias. Operacionalização.
- Definição de indicadores.
- Formular indicadores que representam a realidade.
- Definição de indicadores.
- A participação e envolvimento de Instituições de Recursos Hídricos em todas as etapas do Plano Nacional são de fundamental importância para os ajustes e a efetiva contribuição de todos os entes do Sistema neste importante Instrumento de Gestão que é o PNRH.
- Fragilidade do CNRH e SRHU para definir indicadores e para definir sistemática de acompanhamento.
- Essa implantação terá metas? Datas?
- Preparar profissionais para monitoramento.
- Indispensável, mas exige vigília permanente para solução imediata de conflitos no uso da água.
- Falta de interação entre os comitês.
- Falta indicadores que possam medir ou monitorar a implementação desse sistema.
- Os instrumentos e indicadores devem produzir ações. Queimadas, extração mineral, toxicidade industrial, dependem de ação e enfrentamento.
- Atender a todos os estados.
- Planejamento e replanejamento.
- Avaliar todo processo de implementação e desenvolvimento com certeza trará respaldos necessários às melhorias a serem alcançadas.
- Discutir melhor o plano dos comitês para que este possa interagir.
- Distribuir melhor os recursos financeiros.
- 1º PNRH deve ter maior clareza quanto aos prazos e responsáveis e métodos de implementação de ações; 2º SIGEOR/ PNRH.
- Apoio aos executores na implantação de sistemas. ANA deve sair de Brasília e escolher áreas estratégicas para aplicação de ações descritas no PNRH. ANA deve promover sua aplicação.
- Levantar dados necessários para garantir a efetividade destes planos.
- Monitoramento efetivo do processo.
- Ter claras as medidas de mensuração de resultado, das ações do plano estratégico, indicadores precisos.
- Garantir monitoramento controle e transparência.

Outros desafios, proposta e prioridades:

- Definição de áreas com restrição de uso com vistas à conservação dos recursos hídricos.

- Se a prioridade 'Recuperação e conservação de bacias hidrográficas em áreas urbanas e rurais' estiver incluída a recuperação de APP já é um grande avanço.
- NÃO. O INSTRUMENTO BASILAR ESTÁ BEM INTEGRALIZADO.
- Contabilidade nacional da água para orientar políticas públicas.
- CAMPANHAS DE MOBILIZAÇÃO/PARTICIPAÇÃO DE TODOS OS SEGMENTOS COMUNITÁRIOS, priorizando o empresarial/industrial com mecanismos de compensação tributária, temos exemplo de vários rios, baías e lagoas recuperadas em diversos países.
- Prioridade 23 - Implantação do Sistema de Educação para Sustentabilidade dos Recursos Hídricos (SESRH/PNRH). * Objetivo - Promover a formação de multiplicadores para a gestão de recursos hídricos sustentáveis. * Desafios - Articulação com Instituições de Ensino e Pesquisa para a formação de membros de CBHs, professores da rede escolar, etc que atuariam como multiplicadores.
- Prioridade 24 - Implantação do Prêmio de Inovação para Preservação e Conservação de dos Recursos Hídricos para empresas, estudantes, professores, pesquisadores, etc. * Objetivo - Estimular a sociedade para desenvolver ações de gestão de recursos hídricos sustentáveis. *Desafios - Articulação com Instituições de Ensino e Pesquisa para a formação de membros de CBHs, professores da rede escolar, lideranças comunitárias, etc. que atuariam como multiplicadores.
- Prioridade 25 - Criação de Programa de Comunicação para a Educação Sustentável dos Recursos Hídricos na Mídia TV, Jornal, Mídias Eletrônicas e Impresses. * Objetivo - Promover a educação da sociedade visando à melhoria de hábitos para a sustentabilidade hídrica. * Desafios - Criar uma campanha permanente de educação e articular com empresas privadas e governamentais para ampliar a comunicação.
- Integração entre saneamento ambiental e recursos hídricos. Integrar efetivamente as ações de saneamento ambiental e recursos hídricos, principalmente em áreas urbanas, para minimizar a poluição em corpos hídricos.
- Saneamento básico, outorgas de lançamento, monitoramento e fiscalização.
- QUALIDADE DA ÁGUA, TEMA QUE DEVE SER MAIS TRABALHADOR DENTRO DOS COMITÊS, A QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO E PRESERVAÇÃO DA VIDA AQUÁTICA É DE VITAL IMPORTÂNCIA, TEMOS QUE INVESTIR MAIS E MELHORIA DOS SISTEMAS DE TRATAMENTO DE ESGOTOS, E PADRÕES DE LANÇAMENTO DE EFLUENTES, RECUPERAÇÃO DOS CORPOS D'ÁGUA, E PRESERVAR MANANCIAIS DE FORMA QUE OS MUNICÍPIOS SINTAM ESSA NECESSIDADE COMO OBRIGAÇÃO LOCAL.
- FINANCIAR A CRIAÇÃO DO CBH TAPAZONAS Comitê será criado para defender OS POVOS RIBEIRINHOS, INDÍGENAS, QUILOMBOLAS das bacias dos rios RIO TAPAJÓS e AMAZONAS <http://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/bom-dia-santarem/videos/t/edicoes/v/comite-sera-criado-para-defender-bacias-dos-rios-tapajos-e-AMAZONAS/4872875>.

- Acho que deve ser criado outro modelo mais científico para a definição do valor da água, que atinge os objetivos da cobrança. No momento, os valores sendo cobrados não mostram que a água tem valor para nossas vidas, que seu uso deve ser racionalizado, e não permite a sustentabilidade financeira para o funcionamento efetivo das agências/delegatárias. O modelo que sugiro ser: 1) estimar os custos de uma estrutura de administração efetiva, baseado nos custos das estruturas existentes e quanto mais ia precisar de estrutura para ser mais ágil e efetivo; 2) definir quanto precisa para investimentos e ações em recursos hídricos, com metas progressivas (não planejar para solucionar todo em um ano); 3) sabendo dos orçamentos estimados para a administração/execução e para as ações a serem executadas, dimensiona os mecanismos e valor unitário da água para fornecer uma arrecadação adequada. Imagino que íamos descobrir que precisamos cobrar muito mais do que agora.
- Não.
- 1 - Inventário de pequenos barramentos de acumulação de água - Subsídios e instrumentos ao governo dos Estados na implementação de políticas públicas de recursos hídricos e segurança de barramentos. Custo elevado para realizar o inventário.
- 2 - Elaboração de carta de suscetibilidades à erosão das bacias hidrográficas - Priorização das sub-bacias mais críticas na prevenção e controle dos processos de erosão hídrica - Convencer os gestores á importância desse produto na gestão, planejamento, recursos financeiros para melhorar a quantidade e qualidade das águas.
- PROPOR O POLUIDOR PAGADOR, RESPONSÁVEL PELAS AÇÕES DE PRESERVAÇÃO, ATRIBUINDO OS CRÉDITOS DE CARBONO, E REPASSANDO AÇÕES PARA O PRESERVADOR E RECUPERADORES DE ÁREAS DEGRADADAS E PRESERVAÇÃO.
- INCENTIVAR AÇÕES DE PRESERVAÇÕES PELAS COMPENSAÇÕES AMBIENTAIS.
- APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS DE PRESERVAÇÃO DOS USOS DOS SOLOS, PRINCIPALMENTE A LEI 12305 E 11445 E DEMAIS AÇÕES AMBIENTAIS VISANDO A PRESERVAÇÃO ENTRE AÇÕES COMPENSATÓRIAS AMBIENTAIS SUSTENTÁVEIS...
- A) Orientar os CBH a focar em soluções completas por micro bacias (1 - exigir de propriedades agrosilvopastoris técnicas conservacionistas de solo e água; 2- inventar o conceito de RESERVA LEGAL aplicada às propriedades urbanas; 3 - desocupar as áreas de APP nos centros urbanos e residenciais em área de risco; 4 - incentivar técnicas de REDUÇÃO e REUSO e CAPTAÇÃO nos grandes centros tendo em vista o aumento da intensidade de precipitações e dificuldade de abastecimento nestas áreas);
- B) orientar os CBH a direcionar os recursos da COBRANÇA pelo uso de água (objetivamente para o pagamento de serviços ambientais/produção de água e desenvolvimento de técnicas de medição de produção de água) em separado dos recursos do FEHIDRO;
- C) orientar CBH a priorizar FEHIDRO (para EDUCAÇÃO, CAPTAÇÃO, REDUÇÃO (do uso e do desperdício), REUSO e diminuir o escopo dos projetos das Prefeituras com direito ao recurso).
- REALIZAÇÃO EFETIVA DE ESTUDOS TÉCNICOS NA REGIÃO DA BACIA

AMAZÔNICA.

- TRABALHAR MUITO AS ENTIDADES INTERESSADAS NESTES EVENTOS, POIS DAI SAIRAO AS MELHORES SOLUÇÕES QUE ATENDAM A TODOS.
- PSA, implantação dos instrumentos de gestão e criação e fortalecimento dos CBHs.
- Conservação de solo, promover a redução na erosão do solo, apoiar ações governamentais no controle da erosão do solo, aumentando a taxa de infiltração da água e promovendo a reposição dos aquíferos e rios, além de reduzir a deposição de fósforo nos rios.
- Sim, uma das mais importantes que não foi citada nas prioridades anteriores. Implantação de mecanismos para agrupar a PNRH a PNAP (com ênfase no SNUC). OBJETIVO: Planejar ações em conjunto visando implementar a PNRH junto com a PNAP. Os principais desafios são: conflito de interesses, dificuldade de implantação e implementação de áreas protegidas e baixo nível de educação ambiental dos atores sociais.
- Preservação dos recursos hídricos do subsolo. Adotar critérios de produção e uso que sejam articulados a partir de situações geopolíticas e sociais distintas. Remunerar formar de preservação e cobrar aqueles que usam e que podem contaminar.
- Integrar os órgãos ambientais municipais no processo de concessão de outorgas, por estarem familiarizados com sua região e conhecedores das mazelas políticas e ambientais locais, os quais poderão fiscalizar o cumprimento de metas e penalizar os transgressores.
- Programa de irrigação sustentável e economia de água na irrigação rural. Programa de uso e conservação do solo (zoneamento agroecológico) das propriedades rurais.
- Coordenador (CBH deveria ter um tipo coordenador para visitar toda a Bacia e trazer as prioridades para ser discutidas no colegiado, já que as Diretorias Executivas não tem tempo de fazer estes trabalhos.
- A água é essencial a vida.
- Aproximar as ações da população.
- Definição e regulamentação da cobrança pelo uso da água, principalmente, para poços particulares residenciais;
- Apoio a projetos ambientais locais tanto de educação ambiental como de recuperação de rios, córregos e nascentes, principalmente, afluentes de córregos e rios de abastecimento;
- Elaboração de plano municipais de recursos hídricos, pois cada município tem sua peculiaridade quanto aos recursos hídricos.
- 1) Incentivar o reuso de águas de processos industriais.
- 2) Premiar os usuários com as melhores práticas na gestão de recursos hídricos.
- Implementar os rios voadores (águas em estado de vapor) como meio de PSA; diminuir a burocracia para a gestão das bacias transfronteiriças, uma vez que o Min. das Relações Exteriores está muito distante de tal temática;
- articular as instituições de ensino públicas e privadas, bem como as Forças Armadas para desempenharem papéis técnicos na gestão dos recursos hídricos do Estado, uma vez que elas dispõem de pessoal capacitado e equipamentos para o acompanhamento das atividades nas regiões longínquas.

- 1. RESERVAÇÃO NAS BACIAS VULNERÁVEIS AS CRISES HÍDRICAS. BAIXO **PARAÍBA** É UMA DESSAS ÁREAS.
- 2. AVANÇAR NAS AÇÕES DE SANEAMENTO, COM COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO PARA REDUZIR POLUIÇÃO HÍDRICA. DESATAR OS MUITOS NOS E INTEGRAR NA POLÍTICA DE RECURSOS HÍDRICOS.
- Integração das com a política nacional de meio ambiente.
- MAIOR ENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO NESSE PROCESSO.
- INCLUIR NAS GRADES CURRICULARES O TEMA MEIO AMBIENTE.
- Acompanhamento a implementação da política nacional nos Estados.
- INVESTIR EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, MOBILIZAÇÃO VOLTADA AOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO.
- Atualizar o regramento aplicável ao tema, por exemplo, a lei n. 9.433/1997; mobilizar os segmentos da sociedade envolvidos diretamente com a temática, notadamente o setor produtivo (agrícola, industrial...).
- A maior prioridade e a de reunir para decidir e logo em seguida começar a agir, pois se exauriu os mais diversos ânimos com tantas reuniões almoços e café de confrades, e seus pavões mostrando suas penas! Vencer a vaidade e preciso, navegar vem em seguida!
- O **GOVERNO FEDERAL** deve dialogar com os **GOVERNOS ESTADUAIS**, no sentido de haver uma padronização nas ações de gestão das águas, para que não ocorram as disparidades entre os vários estados e regiões do **BRASIL**.
- Saneamento básico - objetivo: - tratar o esgoto doméstico e os efluentes lançados nos cursos de água. Desafio: sanear, prioritariamente, as cidades localizadas às margens dos rios e lagos.
- Dotar os comitês de CNPJ - objetivo: dar personalidade jurídica para os comitês de bacia. Desafio: Alterar a legislação.
- Controle de perdas na distribuição de água potável - objetivo: Apoiar as companhias de abastecimento na execução de projetos e programas que visam diminuir a perda de água durante a distribuição. Desafio: exigir das companhias de abastecimento de água a redução do desperdício de água, que impacta diretamente sobre os recursos hídricos disponíveis.
- 1) Estabelecimento de prioridade para o uso de água e para outorga de uso água para produção de alimentos.
- 2) Prioridade para Drenagem urbana Sustentável como forma de melhorar a qualidade das águas, quantidade e regularização da oferta e do uso das águas; e
- 3) Definir dominialidade das águas subterrâneas também da União quando fores aquíferos transfronteiriços nacionais e internacionais.
- Promoção da educação ambiental de forma articulada com os planos de bacia, sensibilizando a sociedade para necessidade de conservação e preservação dos recursos hídricos para garantir a disponibilidade aos usos múltiplos.
- Desenvolvimento de um Sistema de Informação acessível de dados hídricos.

- Restringir a outorga de uso das águas subterrâneas.
- Rever todas as outorgas de uso das águas por bacias.
- Criar sistema de fiscalização constante ao uso de corpos hídricos, tanto para o uso quanto para a devolução de diluição de esgotos ou água pós-uso. Obs. como os corpos hídricos estão cada vez mais comprometidos e a classe dos corpos hídricos inapropriadas está havendo um exagero na concessão de uso de águas subterrâneas. Ex. Na avicultura do **PARANÁ** esta se criando condomínios de granjas por investidores os quais são acima de 1 milhão de aves, consumindo milhões de litros de água de poços artesianos que retiram água do aquífero Guarani principalmente e a população faz uso de água tratada de rios de qualidade de captação duvidosa, principalmente por uso indiscriminado de agrotóxicos. (um contrasenso, pois as aves tomam uma água de excelente qualidade e são exportadas, enquanto a população não tem essa prerrogativa. sem contar a reposição do lençol freático a levar milhares de anos... alguma coisa dever ser feita a respeito.
- Avaliar situações que possam diminuir as perdas de água pós-tratamento; Conscientização populacional para redução do consumo e criação de reservatórios em específicas bacias.
- Melhor integração dos Municípios na gestão, inclusive com a modificação de lei se necessários já que o uso do solo é ditado por eles. Financiamento dos Comitês até a sua efetiva estruturação com a cobrança através de sua Agência
- 1 - Fiscalização eficiente e rigorosa no uso dos recursos hídricos.
- 2 - Coibir captações clandestinas.
- 3 - Tratar. De maneira equitativa. O uso de recursos hídricos por todos.
- Monitoramento hidrológico ampliado nas diversas regiões do país.
- 1) Implantação e manutenção de laboratórios de referência, com objetivo de dar suporte à gestão dos recursos hídricos, em todos os níveis, desde a análise de água para atendimento à população até o atendimento ao PNQA. No estado de Rondônia não se tem um laboratório capaz de responder questões simples de qualidade de água para consumo humano.
- 2) Implantar Centro de Estudos da Água na **REGIÃO NORTE**, com objetivo de avaliar as ações desenvolvimentistas do estado no incentivo à maior produção agrícola, pecuária ou Piscicultura. Não se sabe qual o real impacto do que se está fazendo nos estados da **REGIÃO NORTE** do País. Região esta com 70% dos recursos hídricos do país. Parece incoerente que ainda não tenhamos isso na Região.
- 3) Programa de Recursos Humanos da **AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (PRH-ANA)** com o objetivo de formar Recursos Humanos na área de RH com bolsa específica para este fim. Deste modo cria-se uma massa crítica e multiplicadores. Este perfil de profissional (graduação, mestrado e Doutorado) terá maior condição técnica de atuar na área.
- Acredito que todas foram enumeradas aqui.
- Prioridade - Fortalecimento rela dos Comitês de Bacia Hidrográficas. Objetivo: Dar reais poderes aos comitês de Bacia. Com autonomia administrativa e financeira. Poderes de deliberar dentro do marco legal a gestão dos recursos hídricos da bacia. Desafios: convencer os poderes públicos de que perderam poder!

- Proposta 1: Capacitação e Educação Ambiental, para a GIRH -Encontros Formativos Nacionais de Educação Ambiental e Gestão de Águas. Objetivo: Institucionalizar a realização bianual dos Encontros Formativos Nacionais no âmbito do CNRH (por meio de resolução específica), como processos formativos e continuados, com abordagem integrada de Educação Ambiental e Comunicação Social em GIRH.
- Proposta 2: Elaboração e implementação do Plano de Comunicação Social no SINGREH, e difusão de informações, nos âmbitos nacional e regional. Objetivo: Aprimorar o fluxo de informações e a comunicação no SINGREH, proporcionando a efetividade do seu caráter integrador e sistêmico.
- Proposta 3: Ampliação do Conhecimento Hidrogeológico. Objetivo: Apoiar e promover as ações de capacitação dos entes do Sistema com o tema Águas Subterrâneas e inserir a abordagem da temática das águas subterrâneas em projetos de educação ambiental.
- Proposta 4: Estudos e Projetos para a ampliação do Conhecimento Hidrogeológico. Objetivo: Promover a ampliação do conhecimento hidrogeológico, que incluam a vulnerabilidade natural e o risco de contaminação, em especial nas áreas urbanas, visando subsidiar a gestão integrada das águas.
- Metodologia para criação das áreas sujeita a restrição de usos com vistas a proteção dos recursos hídricos, visto que, os Planos de Recursos Hídricos precisam indicar essas áreas.
- 1) Áreas sujeitas à restrição de uso. Atender ao que se pede na legislação vigente que trata do conteúdo mínimo dos Planos Diretores de Recursos Hídricos: Estudos, definir e/ou propor áreas sujeitas à restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos e dos ecossistemas aquáticos. Definir conceito de áreas de restrição de uso e definir procedimento/parâmetros para definir essas áreas.
- 2) Enquadramento de águas subterrâneas.
- Divulgação dos empreendimentos de grande porte em fase de planejamento no período e os principais custos de oportunidade associados à alocação da água;
- Sugerimos que esta revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos contemple com mais profundidade a Gestão Hídrica no **SEMIÁRIDO NORDESTINO** diante das Mudanças Climáticas e dos desafios futuros na questão da Desertificação e na Gestão da Qualidade da Água da Região. A versão anterior do PNRH foi muito superficial diante dos desafios que enfrentam os Órgãos de Recursos Hídricos do **NORDESTE SEMIÁRIDO**.
- Incentivar e apoiar projetos nas bacias.
- Implantação de uma política de ligação de esgoto cloacal compulsória para os moradores que tiverem uma rede de esgoto em frente a sua residência. Um dos grandes impactos nos corpos hídrico é a falta de tratamento de esgoto das residências, no entanto muitas cidades possuem redes cloacais ociosas, pois não podem obrigar o morador a fazer a ligação de esgoto à rede publica. Definir que os moradores que não se ligarem a rede publicam deverá apresentar a limpeza ANUAL da fossa e filtro o que ira melhorar a eficiência do sistema dele.
- Conscientização para a proteção dos RH.

- Políticas públicas devem sempre tomar a oferta de água, preservação e conservação deste recurso natural como prioritária as demais políticas, na União, Estados e Municípios.
- 1) MATAS CILIARES : Recuperar e/ou implantar em tributários. Desafio, o custo de implantação caberia a quem?
- 2) MUDAS EXÓTICAS : Onde obter mudas e metas de implantação durante o período. Desafio: Custo de produção e fonte pagadora.
- 3) ÁGUA X PRODUÇÃO DE ALIMENTOS X FONTES DE RENDAS DAS PROPRIEDADES : Objetivo é de sobrevivência das famílias ; Desafios: Divisão equitativa da água disponível para irrigação de culturas, pisciculturas, dessedentação humana e animal.
- Aprofundar açudes que estão assoreados.
- Aumento da capacidade de reservação de água nas bacias mais demandadas. Existem bacias Brasileiras que são mais utilizadas que outras e então devem ser dado a elas mais atenção nos programas de recuperação.
- 2- definição das áreas que ainda podem ser outorgadas. Ainda existem áreas nas microbacias de cada corpo principal que podem ser mais utilizadas em termos de disponibilidade hídrica. Devem-se explorar mais esses corpos hídricos e aliviar outros dando mais equilíbrio na disponibilidade daquela bacia;
- 3- aumento dos programas de PSA e similares para que se possa aumentar a disponibilidade hídrica.
- Auditorias para avaliar a efetividade dos planos de RH e processos (gestão de secas, cheias, balanço de outorga, cobrança pelo uso da água, etc.)
- Mapeamento dos usuários que fazem uso pouco expressivo ou insignificantes; Mapeamento de vazões de determinada BH afim de controle da vazão sanitária; Disponibilidade de dados a nível nacional por região das BH.
- 1) Educação ambiental: inserir o termo EDUCAÇÃO AMBIENTAL na nomenclatura da atual Câmara Técnica de Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação (CTEM) do CNRH, assim como na nomenclatura do Programa IV do PNRH;
- 2) Composição: incluindo representação de movimentos sociais (**MAB, CPT, FETRAF, FNU etc.**), de comunidades tradicionais (pescadores, ribeirinhos, quilombolas etc.), de povos indígenas (espelho para demais conselhos), de municípios e outros
- Apoio à elaboração de cartas de águas subterrâneas para os estados/A exemplo do que foi feito para o estado do **PARANÁ**/Integração dos conhecimentos sobre águas subterrâneas e superficiais.
- Apoio a estudos de planos de expansão de perímetros urbanos./Fornecer subsídios para o planejamento da expansão de perímetros urbanos nas bacias Hidrográficas/Integração com planos diretores municipais e pactuação com os governos municipais.
- Programa de EA/MS/Divulgar e formular a importância dos dados levantados/Divulgar.
- Definição das reservas de águas subterrâneas/Conhecer o potencial dos aquíferos e a interferência entre águas subterrâneas e superficiais/ Recursos e técnicos com formação adequada.
- ICMS- Ecológico/Prestação de contas/Retorno ao meio ambiente.

- CBH/Descentralização das ações/Empoderamento.
- Juventude e meio ambiente/Envolvimento/Comprometimento.
- Comunidades quilombolas/Fortalecê-las como cuidadores da água/Garantir água alimento.
- Comunidades Ribeirinhas/Fortalecê-las como cuidadores da água./Garantir água alimento.
- Comunidades Indígenas/Fortalecê-las como cuidadores da água./Garantir água alimento.
- Fundo de Recursos Hídricos/Garantir o uso desse fundo em ações específicas na gestão para melhoria da qualidade e quantidade/Não deixar que os estados usem este recurso em benefício próprio.
- Enquadramento/Definir pontos de integrar em qualidade e quantidade/Acordos políticos entre os estados da federação.
- Descentralização/Representatividade de fato democrática.
- Desburocratização/Acesso para interação social- construção coletiva.
- Reflexão sobre a efetividade real das instituições/Ações exequíveis, preocupação com os menos favorecidos Ações exequíveis, preocupação com os menos favorecidos.
- Educação Ambiental para a gestão das águas/Promover o desenvolvimento de programas de educação ambiental.
- Incentivo às organizações não governamentais/Fomentar possibilidades para desenvolvimento de ações de preservação dos Recursos Hídricos.
- Educação Ambiental para a gestão das águas/Promover o desenvolvimento de programas de educação ambiental.
- Descentralização/Para que os sistemas avancem/Desburocratizar ao máximo do papel para a ação.
- Ampliação da rede de saneamento básico dos **RIOS PEREQUÊ e SERRA DO GUARARU e RIO AMAZONAS.**
- Limpeza dos **RIOS DA BACIA DO PEREQUÊ E RABO DO DRAGÃO**/Mudar hábitos nocivos.
- Educação Ambiental/Discutir hábitos e valores.
- Representatividade/Propiciar a boa representatividade social.
- Implantação PNRH/Implantar de fato o PNRH.
- Consolidação dos CBHs/Consolidar os CBHs.
- Melhoria dos prédios públicos/Incentivar que os órgãos públicos tornem seus prédios sustentáveis/Suporte Financeiro.
- Residências Sustentáveis/Incentivo para a redução de valores de produtos para que as residências se tornem mais sustentáveis./Aumentar a produção de alimentos e preservar os corpos hídricos.
- Irrigação/Desenvolver e fomentar a irrigação agrícola.
- Aquífero Guarani/Estudar e desenvolver políticas de preservação.
- Repensar os conselhos municipais ambientais/Para que eles mostrem a cara./Mobilização da sociedade em defesa da água.
- Tornar os comitês mais conhecidos./Fortalecer as bases regionais/Núcleos de base.

- Penalização de Municípios que estão descumprindo a legislação ambiental/dar aos municípios responsabilidade.
- Comitês/Possíveis erros dos comitês orientando para o cumprimento das diretrizes estabelecidas dentro dos prazos estimados.
- Reflorestamento de mata Ciliar/Recuperar todas as matas ciliares/Identificar nascentes.
- Fundo Federal do Município/Controle social/Que o cidadão pratique individualmente.
- Áreas indígenas/Disponibilidades hídricas/Despertar ações.
- Plano de Ação Nacional **MOGI, PARDO, SAPUCAÍ e GRANDE**/Rios federais onde esse PAN atua para evitar as espécies nativas de peixes sejam extintas./Devem ser compilados estes dados, para falar e trabalhar os mesmos objetivos.
- Redefinição de fronteiras dos municípios por bacias e otobacias/Minimizar o descuido.
- Inclusão no currículo pedagógico das escolas com exibição de vídeos, jogos, etc./Atingir crianças com o tema./capacitação de professores.
- Inserção dos CBHs no processo licenciamento./Descentralizar o licenciamento e outorga.
- Facilitação para os CBHs consolidarem banco de dados./Passar *shapes* aos CBHs, fazer contato com os CBHs informando as informações/dados da bacia sob posse da ANA./Aproximar contato.
- Agência de bacia/Usos da cobrança/Desburocratizar.
- Informação e Fiscalização/uso adequado da água.
- Recuperação de áreas degradadas./Promover plantio de árvores e recuperar nascentes, matas ciliares, APPs/falta de interesse.
- Envolvimento do poder público municipal/Realizar e concretizar as metas.
- Educação ambiental para nível fundamental/educar/Investimento.
- Recrutar a juventude/Novos líderes.
- Apoio aos comitês estaduais/técnicos e financeiros.
- Produção de água/Implantar ações de captação de águas pluviais/Priorizar áreas de recarga.
- Eficiência, manejo da irrigação/Capacitar produtores rurais.
- Apoio aos Comitês/Repasse Financeiro, aperfeiçoamento gestão/Dotar os CBHs de recursos financeiros e de capacidade de gestão.
- Resíduos sólidos/Atuação do limite nesta área/Prefeituras, governos estaduais e federais ainda não fizeram a sua parte.
- **MMA** e Comitês/Estreitar relações.
- Agenda de políticos e comitês/Tornar agenda do dia a dia destes 2 entes públicos/políticos não tem interesse neste parlamento pois não podem expandir seus interesses pessoais.
- Apoio aos comitês estaduais/Técnico e financeiro/Tirar os comitês do papel
- Prever os consórcios/Instrumento de gestão/Aplicar os recursos das cobranças na recuperação das bacias.
- Efetividade dos comitês/dar efetividade as ações dos comitês./Sensibilizar os gestores.
- Cultura/garantir o fortalecimento das comunidades e povos tradicionais.

- Saneamento/efetivar o saneamento para minimizar os impactos.
- Política territorial/Fortalecer a discussão sobre os recursos hídricos dentro dos colegiados territoriais.
- Garantir a implantação dos planos/Maior transparência e ações efetivas locais/Resultados efetivos e maior participação.
- Educação ambiental efetiva/valorização das entidades locais nas ações efetivas/menor transparência e ampla divulgação.
- Agroecologia X Agrotóxicos/Priorizar as ações, produção orgânicas/agroecológica/Práticas e consumo sustentável.
- Garantir a implantação dos planos/menor transparência e ações/Resultados efetivos e maior participação.
- Educação ambiental efetiva/valorização das entidades locais nas ações efetivas/menor transparência e ampla divulgação/menor transparência e ampla divulgação.
- Campanha de capacitação dos comitês em PNRH/Empoderar os atores/recursos financeiros, país de dimensões continentais.
- Implementação da segurança Hídrica/resguardar a saúde dos ecossistemas e da população em condições de excesso e escassez de água./Mecanismos e técnicas de suporte à decisão implantadas nas unidades da federação.
- Implantar programa de reservatório de águas superficiais para usos múltiplos/Contribuir com a segurança hídrica uma vez que estudos da ONU prevêem redução da disponibilidade dos Recursos Hídricos de 40% até 2030.
- Diminuir a burocracia do sistema dada a urgência da gestão de recursos hídricos./Dar maior celeridade para diminuir a distância entre o planejamento e a ação.
- Ações dos rios intermitentes/valorizar a importância dos rios intermitentes nas bacias/recuperação e conservação das nascentes e matas ciliares dos rios intermitentes.
- Valorização do SEMIÁRIDO/ações específicas para diminuir os impactos da falta ou escassez da água./Compreender a importância do SEMIÁRIDO no contexto nacional.
- Inclusão dos fóruns estaduais e nacionais na estrutura do sistema./validar e homologar os fóruns e seus direcionamentos no sistema/discutir parâmetros de atuação dos fóruns dentro do sistema.
- Apoio institucional da ANA na criação de Agências de bacias/empoderamento e descentralização de recursos obtidos com a cobrança pelo uso da água./autonomia na relação com o governo estadual.
- Personalidade jurídica para os CBH/Dotar os CBH de identidade/conceder personalidade jurídica para os CBH/repassar recursos financeiros diretamente aos CBHs.
- Orçamento para CBH/Destinar recursos da união para os CBHs.
- Prioridade para os CBH no PNRH/Empoderar os CBH que estão na linha de frente/reconhecer a extrema relevância e importância dos CBH.
- Recuperação de nascentes/Aumentar a vazão dos rios./Conscientização de donos de terra.
- Poluição Hídrica/Monitorar e fiscalizar a poluição/Diminuição do uso de

agrotóxicos.

- Saneamento/Diminuir efluentes sanitários nos cursos hídricos/Fiscalizar e aplicar sanções.
- Uso racional de água/Evitar desperdícios e reutilizar a água/Incentivar e estimular o reuso da água.
- Consolidar uma rede de organização civil para áreas vulneráveis a eventos extremos de origem hídrica/criar sistema de alerta e um programa de socorro e apoio a população atingida, através da defesa civil./Articular ação/ integração da defesa civil municipal.
- Limpeza dos Rios/limpeza.
- Fiscalização de outorga/Fiscalização.
- Envolvimento da juventude/ampliar discussão, buscar fortalecer os estudos no tema/rever o formato do CBH, iniciar parcerias.
- Recuperação hídrica local/ação local com foco no curso d'água da bacia./fazer c que 60 a 70% dos recursos cheguem ao local.
- Eficiência, eficácia e efetividade/Aumentar a resolutividade/velocidade na execução.
- Implantação ETEs/Reduzir grau de poluição dos corpos d'água.
- Recuperar estradas vicinais/reduzir o carreamento de sedimentos aos mananciais.
- Captação e reserva de água/regulação dia/ distribuição anual/implantação da infraestrutura para atingir/ materializar este objetivo, planejado hoje para o futuro social vital.
- Capacitação técnica/Capacitar e contratar mais técnicos para atuar na área.
- Programa de qualidade de água para comunidades aquáticas./Proteção de qualidade das águas dos corpos hídricos./Tratamento terciário de esgoto, melhoria contínua do tratamento dos efluentes lançados.



Resultados da consulta à sociedade em geral (Questionário Azul).

Neste item são apresentadas as seguintes informações coletadas a partir do questionário aplicado aos membros de colegiados de recursos hídricos: i – Identificação dos respondentes; ii – Percepção sobre o nível de importância das Prioridades do PNRH; iii – Desafios relacionados às Prioridades do PNRH; e v – Sugestões de Novas Prioridades. A seguir, apresentamos uma síntese das informações coletadas.

Quantitativo de respostas por Estado/Região (1181 respostas)

O Gráfico 6 a seguir apresenta o percentual no número de respostas por Região do País.

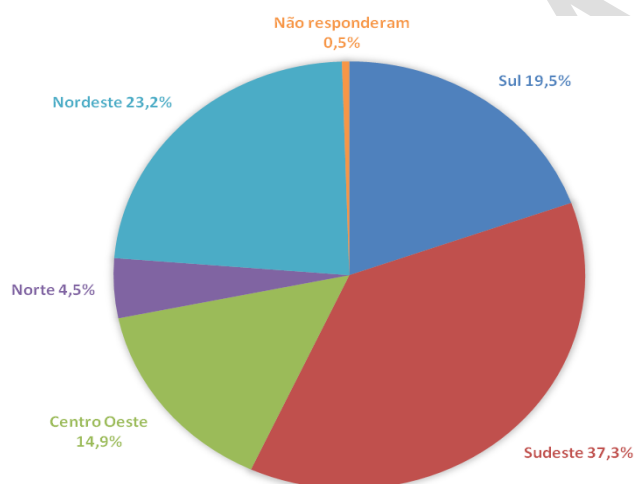


Gráfico 6 - Percentual do número de respostas por Região.

A Região com o maior número de respondentes foi o Sudeste e a Região Norte contou com o menor número de respondentes. Em relação aos Estados da Federação, São Paulo foi o Estado com mais respondentes, seguido do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, conforme o Gráfico 7.

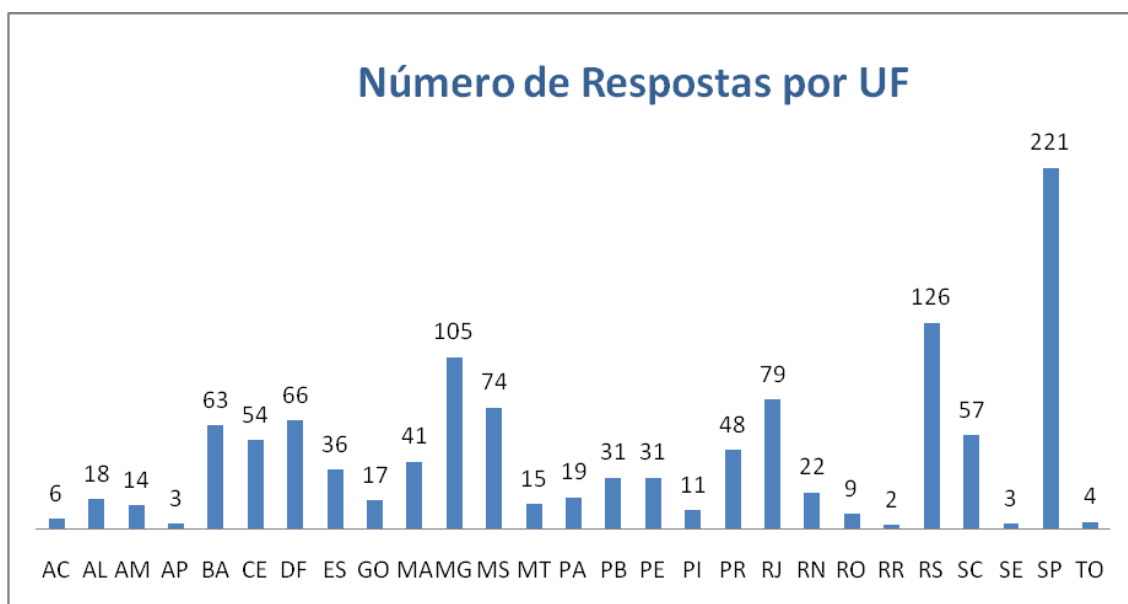


Gráfico 7 – Número de respostas ao questionário da sociedade por Unidade da Federação.

Ao todo, pessoas de 404 municípios responderam ao questionário aberto à sociedade. A seguir, a Tabela 3 identifica os municípios dos respondentes e o quantitativo de respostas por município.

Tabela 3 - Quantitativo de reposta por município.

UF	Municípios	Total de Municípios
Acre	Rio Branco (6)	1
Alagoas	Arapiraca, Maceió (7), Major Izidoro, Marechal Deodoro, Murici, Penedo (2), Tanque d'Arca (5)	7
Amazonas	Coari, Manaus (13)	2
Amapá	Macapá (2)	2
Bahia	Água Fria, Arataca, Barreiras (4), Camacan, Camamu, Catu (2), Cruz das Almas (4), Eunápolis (11), Feira de Santana, Firmino Alves, Guaratinga, Ibicuí, Igrapiúna, Itaberaba (2), Itabuna (3), Itapetinga, Jeremoabo, Juazeiro (4), Lapão, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Morro do Chapéu, Mortugaba, Paulo Afonso, Rio do Antônio, Salvador (7), Santo Antonio de Jesus, Senhor do Bonfim, Vitória da Conquista (2), Xique-Xique, Seabra.	32

Ceará	Aiuaba, Barbalha, Barro, Brejo Santo, Caucaia, Crateús, Fortaleza (27), Icapui, Icó, Iguatu (6), Itaiçaba, Juazeiro do Norte, Lavras da Mangabeira, Maranguape, Missão Velha, Pereiro, Quixadá, Quixeramobim, Reriutaba, Russas (2), São Gonçalo do Amarante, Várzea Alegre.	24
Distrito Federal	Águas Claras, Brasília (61), Samambaia, Taguatinga (2).	4
Espírito Santo	Alegre, Boa Esperança, Cachoeiro do Itapemirim (2), Conceição da Barra, Ecoporanga, Guarapari, Linhares, Marechal Floriano, Mimoso do Sul, Nova Valência, São Gabriel da Palha (2), São Mateus (2), Serra (4), Vila Velha (7), Vitória (10).	15
Goiás	Buriti Alegre, Caçu, Catalão, Itapaci, Mineiros, Novo Gama, Piranhas, Pirenópolis, Pires do Rio, Rio Verde, Valparaíso de Goiás.	11
Maranhão	Amarante do Maranhão, Buriticupu (21), Caxias, Chapadinha, Imperatriz (2), Maranhão, São José de Ribamar, São Luís (13).	8
Minas Gerais	Alfenas, Araxá (2), Bambuí, Barbacena, Belo Horizonte (28), Betim (2), Buritis, Carangola, Contagem (2), Coqueiral, Delfinópolis, Divinópolis (3), Engenheiro Navarro, Felixlândia, Ferros, Formiga, Governador Valadares (2), Guidoal, Ibirite, Ipatinga, Itajubá, Jaíba, Juiz de Fora (4), Lavras (3), Machado, Manhuaçu, Montes Claros (4), Pará de Minas, Patos de Minas, Piranguinho, Poços de Caldas (2), Rio Acima, Rio Pomba, Sabará, Santa Luzia (2), São José do Alegre, Sete Lagoas, Tiradentes, Turmalina, Uberaba (2), Uberlândia (15), Varginha, Viçosa (4).	43
Mato Grosso do Sul	Bela Vista, Campo Grande (8), Dourados (19), Fátima do Sul, Figueirão, Jaraguari (49).	6
Mato Grosso	Barra do Garças, Confresa, Cuiabá (6), Diamantino, Porto Esperidião, Rondonópolis, Sinop (2), Sorriso, Várzea Grande.	9
Pará	Ananindeua (2), Barcarena, Belém (10), Bragança, Castanhal, Salvaterra, Santarém (3), Tracuateua.	8
Paraíba	Campina Grande (6), Guarabira, Ingá, João Pessoa (17), Mulungu, Pombal, Rio Tinto, Seimé.	8

Pernambuco	Bom Jardim, Garanhuns, Goiana (7), Jaboatão dos Guararapes (3), Petrolina (3), Recife (19), Salgueiro, Serra Talhada, Vicência.	9
Piauí	Patos do Piauí, Pedro II, Picos, São Raimundo Nonato, Teresina (7).	5
Paraná	Campos Mourão (5), Cascavel, Colombo, Curitiba (14), Foz do Iguaçu (3), Guarapauva, Laranjeiras do Sul, Londrina (4), Mamboré, Marechal Candido Rondon, Maringá (3), Paraná, Pato Branco, Ponta Grossa (2), Pontal do Paraná (3), Rio Negro, Santo Antonio da Platina, São José dos Pinhais, Toledo, União da Vitória.	20
Rio de Janeiro	Angra dos Reis, Barra Mansa, Campos dos Goytacazes (2), Duque de Caxias, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, NI, Niteroi (6), Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Paracambi, Paraty, Petropolis (2), Pinheiral, Pirai (2), Resende, Rio das Ostras, Rio de Janeiro (45), São Gonçalo (2), Teresópolis, Três Rios, Volta Redonda (3).	23
Rio Grande do Norte	Caicó, Guamaré, Jardim do Seridó, Lajes, Mossoró (3), Natal (11), Parnamirim (2), São José do Seridó, Serrinha.	9
Rondônia	Alta Floresta do Oeste, Cacoal, Ji-PARANÁ (2), Porto Velho (3), Rolim de Moura, Vilhena.	6
Roraima	Caracarai, Pacaraima.	2
Rio Grande do Sul	Antônio Prado (2), Barão, Bento Gonçalves, Caçapava do Sul, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas (9), Carazinho, Caxias do Sul (3), Cruz Alta, Encantado, Entre Ijuís, Esteio (2), Estrela Velha, Farroupilha, Gramado (4), Gravataí, Guaíba, Guaporé, Horizontina, Ijuí, Lajeado, Marau (2), Novo Hamburgo (2), Osório, Palmares do Sul, Panambi, Pelotas (10), Portão (2), Porto Alegre (28), Rio Grande (5), Riozinho, Rosário do Sul, Santa Cruz do Sul, Santa Maria (21), Santa Rosa (2), Santana do Livramento, São Borja (2), São Leopoldo, São Martinho, São Sepé, São Vicente do Sul, Sertão Santana, Taquara (2), Tupanciretã, Vila Maria.	49
Santa Catarina	Anitapolis, Araranguá, Balneário Camburiú (3), Biguaçu, Blumenau (4), Braço do Norte, Chapecó (2), Criciúma, Florianópolis (17), Friburgo, Itajaí, Itapema, Joinville (10), Mafra (2), Palhoça (2), Sangão, São José (2), Tijucas, Timbó, Tubarão, Urussanga, Itaiópolis.	22

Sergipe	Aracaju (2), Nossa Senhora das Dores.	2
São Paulo	Adamantina, Aguai, Americana (2), Andradina, Aparecida, Araraquara, Auriflama, Barretos, Batatais, Bauru, Bragança Paulista, Caçapava (2), Campinas (12), Caraguatatuba (5), Carapicuíba, Catanduva (2), Charqueada, Conchas, Cotia (2), Cravinhos, Cruzeiro, Diadema, Divinolândia, Dracena, Gália, Gavião Peixoto, Guaratinguetá (2), Guarulhos (2), Idaiatuba, Itapetininga, Itapeva, Itapira (2), Itu (2), Jacareí, Jáguaçu (2), Jarinu, Jaú, Jundiaí (2), Laranjal Paulista, Limeira (2), Lins, Lorena, Mauá (3), Osasco (4), Paulínia (2), Piedade, Pindamonhangaba, Piracicaba (7), Porto Feliz, Praia Grande, Queluz, Ribeirão Pires, Ribeirão Preto (6), Rio Claro (2), Rio Grande da Serra, Salto Pirapora, Santa Gertrudes, Santa Isabel, Santo André (7), Santos (3), São Bernardo do Campo (2), São Carlos (4), São Francisco Xavier, São Joaquim da Barra, São José do Rio Preto (2), São José dos Campos (4), SÃO PAULO (80), São Vicente (5), Sorocaba (3), Taubaté (2), Teodoro Sampaio, Ubatuba (2), Valinhos, Vargem Grande do Sul.	75
Tocantins	Lagoa da Confusão (2), Palmas (2).	2

Identificação dos respondentes

O nível de escolaridade foi informado em campo aberto do questionário e variou desde o nível fundamental incompleto até o nível de pós-doutorado. A grande maioria dos respondentes informou nível superior de escolaridade. O Gráfico 8 a seguir apresenta os dados detalhados.

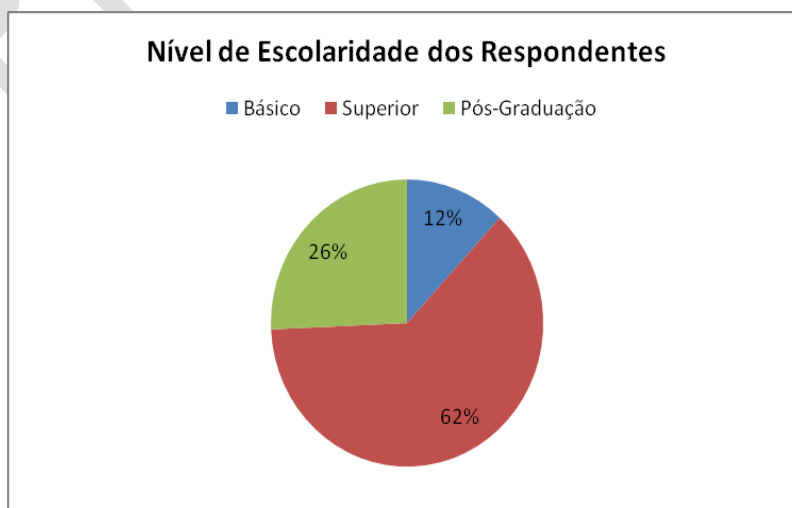


Gráfico 8 – Nível de escolaridade dos respondentes.

A área de formação também foi preenchida em campo aberto, portanto, buscamos agrupar as diversas áreas em campos de conhecimento e abrir uma categoria a outras formações que, em princípio, não se enquadram a esses campos.

- a) Engenharias
- b) Ciências Naturais e Ambientais
- c) Ciências Humanas e Sociais
- d) Educação
- e) Outras Áreas

O Gráfico 9 apresenta a distribuição dos respondentes segundo as áreas acima descritas de formação.

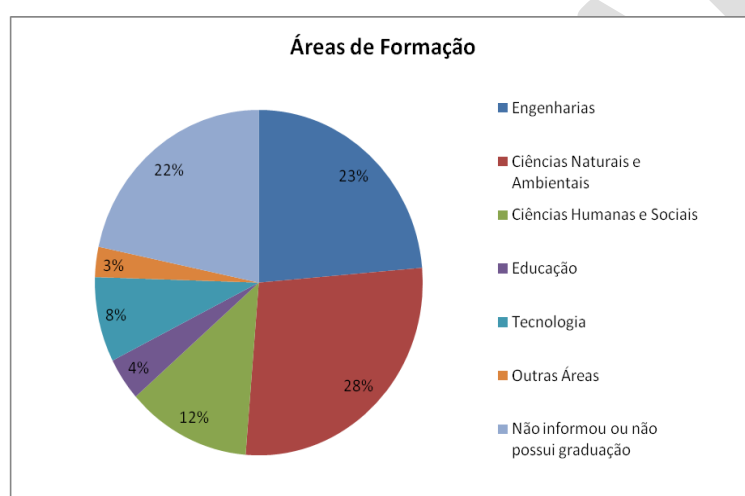


Gráfico 9 – Área de formação dos respondentes.

Percepção sobre o nível de importância dos temas prioritários.

A questão sobre qual o nível de importância de importância dos temas para orientar o período 2016-2020, envolveu as seguintes opções de resposta: 0 – Não sei informar; 1 – Nada importante; 2 – Pouco Importante; 3 – Importante; e 4 – Muito importante. Em seguida, foram elencados 14 Temas Prioritários, para que o respondente marcasse na frente o nível de importância, conforme Tabela 4:

Tabela 4 – Temas Prioritários para 2016-2020.

TEMAS PRIORITÁRIOS QUESTIONÁRIO SOCIEDADE	
1	Ampliar e fortalecer a participação da sociedade na gestão das águas.
2	Ampliar o conhecimento a respeito dos usos das águas, das demandas atuais e futuras, além dos seus possíveis impactos na sua disponibilidade em quantidade e qualidade.

3	Ampliar o conhecimento sobre a ocorrência de chuvas e sobre a quantidade e qualidade das águas superficiais e subterrâneas.
4	Compartilhar informações, a respeito da situação da qualidade e quantidade das águas, em linguagem clara e acessível.
5	Promover a melhoria da disponibilidade das águas em quantidade e qualidade, visando a sua conservação e adequação aos diversos usos.
6	Desenvolver planejamento de longo prazo para a conservação e o uso racional das águas do país, considerando as mudanças climáticas.
7	Estabelecer critérios de autorização para o uso da água e fiscalizar os usuários, considerando as particularidades das bacias hidrográficas.
8	Implantar a cobrança para usos significantes da água, visando incentivar a racionalização do uso e obter recursos financeiros para a conservação das bacias hidrográficas.
9	Destinar recursos financeiros para a implantação de projetos de instituições públicas, privadas ou pessoas físicas que promovam a recuperação e conservação de bacias hidrográficas.
10	Desenvolver ações para a resolução dos conflitos pelo uso da água nas bacias hidrográficas.
11	Apoiar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias sociais para a melhoria da gestão das águas e desenvolver ações educativas para a sociedade.
12	Desenvolver ações para a gestão da água em rios compartilhados com outros países.
13	Identificar e avaliar áreas com risco de ocorrência de inundações, secas, entre outros eventos extremos relacionados à água, que gerem situações adversas à população.
14	Integrar a política de recursos hídricos com a política ambiental e demais políticas setoriais (saneamento, irrigação, energia, turismo, etc.).

Para a hierarquização dos Temas Prioritários foi realizado o somatório da pontuação para cada uma das Prioridades e estas foram organizadas da maior para menor soma no Gráfico 10.

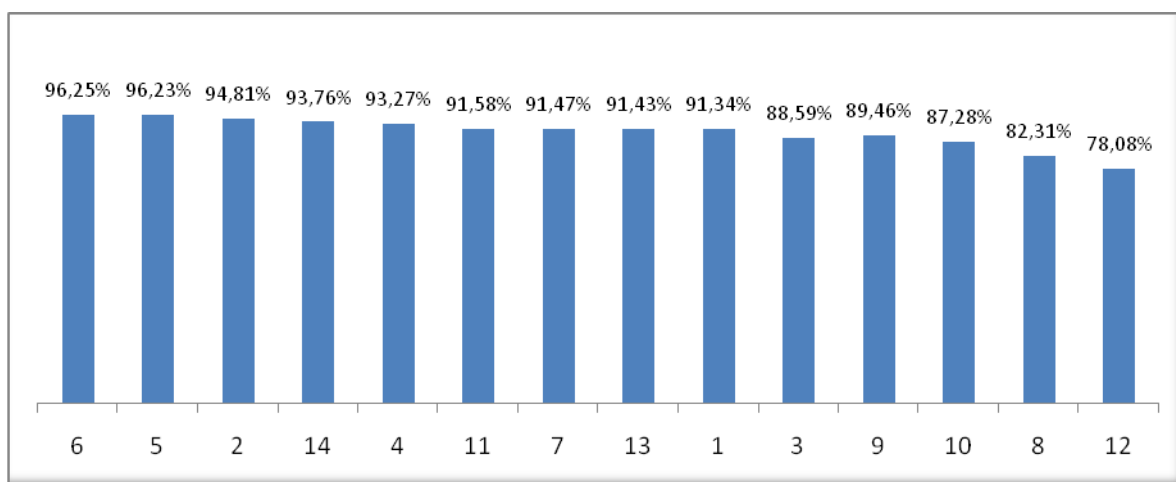


Gráfico 10 – Hierarquização dos Temas Prioritários para 2016-2020.

De acordo com o Gráfico 30, as três Prioridades com mais alto nível de importância são os temas prioritários 06 – Desenvolver o planejamento de longo prazo para a conservação e o uso racional das águas do País, considerando as mudanças climáticas; 05 - Promover a melhoria da disponibilidade das águas em quantidade e qualidade, visando a sua conservação e adequação aos diversos usos; e 02 - Ampliar o conhecimento a respeito dos usos das águas, das demandas atuais e futuras, além dos seus possíveis impactos na sua disponibilidade em quantidade e qualidade.

Percepção dos respondentes sobre os desafios relacionados aos temas prioritários (questão aberta).

Ao final do questionário, foi deixado um campo aberto para os respondentes informarem possíveis desafios para a implementação dos temas prioritários. A seguir, compilamos os desafios elencados, relacionando-os aos respectivos temas prioritários. Algumas sugestões foram relacionadas a mais de um tema.

Tema 1 - Ampliar e fortalecer a participação da sociedade na gestão das águas.

Para 95,2% dos respondentes Tema Prioritário 1 é considerando “importante ou muito importante” para o próximo ciclo de implementação do PNRH. Os desafios e propostas informados pelos respondentes são elencados a seguir:

- Empoderamento e fortalecimento dos comitês de bacia. Inclusão dos jovens nas tomadas de decisão.
- Criar comissões gestoras dos mananciais.
- Só para ratificar: incentivar a participação da comunidade nos comitês de bacia da sua região.
- Fortalecimento das Bacias hidrográficas.

- Sensibilização: sensibilizar a sociedade quanto ao cuidado com o meio ambiente, formando cidadãos melhores.
- Integrar a sociedade e não somente os técnicos no planejamento integrado das águas e do território.
- Fortalecer os comitês de bacias hidrográficas.
- A questão social não estar segregada da proteção e gestão do recurso hídrico.
- A ampliação do envolvimento das comunidades tradicionais (de candomblé, indígena, quilombola etc.) na gestão participativa das águas de forma a assegurar a garantia de fornecimento do recurso/bem água em condições de potabilidade não apenas para as práticas socioculturais, mas também, que seja possível assegurar seu consumo.
- Todos os estados Brasileiros deverão possuir comitês das suas bacias hidrográficas.
- Propor a implantação das Bacias hidrográficas nas regiões com grande recurso hídrico, como é o caso de **BELÉM/PA**.
- Relacionar com os movimentos sociais do campo e da cidade.
- Interação e participação comunitária: buscar sensibilizar os atores envolvidos na gestão das águas, para compreensão do consumo sustentável deste bem tão precioso; integrar as equipes de realização de oficinas profissionais do serviço social (assistentes sociais) e implantar comitês de bacias em bacias que ainda não existem o mesmo.
- Tornar a ação dos comitês de bacias mais visíveis para a sociedade em geral.
- Fortalecimento dos comitês de bacias, que devem ser os principais tomadores de decisão com relação ao uso dos recursos hídricos.
- Comitê de bacia hidrográfica - criação de um comitê de bacia hidrográfica no **PARÁ**, para aplicação das políticas PNRH, como outorga.
- Reformular a composição do CNRH (revisar resolução n.05/CNRH), mitigando as assimetrias e promovendo maior equilíbrio representativo entre os setores e segmentos, bem como incluindo representação de movimentos sociais (**MAB, CPT, FETRAF, FNU** etc.), de comunidades tradicionais (pescadores, ribeirinhos, quilombolas etc.), de povos indígenas (espelho para demais conselhos), de municípios e de juventudes.
- Realizar a conferência nacional de águas (**CONÁGUAS**) precedida de pré conferências nos estados e nas Regiões Hidrográficas, a fim de ampliar o diálogo sobre a questão da água no país.
- Ampliar a gestão popular de recursos hídricos locais (porque eu só posso integrar o comitê de bacias se eu for de uma ONG? Deveria ser aberto a todos que quiserem participar).

- Incentivar a criação de organizações sociais nas comunidades ribeirinhas com a finalidade de proteger e racionalizar o uso consciente dos mananciais e áreas adjacentes as bacias hidrográficas.
- Considerar em todas as ações as diferenças entre atores sociais.
- Conferência nacional sobre gestão de recursos hídricos.
- Fomentar a construção, organização e fortalecimento dos comitês de bacias hidrográficas.
- Envolver mais os cidadãos nas discussões sobre o uso e captação de água, principalmente aquelas afetadas pela transposição do **RIO SÃO FRANCISCO**.
- Que a sociedade proponha ações; desenvolver ações em que a sociedade participe mais ativamente.
- Envolver as universidades nas decisões.
- Inclusão da sociedade em processos decisórios referentes aos recursos hídricos.
- Melhorar a condição técnica e de repasse financeiro dos comitês de bacias.
- Dar visibilidade aos comitês de bacias hidrográficas.
- No item 1 recuperar a figura do guardião das águas em comunidades de maneira permanente.
- Garantir a governança na descentralização efetiva, na participação estimulada, integração dos entes e *stakeholders* do SINGREH e participação ampliada dos atores relacionados.
- Fortalecimento dos comitês da bacia, principalmente com corpo técnico.
- Se as perguntas acima forem implementadas de acordo com as suas afirmações, teremos uma política mais transparente e atuante em nosso país. Com mais informação a população de uma forma geral poderá participar e cobrar aos gestores recursos e ações.
- Conquista de apoio social: a proteção aos recursos hídricos é questão de sobrevivência. Portanto, no trato com as empresas e produtores rurais é preciso enfatizar que, sem água, as fábricas e fazendas fecham.
- Ampliação da participação dos usuários dos recursos hídricos, promovendo a descentralização das decisões.
- Criar mecanismos de apoio financeiro aos comitês de bacia e aos membros civis desses comitês, onde não existe agência de água como forma de garantir a participação destes nas reuniões e ações do colegiado.
- Desenvolver em parceria com atores locais espaços de informações interativas diretamente com a sociedade em especial as que vivem as margens do rio. (1 e 4) 3 - inserir o rio no diálogo hídrico, em especial na região amazônica. Porque a água é passageira e são em prol dos rios que as articulações iniciam (como identifiquei no estudo que estou desenvolvendo).

- Financiar, apoiar, defender as Bacias hidrográficas **TAPAZONAS** - comitê de bacias hidrográficas em defesa do **RIO TAPAJÓS/AMAZONAS**.
- Implementação do comitê de gestão de bacia do rio negro. O rio negro está localizado na divisa entre os estados de Santa Catarina e PARANÁ e encontra-se desprotegido no que se refere à gestão prevista na PNRH em razão de falta de implantação do comitê. Ele possui sua nascente no município catarinense de Campo Alegre e sua foz no rio Iguaçu, já em território paranaense, dificultando sua gestão.
- Empoderar mais os comitês de bacias promovendo formação, educação e principalmente ouvindo.
- Garantir maior influência dos comitês de bacia hidrográfica na tomada de decisão.
- Apoiar os comitês de bacia.
- Dar maior importância a opinião dos ribeirinhos.
- Desenvolver e implementar um programa nacional de governança participativa da água.
- Interiorização das ações governamentais: possibilitar que a **ANA** e o **MMA** efetivamente interiorizem as diretrizes do futuro PNRH, através das audiências públicas no interior do país.
- Fortalecer os CERH e as Bacias hidrográficas da **REGIÃO NORTE** do país.
- Investimentos na criação de comitês de bacia hidrográfica.
- Mobilizar a sociedade e empoderar os organismos de bacia.
- Ter consciência e que só está inserido na determinada bacia pode participar e ter direito a voto no comitê de bacias hidrográficas tanto a população, sociedade civil, empresas e esferas de governos, mas quem está lá e vive ou tem alguma intervenção econômica direta ter direito a voto; a **ANA** deveria formalizar melhor como seria a intervenção da esfera estadual junto suas secretarias, pois há um problema gritante de diferenças salariais de quem trabalha na esfera estadual e alto rodízio e desestímulo destes profissionais pois pelos baixos salários não ficam muito tempo no estado ou simplesmente empurram suas tarefas com a barriga, como os profissionais da ANA não tem estes problemas financeiros de tamanha magnitude, esquecem que fortalecer tanto os estados pode ser um equívoco para o futuro hídrico.
- Fortalecer a atuação dos comitês de bacia.
- Ações específicas para a juventude.
- Voz das juventudes no que se refere ao desenvolvimento sustentável.
- Incentivar a participação dos comitês de bacias nas diversas ações previstas no plano.

Tema 2 - Ampliar o conhecimento a respeito dos usos das águas, das demandas atuais e futuras, além dos seus possíveis impactos na sua disponibilidade em quantidades e qualidade.

Para 97,6% dos respondentes Tema Prioritário 2 é considerando “importante ou muito importante” para o próximo ciclo de implementação do PNRH. Os desafios e propostas informados pelos respondentes são elencados a seguir:

- Estudos em áreas já afetadas, estudo sobre as responsabilidades da sociedade no consumo de água.
- Monitorar a quantidade que é acessível e utilizada em cada região. O objetivo dessa ação é estabelecer valores referentes ao uso dos recursos hídricos em nível nacional e estadual com intuito de estabelecer dados quantitativos para que não haja desigualdades entre os recursos disponíveis para toda população.
- Analisar a água potável, examinar água salgada para consumo.
- Aperfeiçoamento científico e tecnológico: com uso de ferramentas como sensoriamento remoto, geoprocessamento, análise de imagens de alta resolução, drones, elaboração de um banco de dados para acesso de instituições científicas voltadas aos recursos hídricos e gerenciamento de bacias hidrográficas.
- Mapeamento atualizado das bacias hidrográficas.
- Ampliação da rede de informações fluviográficas através de parcerias com o setor privado e os comitês de bacias.
- Incentivo a pesquisas relacionadas ao tema.
- Realizar o monitoramento da qualidade da água nos rios em suas áreas urbanas.
- Apoiar e investir na melhoria dos cadastros de usuários de recursos hídricos (fiscalização e novas campanhas de cadastramento).
- Pesquisar e quantificar os impactos dos lançamentos difusos (em especial agricultura & pecuária e drenagem pluvial) e como minimizá-los.
- Levantamento dos potenciais poluidores de águas como lavouras ou plantações que usam agrotóxicos e que poluem águas superficiais e subterrâneas.
- Avaliação da disponibilidade hídrica em grandes centros urbanos.
- Investir em pesquisas para recuperação de águas superficiais que se encontram em situação imprópria para o consumo humano. Investir em pesquisas de desenvolvimento em métodos que melhore a qualidade dos esgotos residenciais e industrial devolvidos aos rios.
- Pesquisas e novas metodologias.

- Promover estudos para quantificar o volume e a qualidade dos aquíferos subterrâneos, bem como sua capacidade de exploração e recarga.
- Estabelecer metodologias para quantificação do uso da água (consumo) no meio rural.
- Utilização de tecnologias similares às do CAR para o cadastramento e gerenciamento de recursos hídricos (quantificação, enquadramento, geolocalização e gerenciamento), além dos dados sobre recursos hídricos inseridos nos cadastros ambientais rurais. Adotando estas tecnologias será possível realizar a caracterização dos recursos hídricos do país, facilitando a sua gestão e gerenciamento.
- Diminuir o consumo de coisas no nosso dia a dia que utilizam muita água como carne bovina e plástico.
- Esclarecer à população sobre o uso da água na pecuária, inclusive o uso para plantio de insumos para produção de ração.
- Deverá, por exemplo, averiguar as nossas florestas que são um dos principais meios de captação de água potável.
- Estudos técnicos para direcionamento de estudos hidrológicos: elaborar estudos que oriente e indiquem vazões de referência para utilização em estudos hidrológicos para os diversos fins de utilização da água.
- Incentivar à pesquisa e desenvolvimento de novos sistemas que visem a reduzir o uso de água na agricultura, responsável por 70% do consumo de água atualmente.
- Análise microbiológica de água com frequência.
- Investir em projetos de pesquisas que estejam alinhados com o tema dos recursos hídricos; investimentos em aparelhos de medições de vazões e qualidades de rios para o monitoramento ambiental adequado em tempo real.
- Trabalhar com microbacias para se chegar a cada empreendedor, não se pode fazer estudos e educação ambiental ao nível de um ou dois, mensurar-se a microbacia e depois a individualidade.
- Mais cuidado e projetos sobre isso.
- Promover o conhecimento da água em vários aspectos.
- Realizar os estudos da margem esquerda da bacia amazônica.
- Análise da qualidade do solo, especialmente em locais com presença de atividades agropecuárias (como por exemplo, o cerrado), relacionando a qualidade deste com a capacidade de recarga dos aquíferos, os quais muitas vezes são responsáveis por alimentar as nascentes que geram os rios, córregos, represas, entre outros.
- Cria banco de dados com os dados coletados por empreendedores que são obrigados pelo órgão ambiental a monitorar rios ou trechos de rios.

- Incentivar, com editais, a realização de pesquisas voltadas para o tema água; promover mais estudos ambientais das bacias hidrográficas, quantificando e qualificando os recursos hídricos subterrâneos e superficiais.
- Atualizar a classificação dos rios na cidade de Toledo/PR e demais localidades do BRASIL.
- Avaliar a qualidade da água de maneira integrada, ou seja, além dos critérios físico-químicos da água, uma análise do ecossistema como um todo.
- Investir em prevenção, pesquisa e em políticas que visam à preservação das águas superficiais e subterrâneas como recursos interdependentes.
- Promover simpósios entre a comunidade acadêmica e os comitês de bacias
- Potencializar a coleta de dados hidrológicos em quantidade e qualidade.
- Construção de um portal único com dados em tempo real dos recursos hídricos brasileiros.
- Ampliar o cadastramento de uso dos recursos hídricos com visitas in loco para quantificar o uso.
- Realizar o monitoramento e socializar os resultados das ações realizadas nos planos anteriores.

Tema 3 - Ampliar o conhecimento sobre a ocorrência de chuvas e sobre a quantidade e qualidade das águas superficiais e subterrâneas.

Para 93,0% dos respondentes Tema Prioritário 3 é considerando “importante ou muito importante” para o próximo ciclo de implementação do PNRH. Os desafios e propostas informados pelos respondentes são elencados a seguir:

- Controle da qualidade da água, adicionar novos parâmetros para avaliar a qualidade da água
- Integrar os dados do estado de **SÃO PAULO** aos dados nacionais.
- O SINGREH tem a obrigação de conhecer o atual estado de quantidade e qualidade hídrica para poder desenvolver um sistema de gerenciamento e monitoramento.
- Sem a criação de um pragmático, aplicável, sistema de gerenciamento e monitoramento no âmbito das bacias hidrográficas, sem estruturação e espacialização das ações no contexto das Bacias hidrográficas, não há futuro possível para a PNRH.
- Monitorar a quantidade que é acessível e utilizada em cada região. O objetivo dessa ação é estabelecer valores referentes ao uso dos recursos hídricos em nível nacional e estadual com intuito de estabelecer dados quantitativos para que não haja desigualdades entre os recursos disponíveis para toda população.
- Aperfeiçoamento científico e tecnológico: com uso de ferramentas como sensoriamento remoto, geoprocessamento, análise de imagens de alta

resolução, drones, elaboração de um banco de dados para acesso de instituições científicas voltadas aos recursos hídricos e gerenciamento de bacias hidrográficas.

- Quantidades de chuvas e longos períodos de secar
- Criação de programas/linhas de crédito, fomentados pelo governo federal para monitoramento de índices de qualidade, quantidade e vazões nos comitês estaduais, onde os recursos são escassos e estes indicadores são fator chave nos fóruns e tomadas de decisão.
- Levantamento criterioso sobre a disponibilidade e usos da água.
- Controle de qualidade.
- Monitoramento da quantidade e qualidade das águas subterrâneas.
- Controle da qualidade de água de rios e córregos.
- Implementar sistemas de monitoramento da qualidade da água. Objetivos: acompanhar a qualidade da água de consumo; criar um banco de dados sobre a qualidade da água; realizar o diagnóstico da qualidade da água para comunidades rurais.
- Considerando que as águas subterrâneas abaixo do cristalino não possuem, ou não são conhecidos, meios de reabastecimento, esses recursos deveriam ser dimensionados em seu volume (3) e regularizados quanto ao uso, pois são reservas finitas e qualquer hora acabam. Tem muita irrigação com essas reservas e irrigar só poderia ser permitido com água fluvial. (7)
- Utilização de tecnologias similares às do CAR para o cadastramento e gerenciamento de recursos hídricos (quantificação, enquadramento, geolocalização e gerenciamento), além dos dados sobre recursos hídricos inseridos nos cadastros ambientais rurais. Adotando estas tecnologias será possível realizar a caracterização dos recursos hídricos do país, facilitando a sua gestão e gerenciamento.
- Estudo da situação atual dos mananciais de abastecimento quanto à disponibilidade hídrica e qualidade da água
- Conscientizações da quantidade e qualidade dos recursos hídricos, ver os lugares de área de risco, quantidades de chuvas e secas prolongadas.
- Ampliação dos indicadores de qualidade da água, tais como os indicadores biológicos, que já foi implantado e tem tido sucesso nos programas de gerenciamento da qualidade da água na **EUROPA** e **EUA**, por exemplo.
- Monitoramento global da qualidade da água em todas as praias e rios de todos os municípios.
- Sistematização do monitoramento da qualidade e quantidade de água; automação do sistema de seleção de trechos territoriais monitorados.
- Controle do uso e qualidade das águas subterrâneas
- Maior controle estatal em parceria com os órgãos federais, no controle de abertura de poços caipira e de poços profundos no uso e captação dentro

das normas de segurança, evitando-se assim a contaminação e intrusão das águas salinas, como o que já está acontecendo em Recife.

- Normatização do uso de águas subterrâneas.
- Monitoramento da qualidade das águas subterrâneas.

Tema 4 - Compartilhar informações, a respeito da situação da qualidade e quantidade das águas, em linguagem clara e acessível.

Para 96,8% dos respondentes Tema Prioritário 4 é considerando “importante ou muito importante” para o próximo ciclo de implementação do PNRH. Os desafios e propostas informados pelos respondentes são elencados a seguir:

- Política de divulgação e informação do uso adequado das águas nos rádios e nas TVs.
- Acho que seriam válidos mais debates a respeito do uso da água e como reaproveitar também. Palestras a respeito de alternativas para lugares onde há escassez como forma de ajudar a amenizar o impacto e de certa forma desenvolver alternativas para tal problema.
- Falta de informações às populações.
- Divulgação pública e obrigatória do IQA dos rios onde ocorre a captação de água (a partir do momento que a população souber como está a qualidade dos rios que abastece suas residências, terão mais empenho em continuar a manter a boa qualidade...
- Padronização das informações divulgadas nas agências de regulação.
- Incentivar e explicar à população como eles podem também fazer isso - sem que, com isso, ocorra a proliferação de doenças transmitidas por vetores que utilizam a água parada como *Aedes aegypti*.
- Estudos de análise da qualidade da água nas redes de abastecimento com ampla divulgação à sociedade.
- Publicação e divulgação de estudos sobre o tema.
- A de se ter mais transparências nas ações, com uma maior divulgação destas.
- Entendo haver a necessidade de serem encabeçadas ações mais efetivas na esfera nacional para articulação, coordenação e/ou integração entre os diversos sistemas de informações sobre recursos hídricos no **BRASIL** (principalmente dos estados).
- Transparência nas informações existentes e futuras sobre as condições dos recursos hídricos.
- Uso da mídia, para que a ação popular seja efetiva, tanto na busca por informações, como no acompanhamento dos problemas socioambientais.
- Divulgação pública da qualidade da água utilizada no abastecimento da população.

- Maior divulgação para a sociedade, como propaganda de televisão, rádio e internet.
- Disponibilizar uma cartilha com a atual situação dos recursos hídricos no país e informar a importância da racionalização das águas.
- Formar um banco de dados consistente, de acesso público sobre qualidade de água. Incluem-se aí os dados das centenas de licenciamentos ambientais e respectivos monitoramentos.
- Disponibilização de gráficos com a relação custo-benefício em relação aos empreendimentos como geração de emprego e de renda com o gasto de água e geração de poluição (exemplo).
- Informar a população sobre o real problema das hidroelétricas, enfatizar os problemas das hidroelétricas principalmente na Amazônia, onde a alteração drástica da paisagem irá colocar em risco uma das regiões mais importantes do planeta, ter algum tipo lei que obrigue o uso correto dos termos para não induzir a população ao desconhecimento, tanto para as empresas quanto do próprio governo.
- Divulgação de dados.
- Quanto às áreas de risco, criar mecanismo para que os próprios municípios sejam informados que estão em área de risco tanto para deslizamento quanto à inundação, quer seja feito pelo IPTU ou por correspondência, uma vez que há situações desconhecidas por muitos destes.
- Mostrar à população quanta água consomem os mais variados produtos em seu ciclo produtivo, fazendo repensar seu consumo. Estabelecer que as emissoras de televisão tenham em sua grade de programação horários reservados para tratar sobre o assunto, com flashes em horário nobre.
- Maior transparência na gestão hídrica via aplicativos e programas de acesso público com linguagem amigável e intuitiva.
- A sociedade e como um todo sempre deve estar informado como está sendo desempenhada a política dos recursos hídricos e o seu desenvolvimento ambiental, como as matas ciliares para a preservação adequada de suas nascentes e rios.
- Se as perguntas acima forem implementadas de acordo com as suas afirmações, teremos uma política mais transparente e atuante em nosso país. Com mais informação a população de uma forma geral poderá participar e cobrar aos gestores recursos e ações.
- Divulgar amplamente as cidades e estados que possuem os melhores e os piores índices de qualidade de água, de proteção das nascentes, de vegetação às margens dos rios, de perdas na distribuição de água, de litros utilizados per capita, entre outros.
- Por fim, deve-se obrigar a mídia a responsabilizar estes grandes consumidores de água ao invés de pôr a culpa nos consumidores individuais.

- Dar publicidade às ações dos organismos de gestão de bacia (comitês de bacia) de forma a garantir que a comunidade local conheça, acompanhe e se envolva nas ações e na causa hídrica.
- Desenvolver em parceria com atores locais espaços de informações interativas diretamente com a sociedade em especial as que vivem as margens do rio. (1 e 4) 3 - inserir o rio no diálogo hídrico, em especial na região amazônica. Porque a água é passageira e são em prol dos rios que as articulações iniciam (como identifiquei no estudo que estou desenvolvendo.)
- Propiciar amplo acesso a dados sobre consumo e consumidores pelas concessionárias de água para permitir que as pesquisas possam avançar nas discussões sobre uso da água, por tipo, região de forma mais refinada. Os dados que dispomos para trabalhar são grosseiros e o acesso é uma penúria.
- Informação voltada ao consumo consciente: informação clara e acessível a todos os envolvidos e prejudicados nos eventos adversos relacionados aos recursos hídricos, promovendo a conscientização não só do uso, mas do consumo consciente, pois, é nítido que os maiores consumidores dos recursos hídricos estão concentrados nas atividades de irrigação, agropecuária e indústria.
- Acompanhamento das decisões em plenária dos comitês de bacia por meio de imprensa local (canais públicos): assim como acontece com a câmara dos deputados, por exemplo, para ser cumprida a promessa de participação democrática na gestão dos recursos hídricos, se torna obrigatório o acompanhamento de todas as decisões dos comitês por toda a sociedade integrante da região em questão.
- Divulgar à sociedade, por meio de todos os veículos de comunicação sobre o uso racional da água.
- Integrar os dados de hidrologia em todo território brasileiro.
- Gestão hídrica de maneira que a população como um todo tenha acesso às informações em relação à disponibilidade da água em sua região, bem como as obrigações de racionamento.
- A água está diretamente ligada com a sua vegetação natural em sua respectiva região. São fundamentais o incentivo e o acesso à informação de pessoas que estão inseridas onde essa água provém para possam passar a respeitar e cuidar da água.
- Criar um fórum de discussão sobre o uso e gestão dos recursos hídricos, com ampla divulgação da mídia.
- Promover a publicação de projetos utilizando tecnologia social que deram certo.
- Informando a sociedade sobre as ações e investimento das políticas públicas no setor hídrico para que a população não seja penalizada com

rações por gestões erráticas no que se refere ao planejamento preventivo.

- Informar a população sobre o impacto da pecuária no gasto de água e também, da monocultura.
- Disponibilização de um banco de dados.
- Ampla divulgação dos relatórios de impactos ambientais/eia, quanto aos impactos advindos de instalação de projetos em bacias hidrográficas e aquíferos. A justificativa para essa medida está na oportunidade de transparência das transformações advindas das ações antrópicas.
- A difusão da informação sobre qualidade e quantidade ser de forma clara e acessível à população em geral.
- Realizar o monitoramento e socializar os resultados das ações realizadas nos planos anteriores.

Tema 5 - Promover a melhoria da disponibilidade das águas em quantidade e qualidade, visando a sua conservação e adequação aos diversos usos.

Para 98,7% dos respondentes Tema Prioritário 5 é considerando “importante ou muito importante” para o próximo ciclo de implementação do PNRH. Os desafios e propostas informados pelos respondentes são elencados a seguir:

- Política de saneamento básico nas regiões ribeirinhas que despejam grande volume esgotos sem nenhum tratamento.
- Maior cuidado com as nascentes.
- Melhoria do saneamento e acesso ao saneamento em todo o país.
- Talvez a última pergunta seja uma das mais importantes, pois o ponto principal de contaminação dos nossos recursos hídricos hoje é à disposição do esgoto doméstico e águas negras. É necessário prover a população saneamento, antes de qualquer outra medida, visto que boa parte das nossas fontes de águas superficiais está imprópria para o uso.
- Resolver com a maior rapidez possível a situação da transposição do São Francisco, levando-se em consideração dois aspectos extremamente significativos: 1- o imenso valor da obra, inclusive no tocante à relação do que já foi gasto e o que se tem de concreto até a referida data de avaliação; e 2- as reais consequências sob toda a extensão do rio, desde sua nascente até sua foz, onde hoje é perfeitamente possível vê-la sendo engolida pela força do mar, tamanha é a fraqueza que o rio apresenta ao chegar a seu fim de linha, aliás, fraqueza esta percebida em inúmeros pontos de sua majestosa trajetória, prezados senhores, o rio mais belo do BRASIL pede socorro e, assim como nosso bravo país, não aguentará por muito tempo todo o

descaso que o assola ao longo dos últimos anos. Salvem o **RIO SÃO FRANCISCO!**

- Plantar árvores para que o aquecimento global diminua.
- Apoiar com recursos orçamentários e financeiros para ações de setores potenciais poluidores dos recursos hídricos. Justificativa: investimentos nos componentes de tratamento dos esgotos domésticos e dos resíduos sólidos mitigam as condições de quantidade e qualidade dos recursos hídricos locais.
- Incentivar e exigir o tratamento de esgoto e efluentes de forma competente e responsável, utilizando tecnologias limpas e visando a despoluição dos rios, lagoas e mares.
- Mapeamento das bacias, para propor gestão de acordo com a realidade de cada região.
- Solução para despoluição da **BAÍA DA GUANABARA**. Todo município deve fazer um tratamento prévio de suas águas. Devem construir ETEs antes que as águas dos rios cruzem os municípios. Essas estações devem ser construídas 100m antes dos limites dos municípios. Deve se definir o grau de poluição aceitável nas águas que cruzam os municípios. Definir o que se pode e o que não se pode passar. Os municípios que são banhados pela **BAÍA DA GUANABARA**, teriam uma parceria com o governo do estado para fazerem juntos ao último e melhor tratamento antes das águas chegarem à baía. Nunca conseguirão limpar a baía se não limparem os rios.
- Tratamento do esgoto sanitário residencial obrigatório em todos os municípios da federação.
- O tratamento dos efluentes (esgotos domésticos e industriais). O controle de erosão e carreamento de sedimentos para os leitos dos rios.
- Projetos e ações de recuperação e preservação dos recursos hídricos.
- Planejar a recuperação de nascentes por reflorestamento. Realizar plano para restauração de matas ciliares, mesmo em áreas privadas.
- Investimento em saneamento básico, buscando excelência no tratamento e abastecimento de água potável, no tratamento de esgotamento sanitário, melhoria na drenagem urbana, e melhoria no manejo de resíduos sólidos urbanos. Objetivando melhorar significativamente a saúde e vida da população.
- Implementar ações de preservação e recuperação dos mananciais existentes nas localidades. Na maioria das localidades que eu conheço existem rios que poderiam estar sendo aproveitados como mananciais para o abastecimento de água da região, porém estão poluídos pela ação do homem na natureza.
- Alterar as classes de usos dos rios.
- Revitalização continuada dos rios (recuperação de nascentes, desassoreamento, despoluição, monitoramento da qualidade de águas,

- reflorestamento das matas ciliares através de programas de pesquisas de extensão e pagamentos por serviços ambientais).
- Tratamento de esgoto doméstico rural (zona de raízes).
 - Projetos de integração - água, floresta e uso do solo.
 - Proteger os recursos hídricos ainda disponíveis com o intuito de estabelecer o uso sustentável do mesmo. Essa ação visa proteger de forma conservacionista os recursos hídricos, pensando nas gerações futuras do nosso país.
 - Previsão da obrigação dos estados a respeito do reenquadramento dos corpos d'água. Muitos, de muito boa qualidade e de má qualidade não são enquadrados, o que, segundo a legislação atual, faz com que haja enquadramento de ambos como em classe 4.
 - Expandir proposta para aumento da capacidade de armazenar água.
 - Promover ações de revitalização dos rios, principalmente no aspecto saneamento básico.
 - Política urgente de saneamento básico em proteção de todos os rios estaduais.
 - Implantar sistemas de coleta e tratamento de efluentes em todas as áreas urbanas do país.
 - Realizar obras de construção de novos reservatórios, rever a engenharia da captação de água para aumentar a eficiência de captação e a capacidade de armazenamento de água.
 - Na cidade onde moro, ainda não passamos dificuldades por falta de água, pois é uma cidade rural, com muitas cachoeiras!! Porém vejo uma grande necessidade de vigilância, nas residências, pois muitas delas jogam esgoto diretamente nos rios
 - Investimentos em obras que permitam o abastecimento humano, conforme ações já previstas há bastante tempo pelo atlas de abastecimento urbano de água, projeto custeado pela ANA e não implementado.
 - Aumentar os investimentos em projetos de saneamento básico, em especial na bacia amazônica que embora detenha o maior índice hidrográfico do país, ainda apresenta o menor índice de atendimento por serviços de saneamento, comprometendo, consequentemente, a qualidade das águas superficiais e subterrâneas.
 - Ampliação das redes e o tratamento de esgoto doméstico.
 - Investimento em projeto de recuperação da qualidade da água; saneamento ambiental para toda população brasileira.
 - Recuperar as matas ciliares.
 - Saneamento básico, criação de Unidades de Conservação em nascentes de rios e recuperação de rios que cruzam municípios.

- Melhoria da qualidade da água, para consumo humano; ampliar o tratamento de esgotos em grandes centros urbanos.
- Ações em apoio do saneamento ambiental, com tecnologias como *wetlands* - alagados construídos.
- Esgoto, tratamento e reaproveitamento; chuvas, reaproveitamento.
- Facilitar o acesso a formas de reciclagem e reutilização da água, lixo doméstico ou industrial.
- Economizar a água por que nós precisamos muito.
- Cessar o lançamento de esgoto não tratado em nossos recursos hídricos com urgência.
- Economizar água.
- Saneamento básico aplicado nas águas cinza.
- Melhor saneamento básico.
- Apoiar a melhoria da infraestrutura de segurança hídrica através de reservatórios de acumulação e regularização (para minimizar secas e cheias).
- Política de saneamento que evite o envio de esgoto em água potável.
- Reservas de água. Sendo o país um grande produtor agrícola, em períodos de estiagem estabelecer propostas de reservação da água para ser utilizada na irrigação durante o período seco, proporcionando a conservação e usos múltiplos das Regiões Hidrográficas.
- No caso específico da região de ferros impedir a construção do **MINERODUTO MINAS-ESPIRITO SANTO**, empreendimento da **EMPRESA MANABI**, uma vez que além de comprometer a qualidade e quantidade da água do rio santo Antônio, prejudicará a revitalização do **RIO DOCE**, castigado pelo rompimento da barragem de rejeitos de minério da **SAMARCO**, uma vez que o **RIO SANTO ANTÔNIO** é um dos principais afluentes do **RIO DOCE**.
- Obrigatoriedade do tratamento do esgoto doméstico.
- Saneamento básico. Objetivo: ação de obrigatoriedade para as cidades de pelo menos 90% de seu território possuir saneamento básico adequado.
- Incentivar e projetar mais estações de tratamento de esgoto.
- Atenção as nascentes, principalmente em áreas urbanas que sofrem aterramentos e são frequentemente contaminadas pelas comunidades próximas.
- Readequação dos corpos hídricos.
- Fim do lançamento de esgoto em corpos hídricos: são necessários o tratamento e a coleta de esgoto, e a valorização do resíduo gerado, gerando renda e emprego para a população.

- Propor aos respectivos comitês o enquadramento de corpos de água, com base nas legislações de recursos hídricos e ambiental e segundo os procedimentos dispostos em resoluções.
- E por fim, saneamento básico urgente.
- Implementar o enquadramento dos rios em classes, instrumento que norteará as emissões de outorgas e os processos de licenciamento ambiental.
- Esgotamento sanitário - criação de metas para os gestores municipais alcançarem, promovendo saneamento básico, diminuindo a poluição dos rios.
- Fortalecimento das agências/autarquias de saneamento básico locais.
- Promover a gestão ecossistêmica da água, valorizando a indissociabilidade existente entre água e ecossistemas (sem floresta não tem água), priorizando estratégias de preservação e recuperação de bacias hidrográficas a fim de enfrentar com maior efetividade a crise hídrica e as mudanças climáticas
- Eliminar o despejo ilegal de esgoto industrial (revogando licenças, multando em dobro e impedindo acesso a linhas de crédito a reincidentes) e priorizar o tratamento de esgoto doméstico em pequenos municípios para eliminar essa importante fonte de contaminação de corpos d'água.
- Unir o governo federal e estadual para executar ações de saneamento básico.
- Não deixar as empresas, cidades poluírem os rios, lagos e proteger os animais indefesos que dependem muito da água.
- Investimento em saneamento básico e controle da poluição difusa.
- Saneamento básico.
- Controle de lançamento de efluentes em corpos d'água: diminuir o lançamento ou melhorar a qualidade do tratamento de efluentes de empresas a fim de diminuir os impactos aos rios. Padronização do lançamento de efluentes em rios, independente de classificações: visa melhorar a qualidade de águas de rios mais poluídos possibilitando a recuperação da qualidade da água dos rios de qualificações inferiores.
- Ampliar as áreas de preservação permanente nas grandes propriedades rurais. Tornar os pontos de recarga naturais dos lençóis freáticos, áreas de preservação permanente.
- Maior preocupação em melhoria da qualidade e menos obras para pegar água de mais longe. Políticas de gestão de demanda.
- Despoluição dos principais rios urbanos.
- Gestão e controle em rede coletora de efluentes - minimizar o despejo irregular uma das maiores preocupações ambientais por ser fator que

- contribui com a poluição dos corpos hídricos, que retorna sobre a sociedade em forma de doenças e alagamentos.
- Incentivar a realização do ZEE (zoneamento ecológico econômico) dos municípios Brasileiros, visando proteger as áreas de grande importância ambiental, prioritariamente as APPs de recursos hídricos.
 - Saneamento.
 - Melhorar a qualidade da água.
 - Universalizar o saneamento.
 - A qualidade da água para consumo, a qualidade da água do mar para consumo, desperdício da água potável.
 - Melhor mapeamento dos recursos hídricos e que o mesmo fique disponível para sociedade.
 - Mais ações de combate ao despejo de dejetos nos recursos hídricos, visando a geração zero de efluentes.
 - O fortalecimento das políticas de proteção aos recursos hídricos, no âmbito da legislação ambiental, principalmente no tocante às áreas de preservação permanente, inclusive de corpos hídricos construídos pelo homem, às unidades de conservação.
 - A diminuição do uso da água, não jogar lixo e prevenção da natureza.
 - A preocupação de toda a sociedade, órgãos públicos e privados devem estar focados na manutenção da quantidade e qualidade dos recursos hídricos garantindo assim a sustentabilidade para as próximas gerações.
 - Enquadramento de nascentes e cursos de água de primeira ordem como sendo de classe 1.
 - Promover ações mais eficientes para tentar minimizar as questões de poluição hídrica devido aos lançamentos de efluentes de esgotos e resíduos sólidos.
 - Controle da qualidade de água de rios e córregos.
 - Investimento nas ações de enquadramento dos corpos hídricos e tratamento dos efluentes que são lançados nos reservatórios. Classificar de fato as águas.
 - 100 % de tratamento de esgoto: erradicar o descarte de esgoto in natura nos recursos hídricos.
 - Quanto ao aspecto de qualidade das águas, faz-se necessário mensurar a contribuição de esgoto de cada cidade, para a sociedade cobrar e acompanhar ações.
 - Investimento nas ações de enquadramento dos corpos hídricos e tratamento dos efluentes lançados para que não piorem sua classificação.
 - Ações governamentais que incentivem a preservação da água e do meio ambiente.

- Reduzir em pelo menos 50% a poluição da **BAÍA DE GUANABARA**, cessar lançamentos de esgoto in natura em rios, lagoas etc. e fechar as línguas negras abertas nas praias.
- Mobilização para melhoria das condições socioambientais em áreas ao redor de canais de drenagem urbana.
- Preservação ambiental.
- Estabelecer programa e políticas para prevenção das fontes de poluição difusa (principalmente no meio rural).
- Reaproveitamento da água da chuva, cuidar dos rios e cuidar do meio ambiente.
- Lembrar que a água é o solvente universal então o fim dos agrotóxicos que estão sendo disseminados nos cursos d'água e fiscalização em todos os tipos de recursos hídricos com profissionais qualificados e que tenham suporte suficiente
- Mais interesse por parte dos governantes em disponibilizar projetos para a melhoria da quantidade e qualidade de água disponível.
- Saneamento básico em todas as cidades já! Limpezas dos rios, pode não transparecer, mas um rio ele pode reestruturar em um período de década ou décadas.
- Elaborar políticas efetiva em médio prazo para despoluição de rios, como o **TIETÊ** e o **PINHEIROS**.
- Recuperação de rios e córregos degradados, melhoria da qualidade de água dos reservatórios e mananciais existentes, acordos com estados que estão nas cabeceiras dos rios que abastecem a cidade para sua maior preservação.
- Implantar classificação dos corpos d'água e monitorar adequadamente.
- Descarte zero: coletar 100% e tratar 100% dos esgotos domésticos e industriais. Disciplinar os usos e ocupações dos espaços, como forma de controle de entrada de elementos químicos nos rios lagos e reservatórios.
- Eliminar de vez o despejo de resíduos industriais e esgoto no **RIO SOROCABA**.
- Além disso, que todos os rios sejam desassoreados, conservados em sua vazão e qualidade, e limpos. Que os esgotos a céu aberto - em especial **TIETÊ, PINHEIROS E TAMANDUATEÍ** - sejam resgatados e voltem a tornar-se rios limpos, aptos a esportes, ao transporte navegável - e que tal responsabilidade seja dos governos municipal, estadual e federal. Que tenhamos água potável por todo o **BRASIL**, com uma imensa rede que atenda a todos os Brasileiros.
- Investimento no enquadramento dos corpos hídricos e tratamentos dos efluentes lançados para que não piorem sua classificação.
- Atenção especial com as áreas irrigadas, em prol da diminuição da poluição dos corpos hídricos superficiais e subsuperficiais.

- Investimento em saneamento básico: tratamento de esgoto doméstico obrigatório para garantir qualidade dos cursos d'água.
- Aproveitamento da água excedente de inundações - o objetivo seria deslocar essa água através de tubulações para áreas afetadas pela seca. Retirada de comunidades das áreas dos rios, sejam eles em áreas urbanas ou rurais, tem por objetivo melhorar a qualidade da água do rio afetado e garantir o replantio de vegetação adequada no curso do rio; investir maciçamente em redes de coleta e tratamento adequado de esgotos visa à devolução ao rio de água em condições adequadas ao meio ambiente.
- Coleta de lixo/tratamento de esgoto. A coleta de lixo regularmente, de preferência seletiva, e o tratamento de esgoto permite que não seja gasto tanto dinheiro com tratamento da água.
- Despoluir as bacias.
- Controle da drenagem urbana.
- Exigir das áreas urbanas tratamento de esgotos.
- Investimento no tratamento dos efluentes lançados nos corpos hídricos.
- Desenvolver uma política de incentivos para que os governos estaduais e municipais promovam a despoluição e conservação dos seus diversos rios e córregos.
- Intensificar as ações de saneamento básico.
- Implementar o sistema de saneamento básico nos locais praianos e ribeirinhos, evitando a contaminação dos cursos d'água.
- Parar de jogar lixo nos córregos.
- Intensificar os programas de saneamento básico, tratamento de esgoto.
- Extinguir o uso de sais inorgânicos ou orgânicos que contém alumínio no tratamento de água para potabilidade, pois estudos mundiais revelem a sua contribuição para o mal de Alzheimer, usar sais de ferro em substituição.
- Revisar os padrões de potabilidade alinhando-os com os padrões americanos, cuidando que os tratamentos de potabilidade passem a considerar a eliminação de disruptores endócrinos, presentes no ciclo hidrológico bem como desenvolver campanhas para evitar o excessivo lançamento de disruptores endócrinos nos mananciais de superfícies e subterrâneos.
- Melhorar a qualidade dos tratamentos de esgotos antes de lançar efluentes nos mananciais de superfícies usando tecnologias terciárias de mitigação que efetivamente atuem tanto em metais pesados quanto em compostos e substâncias orgânicas e organismos patogênicos vivos, dando ênfase a eliminação de disruptores endócrinos dessas águas antes de seu lançamento, bem como aumentar e melhorar a qualidade da fiscalização de órgãos públicos e concessionários de serviços de água e esgoto no tocante

ao cumprimento efetivo das normas legais e técnicas alinhadas com padrões internacionais.

- Saneamento e perda de água - esses dois quesitos precisam de melhorias. Muito da água de esgoto em SP não é tratada e deveria ser. E existe muita perda de água potável no sistema atual, fato que deveria ser também inadmissível.
- Uso racional.
- Melhoria no sistema de esgoto (redução poluição mananciais tanto por indústrias quanto por doméstico); incentivar o uso racional da água com maior intensidade seja por benefícios ou punições fiscais.
- Melhoria na quantidade e qualidade do esgoto tratado.
- Proibição total de qualquer sistema de resíduos sem tratamento eficiente em rios nacionais.
- Tratamento do esgoto.
- Investir em saneamento básico.
- A construção de mini-ETEs doméstico nos bairros; para o reaproveitamento da água pluvial, para tratamento biológico, e outras afins desde que sejam separadas e específicas a seu uso (por número de habitantes/moradores/família do bairro).
- Desenvolver ações de manejo do uso do solo visando à melhoria da qualidade e quantidade das águas.
- Sistema de esgoto com ideal tratamento da água nas cidades.
- Acesso ao saneamento básico.
- E o mais importante, financiar a coleta e tratamento de esgoto desses municípios.
- Priorização do saneamento básico em nível nacional: realizar o saneamento básico em locais periféricos para combater doenças e recuperar a qualidade das águas dos mananciais.
- Que o despejo do esgoto seja tratado para depois devolver aos rios seja industrial ou não.
- Ações de saneamento.
- Tratamento dos esgotos jogados nos canais e rios.
- Priorizar o acesso à água e ao saneamento ambiental no **BRASIL** inteiro.
- Investir muito + em saneamento.
- Investimento nos rios que viraram esgotos a céu aberto.
- Tratamento de esgoto em todas as cidades.
- Saneamento - tratamento do esgoto.
- As pessoas ao jogarem lixos nas ruas.
- Tratamento de esgoto para preservar a qualidade das bacias.
- Estímulos a sistemas descentralizados de saneamento.

- Investir em projetos de saneamento (urgente), visando a preservação da qualidade das águas.
- Tratar de uma maneira correta as águas de esgoto para serem reaproveitadas
- Tratamento de efluentes de todos os setores.
- Investimento no enquadramento dos corpos hídricos e o tratamento dos seus efluentes lançados para que não piorem sua classificação.
- Saneamento.
- Poluição do solo, subsolo, rios, lagos e córregos pelo esgoto doméstico e industrial.
- Poluição do solo, subsolo, rios, lagos e córregos pelo uso de venenos na agricultura.

Tema 6 - Desenvolver planejamento de longo prazo para a conservação e o uso racional das águas do país, considerando as mudanças climáticas.

Para 96,3% dos respondentes Tema Prioritário 6 é considerando “importante ou muito importante” para o próximo ciclo de implementação do PNRH. Os desafios e propostas informados pelos respondentes são elencados a seguir:

- Planejamento e organização.
- Apoiar fortemente a estruturação do planejamento (planos locais e regionais de saneamento básico, diretor, de gestão integrada de resíduos sólidos, por exemplo) nos municípios integrantes da bacia hidrográfica. Justificativa: fortalecer e alavancar o planejamento local na bacia hidrografia.
- A descentralização das ações da PNRH constitui-se como de suma importância, pois sem isto, a questão hídrica novamente se consistiria em uma disputa aristocrática de poder.
- Sem a criação de um pragmático, aplicável, sistema de gerenciamento e monitoramento no âmbito das bacias hidrográficas, sem estruturação e espacialização das ações no contexto das Bacias hidrográficas, não há futuro possível para a PNRH.
- Ampliar o monitoramento das prioridades a serem adotadas.
- Fortalecer a construção de indicadores de governança, de resultados e de impacto e estabelecer que todos os planos tenham objetivos, metas e indicadores e que o sistema seja monitorado através disso.
- Coletar mais água da chuva em todos os lugares e diminuir o uso excessivo de água sem necessidade
- Criar programas mais abrangentes e impactantes no que se refere ao uso adequado da água

- Necessidade de integração dos planos diretores municipais participativos com os planos diretores de recursos hídricos das bacias hidrográficas
- Implantar os instrumentos de gestão em todas as bacias hidrográficas
- Revisão constante dos planos de recursos hídricos
- Alinhar planos diretores e planejamentos de crescimento das cidades com a proteção dos recursos hídricos evitando retificações e tamponamentos de rios
- Planejamento a médio e longo prazo dos recursos hídricos.
- Desenvolvimento e implementação de todos os planos de bacia hidrográfica; desenvolvimento de um monitoramento das ações dos planos de recursos hídricos.
- Planejamento dos investimentos em função deste levantamento.
- Fazer comparações do uso da água com os anos anteriores e estipular metas para o racionamento mês a mês em todas as cidades do país.
- Promover a gestão ecossistêmica da água, valorizando a indissociabilidade existente entre água e ecossistemas (sem floresta não tem água), priorizando estratégias de preservação e recuperação de bacias hidrográficas a fim de enfrentar com maior efetividade a crise hídrica e as mudanças climáticas
- Zoneamento ecológico econômico - zonear as bacias visando estabelecer locais próprios para cada atividade auxiliando na gestão das águas.
- Elaborar os planos estaduais de recursos hídricos nos estados que ainda não possuem.
- Punir.
- Plano de gerenciamento da água: realizar um plano que possibilite o gerenciamento adequado da água, nesse plano teríamos que proteger as nascentes, os rios (despoluir os rios poluídos), verificar junto com a **SABESP** quais os encanamentos danificados e realizar os devidos reparos.
- Realizar diagnósticos socioambientais participativos de bacias hidrográficas.
- Monitoramento eficiente das ações executadas.
- Fazer com os estados cumpram as resoluções previstas nos planos de bacia.
- Substituir hidrelétricas (hidrelétricas é coisa do passado) por energias renováveis
- Buscar alternativas diferentes do que a transposição de outras regiões. Uma possível solução é estabelecendo planos de longo prazo e a cobrança pelo uso da água.
- Criar orientações e transformar em leis para serem obrigatoriamente seguidas por gestores públicos em seus planos.
- Fazer um planejamento com pessoal capacitado para desempenhar ações ambientais para a preservação.

- Deverá ser pensado sobre o aquecimento global.
- Área de inundação - considerar os planos de bacias quanto às questões legais da ocupação do solo em áreas inundáveis.
- Elaboração de planos de bacia hidrográficas, disponibilização de recursos para a elaboração de planos de bacia e de saneamento.
- Definir uma estratégia que contemple a temática das mudanças climáticas.
- Elaborar os planos de bacias de forma participativa - promover o enquadramento dos corpos de água dentro dos seus usos preponderantes.
- Cobrar o plano de recursos hídricos aos estados e municípios.
- Implementar os instrumentos de gestão da água onde não estão implementados
- Realizar 100% dos planos de bacia.
- Fazer valer os instrumentos da PNRH realizando o cadastro dos usuários, implementando a cobrança pelo uso e a compensação aos municípios.
- Buscar a efetiva implementação dos planos de bacia.

Tema 7 - Estabelecer critérios de autorização para o uso da água e fiscalizar os usuários, considerando as particularidades das bacias hidrográficas.

Para 94,4% dos respondentes Tema Prioritário 7 é considerando “importante ou muito importante” para o próximo ciclo de implementação do PNRH. Os desafios e propostas informados pelos respondentes são elencados a seguir:

- Fiscalizar as indústrias que despejam resíduos nos rios.
- Implementar maior rigidez na liberação de licenças para uso da água e fiscalização e monitoramento acirrados.
- Intensificar a fiscalização as concessionárias que coletam, distribuem e tratam a água.
- Fiscalização rígida sobre preservação de nascentes, sobre uso de rios por atividades industriais e agropecuárias, principalmente em pequenas cidades.
- Melhorar o serviço de vigilância e inspeção sanitária referente ao saneamento.
- Monitorar, incentivar e fiscalizar o uso racional da água, como por exemplo exigir avaliação de desempenho dos equipamentos de irrigação e adoção de sistemas de manejo. Adotar hidrômetros ou fiscalizações temporárias nas captações de água. Exigir a eficiência contra perdas nos reservatórios de água captada.
- Cobrança mais rápida e eficiente da outorga, sendo severamente penalizadas com multas, caso não realizem tais determinações (medidas de recuperação e conservação).

- Fiscalização.
- Fiscalizar as infrações e punir os infratores, degradadores e desmatadores, dependendo do caso (nível de instrução, fins de lucro, magnitude do dano) propiciando um ambiente de segurança e respeito aos esforços de preservação e sustentabilidade do meio ambiente.
- Intensificar medidas de fiscalização dos efluentes lançados em cursos d'água.
- Qualidade das águas: implantar laboratórios setoriais para maiores fiscalizações as concessionárias de água e esgoto para maiores fiscalizações. Enquadramento dos cursos de água: estudos mais aprofundados pelos órgãos ambientais setoriais uma vez que esses serviriam de base para emissão das autorizações de uso múltiplos dos recursos hídricos. Ex.: no nosso estado na cidade de corrente o abastecimento de água é feito no rio corrente um rio que não tem demanda hídrica para abastecimento de uma cidade daquele porte.
- Controle de indústrias e cobrança alta dos custos, pois eles são quem mais poluem e consomem água.
- A proibição de incentivos fiscais para obras que utilizam muito a água, aqui no **CEARÁ** temos a companhia siderúrgica do **PECEM**, em um estado com histórico de seca há séculos, e uma empresa altamente impactante, que gasta uma quantidade exorbitante de água recebe incentivos por parte do governo.
- Monitoramento dos usos de áreas ribeirinhas com atenção ampliadas para pólos de atividades agropecuárias e industriais.
- Ampliar a fiscalização de áreas ribeirinhas e de mata ciliar com a intenção de evitar a construções nesses locais.
- Principalmente que os poluidores sejam realmente punidos.
- Aumentar a fiscalização, punir desperdícios.
- Multa para poluidores ambientais ser mais rígida e efetiva..., e multa para quem colocar lixo e poluentes na água.
- Intensificar a fiscalização por parte dos órgãos competentes, principalmente em áreas rurais e próximas a nascentes (um dos principais gargalos do sistema de gestão de recursos hídricos é a falta ou indisponibilidade por parte dos órgãos competentes. Tornando um assunto extremamente relevante, em obsoleto).
- Integralizar as agências reguladoras e de fiscalização dos recursos hídricos.
- Controle e tarifação diferenciada do uso da água em grandes empresas e indústrias.
- Investir em fiscalização.
- Fiscalização das empresas terceirizadas responsáveis pela manutenção do sistema de distribuição de água para a população.

- Punir a Samarco por ter destruído uma bacia hidrográfica inteira no **BRASIL**.
- Desperdício de água.
- Controlar a quantidade de água utilizada pelas empresas.
- Uma maior fiscalização dos órgãos responsáveis no que tange os cumprimentos das leis mencionadas na **ANA**.
- Aumento na fiscalização e rigorosidade na aplicação de multas a contravenções ambientais.
- Estabelecer outorga para lançamento de efluentes de drenagem pluvial.
- Mais restrição e condições mais rígidas para a liberação da outorga de água.
- Fiscalização efetiva nas indústrias e agronegócio.
- Fiscalização.
- Fiscalização intensa contra a implantação de construções em áreas de inundação, afim de que o plano diretor não possa ser modificado em para beneficiar construtoras.
- Estudo de valoração econômica das perdas de água associada a outorga para termoeletricas.
- Cobrança pelo uso da água: implantar efetivamente o instrumento da cobrança pelo uso da água, bem como dos demais instrumentos da PNRH, criando penalidades para os estados que não tomarem medidas concretas para este fim.
- Fiscalizar a distribuição da água, fiscalizar as instituições responsáveis pela distribuição de recursos hídricos.
- Fiscalização eficiente. Fiscalizar de maneira rigorosa (não apenas promulgar leis) as irregularidades existentes, desde assentamentos irregulares em bacias até despejo fora dos padrões estabelecidos pela legislação.
- Fiscalização e controle da água para uso agrícola.
- Fiscalização intensiva quanto à ocupação das margens de rios e bacias.
- Fiscalizar.
- Incentivar com pagamentos extras aos vencimentos normais os agentes fiscais ambientais federais estadual e municipal para fiscalização e policiamento dos recursos hídricos.
- Fiscalização do lançamento de efluentes das industriais.
- Apoiar e investir na melhoria dos cadastros de usuários de recursos hídricos (fiscalização e novas campanhas de cadastramento).
- Construção de qualquer espécie sobre, sob ou no rio deverá ter estudo muito bem elaborado de impacto ambiental, desde coleta de água para irrigação ou núcleos habitacionais, ou ainda rodovias, ferrovias, enfim qualquer atividade criada pelo homem dito civilizado.

- Aumentar a fiscalização sobre os lançamentos poluentes e atividades desenvolvidas próximas às nascentes: esta ação irá ajudar a regularizar situações de resíduos que são lançados diretamente nos rios.
- Facilidade e agilidade nos processos de licenciamento ambiental e outorga de uso de água.
- Maior controle nas emissões de resíduos industriais nos corpos hídricos.
- Aumentar fiscalização principalmente nas agroindústrias e regiões sem saneamento.
- Fiscalização severa em locais que necessitam água ciliar. Fiscalização severa em indústrias e agricultores, pois esses são grandes poluidores.
- Fiscalizar a derrubada de vegetação, sobretudo na **AMAZÔNIA** e nas áreas desertificadas e em processo de desertificação.
- Fiscalização intensa sobre o uso indevido da água; fiscalização e punição severa sobre as pessoas físicas e jurídicas que estejam poluindo os afluentes.
- Fiscalização.
- Intensificar fiscalização, com base em inteligência e com objetivos e metas estratégicas na perspectiva do PNRH.
- Estabelecer mecanismos para que as punições decorrentes de impactos ambientais sobre quantidade e qualidade de água sejam levadas a termo.
- Implementar o enquadramento dos rios em classes, instrumento que norteará as emissões de outorgas e os processos de licenciamento ambiental.
- Fiscalização mais efetiva da qualidade dos efluentes lançados nos mananciais.
- É muito importante a fiscalização local, pois estes fiscais são protetores dos mananciais locais. É muito importante.
- Campanhas de fiscalização.
- Não deixar as empresas, cidades poluírem os rios, lagos e proteger os animais indefesos que dependem muito da água.
- Aumentar a fiscalização.
- Responsabilizar criminalmente as empresas que poluem os rios.
- Fiscalização do uso da água, fiscalização de tanques de peixes.
- Monitoramento das águas na saída do esgotamento residual das empresas.
- Grandes empresas possuem muita responsabilidade e devem responder adequadamente.
- Punição mais severa para empresas e prefeituras que permitem a contaminação dos recursos hídricos.
- Monitoramento e coibição das ações humanas na degradação das matas e rios como desmatamento e retiradas de areia em rios que são ignoradas...

- Um maior rigor, para a atividade mineradora e outros empreendimentos de significativo impacto ambiental negativo.
- Intensificar a fiscalização da legislação já existente (legislação que é muito boa), criando novas ferramentas e/ou recursos humanos mais eficientes-, pois não adianta planejar e organizar sem controlar. Novas diretrizes estão previstas em programas de melhorias das empresas, sendo elas públicas ou privadas, mas de nada adianta criar novas diretrizes se as anteriores não são cumpridas, pois a empresa pública não atinge eficácia por falta de fiscalização.
- Simplificação os processos de obtenção de outorga, possibilitando o aumento do prazo de vigência, conforme já preconiza a legislação federal vigente, bem como a unificação de processos de um mesmo usuário por bacia. De modo a descarregar os órgãos ambientais em número de processos e simplificar a gestão do demandante.
- Fiscalização - disponibilizar mais recursos e poderes aos órgãos como **INEMA, ANA**, dentre outros que são inoperantes e ineficazes, pois deveriam ter mais poderes punitivos e imediatos diferentes de hoje com penas brandas e falta de contingente para incursões in loco mediante denúncias, precisamos de ações urgente e imediatas de maneira firme para preservação dos nossos recursos hídricos que vem se mostrando cada dia mais escassos.
- Envolver o ministério público buscando uma punição aos geradores de lançamentos indevidos e criminosos de atividades de risco como a galvanoplastia. Buscar medidas que visem acelerar o processo de estruturação dos órgãos de fiscalização ambiental.
- Um ponto frágil na análise de projetos de outorga e que dificulta as ações de desenvolvimento do uso dos recursos hídricos em caráter regional, é não diferenciar as peculiaridades de cada projeto de uso de água, como piscicultura, silvicultura, agricultura, pecuária, entre outros, pois as outorgas de modo geral são emitidas com condicionantes muito semelhantes, ainda que situadas em diferentes sub-bacias, são analisadas da mesma forma. Os processos de obtenção de outorga podem ser mais simplificados, porém mais eficientes, possibilitando o aumento do prazo de vigência, conforme já preconiza a legislação federal vigente. Podem-se unificar os processos de um mesmo usuário por bacia. De modo a descarregar os órgãos ambientais em número de processos e simplificar a gestão dos demandantes.
- Fiscalizar e punir com rigor a poluição dos recursos hídricos: todas as medidas citadas acima se tornam inúteis se grandes empresas poluem corpos hídricos sem serem penalizadas. Assegurar a preservação dos recursos hídricos na ocorrência de grandes obras: é necessário garantir que obras como belo monte e a transposição do **RIO SÃO FRANCISCO** sejam planejadas e executadas no devido prazo, além de amplamente discutidas

- com a sociedade, de modo que a preservação dos ecossistemas seja a prioridade em detrimento de interesses políticos.
- Controle da qualidade de água de rios e córregos.
 - Exigir o cumprimento por todos da lei das águas principalmente as outorgas dos mais diversos usos, irrigação, indústria, e as empresas que exploram a distribuição de água nas áreas urbanas.
 - Melhorar a fiscalização da utilização dos recursos hídricos.
 - Deveria haver item de penalidades mais claro com responsabilização civil e criminal dos infratores.
 - Desenvolver leis de consumo responsável com punições rigorosas para quem utilizar a água (de rios, lagos, córregos, água subterrânea, etc.) de forma irregular.
 - Melhorar as ferramentas de fiscalização sobre os recursos hídricos.
 - Cumprimento real das leis, fiscalização mais efetiva.
 - Controlar e fiscalizar despejos irregulares de efluentes em corpos de água.
 - Combate a agronegócio, punição eficaz da **SAMARCO**.
 - Ampliar o número de outorgas e cobrança no meio rural.
 - Desenvolver outras políticas de racionamento de água, especialmente, nas regiões secas do **NORDESTE** ?
 - Lembrar que a água é o solvente universal então o fim dos agrotóxicos que estão sendo disseminados nos cursos d'água e fiscalização em todos tipos de recursos hídricos com profissionais qualificados e que tenham suporte suficiente
 - Considerando que as águas subterrâneas abaixo do cristalino não possuem, ou não são conhecidos, meios de reabastecimento, esses recursos deveriam ser dimensionados em seu volume e regularizados quanto ao uso, pois são reservas finitas e qualquer hora acabam. Tem muita irrigação com essas reservas e irrigar só poderia ser permitido com água fluvial.
 - Maior fiscalização do **AQUÍFERO GUARANI**.
 - Maior fiscalização e licenciamento na agricultura e indústria.
 - Fiscalização e multas. Não adianta tentar resolver o problema dos desmatamentos de nascentes, por exemplo, se não há fiscalização.
 - Fiscalização das operadoras de águas (**SABESP**) - para saber se existem ações indevidas na sua gestão. Fiscalizar o dinheiro destinado a recuperar rios, afluentes, bacias e afins.
 - Fiscalização de propriedades rurais: intensificar a fiscalização e fazê-la de modo eficiente em propriedades rurais para garantir a reserva de mata ciliar e de vegetação nativa a fim de promover a preservação de nascentes e de cursos d'água, assim, elevando a quantidade de água e sua qualidade.

- Fiscalizar o meio ambiente em relação à qualidade hídrica: multar empresas, indústrias ou qualquer outro tipo de segmento econômico que polua rios, nascentes e demais zonas hídricas, além de multar também quem desmata regiões próximas às zonas hídricas.
- Fiscalizar esgotos.
- Fiscalização: controle do uso, otimizar a gestão e saneamento básico.
- Fiscalização.
- Ser menos passivo em relação à outorga da água para grandes usuários
- Organização, fiscalização e políticas sociais
- Atentar para as situações de água encanada clandestinamente e aumentar a fiscalização em pequenos rios e córregos a respeito das suas margens
- Continuidade do projeto de recuperação do TIETÊ e demais rios
- Aumentar o número de agentes fiscalizadores dos recursos hídricos.
- Melhorar as ferramentas da fiscalização sobre o que diz respeito aos corpos hídricos.
- Fiscalização em fazendas sobre o curso do rio - aos desvios estão sendo pouco autuados.
- Fiscalizar o cumprimento do que já foi efetivado.
- Fiscalização. Fiscalizar o uso desordenado e irregular das águas, principalmente das subterrâneas, é de extrema importância.
- Fiscalizar rigorosamente o destino dos resíduos, esgotos nas construções em geral, indústrias, casas, condomínios, etc. Pois os estão jogando diretamente nos rios (aqui no meu estado tem muitos), mares, etc.
- Temos que ter excelência na fiscalização para o cumprimento das regras/normas, já definidas.
- Controle por satélite das áreas de rio - motivo: mais abrangente e mais fácil de acessar a propriedade privada.
- Cobrar pela utilização da água de rios para agricultura e penalizar os que utilizam demais ou que mentem ou furtam água.
- Criação de grupo policial (polícia ambiental) exclusivamente para o monitoramento e fiscalização de uso de agrotóxicos em ambientes agrícolas (áreas irrigadas), com aplicabilidade correta de multas.
- Criar leis rígidas que protejam, de forma eficaz, as nascentes e matas ciliares, punir severamente quem descumprir tais leis.
- Fiscalizar com maior rigor as grandes mineradoras e o setor do agro business, que, além de consumir muita água de maneira irresponsável, polui muito sem ser responsabilizada por esta poluição de maneira convincente.
- Fiscalização mais eficaz em cada bacia hidrográfica dos estados.
- Fiscalizar os planos de gestão de águas das empresas potencialmente poluidoras e utilizadoras desse bem.

- Penalizar empresas como a **SAMARCO** que fazem desastres irreversíveis para o meio ambiente, como o que aconteceu em Mariana e até agora nada aconteceu, e mais rios e mares continuam a ser poluídos. Punir a Sabesp por abrir comportas e deixar milhares de desabrigados em **FRANCO DA ROCHA/SP**.
- Maior fiscalização dos descartes de água contaminada em rios que geralmente é descartado pelas indústrias e fazendas.
- Ter mais fiscalização ambiental onde tem recursos hídricos para manter a quantidade e qualidade das águas.
- Maiores recursos para ações de fiscalização.
- Limitar o uso irracional dos recursos hídricos por empresas, comparações e empreendimento agropecuários de modo que garanta a sustentabilidade do recurso em longo prazo.
- Maior controle/fiscalização sobre os despejos irregulares nos corpos d'água e dos regulares, que muitas vezes estão impróprios, também. Incentivos para as empresas atuarem corretamente. Punição severa para as empresas que não agirem corretamente.
- Capacitar os órgãos ambientais municipais para atuarem na fiscalização de outorgas, etc.
- Desperdício de água (vazamentos). O governo tem que ter mecanismos suficientes para a verificação de roubo de água e verificação de vazamentos em áreas públicas, ou seja, se aparelhar para o melhor controle da vazão de água.
- Fiscalização: fiscalizar de maneira efetiva as instituições responsáveis pelo meio ambiente e água.
- Fiscalização efetiva e punição de potenciais poluidores.
- Fiscalizar efetivamente a poluição das Regiões Hidrográficas - promover fiscalizações intensivas e aplicação de multas, para entidades públicas e privadas e descumprirem os parâmetros básicos de qualidade de efluentes.
- Criação de órgãos específicos para a fiscalização de usuários de água: objetivando maior transparência, rigor e fiscalização ao uso dos recursos hídricos pelos maiores usuários (principalmente perdas na captação).
- Regular o consumo das grandes monoculturas.
- Processo outorga em **MG**: orientação a pequenos produtores rurais da importância do processo, banco de dados georreferenciado acessível e atualizado dos processos outorga.
- Fiscalização de pessoa jurídica - fiscalizar e punir de forma mais severa empresas que poluam recurso hídrico, prevendo também ações de recuperação a ser aplicada pelas empresas.
- Fiscalizar os municípios quanto a destinação dos seus esgotos junto às fontes hídricas.

- Outorga pelo uso da água: o objetivo é fiscalizar e obrigar as pessoas a de fato fazerem a outorga.
- Fiscalização.
- Desperdício por vazamentos: fiscalizar possíveis vazamentos no saneamento público, e o conserto do mesmo.
- Fortalecer normas e fiscalização para o uso de agrotóxicos na agricultura que são potenciais contaminantes as lençóis freáticos e rios.
- Ampliar as atividades de fiscalização contra lançamentos de efluentes irregulares.
- Aumentar a fiscalização em APPs, rios e nascentes e também nos efluentes que são despejados em corpos d'água, com o objetivo de aumentar a quantidade e consequentemente a qualidade.
- Fiscalizar e fazer as leis existentes serem cumpridas.
- Fiscalização.
- Promover e melhorar a fiscalização das medidas tomadas no plano: com o objetivo de assegurar o melhor funcionamento e desempenho das medidas, deve-se manter uma assídua fiscalização nos locais de funcionamento e das empresas e órgãos responsáveis por elas, bem como um significativo contato com a população.
- Maior fiscalização em empresas que lançam efluentes nos rios, assim como a fiscalização de captações irregulares.
- Fiscalizar a perfuração de poços artesianos.
- Fiscalizar mais as áreas rurais.
- Estabelecer critérios para a emissão de autorização para atendimento dos usos da água conforme classe de enquadramento, ou seja, observar os aspectos qualitativos.
- Fiscalização nos efluentes em áreas urbanas.
- Fiscalização para que não seja utilizada a água inadequadamente.
- Ter mais fiscalização da preservação dos mananciais, juntamente.
- Fiscalização rígida ao meio ambiente, onde tenha o pensamento ao próximo que devemos lutar para um país melhor, e que junto nesse propósito haja justiça sempre
- Efetiva fiscalização contra desmatamento.
- Fiscalização. Fiscalizar o uso desordenado e irregular das águas, principalmente das subterrâneas, é de extrema importância.
- Promover e incentivar no âmbito municipal a regularização e fiscalização do uso adequado da água nos respectivos planos diretores.
- Em especial Uberlândia onde resido, fiscalizar as sementeiras que utiliza água de córregos sem outorga.

- Fiscalização e tratamento criar órgãos para fiscalizar 24 horas indústrias para que não joguem resíduos tóxicos nos rios.
- Maior fiscalização com cobranças rigorosas a partir do não cumprimento da legislação ambiental vigente.
- Regulamentar e fiscalizar o uso dos aquíferos, especialmente o guarani, no sul do país.
- Maior e mais restritiva fiscalização.
- Controle do uso da água.

Tema 8 – Implantar a cobrança para usos significantes da água, visando incentivar a racionalização do uso e obter recursos financeiros para a conservação das bacias hidrográficas.

Para 82,9% dos respondentes Tema Prioritário 8 é considerando “importante ou muito importante” para o próximo ciclo de implementação do PNRH. Os desafios e propostas informados pelos respondentes são elencados a seguir:

- E que a arrecadação desses valores seja revertida em benfeitorias ambientais, sociais ou educacionais (valores de multas e cobrança).
- A proibição de incentivos fiscais para obras que utilizam muito a água, aqui no **CEARÁ** temos a companhia siderúrgica do **PECEM**, em um estado com histórico de seca há séculos, e uma empresa altamente impactante, que gasta uma quantidade exorbitante de água recebe incentivos por parte do governo.
- Revisão da política nacional de recursos hídricos: a cobrança pelo uso da água deve ser imposta pelo governo e não mais partir dos comitês de bacia, assim como a criação das agências de bacia, que devem ser criadas para as grandes Regiões Hidrográficas e continuar sendo mantidas com recursos da cobrança.
- Controle e tarifação diferenciada do uso da água em grandes empresas e indústrias.
- Fortalecer a educação ambiental para a preservação dos recursos hídricos, prevendo porcentagem mínima de verba arrecadada com a cobrança pelo uso da água nesta área.
- Retirada dos descontos no consumo de água das empresas.
- Proibir a cobrança reduzida da tarifa de abastecimento e coleta de esgotos à grandes consumidores privados, indo em convergência com ações para redução do consumo.
- Cobrança pelo uso ser feita com base nas informações das Regiões Hidrográficas.

- Eu não sou de acordo cobrar para podemos usar a nossa água, por que infelizmente a corrupção está em todo lugar, falta pessoas honesta isso será mais um meio sistema para alguns se beneficiar e tirar proveito.
- Criação de programas/linhas de crédito, fomentados pelo governo federal para monitoramento de índices de qualidade, quantidade e vazões nos comitês estaduais, onde os recursos são escassos e estes indicadores são fator chave nos fóruns e tomadas de decisão.
- Aumentar a cobrança da água utilizada nos setores agrícola e industrial: estimulando o uso consciente dos recursos hídricos.
- Destinar parte do valor da conta de água para conservar o solo e consequentemente aumentar a infiltração de água.
- Implantar cobrança para instituições que utilizem água em excesso na linha de produção.
- Aumentar tarifas conforme a proporção usuário e consumo.
- Valoração na captação dos recursos hídricos enquanto bem de valor econômico essencial.
- Implementar a agência de bacias para efetivar a cobrança da água.
- Ampliar o número de outorgas e cobrança no meio rural.
- Para edifícios que necessitam bombear água do lençol para manutenção da fundação a cobrança de uso não está sendo compatível.
- Aumento da taxa da água para agricultura e indústria.
- Aumento de taxas e impostos para grandes consumidores de água sem ser para o uso doméstico.
- Buscar alternativas diferentes do que a transposição de outras regiões. Uma possível solução é estabelecendo planos de longo prazo e a cobrança pelo uso da água.
- Cobrar valores mais altos das grandes empresas, latifúndios e mineradoras.
- Quem possui piscina ter sobretaxa além do consumo.
- Cobrar pela utilização da água de rios para agricultura e penalizar os que utilizam demais ou que mentem ou furtam água.
- Nestes casos, deve-se atribuir um valor econômico à água que de fato obrigue a estes produtores consumir a água de maneira responsável e sustentável. Devem ser aplicados altos impostos, alto custo da água, multas relevantes em caso de descumprimento e agilidade processual para fazer com que estes paguem.
- Taxa para indústrias e grandes fazendas - objetivo: cobrar taxas proporcionais a quantidade de uso da água visando arrecadar dinheiro para fundos de pesquisa.
- Sobretaxar atividades com intensa demanda: atividades agropecuárias e industriais consomem em torno de 97% da água potável disponível, além de

despejar poluentes nas bacias hidrográficas e comprometer a qualidade do solo e água regionalmente.

- A taxa de consumo de água poderia ser revisada. Pois se é muito barata as pessoas desperdiçam. E o dinheiro deveria ser revertido nessas ações. Mas claro, o órgão tem que ser bem responsável quanto a isso.
- Cobrança diferenciada pelo uso da água.
- Fazer encontro de contas entre os custos de recuperação de APPs x custos de outorga.
- Melhorar o uso dos recursos financeiros.
- Mais vigor ao cobrar o respeito aos recursos hídricos.
- Deve-se cobrar pelo serviço de qualidade da água desde que se garanta a mesma com qualidade e quantidade.
- Que a água seja cobrada pela quantidade do seu uso e não pelo mínimo, pois existe um desperdício muito grande relacionado ao seu uso com lavagem de ruas e carros com água potável.
- Regularizar a cobrança do uso da água.
- Criar meios onde possa a cobrança da água ser mais cara, evitando o desperdício.
- Implantar a cobrança pelo uso da água para usuários flagrados desperdiçando água.
- Suspender outorgas a grandes corporações e rever outorgas para lavar minério ou transportar por mineroduto, atividades que consomem muita água e inutilizam sua reciclagem a preços irrisórios. As empresas de mineração deviam vender o minério bruto para ser lavado no destino... Por que o ônus ambiental deve ser nosso?
- Instrumentos econômicos além da cobrança

Tema 9 - Destinar recursos financeiros para a implantação de projetos de instituições públicas, privadas ou pessoas físicas que promovam a recuperação e conservação das bacias hidrográficas.

Para 93,4% dos respondentes Tema Prioritário 9 é considerando “importante ou muito importante” para o próximo ciclo de implementação do PNRH. Os desafios e propostas informados pelos respondentes são elencados a seguir:

- As matas ciliares; despoluição dos rios e lagos.
- Maior cuidado com as nascentes.
- Cobrança das instituições responsáveis pelo abastecimento público e esgotamento sanitário para tomarem medidas de recuperação das matas ciliares e se tornarem mais ativas no que diz respeito ao compromisso de manter a qualidade ambiental nos recursos hídricos.

- Frear o retrocesso representado pelas mudanças no código florestal, centralizando e priorizando o objetivo de proteger os recursos hídricos e os ecossistemas naturais por eles sustentados direta e indiretamente, sendo que disso depende a própria sobrevivência humana.
- Impor o desmatamento zero dos ecossistemas naturais, procurar e promover o apoio e os conhecimentos da comunidade científica para proteger, conservar e restaurar as florestas das quais dependem os corpos hídricos, e os próprios sistemas aquáticos.
- Projetos e ações de recuperação e preservação dos recursos hídricos.
- Planejar a recuperação de nascentes por reflorestamento. Realizar plano para restauração de matas ciliares, mesmo em áreas privadas.
- Implementar ações de preservação e recuperação dos mananciais existentes nas localidades. Na maioria das localidades que eu conheço existem rios que poderiam estar sendo aproveitados como mananciais para o abastecimento de água da região, porém estão poluídos pela ação do homem na natureza.
- Revitalização continuada dos rios (recuperação de nascentes, desassoreamento, despoluição, monitoramento da qualidade de águas, reflorestamento das matas ciliares através de programas de pesquisas de extensão e pagamentos por serviços ambientais).
- Ações de recuperação mais concretas e eficazes.
- Realizar ações de proteção e preservação que minimizem os impactos.
- Recuperação da bacia do **RIO DOCE**.
- Projetos de integração - água, floresta e uso do solo. Estabelecer mecanismos de incentivos econômicos e financeiros para a conservação e recuperação das bacias.
- Recuperar as nascentes dos principais rios do nosso país.
- Se recuperem e tenham um projeto amplo de conservação de florestas nestas áreas, o que dificultaria um pouco mais a evaporação d'água.
- Recuperação da mata ciliar.
- Promover ações de revitalização dos rios, principalmente no aspecto saneamento básico.
- Ampliar áreas protegidas por unidades de conservação de proteção integral para conservação das bacias hidrográficas. Eliminar o desmatamento de áreas ainda preservadas em todo o território Brasileiro.
- Abrir espaço para colocar em pratica pesquisas acadêmicas como exemplo: despoluir rios.
- Recuperar as nascentes que das grandes bacias.
- A recuperação das nascentes e mata ciliar são as mais importantes.
- Executar políticas públicas para reverter a canalização e tapagem dos rios que cortam as cidades, pois com a tapagem as pessoas não tem

como visualizar e se insurgirem contra o lançamento de águas poluídas, podendo ser neste aspecto, criada a diretriz nacional da criação da já noticiada tendência internacional dos parques verdes lineares urbanos ao longo das calhas dos ribeirões que cortam as cidades.

- Arborizar as cidades com vistas a fazer frente aos bolsões de ar quente que dificultam o cair das chuvas nas grandes cidades, talvez estabelecendo tal ação como política pública e, bem assim, como dever nacional atrelado à função sócio ambiental da propriedade privada, por exemplo, estabelecendo que toda propriedade urbana tenha e mantenha em sua frente uma ou duas árvores a cada dez metros de frente do respectivo imóvel.
- Adoção das estratégias e instrumentos da chamada infraestrutura verde ou do desenvolvimento de baixo impacto nos processos de planejamento e gestão das águas das bacias hidrográficas.
- Ampliar a fiscalização das matas ciliares e APPs, com o fim de combater a invasão nessas áreas.
- Fiscalização das áreas de preservação permanentes.
- Priorizar ações de restauração de ambientes degradados e a manutenção de ambientes naturais conservados para garantia de qualidade e quantidade de água no longo prazo; popularizar o uso de incentivos à conservação de recursos hídricos como os pagamentos por serviços ambientais entre outras formas de incentivos monetários e não monetários à conservação dos recursos hídricos.
- Combate uso indiscriminado de agrotóxicos, principalmente nascentes e mananciais
- Cuidar dos rios para não poluir ou seca.
- O objetivo é reduzir o lançamento de substâncias nocivas nos corpos hídricos, de forma que se iniba o comportamento lesivo à água, que é bem dos estados e da união.
- Reflorestar áreas desmatadas.
- Além disso, estipular metas para que as instâncias estaduais e municipais possam realizar ações que visem a restauração dos corpos d'água já comprometidos pela descarga de efluentes.
- Preservação do meio ambiente.
- Valorização e pagamento justo aos cuidadores de nascentes; incentivar projetos no âmbito municipal para localização identificação e recuperação de nascentes, olhos d'água e cabeceiras das nascentes.
- O pagamento por serviços ambientais deve ser estendido a todos os proprietários que possuem nascentes ou olho d'água em sua propriedade sem muita burocracia.
- Criar a cultura de preservação das nascentes e matas ciliares.

- Priorizar mecanismos de PSA, compensação tributária para quem cuida, grandes empresas (contas) adotar corpo hídrico do seu entorno (projetos de revitalização e conservação permanente de mananciais, rios, lagoas).
- Consolidar o CAR, atingindo o principal objetivo que é proteção das APPs.
- Preservação de mananciais.
- Desenvolver políticas e prestar apoio financeiro e técnico à projetos de recuperação e conservação de matas ciliares (APPs), bem como no estudo para recuperação e conservação da biodiversidade de organismos aquáticos.
- Nascentes: proibir destruição, proteger as existentes e recuperar as destruídas, conforme mapeamento original.
- No caso específico da região de ferros impedir a construção do mineroduto **MINAS-ESPIRITO SANTO**, empreendimento da **EMPRESA MANABI**, uma vez que além de comprometer a qualidade e quantidade da água do rio Santo Antônio, prejudicará a revitalização do **RIO DOCE**, castigado pelo rompimento da barragem de rejeitos de minério da **SAMARCO**, uma vez que o **RIO SANTO ANTÔNIO** é um dos principais afluentes do **RIO DOCE**.
- Projetos de monitoramento e gestão da flora e da fauna que compõe a bacia hidrográfica do **RIO APODI/MOSSORÓ**.
- Dar atenção as nascentes, principalmente em áreas urbanas que sofrem aterramentos e são frequentemente contaminadas pelas comunidades próximas.
- Fim do desmatamento: proteger a mata nativa é essencial para a infiltração da água no solo.
- Investimentos para recuperação de áreas (rios, lagos) degradadas.
- Promover a gestão ecossistêmica da água, valorizando a indissociabilidade existente entre água e ecossistemas (sem floresta não tem água), priorizando estratégias de preservação e recuperação de bacias hidrográficas a fim de enfrentar com maior efetividade a crise hídrica e as mudanças climáticas.
- Fomentar estudos integrados de bacias hidrográficas em escala municipal.
- Reforçar a agenda 21 como política pública a ser seguida rispidamente. Fomentar estudos técnicos científicos de instituições públicas e privadas no que tange a respeito das questões ambientais que são complexas e demandam de uma organização bem estruturada e que caminhe junto com a PNRH.
- Recuperação.
- Não deixar as empresas, cidades poluírem os rios, lagos e proteger os animais indefesos que dependem muito da água.
- Controle de erosão e preservação de nascentes: aumentar a disponibilidade de água nas bacias hidrográficas.

- Ampliar as áreas de preservação permanente nas grandes propriedades rurais. Tornar os pontos de recarga naturais dos lençóis freáticos, áreas de preservação permanente.
- Revitalização do **RIO SÃO FRANCISCO**; recuperação do curso original do **RIO SÃO FRANCISCO**; recuperação da bacia do rio doce.
- Despoluição do **RIO GUAÍBA - PORTO ALEGRE/RS**. Despoluição do **ARROIO DILÚVIO - PORTO ALEGRE/RS**.
- Revitalização dos cursos d'água - recuperação de mata ciliar, investimento em saneamento, remoção das famílias dos locais suscetíveis a inundação...
- Revitalização de bacias hidrográficas.
- Desocupação de margens dos rios - recuperar os leitos do rio com reflorestamento de espécies nativa da flora.
- Ação ativa e programática na conservação de nascentes e mananciais, assim como de reservatórios em microbacias.
- Despoluir os rios.
- Proteção e reflorestamento das nascentes; monitoramento e recuperação da vegetação ciliar.
- O fortalecimento das políticas de proteção aos recursos hídricos, no âmbito da legislação ambiental, principalmente no tocante às áreas de preservação permanente, inclusive de corpos hídricos construídos pelo homem, às unidades de conservação.
- Monitoramento e recuperação de nascentes.
- A diminuição do uso da água, não jogar lixo e prevenção da natureza.
- Preservação e pagamento por serviços ambientais em nível municipal, estadual e nacional.
- Minimizar os impactos ocasionados pela construção da usina hidrelétrica de belo monte, já que a população do entorno, em especial os indígenas foram os maiores prejudicados, sem falar do meio ambiente, pois, sabemos que a sua intenção não era atender a demanda de fornecimento e capacidade de geração de energia elétrica, mas sim outras questões, principalmente de cunho político.
- Implementar programas de recuperação integrada de micro bacias no formato do programa cultivando água boa que ocorre no oeste do **PARANÁ**.
- Enquanto o plano está em consulta, os recursos hídricos estão sendo poluídos ou aterrados e suprimidos.
- Proteção das margens de corpos d'água voltados ao abastecimento.
- A companhia de água usa a água como matéria prima, mas não faz nada para preservar as nascentes e as florestas.
- Desassoreamento e recuperação da **REPRESA PILÃO D'ÁGUA**.

- Monitorar o desmatamento nas imediações dos cursos d'água. Criar reservas, parques nas áreas de açudes, lagoas e rios que abastecem as populações.
- Cuidar das áreas de recarga de aquíferos e nascentes, proibindo o uso desses locais e revegetando.
- Ação nas florestas e fauna.
- Ações governamentais que incentivem a preservação da água e do meio ambiente.
- Recuperação das matas ciliares.
- Reduzir em pelo menos 50% a poluição da **BAÍA DE GUANABARA**, cessar lançamentos de esgoto in natura em rios, lagoas etc. e fechar as línguas negras abertas nas praias.
- Preservação ambiental.
- Revitalização ciliar.
- Preservação de matas ciliares e das florestas (**AMAZÔNIA**) que gera os rios voadores.
- Implantação de estações de tratamento de esgoto, conforme preconizado por lei; obrigatoriedade de coleta de óleos (cozinha, veículos etc.) na coleta de lixo, evitando descarte na água, e não como ação alternativa; subsídio para instalação de sistemas de uso/reuso eficiente de água da chuva, de chuveiros, cozinha em residências e instituições comerciais/industriais e educacionais.
- Recuperação e preservação de nascentes: desenvolver ações e projetos que promovam a recuperação e preservação das nascentes, mostrando à sociedade a sua importância.
- Reaproveitamento da água da chuva, cuidar dos rios e cuidar do meio ambiente.
- Um olhar para a biodiversidade das bacias hidrográficas: vegetação e fauna como agentes importantes das águas das bacias.
- Recuperação de nascentes.
- Incentivar a revitalização e recuperação hídrica de bacias hidrográficas como a do **RIO SÃO FRANCISCO**; aumentar os recursos para programas como o produtor de água; investir mais em saneamento básico principalmente na coleta e no tratamento do esgoto doméstico.
- Remover e recuperar áreas de risco.
- Conservação das florestas em volta dos rios principalmente nas nascentes.
- Recuperação de áreas degradadas: promover a proteção e a conservação do meio ambiente.

- Construir redes de esgoto para que estes não sejam despejados diretamente nos rios, assim as águas permanecerão limpas e prontas para ser consumidas pela população.
- Incentivo à pesquisa - ter programas de fomento para projetos de pesquisa na área de saneamento. Planejamento - priorizar obras pública de saneamento, visando a universalização da distribuição de água.
- Saneamento básico em todas as cidades já! Limpezas dos rios, pode não transparecer, mas um rio ele pode reestrutura em um período de década ou décadas.
- Fomentar programas na área de recursos hídricos.
- Elaborar políticas efetiva em médio prazo para despoluição de rios, como o **TIETÊ** e o **PINHEIROS**.
- Recuperação de rios e córregos degradados, melhoria da qualidade de água dos reservatórios e mananciais existentes, acordos com estados que estão nas cabeceiras dos rios que abastecem a cidade para sua maior preservação.
- Fornecer subsídios para melhoria do saneamento básico.
- Saneamento básico na zona sul de porto alegre, por exemplo, o bairro ponta grossa, um caos total em dias de chuva.
- Realizar revitalizações de rios e lagos.
- Incentivar o replantio de árvores nativas de cada região.
- Ampliar o sistema de tratamento dos efluentes domésticos e industriais e especialmente, o tratamento terciário, visto que a elevada descarga de P e N nos corpos d'água é o principal causador da eutrofização.
- Integrar ações e recursos da política nacional de recursos hídricos com as ações do plano nacional de saneamento básico e do plano nacional de resíduos sólidos (apoiar programas de expansão do esgotamento sanitário e da construção e operação de aterros sanitários).
- Recuperação de nascentes, reflorestamento com agrofloresta fazendo reforma agrária com assistência técnica qualificada e continuada, fiscalizar as áreas de APPs.
- Limpar os rios.
- Recuperar rios negligenciados [canalizados, poluídos] pelos aglomerados urbanos. Recuperar o leito de rios dentro das cidades. Recuperar os rios como fonte de vida e lazer dentro das cidades.
- Disponibilizar recursos, financiamentos para esgoto e tratamento da água, revitalizar nascentes
- Despoluição de rios como o **TIETE** em **SP**.
- A restauração das áreas de preservação pluvial, que cada vez mais estão se perdendo, principalmente por causa das leis municipais. A recuperação das nascentes, e dos rios que estão muito poluídos.

- Proteção das nascentes e mananciais; matas ciliares conservação e recuperação.
- Restabelecer as áreas de preservação permanentes em torno dos lagos artificiais e naturais.
- Adequação total das APPs hídricas e de encosta de morro no país; reforçar programas estaduais e federais de reflorestamento de mata ciliares e práticas conservacionista de solo em áreas de bacia.
- Fazer um planejamento com pessoal capacitado para desempenhar ações ambientais para a preservação.
- E trabalhar para a sua recuperação (**RIO SOROCABA**).
- Que os esgotos a céu aberto - em especial **TIETÊ, PINHEIROS** e **TAMANDUATEÍ** - sejam resgatados e voltem a tornar-se rios limpos, aptos a esportes, ao transporte navegável - e que tal responsabilidade seja dos governos municipal, estadual e federal. Que tenhamos água potável por todo o **BRASIL**, com uma imensa rede que atenda a todos os Brasileiros.
- Contribuição para recuperação de nascentes, revitalização das matas ciliares e plantio de árvores dentre outros.
- Preservar as bacias hidrográficas como forma exposição.
- Proteger, tratar, as nascentes e punir com os rigores da lei, quem as destruir, comprometer o seu curso, sua nascente, etc. Incentivar quem cuida, protege.
- Plantio de mata ciliar. O plantio de matas ciliares irá permitir a proteção das águas superficiais e menor evaporação.
- Recuperar as nascentes dos rios uma ação que deve ser implementada com os governos federal, estadual e municipal.
- Recuperar e ampliar as matas ciliares, inclusive em represas situadas no perímetro urbano. Remover as populações que ocupam às áreas de mananciais. Pagar às proprietárias que protegem rios e nascentes.
- Despoluir as bacias.
- Propondo ações de recuperações das áreas degradadas urbanas e rurais.
- Exigir das propriedades rurais controle de erosão e técnicas conservacionistas do solo-água.
- Direcionar os recebimentos por uso da água objetivamente para incentivo à produção de água (produtores).
- Estabelecimento de corredores ecológicos municipais interligados aos recursos hídricos superficiais. Reforçar as matas ciliares dos cursos d'água existentes e suas nascentes.
- Desenvolver uma política de incentivos para que os governos estaduais e municipais promovam a despoluição e conservação dos seus diversos rios e córregos.

- Incentivo de recuperação e manter a qualidade da água dos recursos hídricos.
- Reverter a modificação feita no novo código florestal onde foi permitido a diminuição da mata ciliar e exploração de todos de morro para garantir a quantidade e qualidade da água à longo prazo.
- Recuperar rios, bacias, córregos mortos para que retornem a existir como antes e assim possa contribuir para a qualidade e dignidade da vida humana.
- Recuperar ao máximo as matas ciliares com a realocação das pessoas que ocuparam essas APPs durante os anos, ainda que já sejam áreas de ocupação consolidadas, porque é mais fácil remover pessoas que remover rios.
- Reflorestamento das matas ciliares e de galeria, evitando o assoreamento dos rios. Promover incentivos para um manejo adequado para os pecuaristas, evitando as voçorocas e compactação do solo.
- Recuperar os grandes rios degradados do país, como **TIETÊ, PINHEIROS, MEIA PONTE**, etc.
- Sim, um plano emergencial de biorremediação para rios, lagos etc. que sofreram impactos ambientais.
- Reflorestar, preservar, e incentivar a conservação de nascentes e riachos.
- Despoluição total de rios e lagos, sobretudo aqueles presentes nos grandes centros urbanos. Recuperação imediata de mananciais e bacias hidrográficas.
- Pôr em prática o projeto de despoluir os rios e córregos urbanos das metrópoles Brasileiras.
- Recuperação de matas ciliares e outras.
- Despoluição de rios e outros recursos hídricos.
- Revitalização das bacias hidrográficas.
- Difusão de técnicas como barraginhas, proteção de nascentes, sistemas agroflorestais para recuperação de solo.
- Viabilizar projetos de reflorestamento para áreas de maior recarga hídrica; desenvolver estudos para identificar áreas de recarga hídrica e criar áreas de preservação permanente administrativas, ou qualquer outra proteção normativa sobre áreas específicas.
- Objetivo: evitar a ocupação de várzeas, encosta de morros e margem de rios e córregos, a fim de evitar a contaminação das águas e possíveis tragédias; proteger os rios, a fauna, a flora local, a fim de regular a temperatura e umidade no entorno.
- Estimular a criação de ecossistemas de negócios conscientes (conceito próximo ao de cluster), para a geração de empreendimentos-fim e empreendimento-meio que tenham como foco o desenvolvimento de soluções para o uso da água nos diferentes setores, sociedade civil, agropecuária e indústria.

- Incentivar a criação de parques ambientais (lineares ou não) e planos de arborização nas grandes cidades; implementar as políticas ambientais já existentes, e moldar os planos de zoneamento (e leis de calçadas e muros) em conformidade com os planos de arborização, para que estes possam atuar na captação de água/recarga de aquíferos das cidades.
- Ações de proteção aos rios.
- A balneabilidade (principalmente dos rios) está muito afetada, então precisam ocorrer projetos para recuperação dos mesmos.
- Conservação de nascentes, recuperação de mananciais.
- Fazer encontro de contas entre os custos de recuperação de APPs x custos de outorga.
- Estimular projetos que estimulem a conservação das áreas de nascente, com o intuito de melhorar a qualidade e elevar a vazão de longo prazo da bacia.
- Investimento em equipamentos e infraestrutura para reduzir perdas no sistema de distribuição.
- Recuperação de nascentes e margens de rios - inclusive com desapropriações, fiscalização combatendo lançamento de esgoto in natura nos córregos e rios.
- Recuperar e preservar as nascentes dos rios.
- Recuperação de nascentes.
- Revitalização dos rios.
- Política séria e eficiente para recuperação de mananciais.
- Áreas protegidas: destacar a importância das áreas protegidas na conservação dos recursos hídricos.
- Financiamento para recuperação de rios urbanos, principalmente os localizados em regiões metropolitanas com um alto nível de assoreamento dos rios, a exemplo do **RIO ALCÂNTARA** e **IMBOAÇU**, localizado em **SÃO GONÇALO**.
- Pagamentos por serviços ambientais [produção de água].
- Plantar muitas árvores da **MATA ATLÂNTICA**.
- Priorização da coleta seletiva e reciclagem: realizar a coleta de todos os tipos de resíduos (sólidos, entulhos, tecnológicos, etc.) para acabar com enchentes e poluição de mananciais.
- Criar projeto junto com a população a respeito da situação do lixo jogado nos rios.
- Ações de saneamento.
- Recuperação da mata ciliar dos rios, principalmente ao redor das nascentes, com o objetivo de aumentar a quantidade e qualidade da água ofertada.
- Planejar a recuperação da bacia do **RIO DOCE**.
- Cuidado e manutenção das fontes e olho d'água.

- Incentivo a preservação das nascentes.
- Recuperação das nascentes.
- Reflorestação para assim manter o ciclo da água.
- Promover incentivos (financeiros ou outros) para a revegetação de bacias hidrográficas, em especial aquelas que servem como mananciais de abastecimento humano.
- Plantio de árvores para o aumento de chuvas.
- Formular leis mais abrangentes quanto a replantio e manutenção das áreas de florestas que garantam o ciclo da água.
- Reflorestamento do **CANTAREIRA**.
- Práticas de conservação de custo baixo, como a técnica solo-cimento para a proteção de nascentes.
- Desmatamento zero na **AMAZÔNIA**.
- Política para recuperação dos caminhos d'água urbanos.
- Exigir imediata recuperação de APPs inclusive da zona urbana.
- Interromper o processo de degradação dos 23 córregos urbanos na cidade.
- Incentivo para o uso de recursos sustentáveis. No tocante aos recursos hídricos.
- Recuperação de nascentes.
- Atenção especial com as áreas irrigadas para minimizar o efeito da poluição das águas superficial e subterrânea.
- Desocupação e recuperação de bacias.
- Proteção das nascentes.

Prioridade 10 - Desenvolver ações para a resolução de conflitos pelo uso da água nas bacias hidrográficas.

Para 92,2% dos respondentes o Tema Prioritário 10 é considerando “importante ou muito importante” para o próximo ciclo de implementação do PNRH. Os desafios e propostas informados pelos respondentes são elencados a seguir:

- Desativação do sistema de irrigação por inundação.
- Resolução de diversos conflitos de usos múltiplos dos recursos hídricos.
- Desenvolver outras políticas de racionamento de água, especialmente, nas regiões secas do **NORDESTE?**
- Implementar a mediação de conflitos entre usuários de recursos hídricos e melhorar o sistema de informações sobre a situação dos recursos hídricos.
- A estiagem de 2014/2015 mostrou a supremacia dos interesses do setor elétrico frente aos demais usos da água. Irrigação, piscicultura entre outros foram deixados de lado e os reservatórios sugados até a última gota para a geração de energia. Os demais setores: irrigação, agropecuária, turismo

também precisam ser ouvidos quanto ao manejo dos recursos hídricos nos momentos de escassez.

- Desenvolver mecanismos para garantir o uso prioritário dos recursos hídricos conforme preconiza a política nacional de recursos hídricos de forma a inibir usos que possam acarretar danos à qualidade e quantidade de água disponível.

Prioridade 11 - Apoiar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias sociais para a melhoria da gestão das águas e desenvolver ações educativas para a sociedade.

Para 95,1% dos respondentes o Tema Prioritário 11 é considerando “importante ou muito importante” para o próximo ciclo de implementação do PNRH. Os desafios e propostas informados pelos respondentes são elencados a seguir:

- Educação ambiental.
- Destinar recurso para projetos de educação ambiental voltados para cuidado e recuperação de cursos d’água.
- Implementar junto a secretaria de educação, modelos de educação ambiental, que demandem um conhecimento maior da necessidade de cuidar dos nossos recursos naturais.
- Educação ambiental para agricultores, maiores poluidores das águas do país
- Investir urgentemente na educação ambiental sobre a água (e demais atividades que a ela se relacionem): é preciso investimento pesado em educação ambiental sobre a água, particularmente fora do ambiente formal.
- Aula sobre recursos hídricos nas escolas.
- Inserir a disciplina de educação ambiental nas escolas públicas desde o ensino fundamental.
- Acho que seriam válidos mais debates a respeito do uso da água e como reaproveitar também. Palestras a respeito de alternativas para lugares onde há escassez como forma de ajudar a amenizar o impacto e de certa forma desenvolver alternativas para tal problema.
- Educação ambiental nas escolas para a formação de cidadãos responsáveis.
- Acho necessário que as medidas de conscientização sejam feitas não somente para a sociedade comum, mas também para as grandes empresas e indústrias, que são os maiores consumidores de água tanto em nível local quanto global.
- Programas de formação inicial e continuada para professores, gestores e usuários, com ofertas maiores e permanentes para regiões mais vulneráveis (cursos livres, graduação e pós-graduação nas modalidades presenciais, semipresenciais e à distância; inclusão e obrigatoriedade de gestão

ambiental no currículo escolar do ensino fundamental, médio e superior, maiores investimentos em pesquisa e inovação tecnológica para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão para gestão compartilhada dos recursos hídricos e desenvolvimento de tecnologias sociais. Ampliação de incentivos para participação de usuários, professores, pesquisadores e demais profissionais e interessados em seminários, congressos e outros eventos.

- Ações de treinamento e sensibilização nos municípios.
- Ampliar o acesso à educação ambiental - apesar da lei 9.795/99 existir no papel há 17 anos, muito pouco se faz ainda no BRASIL no que diz respeito à educação ambiental. Raríssimas instituições educacionais fazem cumprir a lei.
- Educação para o uso consciente da água - fomentar nas escolas técnicas cursos de extensão no tocante a educação ao uso racional da água.
- Educação ao uso racional da água como política pública - capacitar agentes comunitários de saúde (PSF) a cerca de informações sobre o uso racional da água e como gerenciar a captação de forma econômica e prática.
- Promover o uso consciente através de ações de educação ambiental.
- Promover projetos e ações informativas sobre o sistema de tratamento de esgoto por zona de raízes em áreas rurais, como instrumento de sustentabilidade socioambiental.
- Ações regionais, ações de educação ambiental, ações de gestão das águas junto aos prefeitos.
- Fortalecer a educação ambiental para a preservação dos recursos hídricos, prevendo porcentagem mínima de verba arrecadada com a cobrança pelo uso da água nesta área.
- Campanhas nos centros urbanos de melhor uso das águas.
- Conscientização.
- Eleger ações preventivas: com destaque nas atuações educativas; efetivar ações de mudança cultural e treinamentos, visando o envolvimento de comunidades participativas, preparadas e cientes de seus direitos pertinentes com a segurança global.
- Campanha educativa para crianças, afinal elas são o futuro desse país.
- Acredito que a sensibilização da população é a tarefa mais árdua, porém que gerará mais resultado, principalmente para as futuras gerações.
- Educação ambiental fortemente trabalhada nas escolas públicas e particulares, como também em empresas e espaços não convencionais de educação.
- Acrescentar o tema água nas escolas como matéria obrigatória para nossa sobrevivência.

- Fazer um programa real de educação ambiental, mostrar às pessoas o quanto o lixo jogado nas vias causa destruição dos rios e nascentes.
- Educação ambiental nas escolas e em locais públicos como forma de conscientizar o máximo possível de pessoas sobre os benefícios para a sociedade através da conservação e preservação ambiental, com foco nos recursos hídricos.
- Educação ambiental.
- Mobilizar diariamente a sociedade civil quanto ao uso racional da água.
- As pessoas se conscientizarem, cuidar mais das águas disponíveis em suas cidades e não gastar tanta água sem necessidade.
- Capacitar gestores e servidores públicos das esferas estadual e municipal, como forma de qualificar e mobilizar mais agentes.
- Conscientizar sobre a quantidade e qualidade da água.
- Meio ambiente nas escolas: introduzir no ensino fundamental uma disciplina obrigatória de meio ambiente incluindo também o tema água para as escolas de nível fundamental, públicas e privadas, para que as crianças aprendam desde cedo sobre a importância da água e preservação do meio ambiente em geral.
- Educação ambiental.
- Educação ambiental - projetos de educação ambiental para população usuária de transportes aquaviários, alertando dos impactos.
- A gestão de recursos hídricos deve ser parte da grade escolar devido ao seu teor conscientizador, empreendedor e de raciocínio estratégico. ...com a criação de cartilhas por agente ao visitar uma residência, com o intuito de criar uma meta de diminuição do consumo de água para quem quiser aderir.
- Desenvolver ações educativas para crianças, de um modo que elas estendam a importância da água desde cedo, para que cresçam já conscientes sobre o quanto a água é importante para todos e que essa consciência passe de geração a geração.
- Conscientização das pessoas em municípios pequenos.
- Conscientização do uso da água para evitar a escassez do recurso.
- Rigor na conscientização.
- Intervir fortemente e de maneira eficiente na conscientização da população, principalmente porque a qualidade da água hoje encontrada em nossa cidade se deve a nossos descasos enquanto população e que futuramente só tende a piorar e a encarecer nossos serviços de tratamento de água para consumo.
- Cursos técnicos; graduações e pós-graduações diretamente envolvidas (técnico de hidrologia; por exemplo).
- Isto associado à educação ambiental mudando a mentalidade das comunidades para que a conservação dos recursos naturais sobre tudo a

- água, possam ser usufruídos pelas futuras gerações, conforme as expectativas do desenvolvimento sustentável.
- Gasto consciente...
 - Educar.
 - Ênfase nas ações de educação ambiental formal e não formal mobilizando toda sociedade.
 - Promover, fomentar e aportar recursos para processos de educação ambiental.
 - Consciência.
 - Conscientização - conscientizar os donos de propriedade rural que possuem mananciais quanto a sua preservação e manutenção constante da mata ciliar, inclusive com algum bônus para os que se destacarem como acontece em países civilizados.
 - Promover educação ambiental formal e informal voltada para a gestão integrada e compartilhada do patrimônio natural e cultural para o eco-desenvolvimento em bacias hidrográficas.
 - Conscientização da sociedade e pessoas capacitadas.
 - Desenvolver mecanismos em parceria com escolas públicas para incentivar a população jovem ao uso racional e medidas que irão prevenir a correta utilização dos recursos hídricos.
 - Promover a educação ambiental - objetivo de sensibilizar e envolver a população no cuidado e gestão das águas
 - Conscientização da população quanto à importância da água.
 - Conscientização para o uso adequado da água.
 - Preparação técnica de mão de obra para a temática água.
 - Integração - desenvolver jogos ambientais e disponibilizar grátis para uso sistematizado nas escolas.
 - Conscientizar a população sobre a importância da mata ciliar.
 - Elabore palestras educativas dando ênfase o uso adequado da água, a importância da mesma quanto à escassez.
 - Inclusão no currículo escolar, desde as séries iniciais, sobre a questão da água (uso, conservação...). E meio ambiente; incentivar escolas (principalmente crianças e jovens) e empresas a realizarem olimpíadas/prêmios jovens talentos a fim de fazê-los pensar com mais cuidado sobre a água e o meio ambiente, com o intuito de usar as melhores idéias para solucionar os problemas existentes na região/país.
 - Educação ambiental para públicos específicos.
 - Preservar meio ambiente, não jogar lixo nos rios e córregos, não abusar dos recursos de água.

- Implementar projetos de educação ambiental nas escolas públicas e privadas.
- Diminuir o consumo de coisas no nosso dia a dia que utilizam muita água como carne bovina e plástico.
- Esclarecer à população sobre o uso da água na pecuária, inclusive o uso para plantio de insumos para produção de ração
- Priorizar os bairros de baixa renda para a adequação do uso da água com informativos claros e objetivos bem como pessoas capacitadas para a divulgação do mesmo. Priorizar também o ensino em escolas públicas e privadas para inserir curso de ecologia
- Maior transparência na gestão hídrica via aplicativos e programas de acesso público com linguagem amigável e intuitiva.
- Capacitação da população com cursos sobre: política dos recursos hídricos na minha localidade, no município e no estado. Capacitação da população sobre a educação ambiental focando a preservação dos recursos hídricos
- Organização, fiscalização e políticas sociais
- Investir em ciência e tecnologias sustentáveis
- Implementar nas escolas disciplinas voltadas para a conservação ambiental.
- Fazer uma educação ambiental no início dos anos escolares informando, ensinando a importância da água.
- Organizar fóruns, palestras e debates sobre a água e o saneamento básico no mínimo uma vez por ano nas escolas e universidades tanto públicas quanto particulares.
- Conscientizando a população de sua importância nesse processo.
- Estimular fortemente o uso racional no campo e em cidades.
- Conscientização de maneira mais efetiva e direta pode gerar um resultado positivo.
- Intensificar as campanhas educacionais na mídia tradicional (TV, internet, jornais e revistas), para que a população seja permanentemente lembrada da importância do uso racional da água.
- Marketing educativo: todos se queixam da falta ou da má qualidade da água, mas poucos estão dispostos a fazer algo como, por exemplo, não jogar lixo nos corpos de água ou nas ruas. Portanto, as ações de educação ambiental devem levar em conta a preguiça e o imediatismo natural das pessoas.
- Inclusão de matéria na grade curricular, do ensino médio, de preservação do meio ambiente, realizando ações nos colégios para a restauração e preservação do mesmo.
- Conscientização do ciclo hidrológico terrestre.
- Apoio de programa de educação ambiental com pequenos e grandes produtores sobre a importância de proteger as nascentes.

- Conscientizar a população sobre o desperdício de água é o mais fundamental porque muitos não ligam para esta questão.
- Maior ênfase nas ações de educação para a qualidade da água; experimentação e incentivos de tecnologias simples e de pouco orçamento para realização de pesquisas científicas.
- Capacitar fortemente os integrantes de comitês de bacia.
- Conscientizar toda a população sobre a importância do uso racional da água.
- Utilizar a educação ambiental para sensibilizar as pessoas sobre a importância da água de qualidade e em quantidade suficiente para as presentes e futuras gerações.
- Rever conceitos básicos com a população sobre o uso dos recursos hídricos na sociedade e seu uso predatório pela indústria e agronegócio.
- Capacitação dos membros de comitês ou em processo de articulação que devem atuar como multiplicadores.
- Também reforçar projetos sociais e instigar pessoas a fazerem proposições quanto ao uso e reaproveitamento da água.
- Informação voltada ao consumo consciente: informação clara e acessível a todos os envolvidos e prejudicados nos eventos adversos relacionados aos recursos hídricos, promovendo a conscientização não só do uso, mas do consumo consciente, pois, é nítido que os maiores consumidores dos recursos hídricos estão concentrados nas atividades de irrigação, agropecuária e indústria.
- Educação ambiental para conscientizar a população para o uso sustentável das águas e para a preservação das nascentes e entorno.
- Apoiar ações educativas de ONGs e OSCIPs em prol da educação ambiental, no âmbito das cidades, e favorecer a extensão universitária
- Educação exclusiva.
- Educação ambiental - promover a educação ambiental em todos os níveis de escolaridade, chamando a atenção da população para a crise hídrica e o sustentável dos recursos hídricos.
- Educação da população.
- Incluir no plano básico de educação formação do cidadão para o uso racional e equilibrado da água.
- Usar as escolas enquanto espaço de conscientização para o uso racional da água.
- O incentivo da tecnologia nas escolas/ universidades (pública ou privada) /sociedade em geral, para geração de produtos naturais nas ETEs, ETAs, tanto para baratear o custo como para a salubridade humana.
- Conscientização da população que mora próximo de nascente.
- Capacitação de conscientização a todos.

- Destinar recursos financeiros para projetos voltados para conscientização de crianças.
- Também promover a conscientização dos moradores do entorno da importância de se preservar os recursos hídricos da cidade.
- Fomentar a organização dos educadores ambientais nas bacias hidrográficas.
- Conscientização e sensibilização da sociedade e do poder público.
- Educação ambiental por meio da mídia, TV, rádio, jornais, etc.
- Priorizar a capacitação da sociedade na temática de economia e gestão da água
- Educação ambiental junto à população.
- Educação ambiental: é de suma importância que a sociedade tenha acesso à informação, bem como saiba como ajudar a mitigar e se conscientizar dos problemas ambientais de uma forma geral, o que inclui os recursos hídricos. Tal medida deve ocorrer nas escolas principalmente, porém é necessário expandir esse horizonte e atingir todas as faixas etárias com a educação ambiental.
- É preciso uma maior preservação da água, para tal, é importante consciente toda a população dos usos e gastos hídricos. Principalmente o setor agropecuário e industrial, que consome mais de 80% dos recursos hídricos e são os verdadeiros responsáveis pela crise hídrica.
- Instruir as pessoas.
- Conscientização sobre o uso da água, cuidado, uso consciente da água.
- Capacitação para todos os atores envolvidos no sistema, e maior divulgação das ações já estabelecidas.
- Promover campanhas de educação no ensino de base e no ensino superior.
- Audiências públicas: as audiências públicas objetivam o fomento a disseminação das informações técnico-científicas a sociedade em geral. Permitindo participação ativa da população jovem com discussões transversais para obter resultados satisfatórios com a conscientização pública sobre os recursos hídricos.
- Conscientização de maneira mais efetiva e direta pode gerar um resultado positivo.
- Conscientização popular da importância da economia da água e de como fazer para melhorar seu aproveitamento.
- Promover campanhas educativas nas escolas e mídias de comunicação sobre o percurso da estocagem (bacias) e distribuição da água até os usuários (individualizar percurso de cada bacia, para familiarizar usuários locais).
- Conscientização com abatimento em conta de água.
- Criar campanhas, utilizando a grande mídia, objetivando incentivar a sociedade para a coleta e o armazenamento de água de chuva nas áreas

urbanas. Esta ação, no tempo, atenuará a pressão do uso da água, pelos sistemas de abastecimento.

- Esclarecer a população e incentivar estudos ambientais.
- Oferecer aos formadores condições para a inserção permanente da educação ambiental formal e não formal, observando a natureza interdisciplinar e ecossistêmica da temática da água.
- Uso de tecnologias sociais sustentáveis.
- Recurso e capacitação.
- Educação ambiental.
- Promover ações de educação ambiental junto a comunidades escolares.

Tema 12 - Desenvolver ações para a gestão da água em rios compartilhados com outros países.

Para 78,6% dos respondentes o Tema Prioritário 12 é considerando “importante ou muito importante” para o próximo ciclo de implementação do PNRH. Não foram identificados desafios relacionados com este tema.

Tema 13 - Identificar e avaliar áreas com riscos de ocorrência de inundações, secas, entre outros eventos extremos relacionados à água, que gerem situações adversas à população.

Para 94,6% dos respondentes o Tema Prioritário 13 é considerando “importante ou muito importante” para o próximo ciclo de implementação do PNRH. Os desafios e propostas informados pelos respondentes são elencados a seguir:

- Manutenção das políticas de prevenção e combate a secas.
- Desenvolvimento de estratégia de abastecimento para regiões que sofrem com a seca, uma vez que o problema só se agrava devido à má administração da água.
- Verificar e estabelecer as regras e normas referentes ao uso dos recursos hídricos para haver uma distribuição homogênea nas áreas mais críticas, que sofrem com as intempéries do clima. O objetivo dessa ação tem seu foco nas populações que sofrem com as mudanças climáticas e que são dependentes da distribuição igualitária para que chegue a quantidade adequada para suas necessidades diárias ao longo do ano.
- Prevenção e preparação para emergências e desastres: fase de estudo das ameaças de desastres; grau de vulnerabilidade e a definição das áreas de maior risco; elaboração de mapas temáticos sobre ameaças.
- Não construir em áreas onde é possível de inundações.
- Lugares com risco de desmoronamento em épocas de chuvas.

- Melhorar o sistema de manejo/drenagem de águas pluviais para evitar enchentes e inundações.
- Ações de combate à seca, principalmente no **NORDESTE BRASILEIRO**
- Apoiar a melhoria da infraestrutura de segurança hídrica através de reservatórios de acumulação e regularização (para minimizar secas e cheias).
- Integrar a gestão municipal com a gestão das bacias hidrográficas (criar mecanismos jurídicos, inclusive).
- Reservas de água. Sendo o país um grande produtor agrícola, em períodos de estiagem estabelecer propostas de reservação da água para ser utilizada na irrigação durante o período seco, proporcionando a conservação e usos múltiplos das Regiões Hidrográficas.
- Integrar a PNRH a política nacional de proteção e defesa civil.
- Gestão e controle em rede coletora de efluentes - minimizar o despejo irregular uma das maiores preocupações ambientais por ser fator que contribui com a poluição dos corpos hídricos, que retorna sobre a sociedade em forma de doenças e alagamentos.
- Quanto às áreas de risco, criar mecanismo para que os próprios munícipes sejam informados que estão em área de risco tanto para deslizamento quanto à inundação, quer seja feito pelo IPTU ou por correspondência, uma vez que há situações desconhecidas por muitos destes.
- Seca - melhorar o plano de combate.
- Remover e recuperar áreas de risco.
- Conscientizações da quantidade e qualidade dos recursos hídricos, verem os lugares de área de risco, quantidades de chuvas e secas prolongadas.
- Apresentação de medidas preventivas e corretivas para eventos extremos.
- Plano de contenção de desastre - exigir de toda empresa, fábrica com potencial poluidor um plano emergencial para contenção de possíveis desastres.
- Criar áreas nos espaços urbanos onde sejam permeáveis as águas, evitando enchentes.
- Atenção aos modelos de análise de risco, decorrentes dos eventos climáticos extremos.
- Retirar pessoas de lugares de risco de deslizamento.

Tema 14 - Integrar a política de recursos hídricos com a política ambiental e demais políticas setoriais (saneamento, irrigação, energia, turismo, etc.).

Para 96,3% dos respondentes o Tema Prioritário 14 é considerando “importante ou muito importante” para o próximo ciclo de implementação do PNRH. Os desafios e propostas informados pelos respondentes são elencados a seguir:

- Apoiar fortemente a estruturação do planejamento (planos locais e regionais de saneamento básico, diretor, de gestão integrada de resíduos sólidos, por exemplo) nos municípios integrantes da bacia hidrográfica. Justificativa: fortalecer e alavancar o planejamento local na bacia hidrografia.
- Fortalecer e integrar as ações dos órgãos federais, estaduais e municipais relacionados à seguridade hídrica da população.
- Implementar visão sistêmica na gestão federal - é de suma importância que os gestores aprendam a desenvolver visão sistêmica em relação a ação e coordenação de projetos, em outras palavras, o foco não são mais os objetos, mas sim as relações entre os objetos. O ministério do meio ambiente deve estar integrado em suas ações junto ao ministério das cidades, pois ambas são as pontas de uma mesma cadeia. Se o ministério das cidades não buscar melhorar na implementação de políticas públicas que amplie o saneamento básico, pouco efeito surtirá as políticas públicas do meio ambiente em relação à melhoria da qualidade e quantidade de água, por exemplo.
- Integrar a política de recursos hídricos com uma possível política de manejo e conservação do solo, principalmente em **REGIÕES SEMIÁRIDAS** como o **NORDESTE**, considerando que existe uma forte correlação entre os recursos de solo e água que muitas vezes não é considerada nos planejamentos.
- Estabelecer políticas sociais visando à retirada da população dos cursos d'água existentes.
- Restringir aplicações de agroquímicos, com base em uma visão sistêmica da bacia hidrográfica; estimular o desenvolvimento de uma agricultura mais limpa e diversificada para pequenos e médios agricultores; fomento e aplicação de tecnologias ecológicas de saneamento ambiental.
- Maior atenção ao uso e ocupação do solo.
- Analise do nexo água-saneamento-energia-meio ambiente.
- Integrar política de recursos hídricos com projetos de expansão dos municípios adjacentes (incluindo tipos de construções).
- Realizar trabalhos não somente em nível de bacia hidrográfica, mas também dentro de cada município, a fim de priorizar ações específicas, que muitas vezes os relatórios em nível de bacia hidrográfica não apresentam.
- Envolver todas as políticas de educação, saúde e assistência social, nesta mobilização e oficinas.
- Incentivar projetos de extensão universitária que trabalhem com a integração comunidade-escola-meio ambiente.
- Efetiva articulação de políticas e ações no âmbito nacional e estadual, inclusive nos comitês de bacias nacionais.
- Integrar a PNRH a política nacional de proteção e defesa civil.

- Integrar a política de recursos hídricos com a política de saúde - a saúde é uma área de grande importância para a educação e mobilização social.
- Integrar a gestão dos recursos hídricos, realizada em bacia hidrográfica, com a gestão ambiental, realizada por biomas.
- Fortalecimento das agências/autarquias de saneamento básico locais.
- Zoneamento ecológico econômico - zonear as bacias visando estabelecer locais próprios para cada atividade auxiliando na gestão das águas.
- Promover integração com políticas de conservação de florestas, regularização ambiental e restauração em especial o código florestal.
- Que o estado junto com as cidades do mesmo.
- Um olhar para a biodiversidade das bacias hidrográficas: vegetação e fauna como agentes importantes das águas das bacias.
- Mini usinas hidrelétrica.
- Substituir hidrelétricas (hidrelétricas é coisa do passado) por energias renováveis
- O uso moderado da água para a utilização de defensivos agrícolas na lavoura. Fiscalizar o uso de agrotóxico nos cultivos e soja, milho e outras, este sim é um grande poluidor de nascente e da água que está no subsolo.
- Desenvolver estudos sobre a vazão ecológica dos rios para subsidiar a outorga. Inserir na gestão de recursos hídricos a figura da biodiversidade aquática como um dos usuários da água.
- Integrar ações e recursos da política nacional de recursos hídricos com as ações do plano nacional de saneamento básico e do plano nacional de resíduos sólidos (apoiar programas de expansão do esgotamento sanitário e da construção e operação de aterros sanitários).
- Criar orientações e transformar em leis para serem obrigatoriamente seguidas por gestores públicos em seus planos.
- Descarte zero: coletar 100% e tratar 100% dos esgotos domésticos e industriais. Disciplinar os usos e ocupações dos espaços, como forma de controle de entrada de elementos químicos nos rios lagos e reservatórios.
- Melhorar gestão zonas costeiras, controlar crescimento urbano sobre áreas naturais próximas a costa ou rios.
- Controle da drenagem urbana.
- Promover ações de zoneamento ambiental para terras indígenas, com foco na qualidade da água que as servem.
- Integração das ações: dada a ligação incontestável entre disponibilidade de água potável e saúde, todas as ações do PNRH devem estar ligadas às dos órgãos de saúde pública, até por razões econômicas.

- Criação de grupo policial (polícia ambiental) exclusivamente para o monitoramento e fiscalização de uso de agrotóxicos em ambientes agrícolas (áreas irrigadas), com aplicabilidade correta de multas.
- Fazer parcerias com outras instituições que vise à saúde preventiva nos locais onde não há saneamento básico implantado.
- Associação da qualidade da água em relação à saúde humana.
- Sistema de gotejamento - fomentar técnicas agrícolas que empreguem o sistema de gotejamento.
- Gestão do território para evitar excesso de impermeabilização e ocupação em áreas de risco.
- Irrigação: adotar políticas de incentivo a tecnologias de irrigação que usem mais eficazmente e eficientemente o recurso hídrico, pois ainda realizamos a irrigação de forma presunçosa e ultrapassada.
- Integrar as políticas de uso do solo e planejamento urbano com a política ambiental e de recursos hídricos, visto que a impermeabilização causada pelo crescimento urbano desenfreado pode prejudicar a produção de água nas regiões metropolitanas.
- Integrar as políticas de recursos hídricos com as políticas de conservação da biodiversidade, em especial aquelas direcionadas para a restauração da vegetação nativa (ex. Planava).
- A principal é a convergência e a integração das políticas nacionais, principalmente no âmbito do meio ambiente.
- Investir em manejo do solo em todos os setores, principalmente no meio rural, onde se tem o maior impacto com erosão superficial e assoreamento das drenagens superficiais e diminuições das infiltrações no subsolo, gera diminuição da disponibilidade.
- Importância da irrigação.
- Promover em nível municipal ações para o melhor uso e ocupação da terra em bacias hidrográficas urbanas.
- Além de efetivar concretamente a integração de ensino, pesquisa, extensão, sociedade e órgãos administrativos.

Outras Propostas ou Temas Prioritários:

- Implantar o programa cultivando água boa nos municípios Brasileiros.
- Identificar o real valor econômico da água.
- Monitorar, incentivar e fiscalizar o uso racional da água, como por exemplo exigir avaliação de desempenho dos equipamentos de irrigação e adoção de sistemas de manejo. Adotar hidrômetros ou fiscalizações temporárias nas captações de água. Exigir a eficiência contra perdas nos reservatórios de água captada.

- Transposição do **RIO SÃO FRANCISCO**.
- Rever a capacidade de 1% de produção por reservatório. Sendo o pescado o alimento mais consumido na **EUROPA, ÁSIA, ÁFRICA, AMÉRICA DO NORTE**, o **BRASIL** com tamanho potencial de produção deve incentivar tal produção.
- Incentivar e dar suporte tecnológico e financeiro aos estados e municípios para desenvolverem aptidão à utilização da água de reuso para atividades que forem convenientes (5, 9 ou 15); estimular a inserção no plano diretor a aplicação de estruturas para captação da água da chuva em construções públicas
- Restringir o uso de agrotóxicos na agricultura e sua posterior condução aos rios e mares.
- Estabelecer políticas que incentivem a produção de energia limpa, sem interrupção dos fluxos hídricos (barragens), inclusive com incentivos fiscais, como energia solar, eólica, das marés e outras que sabemos já foram desenvolvidas. Ou seja, evitar as barragens, evitar o alagamento de áreas, a desapropriação de terras e o desaparecimento de cachoeiras e cascatas, isso através de incentivo fiscal e financiamento para que as pessoas consigam implantar sistemas em pequena escala, mas que os totais representam uma grande contribuição energética.
- Ampliar o monitoramento de lixo urbano ampliação dos processos de reciclagem.
- Otimização do uso e gestão de perdas.
- Promover o reuso de efluentes tratados de esgoto: incentivar e fomentar a implementação de modelos de gestão e técnicos que possibilitemos reuso. Revisar as normas da **ANEEL** para proteger o uso para abastecimento humano; gestão de riscos: implantar e promover a gestão de riscos com autonomia para implantar racionamentos.
- Incentivar o reuso da água, de modo a diminuir a utilização de água, principalmente em empresas, sendo importante quebrar preconceitos que a sociedade civil muitas vezes tem com esse tipo de reutilização da água.
- Cobrar que as ações existentes sejam efetivadas.
- Melhorar a eficiência da irrigação (assistência técnica).
- Incentivo ao reuso de água não potável; incentivo ao aproveitamento urbano de água de chuva.
- Integrar os municípios nas questões de financiamento direto.
- Preservação das águas subterrâneas. Todo acesso às águas subterrâneas (poços artesianos) deve ser realizado por empresas especializadas, cadastradas e autorizadas para tal. Sob pena de possibilitar a contaminação destes.
- O uso de agrotóxicos: sob pena de responsabilização devem ser utilizados aqueles que não poluem os rios e águas subterrâneas. Prazos para

adequação a esta norma, e ou, desenvolvidas agrotóxicos que não poluem o ambiente.

- Implantação de pontos de entrega voluntária (PEV) e ecopontos nos municípios, com ampla divulgação, a fim de conscientizar a população a não jogar lixo em rios e arroios.
- Novas tecnologias - utilização de tecnologias que visem o reuso da água, seja dessalinização da água do mar, seja captação de água da chuva, reuso de água de banho. Fazer com que estas necessidades de extrema importância sejam cobradas e exigidas em obras residenciais e comerciais futuras de forma que a conscientização da população com relação à água seja reeducada ao longo dos anos.
- Captação de água da chuva - incentivar a captação de água de chuva inclusive com orientação técnica pública.
- Incentivo à pesquisa...
- Implantação de sistema para recolhimento de lixo nos recursos hídricos...
- Apoio financeiro para construção de cisternas para represar água da chuva mesmo em áreas com água abundante. (Regiões litorâneas, por exemplo).
- Colocar pequenos córregos e riachos sob domínio e responsabilidade municipal, para que sejam mais bem protegidos.
- Utilizar de sensores de solo de baixo custo para manejo da irrigação e promover a extensão rural sobre o assunto.
- Deixar de investir em usinas hidrelétricas e investir em energia solar e eólica, uma vez que esta pode ser gerada próxima aos locais onde são consumidos, evitando gastos com fios, postes e outros materiais destinados a levar a energia da hidrelétrica até o local onde é utilizado. Incentivar que residências tenham sistema de coleta de água da chuva e incentivar projetos que visem reutilizar água para outros fins (ex: água que se lava louça ou que se toma banho pode ser usada para descarga ou para lavar o quintal da casa). Além de ter um projeto que vise filtrar um pouco esta água reutilizada para fins que não sejam consumo humano para servir como bebida. Incentivar projetos de geração de energia eólica ou solar (preferencialmente nas residências) podendo estabelecer parcerias entre residências e fornecedoras de energia elétrica, já que elas nunca vão querer parar de lucrar muito com a geração de energia elétrica e vão dificultar projetos que visem gerar energia elétrica em casa. Deixar de investir em usina hidrelétrica, deixando espaço para que os rios, bacias e etc.
- Incentivo a piscicultura.
- Priorizar outras formas de geração de energia, principalmente aquelas que não gerem impacto ambiental alto nos mananciais.
- Dessalinização para indústrias próximas ao mar.
- Racionamento, reutilização.

- Incrementar o desenvolvimento de formas alternativas de geração de energia elétrica, que não a base de água.
- Criar políticas públicas relativas aos resíduos, de todo tipo, que são descartados nos rios e lagos.
- Utilizar asfalto poroso para aumentar o aporte de água subterrânea.
- Investir no reuso das águas visando otimizar os recursos hídricos, diminuindo o consumo de água tratada.
- Garantir a água como um bem natural público.
- Ampliar a coleta e uso de água pluvial, principalmente em instituições públicas e grandes consumidores.
- Executar políticas públicas para reverter o processo de impermeabilização das cidades para que as águas possam penetrar no solo de toda a cidade, de modo a beneficiar as árvores das cidades e, bem assim, chegar às calhas dos rios e ribeirões de forma paulatina, evitando as inundações e mantendo a umidade no solo por mais tempo
- Realizar e incentivar o tratamento e reuso da água.
- Estimulo a melhoria na governança
- Gerar multa para quem gastar água sem necessidade assim a sociedade passará a dar mais valor na água
- Os espaços urbanos de lazer garantem a valorização dos corpos d'água. À medida que a população valorizar os rios, automaticamente haverá a proteção dos mesmos.
- Honestamente, as perguntas de 01 a 15 nem tinham que ser questionadas. É obvio que todos querem transparência e medidas de melhorias como as perguntadas, acho que as perguntas deveriam ser feitas no sentido de diagnosticar qual o nível de interesse e conhecimento da população sobre o PNRH. A partir de aí fazer os ajustes necessários no plano para que as situações de desconhecimento e desinteresse pudessem ser atacadas. Achei que houve pouca divulgação sobre essa pesquisa de opinião
- Aplicação de multas mais severas para o flagrante (empresas, entidades, população em geral, inclusive órgãos privados) de desperdício de água
- Promover técnicas de reuso de água
- Obrigatoriedade de reutilização da água
- Incentivar o reuso da água
- Desenvolver uma nova técnica para o sistema de ar condicionado, pois este tipo de aparelho gasta muita água
- Reservatórios, para estudo para implementação nas cidades ou bairros
- Acesso ao investimento para pessoas físicas ou jurídicas de recurso financeiro com objetivo de trabalhar a reutilizar são da água em casas e indústrias

- Se conseguir implementar o que se propor acima já será um bom começo
- Punir o desperdício de água
- Aumento de pena - aumentar as penas para crimes ambientais, inclusive em relação à poluição dos corpos hídricos (
- Maior transparência e seriedade na gestão pública
- Combater especulação imobiliária
- Obter projetos de manejo de águas pluviais, algo que faça com que se aproveite a água da chuva
- Sobre as microbacias urbanas
- Melhoria de trajetos feito por caminhões que abastece locais onde há seca
- Multar e recolher os valores das empresas poluidoras para amenizar os problemas causados por elas
- Deve-se analisar quais bens devem ser do estado e quais tem que ser da união e verificar com veemência as responsabilidades atribuídas a esses órgãos e fiscalizá-los
- Implementação de projetos e pesquisas que visam o reaproveitamento da água, evitando desperdiçá-la; melhor participação com o ministério do meio ambiente, com o objetivo de criar ou revisar políticas sustentáveis
- Incentivar uso de água da chuva e água de reuso
- Multar as pessoas que desperdiça a água tratada
- Criar regras de reuso de água para as indústrias
- Construção de barragens de grande porte
- Fazer cumprir a lei 9433
- Ampliar o número de bolsas para pesquisa e desenvolvimento de projetos que visem uma melhoria significativa no tratamento da água e esgoto em nosso país
- Reavaliação da transposição do rio **PARAÍBA**
- Criar uma infraestrutura de captação e conservação da água de chuva.
- Proibição do uso de agrotóxicos que contaminam nossas fontes hídricas e estão acabando com o meio ambiente.
- Programa obrigatório para o reuso da água, principalmente para aproveitar na agricultura.
- Reestudar geração de energia hidrelétrica substituindo por solar, eólica (desde que não no litoral), protegendo matas ciliares, e incentivando reflorestamento com espécies nativas, e principalmente tornar crime mudar curso, vazão, ou ainda canalizar rios de qualquer tamanho.
- Criteriosa definição da dominialidade das águas, de maneira a evitar sobreposição de competências e/ou ausência de compromissos. Novamente, reforço importância da definição da dominialidade das águas, numa

- articulação entre **CNRH** e conselhos estaduais de recursos hídricos, bem como agência nacional de águas.
- Valorização da pesquisa: integrar as pesquisas que vêm sendo realizadas no país, com modelos apropriados a nível regional, nacional.
 - Incentivar o uso das águas pluviais: esta ação diminuirá o impacto da retirada de água diretamente de reservatórios naturais.
 - Incentivo de sistemas de irrigação que utiliza pouca água porem com muita eficiência como, por exemplo, o sistema de irrigação por gotejamento.
 - Lixões e aterros. Objetivo: ação de planejamento e fiscalização no que diz respeito aos lixões e aterros, com a finalidade que estes não contaminem a água subterrânea nos seus territórios.
 - Rever as manutenções nas instalações subterrâneas, as quais são antigas e estão desgastadas provocando o desperdício de água por vazamentos.
 - Incentivar o sistema de reuso das águas.
 - Tratar a água sem produtos químicos.
 - Os rejeitos devem ter descarte adequado. Principalmente as indústrias devem ser obrigadas a se responsabilizar por seus resíduos e não os lançar no meio ambiente e em corpos d'água.
 - Implementar um decreto que determine um prazo para os proprietários de residências e afins que não estejam ligados à rede coletora de esgoto.
 - Aumentar a captação e utilização da água pluvial - ou seja, armazenar a água que escoar pelas ruas de **SÃO PAULO** para algum local adequado para que essa água possa ser utilizada na limpeza pública e outras utilizações que não necessitem de água potável. Poderiam inclusive colocar bombas ou tanques de armazenamento nos locais que a prefeitura sabe que são pontos de alagamento.
 - Gestão da água gerada pelos ares-condicionados, tanto para residências, entidades públicas e/ou privadas.
 - Achei terrível esse questionário. Não se faz consulta popular sem espaço para novas idéias. Lamentável.
 - Investigação dos investimentos dos órgãos públicos. Muitos recursos destinadas as obras de beneficiamentos sociais relacionadas as águas são comprometidas por meio de desvios de verbas (ex: transposição do **RIO SÃO FRANCISCO**) devem ser tomadas medidas de monitoramento que zelem pelo recurso a ser destinados e pelo tempo de sua execução e conclusão.
 - Criar incentivos para a sociedade economizar água para que vire rotina e não pareça obrigatório.
 - Colocar efetivamente em prática a legislação existente.
 - O uso de energia sustentável; (em minha opinião) o funcionamento de energia térmica, como alternativa em tempos de seca, já deveria ser extinto e substituído por um modo mais sustentável.

- Controle, administração e distribuição de água por instituições estatais.
- Implantar um trabalho permanente de controle sobre o desperdício de água na residência e órgãos públicos, como sendo uma das formas de se trabalhar o uso racional desse recurso essencial a vida no planeta.
- Instalar dessalinizadores na costa marítima para garantir o abastecimento das capitais litorâneas.
- Realizar a perfuração dos poços profundos no litoral e conduzir a água para grandes cisternas.
- Alertar os órgãos governamentais da necessidade de realizar a transposição de grandes rios para a região nordestina.
- Leis específicas para garantir o uso racional da água evitando desperdícios, pois a nossa legislação ainda está muito capenga. Vejo constantemente abertura de novos equipamentos que consomem água sem nenhum controle dos órgãos ambientais ainda devido a concentração do licenciamento ainda está nas mãos dos estados e não dos municípios.
- Desenvolver e implementar um programa nacional de governança participativa da água, com atuação em nível local, em rede de parcerias conectada ao nível das bacias hidrográficas, baseado na emblemática experiência do programa cultivando água boa (CAB/ITAIPU), premiado pela ONU como melhor do mundo nesta perspectiva.
- Fomentar estudos integrados de bacias hidrográficas em escala municipal. (9) reforçar a agenda 21 como política pública a ser seguida rispidamente. Fomentar estudos técnicos científicos de instituições públicas e privadas no que tange a respeito das questões ambientais que são complexas e demandam de uma organização bem estruturada e que caminhe junto com a PNRH.
- Revisar com a sociedade o conceito de recurso hídrico, a água é em primeira análise um elemento natural de extrema importância, devemos mudar o conceito de recurso e sim saber que se a utilizarmos para uma determinada finalidade irá faltar em outra. Energia renovável e limpa, impor leis de incremento e desenvolvimento de tecnologias para a geração de energia limpa.
- Unir o governo federal e estadual para executar ações de saneamento básico.
- Reavaliar a vazão mínima das barragens, para diminuir os impactos ambientais causados pela mesma.
- Reestatização de empresas do setor de recursos hídricos que foram privatizadas integralmente ou em parte; fim da cobrança mínima (taxa mínima); fim do desconto para grandes consumidores (como shoppings, grandes empresas, etc.).
- Suspender a construção do complexo do RIO TAPAJÓS.

- Impedir a construção de usinas hidrelétricas de baixa viabilidade econômica, social e ambiental.
- Investimento em novas tecnologias eficientes para potabilizar a água de reuso para fins de consumo humano, levando em consideração a qualidade da água, não o seu histórico. A criação de resiliência ambiental e econômica é possível evitar eventuais crises hídricas decorrentes do consumo exagerado das reservas de água doce em função do alto crescimento populacional, entre outros, gerando um desgaste ambiental lastimável.
- Desenvolver ações junto aos órgãos municipais para a diminuição da perda de água no abastecimento urbano.
- Definição de vazões ambientais.
- Integrar política de resíduos sólidos juntamente com a PNRH, objetivando a diminuição do lançamento de resíduos que não seja água em corpos hídricos.
- A diminuição do uso da água, não jogar lixo e prevenção da natureza.
- Incentivo à controle de perdas de água: apoiar ações, tecnologias, incentivos às empresas públicas e privadas, principalmente, as companhias de água e esgoto para investir no controle das perdas de água, ou seja, tornar seu uso mais eficiente em termos industriais e minimizar as perdas de água na distribuição.
- Política de inserção do produtor de forma direta no valor dos recursos hídricos para humanidade.
- Incentivo a criação de políticas públicas que visem a criação de códigos que tratem melhor o assunto zoonose, em face de grande incidência de animais como a capivara que possui o seu habitat nas encostas dos rios e levam parasitas como o carrapato até próximo os animais domésticos.
- Aumentar o número de agências de bacias.
- Políticas públicas de fácil implementação.
- Promover uma adequação entre as normas e critérios para a gestão de rios federais e estaduais. Criar mecanismos eficientes de publicidade e controle das ações relacionadas a gestão dos recursos hídricos por entidades da sociedade civil organizada relacionadas ao tema.
- Implementar programas de recuperação integrada de micro bacias no formato do programa cultivando água boa que ocorre no oeste do **PARANÁ**.
- Fortalecer os órgãos gestores estaduais de recursos hídricos.
- Exigência de plano de reuso de água por parte do setor comercial e industrial.
- Gestão - eficiência na gestão hídrica.
- Economizar água no nosso dia a dia.
- Água é importante para nosso planeta.

- Ter uma atenção nas áreas irrigadas, em relação a salinidade, uso de agrotóxicos, adubos químicos entre outros.
- Adequar a construção civil, para o uso sustentável da energia e da água.
- Reavaliar o conceito de dominialidade da água.
- Reativar os poços artesianos que estão desativados por falta de bombeamento e limpeza dos poços.
- Domínio das águas subterrâneas para a união: outorgar uso de água subterrânea pelas agências federais.
- Desenvolver ações para o reuso da água; desenvolver ações para a captação da água e conservação na própria residência, desenvolver ações para a interligações de bacias hidrográficas.
- Embora seja capitulado no estatuto das cidades e a lei de política nacional de resíduos sólidos, cabe uma ação em todos os municípios Bacias hidrográficas-grande, pois se percebe que não há critério para descarte de resíduos, caçambas são depostas em topos de morro, área de recarga e muitos locais inadequados, contribuindo para assoreamento de muitos rios e consequentemente qualidade das águas.
- Integração de bacias e microbacias, e construção de médias e pequenas barragens.
- Fortalecimento institucional de órgãos relacionados a temática água.
- Deveria haver item de penalidades mais claro com responsabilização civil e criminal dos infratores.
- Desenvolver leis de consumo responsável com punições rigorosas para quem utilizar a água (de rios, lagos, córregos, água subterrânea, etc.) de forma irregular.
- Atenção especial com as áreas irrigadas, para minimizar o efeito da poluição dos corpos hídricos superficiais e subterrâneos.
- Combate a agronegócio, punição eficaz da **SAMARCO**.
- Trabalhar na descentralização das ações dos comitês.
- Incentivo a sistemas de captação de água.
- Melhoria no trâmite de descentralização de recursos aos comitês de bacia hidrográfica do estado de **SANTA CATARINA**.
- Um olhar para a biodiversidade das bacias hidrográficas: vegetação e fauna como agentes importantes das águas das bacias
- Dar condições à população para o reuso da água da chuva.
- Para os empreendedores não é vantajoso pagar pela água bombeada que poderia ser reutilizada, pois não demanda só o custo da captação, mas também da estrutura para o tratamento. Sendo assim é comum ver edifícios despejando água na sarjeta das ruas. Existem várias lacunas neste caso e

- casos parecidos e que demandariam uma atenção diferenciada para evitar o desperdício de água.
- Fazer que o setor privado não seja apenas um pagador de consumo e sim responsável pela qualidade da água de influência da empresa.
 - Aplicação de multas.
 - Acompanhar, sistematicamente, os programas de educação ambiental dos grandes empreendimentos hidrelétricos, sucroalcooleiros, mineração, grandes eventos.
 - Tudo deve estar focado no uso racional da água.
 - Fiscalizar intensamente o desperdício de água, premiar com descontos nas contas os usuários que reutilizam a água, fazer campanhas maciças onde o desperdício é zero
 - Ganhar dinheiro limpando rios com provas, recompensa para denúncias de poluição, e métodos de aproveitamento da chuva.
 - Adequar a atual estrutura de gestão hídrica prevista na PNRH à realidade amazônica, promovendo condições de fomento e implantação das estruturas de gestão em cada estado amazônico e no nível transfronteiriço.
 - Valorização das águas urbanas - valorizar canais e rios urbanos para que a sociedade volte a enxergá-los como fonte de vida e não de problemas e doenças. Assim, conquistar apoio popular a ações de despoluição.
 - Planejamento municipal: as ações precisam fortalecer o planejamento e a gestão no município para haver maior integração das políticas setoriais. Papel dos comitês: os comitês de bacias precisam fortalecer a participação dos municípios como agentes do processo de planejamento dos recursos hídricos e não somente para buscar recursos. Há pouca participação do poder público municipal na construção desse planejamento e é na área do município que ocorrem os problemas que vão impactar os recursos hídricos, sejam no âmbito do meio ambiente, saneamento, habitação, etc.
 - Incentivo fiscal - redução de impostos ou pagamento para aqueles que instalam sistema de reaproveitamento da água da chuva.
 - Maior implementação de transporte hidroviário.
 - Utilização de tecnologias similares às do CAR para o cadastramento e gerenciamento de recursos hídricos (quantificação, enquadramento, geolocalização e gerenciamento), além dos dados sobre recursos hídricos inseridos nos cadastros ambientais rurais. Adotando estas tecnologias será possível realizar a caracterização dos recursos hídricos do país, facilitando a sua gestão e gerenciamento.
 - Multar empresas, indústrias ou qualquer outro tipo de segmento econômico que polua rios, nascentes e demais zonas hídricas, além de multar também quem desmata regiões próximas às zonas hídricas

- Análise criteriosa do eia dos grandes empreendimentos de transposição por parte da **ANA** com respeito ao PNRH e ao plano decenal das bacias.
- Reavaliar outorgas emitidas de uso de recursos hídricos quanto á vazão de captação e lançamento de efluentes, respeitando a capacidade suporte de cada corpo hídrico.
- Incentivar tecnologias de reuso de água pluvial
- Estipular limite para consumo diário com o fim de evitar desperdício. Política de uso racional da água para os setores que mais utilizam: cobrar medidas que diminuam o desperdício, por exemplo, sistema de reutilização.
- Deve-se dialogar com os planos diretores das cidades, para evitar a canalização de rios.
- Buscar alternativas diferentes do que a transposição de outras regiões. Uma possível solução é estabelecendo planos de longo prazo e a cobrança pelo uso da água.
- Fiscalização das autarquias responsáveis pela distribuição da água: uma vez que a coleta e distribuição da água, um bem público, fica sob encargo de autarquias, a fiscalização dessas instituições é algo extremamente importante, para saber se ela está desempenhando sua função corretamente e se nenhum problema gerencial está sendo evidenciado
- Promover e fortalecer as instituições estaduais e municipais relacionadas à gestão de recursos hídricos com plantel técnico adequado, infraestrutura e logística; promover mais interação entre **ANA** e os órgãos estaduais e municipais de gestão hídrica através da realização de eventos estaduais/locais
- O uso moderado da água para a utilização de defensivo agrícola na lavoura. Fiscalizar o uso de agrotóxico nos cultivos de soja, milho e outras, este sim e um grande poluidor de nascente e da água que está no subsolo
- Desenvolver estudos sobre a vazão ecológica dos rios para subsidiar a outorga. Inserir na gestão de recursos hídricos a figura da biodiversidade aquática como um dos usuários da água
- Promover quantitativo humano para realizações propostas
- Ampliação dos indicadores de qualidade da água, tais como os indicadores biológicos, que já foi implantado e tem tido sucesso nos programas de gerenciamento da qualidade da água na **EUROPA** e **EUA**, por exemplo.
- Trabalhar em defesa da não cobrança de acesso a praias e cachoeiras no **BRASIL**
- Integrar ativamente os poderes executivo e legislativo municipais nesta discussão, assim como também os tribunais de contas, o **MPF** e **MPE**, a fim de assegurar que recursos direcionados às ações sejam devidamente aplicados

- Garantir a governança na descentralização efetiva, na participação estimulada, integração dos entes e stakeholders do SINGREH e participação ampliada dos atores relacionados
- Adaptar hidrovias
- Uso consciente da água nos estabelecimentos.
- Reutilização da água das chuvas
- Criação de leis mais rígidas quando falamos de poluição fluvial, principalmente quando está envolvido despejo de metais pesado (para que não ocorra o que ocorreu em mariana)
- Integração em entes federados para melhorias em conjuntos dos rios que cortam os seus territórios
- Criar uma legislação federal específica para as veredas, murundus e covais; criar uma legislação federal que proíba plantação de espécies exóticas em terrenos úmidos e próximos a nascentes no mínimo 50 metros de distancia
- Destinar parte da arrecadação da TAE para um fundo de meio ambiente para gestão prioritária das bacias hidrográficas
- Uso adequado dos recursos hídricos em todos os setores com o reuso de água (indústrias, plantações e no saneamento básico.
- Investimentos, vergonha na cara, menos corrupção.
- Planejamento de longo prazo em vista a ser criada uma rede nacional de água potável e renovável, que envolva todas as esferas do executivo e legislativo e judiciário, de forma a captarmos o excedente (inundações), e distribuir-se de forma equânime por todo o país, de forma que tenhamos um projeto de excelência mundial a aproveitarem-se desde as inundações no **RS**, para que esta mesma água - através de uma ampla rede - abasteça o árido **NORDESTE**, bem como, captarmos água e dessalinizarmos a água do mar em mini-estações ao longo de toda nossa imensa costa. Que as indústrias e demais atividades poluidoras sejam direcionadas a utilizar água renovada (reciclada).
- Verificação das perdas e gestão das empresas prestadoras de serviços hídricos nas cidades de pequeno porte evitando o desperdício.
- Reutilizar a água como forma de diminuir o consumo.
- Estimular fortemente o uso racional no campo e em cidades.
- Aproveitamento da chuva. O aproveitamento permite o uso da água para diversas finalidades em que não necessidade de água de excelente qualidade, como por ex., dar descargas.
- Melhorar gestão zonas costeiras, controlar crescimento urbano sobre áreas naturais próximas a costa ou rios.
- Se as perguntas acima forem implementadas de acordo com as suas afirmações, teremos uma política mais transparente e atuante em nosso

- país. Com mais informação a população de uma forma geral poderá participar e cobrar aos gestores recursos e ações.
- Fomentar o desenvolvimento de pesquisas e desenvolvimento na área de gestão de recursos hídricos.
 - Aplicar o PGRS (resíduos sólidos) da política nacional ambiental as demais leis ambientais. Constituir os planos e zoneamentos ambientais. E conservações e usos dos parcelamentos urbanos e rurais.
 - Penalizar os que utilizam demais ou que mentem ou furtam água.
 - Exigir das propriedades rurais controle de erosão e técnicas conservacionistas do solo-água.
 - Promover ações de zoneamento ambiental para terras indígenas, com foco na qualidade da água que as servem.
 - Obrigatoriedade da criação da agência de bacias (estipular prazo para a criação das mesmas)
 - Criar um plano de incentivo a captação de águas de chuvas em regiões de secas (**NORDESTE**).
 - Criar leis rígidas que protejam, de forma eficaz, as nascentes e matas ciliares, punir severamente quem descumprir tais leis.
 - Fazer da água salgada potável.
 - Incentivar e implementar o fomento a projetos de pesquisa relacionados à gestão dos recursos hídricos de forma descentralizada nos comitês de bacias.
 - Atenção especial com as áreas irrigadas, em relação a contaminação dos solos e consequentemente das águas subterrâneas.
 - Penalizar empresas como a Samarco que fazem desastres irreversíveis para o meio ambiente, como o que aconteceu em **MARIANA** e até agora nada aconteceu, e mais rios e mares continuam a ser poluídos. Punir a Sabesp por abrir comportas e deixar milhares de desabrigados em **FRANCO DA ROCHA/SP**.
 - Criar mecanismos de apoio financeiro aos comitês de bacia e aos membros civis desses comitês, onde não existe agência de água como forma de garantir a participação destes nas reuniões e ações do colegiado.
 - Ampliar o conhecimento e fomentar projetos que façam uso de tecnologias alternativas e sustentáveis para geração de energia dando preferência à uma matriz energética que seja mais compatível com a sustentabilidade dos recursos hídricos em escala nacional. Reverter a modificação feita no novo código florestal onde foi permitido a diminuição da mata ciliar e exploração de todos de morro para garantir a quantidade e qualidade da água à longo prazo.
 - Maior controle/fiscalização sobre os despejos irregulares nos corpos d'água e dos regulares, que muitas vezes estão impróprios, também. Incentivos

- para as empresas atuarem corretamente. Punição severa para as empresas que não agirem corretamente.
- Recuperar ao máximo as matas ciliares com a realocação das pessoas que ocuparam essas APPs durante os anos, ainda que já sejam áreas de ocupação consolidadas, porque é mais fácil remover pessoas que remover rios.
 - Incentivar a indústria da construção civil a elaborar projetos que visam a sustentabilidade da água nas edificações.
 - Promover, numa abordagem sistêmica, os nexos água, vida, energia, meio ambiente, alimento, inclusão, cultura da água e cultura de sustentabilidade, educação formal, não formal, difusa e edu-comunicação transformadoras, protagonismo dos diversos atores envolvidos, uma governança inovadora (não só governos, mas empresas e sociedade, com metas e compromissos compartilhado). Mais qualidade e quantidade de cidadania envolvida gerará mais quantidade e qualidade de água.
 - Estimular decididamente a gestão por bacia hidrográfica, mas - com lupa - promover a gestão por microbacias (onde está o cotidiano de tudo e de todos, recuperando nascentes, conservação de solos, plantio direto de qualidade, estradas rurais readequadas, mata ciliar e outras práticas urbanas e rurais que cultivam água, com fomento de política nacional, estadual, regional e local de uso, reuso e reciclagem da água tanto na área pública quanto privada;
 - Fortalecer agendas locais 2030, com diálogos entre os objetivos de desenvolvimento sustentável - dos - (objetivo 6 e outros interdependentes), as mudanças climáticas e metas Brasileiras de redução dos gases de efeitos estufa, de práticas de cuidado com a água, seus multiusos e a pegada hídrica, inclusive nas cadeias produtivas, com monitoramento da qualidade/quantidade da água e das emissões, com banco de dados das melhores práticas e valores de referência quanto ao desempenho alcançado.
 - Decretar desastres ambientais como o do rio doce como crime contra a humanidade e evitar a impunidade gritante que envolve este caso específico.
 - Desperdício de água (vazamentos). O governo tem que ter mecanismos suficientes para a verificação de roubo de água e verificação de vazamentos em áreas públicas, ou seja, se aparelhar para o melhor controle da vazão de água.
 - Tornar programa de governo a construção de barragens ou açudes nas propriedades rurais. Incentivar o uso da irrigação para a produção de alimentos. Incentivar o uso dos recursos hídricos quando estes ainda estão em terra, pois depois que alcançarem o mar, não serve mais.
 - Incentivo a reutilização da água após tratada.
 - Investimentos na investigação dos vazamentos de água de responsabilidade da empresa concessionária de água e cobrar que as providências sejam

sanadas com o máximo de prioridade. Encorajar o uso da água de reuso para a indústria e comércio, filtrada nas estações de tratamento de água e distribuída em tubulações especiais.

- Revisar o código florestal, pois com o atual texto todos os recursos hídricos estão sendo prejudicados.
- Políticas públicas de reuso - promover políticas públicas que enfatizem a reutilização da água de modo que essa ação pode gerar um benefício para o executor, por exemplo, dedução no imposto de renda.
- Produzir menos lixo, evitar o desperdício de água.
- Incentivo ao uso racional da água.
- Acabar com a impunidade e a falta de vergonha.
- Acompanhamento das decisões em plenária dos comitês de bacia por meio de imprensa local (canais públicos): assim como acontece com a câmara dos deputados, por exemplo, para ser cumprida a promessa de participação democrática na gestão dos recursos hídricos, se torna obrigatório o acompanhamento de todas as decisões dos comitês por toda a sociedade integrante da região em questão.
- Estimular produções com reutilização dos recursos hídricos, oferecendo vantagens para quem produzir desta forma
- O sistema de gestão de recursos hídricos deve se tornar pragmático e parar de enfatizar apenas a parte institucional e discussões abstratas, políticas e ideológicas. Precisamos de soluções reais para nossos problemas reais
- Exigência por lei, o qual a falta deste acarrete na não liberação do projeto e a não aplicação impedimento de continuidade de seus trabalhos. Que valha retroativamente.
- Agências estaduais da água: criar agências estaduais com atuação de fiscalização e cobrança do uso da água.
- Cuidado com desperdício de água das cisternas de armazenamento em residências, prédios públicos e privados
- Incluir os municípios na gestão das águas promovendo a compensação aos municípios que cuidarem bem dos seus recursos hídricos
- Incentivo de captação de água de chuva: criar um sistema padrão para que todas as casas possam aproveitar a água da chuva para utilização posterior em atividades domésticas
- Desincompatibilizar as ações citadas de questões político partidárias
- Melhor comunicação entre as partes interessadas (estados, municípios, sociedade, empresas)
- Controle no uso de agrotóxicos como ferramenta de gestão dos recursos hídricos
- Incentivos fiscais para a utilização de água de reuso; combate ao desperdício de água do tratamento ao consumidor

- Transparência do governo, evitando ao máximo medidas drásticas de corte de abastecimento de água, alegando, entretanto, haver disponibilidade para toda a população
- Permitir e incentivar o tratamento e reuso de efluentes para fins potáveis
- Focar na qualidade das águas superficiais, aplicando o IQA para todas as bacias monitoradas
- Os mananciais devem ser tratados como tesouro nacional, elevando o status de recursos renovável para tesouro nacional; crime ambiental para quem destruir vegetação ribeirinha mesma em grandes cidades e que crimes ambientais contra os rios seja tratado de forma mais pesada
- Limpeza dos rios urbanos
- Sendo o BRASIL um dos países com maior potencial de água doce transposição entre bacias poderia sanar de vez a seca em regiões de baixo índice
- Estruturar órgãos gestores deste recurso ao atendimento imediato para situações de sinistralidade na rede de distribuição
- Política de subsídios para instalação de sistemas para coleta e armazenamento de águas pluviais em edificações individuais e coletivas
- Criação de legislação específica para proteção das várzeas ou planícies de inundação; desassoreamento do leito dos rios
- Entidades estaduais: reestruturar as entidades de implementação dos instrumentos da política, dotando-os de capacidade para reestruturação dos seus sistemas de captação e distribuição, pois grande parte da água captada se perde devido a tubulações com problemas
- Flexibilizar exigências para a uso de água em irrigação, permitir captação de água em APPs e também barramento de pequeno curso d água, pois após açude encher a água segue normalmente para os rios.
- Aumento do teto das multas e punição mais rígidas para pessoas físicas e jurídicas poluidores.
- Exigir que os gestores das empresas concessionárias e ou permissionárias cumpram efetivamente sua função social no justo e equânime acesso à água.
- Uso da água do lençol freático.
- Incentivar o uso das águas pluviais.
- Multar as multinacionais que abrem estradas nas áreas rurais, quando o proprietário destas áreas rurais não autoriza a abertura de estradas.
- A proibição, indiscutível, de invasões, construções ou a venda de terrenos perto de nascente ou sobre estas.
- Não pode ser admitida a captação de águas doces classe 4 para abastecimento humano, o que, infelizmente, é comum.
- Adequar todas as Bacias hidrográficas do País à lei 9433 - lei das águas.

- Melhorar os mecanismos de socorro aos municípios em situação de emergência por falta de água. Talvez a criação de um fundo específico para isso.
- Divisão das áreas das cidades conforme suas bacias, divulgando capacidade, vazões e fluxo.
- Incentivar a reservação de água nas propriedades rurais, residências e indústrias.
- Instalar em todas as escolas cisternas para o reuso; instalar em todas as propriedades rurais cisternas para utilizar com os animais e também na propriedade; instalar painéis solares para não dependermos da usina hidrelétrica e para toda residência que tiver cisterna beneficiar com descontos (selos verdes) uma forma da população se organizar e aderir a idéia.
- Inserir o termo educação ambiental na nomenclatura da atual câmara técnica de educação, capacitação, mobilização social e informação (CTEM) do CNRH, assim como na nomenclatura do programa IV do PNRH.
- Criar um órgão que seja exclusivo para a descontaminação e despoluição dos recursos hídricos com o auxílio financeiro das empresas dos pólos industriais.
- Definir a prioridade para o uso da água nas atividades agrícolas ao longo das bacias com o uso de indicadores, critérios e do monitoramento da área irrigada como suporte à decisão na alocação de água; serviço de assessoramento ao irrigante; criação do comitê técnico integrado do uso da água no setor agropecuário do estado.
- Criar leis mais rígidas e fazer ser cumpridas custe o que custar doa a quem doer.
- Criar um selo ecológico fornecido para empreendimentos/conjuntos residenciais que comprovem a coleta, tratamento e reuso de águas cinza; incentivar o uso de sistemas economizadores de água, através de redução de impostos, por exemplo; incentivar escolas, hospitais, casas a instalarem sistemas de aproveitamento da água da chuva.
- Acabar com o uso extensivo de agrotóxicos/pesticidas nas lavouras; cuidado, manutenção e punição para quem destruir ou ignorar as metragens estabelecidas por lei nas margens dos rios e lagos, para evitar assoreamento e destruição.
- Adaptação das construções para o melhor aproveitamento da água de chuva e água utilizada; proibição de substâncias agrárias e industriais tóxicas que contaminam a água.
- Retiradas das pessoas da margem do rio.
- Punir com mais rigor quem conscientemente concorre para a escassez e poluição das águas; implantar nos municípios ações que garantam a permeabilidade do solo

- Não à construção das barragens pedreira e duas pontes, pois tem a água vai para a REPLAN que está na operação lava jato.
- Controle de perdas das águas canalizadas.
- Estabelecer as agências de bacias.
- Incentivar permacultura.
- Redução de agrotóxicos que contaminam as bacias
- Abrir nova licitação para o gerenciamento dos recursos hídricos para que outras empresas possam participar com novas idéias e novas soluções
- Remunerar os produtores rurais que tem e protegem nascentes e valorizar produtores rurais que mantêm vegetação nativa, além de APPs e RL, intactas
- Racionamento nas cidades
- Punição - a má gestão dos recursos hídricos deveria ser passível de punição judicial
- Maior participação/integração com as universidades Brasileiras
- Preservar os murundus que são áreas de recarga do **RIO UBERABINHA** que abastece **UBERLÂNDIA**.
- Distribuir tanques para armazenamento de água reuso; implementar formas de armazenamento de água da chuva aproveitando água da chuva.
- Respeito à natureza, o ser humano não pensa nele mesmo, só pensa no dinheiro.
- Exigir, em âmbito legislativo, leis que imponham um planejamento e uma regulação do usufruto dos recursos hídricos em cada microbacia para haver o uso racional e controlado no atual e futuros momentos.
- Elaborar programas integrados de desassoreamento de rios e reutilização de resíduos de mineração.
- Controle hídrico do agronegócio (vai fiscalizar e quando for preciso atuar ou intervir o agronegócio que usar de forma abusiva os recursos hídricos).
- Desurbanização - regresso da ocupação humana em áreas que geologicamente deveriam ser preservadas e classificadas como APPs; penalização dos usos indevidos dos recursos hídricos - classificar com crime os abusos dos recursos e o desmatamento de áreas de significância para a ocorrência de nascentes e o equilíbrio de leitos dos rios.
- Incentivo doméstico para reutilização de água de forma segura e eficiente reduzindo o desperdício.
- Considerar as pluralidades culturais e formas de organização social dos povos Brasileiros em todas as ações que envolvam a gestão das águas, observando a legislação pertinente a exemplo da política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais (PNPCT).

- Propor ações eficazes para implantação da tecnologia (como a aplicada em **ISRAEL**) para dessalinização de águas marinhas para atender capitais e cidades costeiras evitando o consumo de mananciais de água doce para privilegiar as cidades do interior; patrocinar o desenvolvimento de tecnologias que permitam explorar o rio subterrâneo das **AMAZONAS** (rio Hamza), que corre 4 km abaixo do rio **AMAZONAS**.
- Integração entre cidades para a discussão do assunto e implantação de medidas que auxiliem de fato, incentivo maior e forte do poder público, tornando essa questão de alta importância não só no papel, mas por meio de ações concretas e eficientes, dando oportunidade a estudantes da área para tratar conjuntamente dessa questão.
- Ampliar o cadastro dos poços tubulares, a rede de monitoramento e a fiscalização dos poços tubulares.
- Estrutura adequada.
- Programa para gestão de rios intermitentes.
- Promoção de políticas integradoras para gerir os usos múltiplos.
- Integração plena com as demais políticas federais.
- Uso eficiente.
- Mapeamento das reservas utilizadas por PCTs.

ENQUETE

SITUAÇÃO DA QUALIDADE E QUANTIDADE DA ÁGUA NAS CIDADES

Percepção dos respondentes sobre a situação dos recursos hídricos em sua cidade.

Por meio do questionário para a sociedade foi realizada ainda uma enquete com os respondentes sobre qual a sua percepção sobre a quantidade e qualidade de água disponível (em rios, lagos, córregos, aquíferos, etc..) para os diversos usos existentes nas cidades. Para responder a essas questões foram colocadas as seguintes opções: I – Boa ou Muito Boa; II – Aceitável; III – Ruim ou Muito Ruim; e IV – Não sei informar – NI.

Quantidade de água disponível.

O Gráfico 11 apresenta a percepção dos respondentes em relação à quantidade de água disponível em seu município.

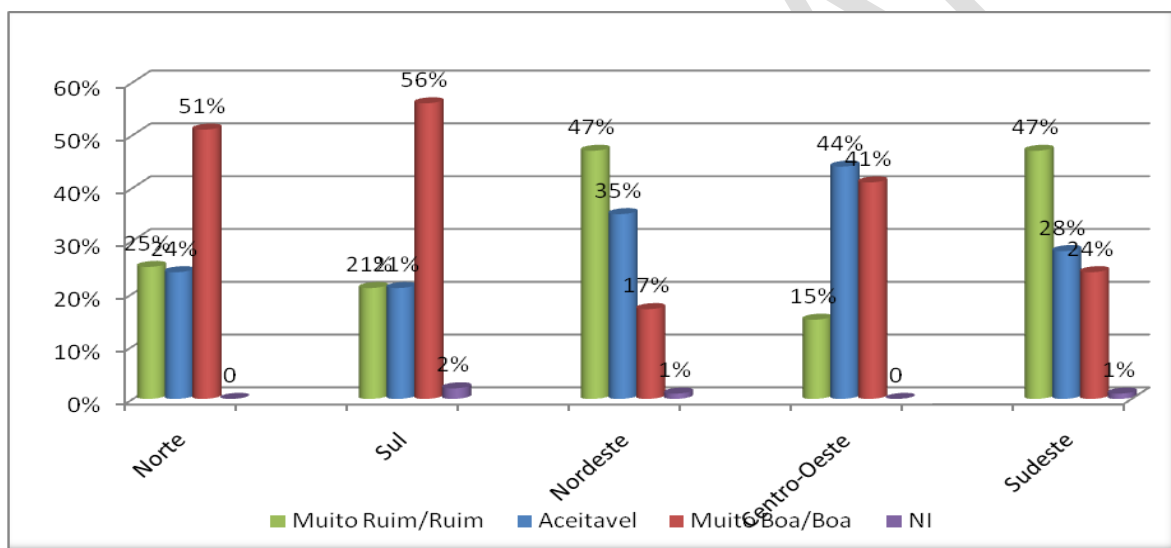


Gráfico 11: Percepção dos respondentes sobre a QUANTIDADE de água disponível em sua cidade.

A percepção sobre a quantidade da água disponível é, na maioria das respostas, “ruim ou muito ruim” para as cidades das Regiões Nordeste e Sudeste. Já para as Regiões Norte e Sul, a maioria dos respondentes considerou a quantidade de água disponível “boa ou muito boa”. Na Região Centro-Oeste concentraram-se a maior parte de respondentes que consideraram a quantidade de água disponível apenas “aceitável”.

O Gráfico 12 apresenta a percepção dos respondentes em relação à situação da QUALIDADE dos recursos hídricos disponível em suas cidades para os diversos usos, considerando as cinco Regiões do País.

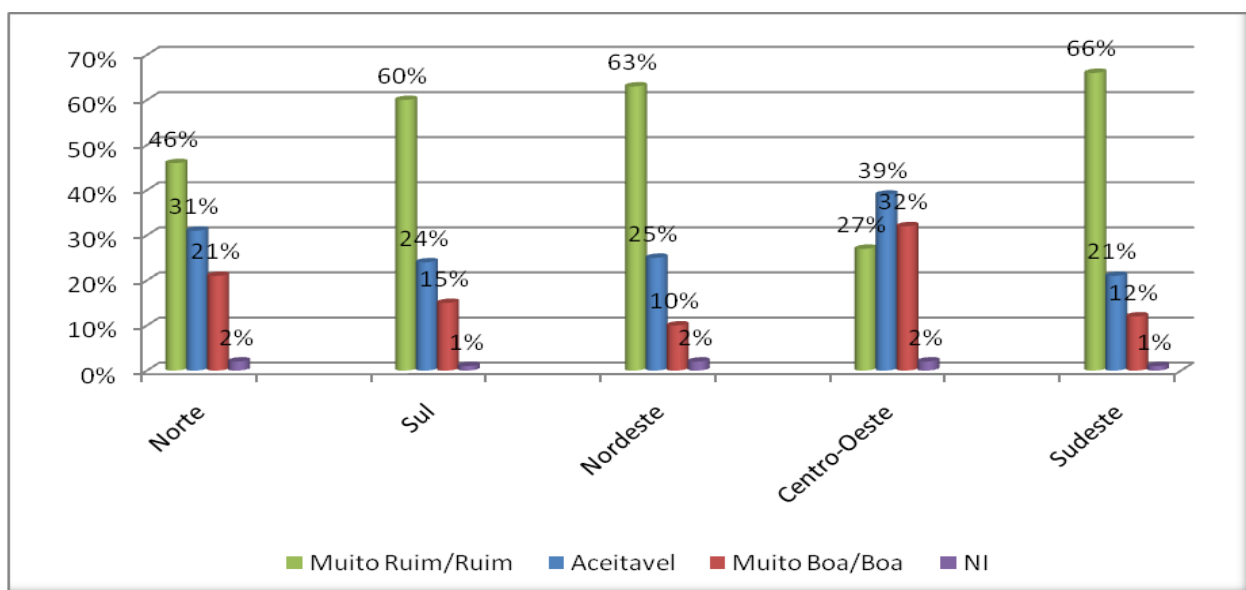
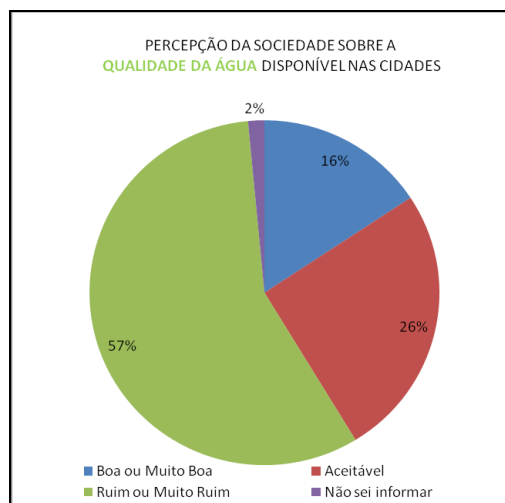
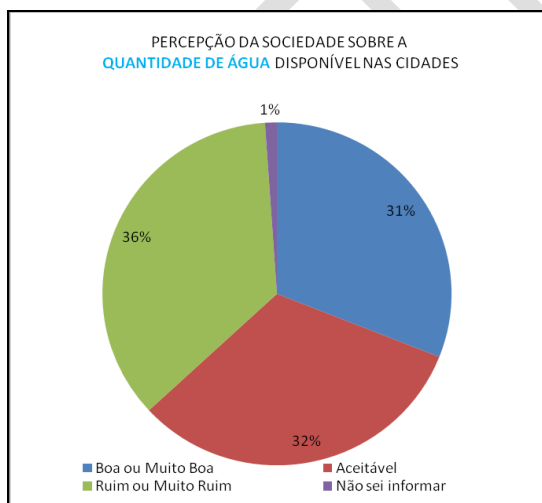


Gráfico 12: Percepção dos respondentes sobre a QUALIDADE da água disponível em sua cidade.

A percepção dos respondentes sobre a qualidade da água disponível é “ruim ou muito ruim” para as cidades situadas nas regiões Norte, Sul, Nordeste e Sudeste. Apenas na Região Centro-Oeste os respondentes consideraram a qualidade de água disponível nas cidades “aceitável”.

Os Gráficos 13 e 14 apresentam a percepção dos atores em relação tanto à quantidade, quanto à qualidade de água disponível nas cidades para os diversos usos, em nível nacional.



Gráficos 13 e 14 - Percepção dos respondentes sobre a QUANTIDADE e a QUALIDADE de água nas cidades em nível nacional.

Para a grande maioria dos respondentes (68%) a quantidade de água disponível nas cidades para os diversos usos é “ruim ou muito ruim” ou apenas “aceitável”. Já em relação à qualidade de água disponível, 57% dos respondentes consideraram “ruim ou muito ruim” e 26% apenas “aceitável”.

Próximos Passos

Os resultados da consulta pública serão analisados no âmbito da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos para a consolidação em ações prioritárias para o ciclo 2016-2020, que serão apresentadas durante o Seminário de Consolidação dos Resultados da Revisão do PNRH para 2016-2020, que acontecerá em setembro de 2016, envolvendo órgãos do governo federal, órgãos gestores estaduais de recursos hídricos, setores usuários e sociedade, para a pactuação das metas até 2020 e dos indicadores de desempenho do PNRH.

PRELIMINAR

ANEXOS

PRELIMINAR

ANEXO I

Tabela 5. Correlação entre o questionário verde e o questionário azul.

PRIORIDADES DO PNRH (QUESTIONÁRIO SINGREH – VERDE)	TEMAS PRIORITÁRIOS (QUESTIONÁRIO SOCIEDADE – AZUL)
1. Apoio à criação de novos Comitês de Bacia Hidrográfica e ao fortalecimento dos Comitês já existentes.	Ampliar e fortalecer a participação da sociedade na gestão das águas.
2. Ampliação do Cadastro de Usos e Usuários de Recursos Hídricos.	Ampliar o conhecimento a respeito dos usos das águas, das demandas atuais e futuras, além dos seus possíveis impactos na sua disponibilidade em quantidade e qualidade.
3. Estruturação, ampliação e manutenção da rede hidrometeorológica e da rede hidrogeológica nacional.	Ampliar o conhecimento sobre a ocorrência de chuvas e sobre a quantidade e qualidade das águas superficiais e subterrâneas.
4. Desenvolvimento do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH) e implantação dos Sistemas Estaduais de Informação, integrados ao SNIRH.	Compartilhar informações, a respeito da situação da qualidade e quantidade das águas e da sua gestão, em linguagem clara e acessível
5. Elaboração de Planos de Recursos Hídricos.	Desenvolver planejamento de longo prazo para a conservação e o uso racional das águas do país, considerando as mudanças climáticas.
6. Apoio ao enquadramento dos corpos d'água.	Promover a melhoria da disponibilidade das águas em quantidade e qualidade, visando a sua conservação e adequação aos diversos usos.
7. Definição de critérios de outorga para diferentes situações.	<i>Estabelecer critérios de autorização para o uso da água e fiscalizar os usuários, considerando as particularidades das bacias hidrográficas.</i>
8. Implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas bacias onde o instrumento for aprovado pelo Comitê de Bacia Hidrográfica.	Implantar a cobrança para usos significantes da água, visando incentivar a racionalização do uso e obter recursos financeiros para a conservação das bacias hidrográficas.
9. Fiscalização do uso dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas.	<i>Estabelecer critérios de autorização para o uso da água e fiscalizar os usuários, considerando as particularidades das bacias hidrográficas.</i>
10. Implementação dos Fundos de Recursos Hídricos e identificação de mecanismos que permitam a maior efetividade na aplicação dos recursos financeiros disponíveis no SINGREH.	Destinar recursos financeiros para a implantação de projetos de instituições públicas, privadas ou pessoas físicas que promovam a recuperação e conservação de bacias hidrográficas.

11. Desenvolvimento de processos de suporte à decisão visando à resolução de conflitos pelo uso da água.	Desenvolver ações para a resolução dos conflitos pelo uso da água nas bacias hidrográficas.
12. Definição de diretrizes para a introdução do tema das mudanças climáticas nos Planos de Recursos Hídricos.	Desenvolver planejamento de longo prazo para a conservação e o uso racional das águas do país, considerando as mudanças climáticas.
13. Apoio ao desenvolvimento e difusão de tecnologia, incluindo a tecnologia social, para a gestão de recursos hídricos.	Apoiar o <i>desenvolvimento e a difusão de tecnologias sociais</i> para a melhoria da gestão das águas e desenvolver ações educativas para a sociedade.
14. Desenvolvimento de um plano de comunicação social e de difusão de informações para o SINGREH.	Compartilhar informações, a respeito da situação da qualidade e quantidade das águas e da sua gestão, em linguagem clara e acessível.
15. Desenvolvimento de processos formativos continuados para os atores do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) e para a sociedade.	Apoiar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias sociais para a melhoria da gestão das águas e <i>desenvolver ações educativas para a sociedade</i> .
16. Desenvolvimento da gestão compartilhada de rios fronteiriços e transfronteiriços.	Desenvolver ações para a gestão da água em rios compartilhados com outros países.
17. Mapeamento e avaliação de áreas vulneráveis a eventos extremos.	Identificar e avaliar áreas com risco de ocorrência de inundações, secas, entre outros eventos extremos relacionados à água, que gerem situações adversas à população.
18. Desenvolvimento dos mecanismos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), com foco na conservação de águas de bacias hidrográficas.	Destinar recursos financeiros para a implantação de projetos de instituições públicas, privadas ou pessoas físicas que promovam a recuperação e conservação de bacias hidrográficas.
19. Recuperação e conservação de bacias hidrográficas em áreas urbanas e rurais.	Destinar recursos financeiros para a implantação de projetos de instituições públicas, privadas ou pessoas físicas que promovam a recuperação e conservação de bacias hidrográficas.
20. Avaliação integrada das demandas de recursos hídricos, considerando os planos e programas governamentais e os projetos dos setores público e privado.	Ampliar o conhecimento a respeito dos usos das águas, das demandas atuais e futuras, além dos seus possíveis impactos na sua disponibilidade em quantidade e qualidade.
21. Articulação da Política Nacional de Recursos Hídricos com as políticas, planos e programas governamentais que orientam os setores usuários de recursos hídricos.	Integrar a política de recursos hídricos com a política ambiental e demais políticas setoriais (saneamento, irrigação, energia, turismo, etc.).
22. Implantação do Sistema de Gerenciamento Orientado para Resultados do Plano Nacional de Recursos Hídricos (SIGEOR/ PNRH).	Compartilhar informações, a respeito da situação da qualidade e quantidade das águas e da sua gestão, em linguagem clara e acessível.

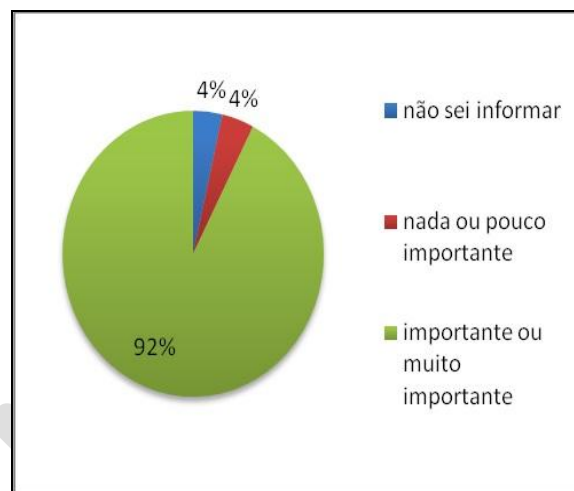
ANEXO II

Nível de Importância das Prioridades do PNRH

(Questionário SINGREH – Verde)



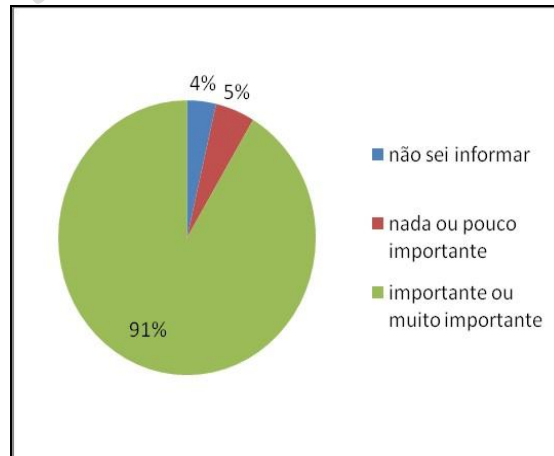
Prioridade 1 - Apoio à criação de novos Comitês de Bacia Hidrográfica e ao fortalecimento dos Comitês já existentes.



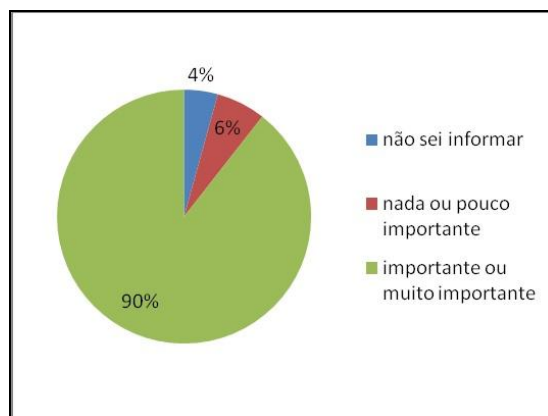
Prioridade 2 - Ampliação do Cadastro de Usos e Usuários de Recursos Hídricos.



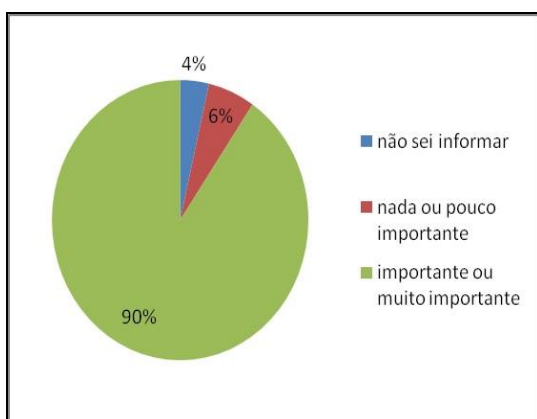
Prioridade 3 - Estruturação, ampliação e manutenção da rede hidrometeorológica e da rede hidrogeológica nacional.



Prioridade 4 Desenvolvimento do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH) e implantação dos Sistemas Estaduais de Informação, integrados ao SNIRH.



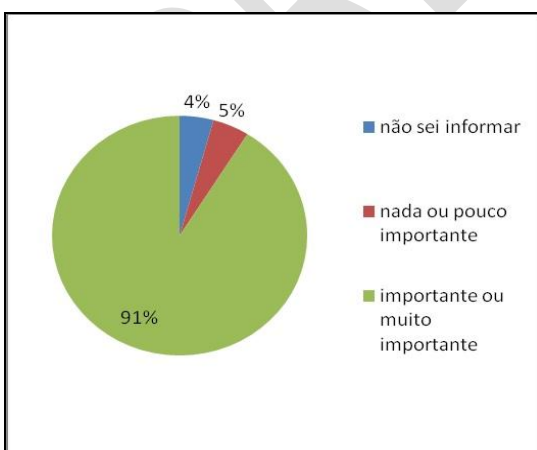
Prioridade 6 - Apoio ao enquadramento dos corpos d'água.



Prioridade 7 - Definição de critérios de outorga para diferentes situações.



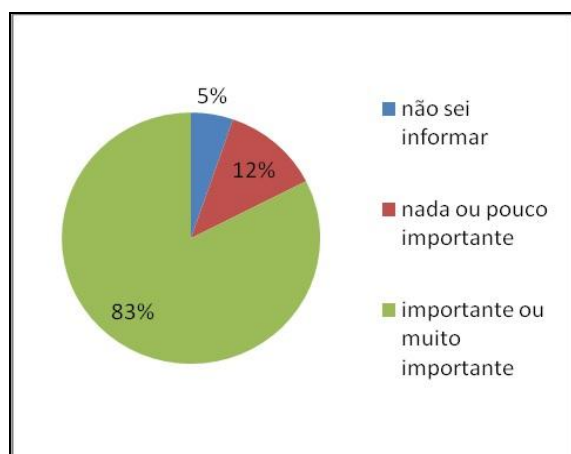
Prioridade 8 - Implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas bacias onde o instrumento for aprovado pelo Comitê de Bacia Hidrográfica.



Prioridade 9 - Fiscalização do uso dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas.



Prioridade 10 - Implementação dos Fundos de Recursos Hídricos e identificação de mecanismos que permitam a maior efetividade na aplicação dos recursos financeiros disponíveis no SINGREH.



Prioridade 11 - Desenvolvimento de processos de suporte à decisão visando à resolução de conflitos pelo uso da água.



Prioridade 12 - Definição de diretrizes para a introdução do tema das mudanças climáticas nos Planos de Recursos Hídricos.



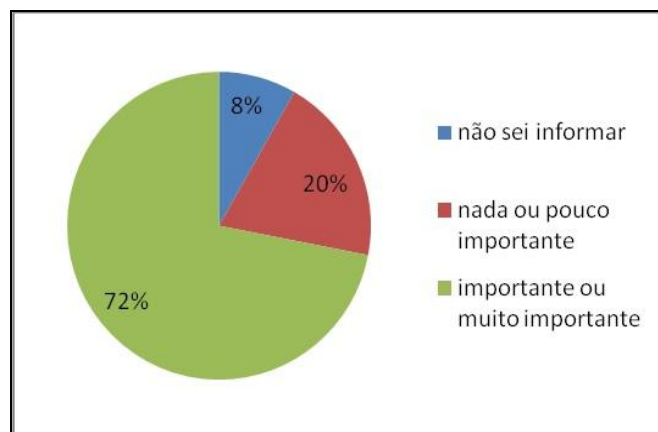
Prioridade 13 - Apoio ao desenvolvimento e difusão de tecnologia, incluindo a tecnologia social, para a gestão de recursos hídricos.



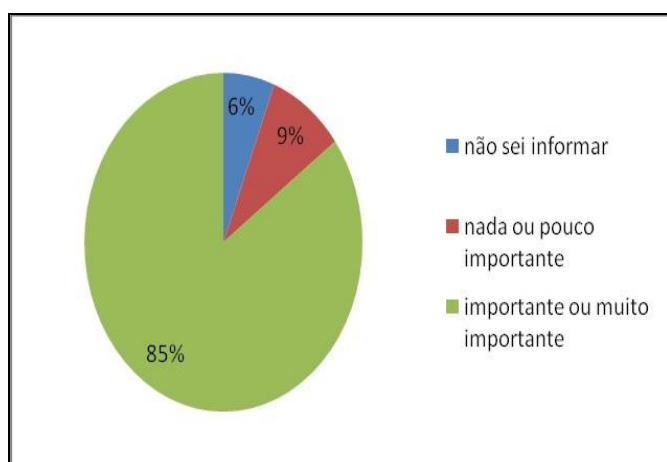
Prioridade 14 - Desenvolvimento de um plano de comunicação social e de difusão de informações para o SINGREH.



Prioridade 15 - Desenvolvimento de processos formativos continuados para os atores do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) e para a sociedade.



Prioridade 16 - Desenvolvimento da gestão compartilhada de rios fronteiriços e transfronteiriços.



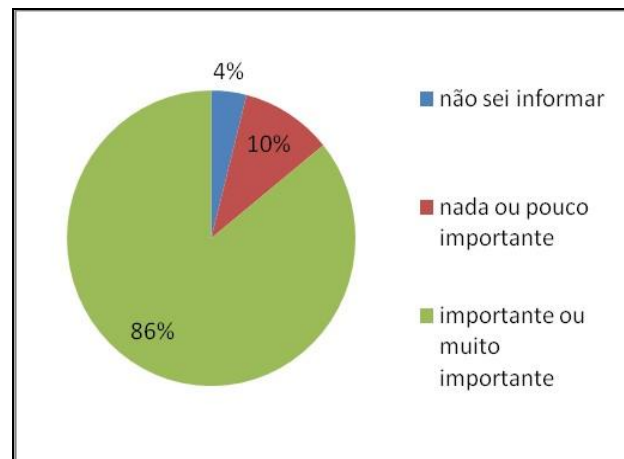
Prioridade 17 - Mapeamento e avaliação de áreas vulneráveis a eventos extremos.



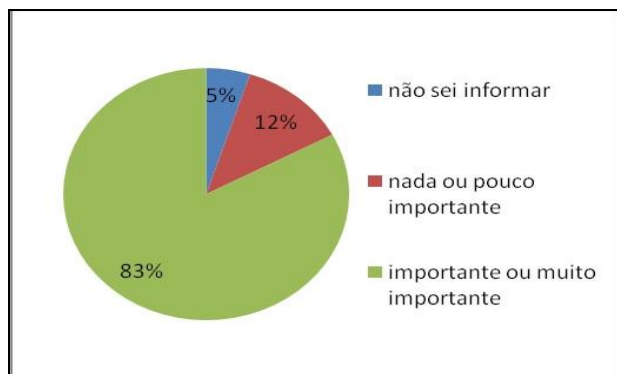
Prioridade 18 - Desenvolvimento dos mecanismos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), com foco na conservação de águas de bacias hidrográficas.



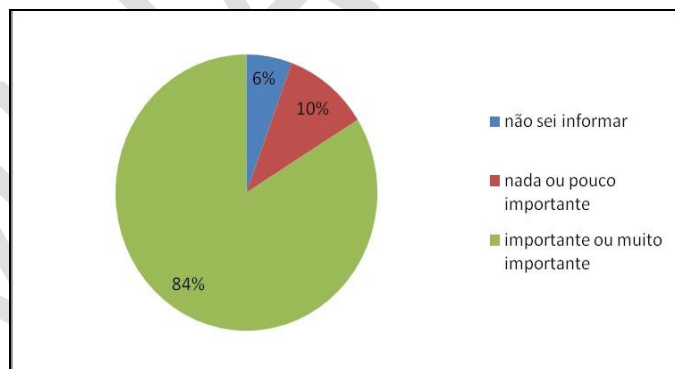
Prioridade 19 - Recuperação e conservação de bacias hidrográficas em áreas urbanas e rurais.



Prioridade 20 - Avaliação integrada das demandas de recursos hídricos, considerando os planos e programas governamentais e os projetos dos setores público e privado.



Prioridade 21 - Articulação da Política Nacional de Recursos Hídricos com as políticas, planos e programas governamentais que orientam os setores usuários de recursos hídricos.

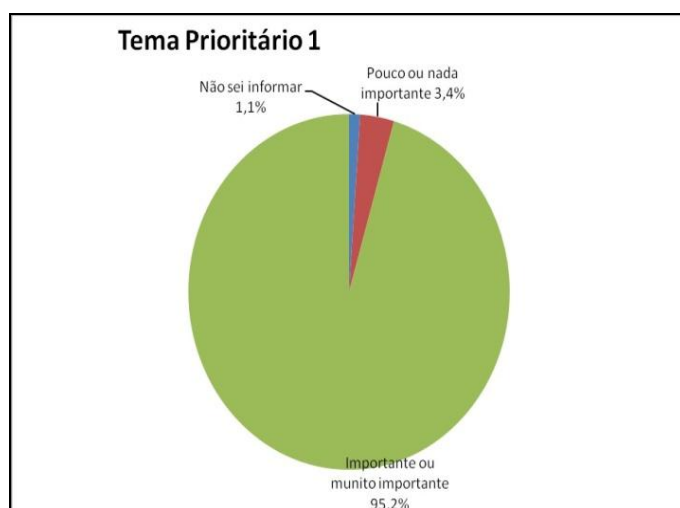


Prioridade 22 - Implantação do Sistema de Gerenciamento Orientado para Resultados do Plano Nacional de Recursos Hídricos (SIGEOR/ PNRH).

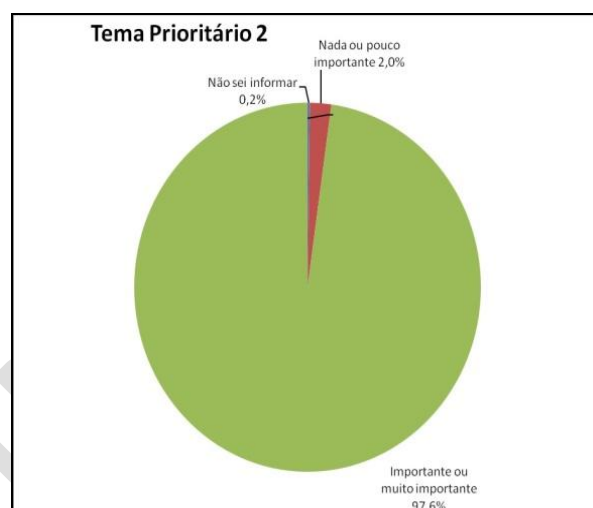
ANEXO III

Nível de Importância dos Temas Prioritários e

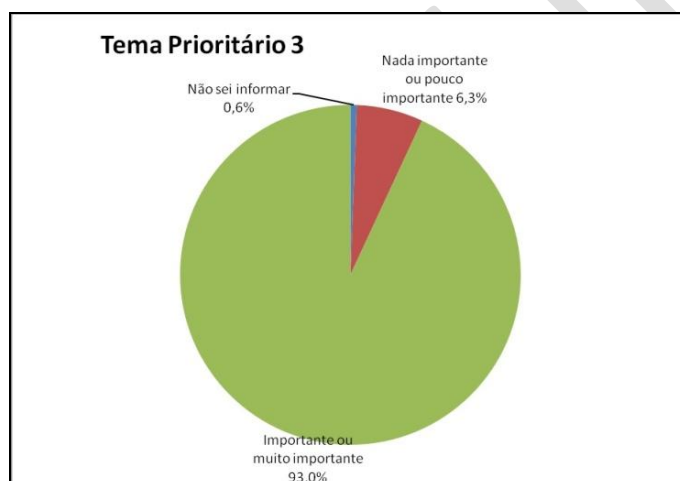
(Questionário Sociedade – Azul)



1 - Ampliar e fortalecer a participação da sociedade na gestão das águas.



2 - Ampliar o conhecimento a respeito dos usos das águas, das demandas atuais e futuras, além dos seus possíveis impactos na sua disponibilidade em quantidade e qualidade.

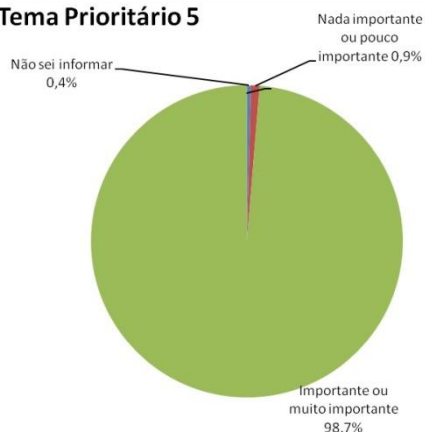


3 - Ampliar o conhecimento sobre a ocorrência de chuvas e sobre a quantidade e qualidade das águas superficiais e subterrâneas.



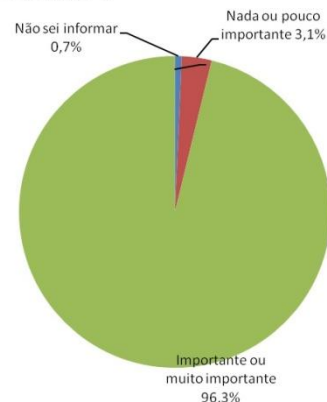
4 - Compartilhar informações, a respeito da situação da qualidade e quantidade das águas e da sua gestão, em linguagem clara e acessível

Tema Prioritário 5



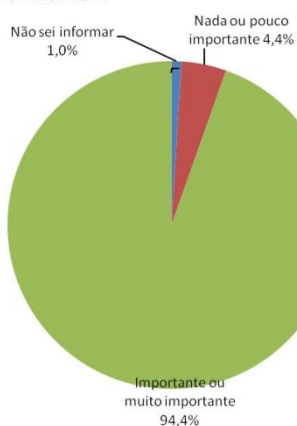
5 - Promover a melhoria da disponibilidade das águas em quantidade e qualidade, visando a sua conservação e adequação aos diversos usos.

Tema Prioritário 6



6 - Desenvolver planejamento de longo prazo para a conservação e o uso racional das águas do país, considerando as mudanças climáticas.

Tema Prioritário 7



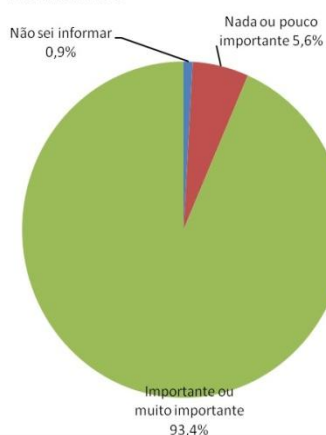
7 - Estabelecer critérios de autorização para o uso da água e fiscalizar os usuários, considerando as particularidades das bacias hidrográficas.

Tema Prioritário 8



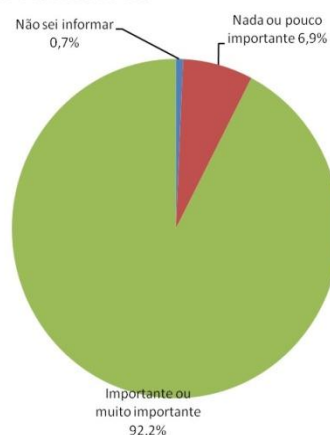
8 - Implantar a cobrança para usos significantes da água, visando incentivar a racionalização do uso e obter recursos financeiros para a conservação das bacias hidrográficas.

Tema Prioritário 9



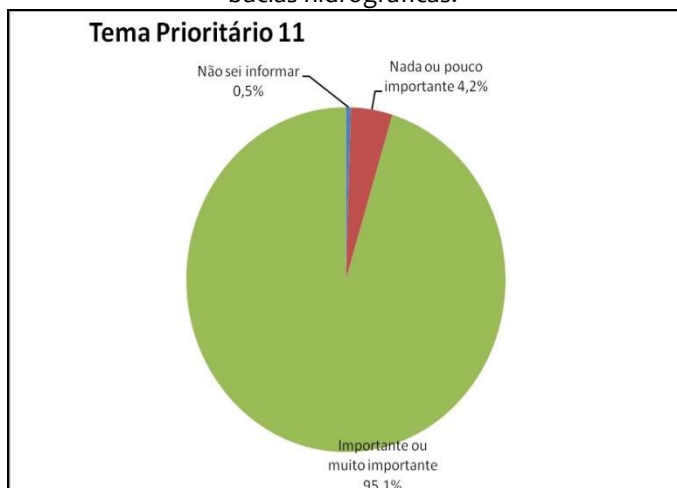
9 - Destinar recursos financeiros para a implantação de projetos de instituições públicas, privadas ou pessoas físicas que promovam a recuperação e conservação de

Tema Prioritário 10

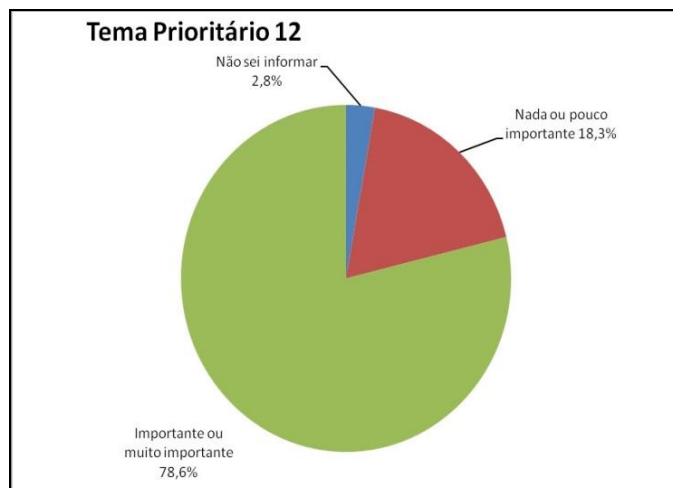


10 - Desenvolver ações para a resolução dos conflitos pelo uso da água nas bacias hidrográficas.

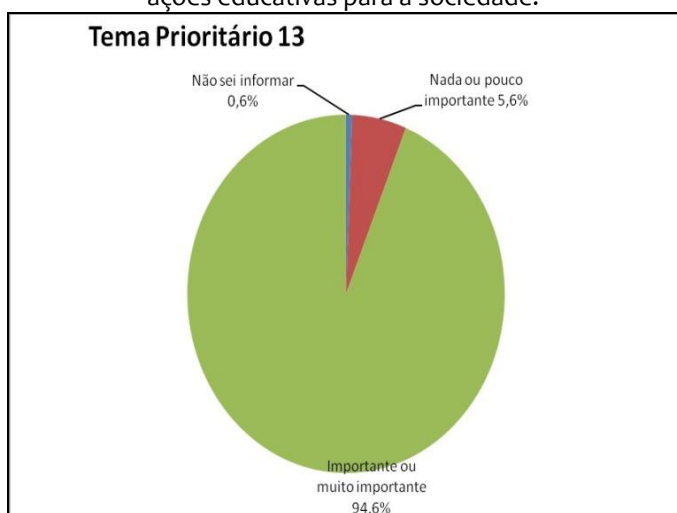
bacias hidrográficas.



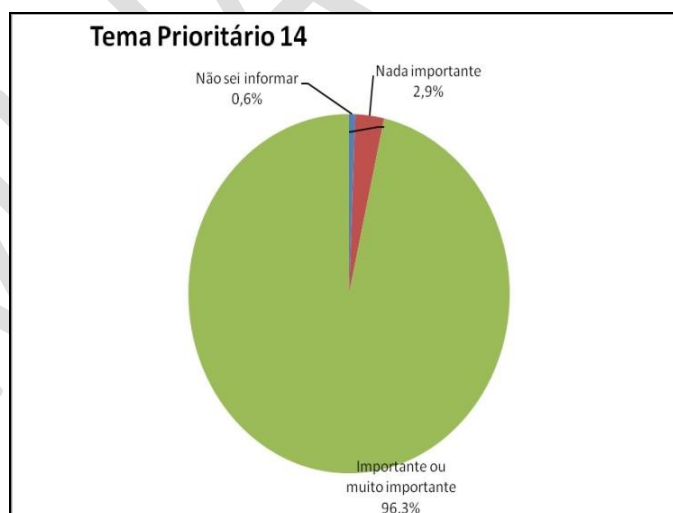
11 - Apoiar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias sociais para a melhoria da gestão das águas e desenvolver ações educativas para a sociedade.



12 - Desenvolver ações para a gestão da água em rios compartilhados com outros países.



13 - Identificar e avaliar áreas com risco de ocorrência de inundações, secas, entre outros eventos extremos relacionados à água, que gerem situações adversas à população.



14 - Integrar a política de recursos hídricos com a política ambiental e demais políticas setoriais (saneamento, irrigação, energia, turismo, etc.).

ANEXO IV

CONTÉUDO QUESTIONÁRIO SINGREH (A INCLUIR)

PRELIMINAR

ANEXO V

CONTEÚDO QUESTIONÁRIO SOCIEDADE (A INCLUIR)

PRELIMINAR

ANEXO VI

MANUAL ORIENTADOR DO PROCESSO DE REVISÃO DO PNRH (A INCLUIR)

PRELIMINAR